UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (UFAL)
INSTITUTO DE GEOGRAFIA, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE – IGDEMA
CURSO DE GEOGRAFIA LICENCIATURA

KEVIN BRANDÃO SOUZA

A ABORDAGEM REGIONAL DOS LIVROS DE GEOGRAFIA DO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS (EFAF)

MACEIÓ
2025

KEVIN BRANDÃO SOUZA

A ABORDAGEM REGIONAL DOS LIVROS DE GEOGRAFIA DO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS (EFAF)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Geografia Licenciatura do Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente, da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para a obtenção da nota final do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Orientadora: Profª. Drª. Simone Affonso da Silva

MACEIÓ
2025

Catalogação na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Antonia Izabel da Silva Meyer – CRB-4 – 1558

S729a Souza, Kevin Brandão.
A abordagem regional dos livros de geografia do ensino fundamental anos finais (EFAF) / Kevin Brandão Souza. – 2025.
228 f. : il. : color.

Orientadora: Simone Affonso da Silva.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia: Licenciatura) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente. Delmiro Gouveia, AL, 2025.

Bibliografia: f. 223-228.

1. Geografia. 2. Livros didáticos - Geografia. 3. Geografia – Ensino fundamental - Anos finais. 4. Ensino de geografia – Abordagem regional I. Título.

CDU: 91:372.8

Folha de Aprovação

KEVIN BRANDÃO SOUZA

A ABORDAGEM REGIONAL DOS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA DO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS (EFAF)

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à banca examinadora do curso de Geografia Licenciatura do Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 28 de maio de 2025.

gov.br Documento assinado digitalmente
SIMONE AFFONSO DA SILVA
Data: 01/06/2025 20:07:49-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Orientadora - Profª. Drª. Simone Affonso da Silva (UFAL)

Banca examinadora:

gov.br Documento assinado digitalmente
PAULO ROGERIO DE FREITAS SILVA
Data: 02/06/2025 12:24:35-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Paulo Rogério de Freitas Silva (UFAL)

gov.br Documento assinado digitalmente
GERALDO INACIO MARTINS
Data: 02/06/2025 09:34:07-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Geraldo Inácio Martins (UFAL)

Dedico este trabalho aos meus pais, Melquíades e Elaine, que sempre me apoiaram nos estudos.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, especialmente agradeço aos meus pais, que sempre me incentivaram e estimularam aos estudos. Também, aos meus familiares e amigos que constantemente me apoiaram nesta jornada. Este trabalho representa uma trajetória marcada pelo esforço e dedicação durante toda a graduação, simbolizada pela superação e persistência no que realmente importa. Tenho uma profunda gratidão pela professora Simone Affonso da Silva, por ter aceitado a orientação neste trabalho, mas também por ter sido minha orientadora em dois ciclos do PIBIC durante a graduação, estando sempre presente e disposta a ajudar quando necessário. Por fim, agradeço aos docentes do IGDEMA, todos excelentes profissionais, nos quais contribuíram substancialmente para minha formação pessoal e acadêmica. Estando cada vez mais próximo do término da graduação, considero este não como o fim, mas apenas o início de novos ciclos que virão.

Epígrafe

“O nosso grande desafio é resistir a esta história marcada pela exclusão, miséria e incertezas. Temos que construir uma nova história que supere esta crueldade e possibilite a construção de uma nova sociedade justa, democrática e igualitária.” - Heloísa Helena[1]

[1] Palavras da patrona Deputada Estadual Heloísa Helena Lima de Moraes Carvalho aos formandos 94.2 do Departamento de Geografia e Meio Ambiente, do Centro de Ciências Exatas e Naturais da Universidade Federal de Alagoas.

RESUMO

Abordar a questão regional no ensino de Geografia, tanto a nível mundial como a nível nacional, é sempre um grande desafio, pois implica em ir de encontro, logo em um primeiro momento, nas complexas discussões acerca da conceituação de região. Além disso há os obstáculos presentes em sala de aula ao ensinar a temática, como o desinteresse por parte dos alunos e a distância do tema abordado quando este não é apresentado de maneira didática, que faça com que os estudantes se aproximem do conteúdo, aspectos que sustentam nossa problemática de pesquisa. Assim, a presente investigação tem como objetivo geral analisar criticamente a abordagem regional de três coleções de livros de Geografia do Ensino Fundamental Anos Finais (EFAF), tecendo comentários e críticas sobre como a temática regional é evidenciada e estruturada nas diretrizes curriculares brasileiras e nos livros didáticos. Em nossa apreciação, verifica-se a articulação da abordagem regional nos livros didáticos apreciados com a Base Comum Nacional Curricular (BNCC), bem como a diversidade de abordagens regionais utilizadas pelos autores dos livros didáticos, havendo diferentes formas de se trabalhar a região. Entretanto há alguns pontos passíveis de críticas e sugestões de aprimoramento, com maior evidência e valorização da abordagem dessa categoria que é fundamental para a Geografia, a região.

Palavras-chave: Livros didáticos de Geografia; Região e regionalização; Abordagem regional; BNCC; Ensino Fundamental Anos Finais

ABSTRACT

Addressing regional issues in Geography teaching, both globally and nationally, is always a major challenge, as it involves addressing, from the very beginning, complex discussions about the concept of region. In addition, there are obstacles in the classroom when teaching the topic, such as students' lack of interest and the distance from the topic being addressed when it is not presented in a didactic manner that makes students approach the content, aspects that support our research problem. Thus, the general objective of this research is to critically analyze the regional approach of three collections of Geography books for the Final Years of Elementary Education (EFAF), making comments and criticisms about how the regional theme is highlighted and structured in Brazilian curricular guidelines and textbooks. In our assessment, we can see the articulation of the regional approach in the textbooks assessed with the National Common Curricular Base (BNCC), as well as the diversity of regional approaches used by the authors of the textbooks, with different ways of working with the Region, however with some points open to criticism and suggestions for improvement, greater evidence and appreciation of the approach of this category that is fundamental to Geography, the region.

Keywords: Textbooks; Geography; region; BNCC; Elementary School Final Years

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa das regionalizações do Brasil anteriores a 1945.....39

Figura 2 - Conceituação de termos fundamentais para compreensão e gestão das unidades territoriais brasileiras de acordo com o Estatuto da Metrópole.....67

Figura 3 - Capa do volume do 6º Ano da Coleção Expedições Geográficas.....90

Figura 4 - Trecho do livro didático do 7° ano sobre regionalizações brasileiras – Coleção Expedições Geográficas (2022).....98

Figura 5 - Trecho do livro didático do 7° ano sobre regionalizações não oficiais – Coleção Expedições Geográficas (2022).....101

Figura 6 - Trecho do livro didático do 7° ano sobre Os Quatro Brasis – Coleção Expedições Geográficas (2022).....102

Figura 7 - Trecho do livro didático do 8° ano sobre regionalização do espaço mundial – Coleção Expedições Geográficas (2022).....106

Figura 8 - Trecho do livro didático sobre a regionalização da América Central – Coleção Expedições Geográficas (2022).....116

Figura 9 - Regionalização das pessoas da União Europeia em risco de pobreza ou exclusão social em 2020 – Coleção Expedições Geográficas (2022).....122

Figura 10 - Trecho do livro didático do 9° ano sobre desigualdades – Coleção Expedições Geográficas (2022).....129

Figura 11 - Trecho do livro didático do 9° ano sobre desigualdades regionais na China- Coleção Expedições Geográficas (2022).....130

Figura 12 - Capa do volume do 6º Ano da Coleção Jornadas: Novos Caminhos – Geografia.....134

Figura 13 - Abordagem sobre o planejamento regional no livro da Coleção Jornadas: Novos Caminhos - Geografia (2022).....146

Figura 14 - Abordagem sobre as superintendências de desenvolvimento regional no livro da Coleção Jornadas: Novos Caminhos – Geografia (2022).....147

Figura 16 - Abordagem do livro acerca da urbanização nas regiões brasileiras - Coleção Jornadas: Novos Caminhos – Geografia (2022).....148

Figura 17 - Abordagem do livro sobre as Regiões Metropolitanas brasileiras - Coleção Jornadas: Novos Caminhos – Geografia (2022).....149

Figura 18 - Mapa das Regiões Metropolitanas do Brasil em 2020 – Coleção Jornadas: Novos Caminhos - Geografia (2022).....150

Figura 19 - Tópico abordando a conceituação de região e regionalização 2013 - Coleção Jornadas: Novos Caminhos – Geografia (2022).....152

Figura 20 - Trecho do livro que aborda a regionalização em países do Norte e do Sul e da Nova Ordem Mundial – Coleção Jornadas: Novos Caminhos - Geografia (2022).....157

Figura 21 - Trecho do livro sobre o Oriente Médio - Coleção Jornadas: Novos Caminhos - Geografia (2022) 160

Figura 22 - Trecho do livro sobre os Tigres Asiáticos - Coleção Jornadas: Novos Caminhos - Geografia (2022) 161

Figura 23 - Capa do volume do 6º Ano da Coleção Geografia: Espaço & Interação.....162

Figura 24 - Trecho do livro didático sobre região e regionalização – Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022) 168

Figura 25 - Trecho do livro didático sobre as regões geoeconômicas – Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022) 169

Figura 26 - Trecho do livro didático do tópico de atividades da 1° unidade - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022) 170

Figura 27 - Trecho do livro didático sobre a diversidade de pessoas no território brasileiro - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022) 175

Figura 28 - Trecho do livro didático sobre a distribuição das formas do relevo terrestre brasileiro - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022).....177

Figura 29 – Conurbação existente entre os municípios de São Paulo (SP) e São Caetano do Sul (SP), em 2022 – Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022).....180

Figura 30 - Trecho do livro didático sobre a região Norte – Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022) 182

Figura 31 - Trecho do livro didático sobre a região Nordeste – Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022) 183

Figura 32 - Trecho do livro didático sobre a região Sudeste – Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022) 184

Figura 33 - Trecho do livro didático sobre a região Centro-Oeste – Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022) 185

Figura 34 - Trecho do livro didático sobre a região Sul – Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022) 186

Figura 35 - Página do livro sobre uma das regiões da América Latina, as Guianas - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022).....198

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Concepções territoriais em três dimensões básicas.....33

Quadro 2 - Propostas de regionalizações brasileiras que antecederam a divisão oficial do IBGE em 1945.....37

Quadro 3 - Definição das microrregiões e macrorregiões homogêneas.....43

Quadro 4 - Definição das Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias.....51

Quadro 5 - Estudos regionais elaborados pelo IBGE que deram base para criação das Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias.....54

Quadro 6 - BNCC: competências específicas das Ciências Humanas para o Ensino Fundamental - tópicos selecionados.....88

Quadro 7 - BNCC: competências específicas da Geografia para o Ensino Fundamental - tópicos selecionados.....89

Quadro 8 - Conteúdos regionais específicos da coleção didática Expedições Geográficas.....91

Quadro 9 - Organização em unidades dos conteúdos e temas dos volumes da coleção didática Expedições Geográficas.....92

Quadro 10 - Organização em unidades dos conteúdos e temas dos volumes da coleção didática Jornadas: Novos Caminhos – Geografia.....136

Quadro 11 - Organização em unidades dos conteúdos e temas dos volumes da coleção didática Geografia: Espaço & Interação.....164

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Divisão regional do Brasil – 1942, IBGE.....40

Mapa 2 – Divisão Regional do Brasil em Zonas Fisiográficas – 1942, IBGE.....41

Mapa 3 – Divisão Regional do Brasil em Microrregiões Homogêneas – 1968, IBGE.....44

Mapa 4 – Divisão Regional do Brasil em Macrorregiões Homogêneas – IBGE, 1969.....45

Mapa 5 – Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões Homogêneas – 1976, IBGE.....47

Mapa 6 – Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões Geográficas – 1989, IBGE.....49

Mapa 7 – Divisão Regional do Brasil em Microrregiões Geográficas – 1989, IBGE.....50

Mapa 8 – Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas – 2017, IBGE.....52

Mapa 9 – Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Intermediárias – 2017, IBGE.....53

Mapa 10 – Rede urbana brasileira de acordo com a publicação Regic – 2007.....56

Mapa 11 – Regiões Ampliadas de Articulação Urbana de acordo com a publicação Divisão Urbano-Regional – 2013.....57

Mapa 12 – Regiões Intermediárias de Articulação Urbana de acordo com publicação Divisão Urbano-Regional – 2013.....58

Mapa 13 – Regiões Imediatas de Articulação Urbana de acordo com a publicação Divisão Urbano-Regional – 2013.....59

Mapa 14 – Centralidade da gestão do território em 2013 de acordo com a publicação Gestão do Território – 2014.....60

Mapa 15 – Logística dos Transportes no Brasil de acordo com a publicação Logística dos Transportes – 2014.....61

Mapa 16 – Distribuição dos arranjos populacionais no Brasil – 2010, de acordo com a publicação Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas no Brasil – 2016.....62

Mapa 17 – Distribuição das médias concentrações urbanas consideradas no Brasil – 2010, de acordo com a publicação Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas no Brasil – 2016.....63

Mapa 18 – Distribuição das grandes concentrações urbanas no Brasil – 2010, de acordo com a publicação Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas no Brasil – 2016.....64

Mapa 19 – Regiões Rurais do Brasil – 2015, IBGE.....65

Mapa 20 – Amazônia Legal.....68

Mapa 21 – Divisão hidrográfica nacional de acordo com o CNRH, em 2003.....69

Mapa 22 – Biomas brasileiros.....70

Mapa 23 – Complexos Geoeconômicos - proposta de divisão regional do Brasil por Pedro Pinchas Geiger – 1969.....73

Mapa 24 – Regionalização brasileira segundo Milton Santos e Maria Laura Silveira – 2001.....74

Mapa 25 – Os seis continentes do Planeta Terra.....75

Mapa 26 – América do Norte.....76

Mapa 27 – América Central e Caribe.....77

Mapa 28 – América do Sul.....78

Mapa 29 – América Anglo-Saxônica e América Latina.....79

Mapa 30 – Divisão regional entre Norte da África e África Subsaariana.....80

Mapa 31 – Mundo bipolar – regionalização entre países capitalistas e socialistas.....81

Mapa 32 – Europa Ocidental e Oriental.....82

Mapa 33 – Bipartição Norte e Sul global.....83

Mapa 34 – Principais tipos de clima do mundo – Coleção Expedições Geográficas (2022).....94

Mapa 35 – Tipos do clima do Brasil – Coleção Expedições Geográficas (2022).....95

Mapa 36 – Principais bacias hidrográficas do mundo – Coleção Expedições Geográficas (2022).....96

Mapa 37 – Regiões hidrográficas brasileiras – Coleção Expedições Geográficas (2022).....97

Mapa 38 – Divisão regional oficial do brasil de 1988 – Coleção Expedições Geográficas (2022).....99

Mapa 39 – Divisão regional brasileira de Pedro Pinchas Geiger de 1967 – Coleção Expedições Geográficas (2022).....100

Mapa 40 – Divisão regional brasileira de Milton Santos e Maria Laura Silveira de 1999 – Coleção Expedições Geográficas (2022).....100

Mapa 41 – Mapa político da região Norte – Coleção Expedições Geográficas (2022).....103

Mapa 42 – Mapa político da região Nordeste – Coleção Expedições Geográficas (2022).....104

Mapa 43 – Mapa político da região Sudeste – Coleção Expedições Geográficas (2022).....104

Mapa 44 – Mapa político da região Sul – Coleção Expedições Geográficas (2022).....105

Mapa 45 – Mapa político da região Centro-Oeste – Coleção Expedições Geográficas (2022).....105

Mapa 46 – Continentes, oceanos e alguns mares no mundo – Coleção Expedições Geográficas (2022).....107

Mapa 47 – Fronteiras dos países no mundo – Coleção Expedições Geográficas (2022).....107

Mapa 48 – Línguas, províncias e territórios do Canadá – Coleção Expedições Geográficas (2022).....108

Mapa 49 – Grandes paisagens naturais ou climática do mundo – Coleção Expedições Geográficas (2022).....108

Mapa 50 – Regionalização mundial entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos em 1950 – Coleção Expedições Geográficas (2022).....109

Mapa 51 – Divisão regional baseada no sistema socioeconômico, durante a Guerra Fria – Coleção Expedições Geográficas (2022).....110

Mapa 52 – Regionalização mundial entre países do Norte e países do Sul, em 1985 – Coleção Expedições Geográficas (2022).....110

Mapa 53 – Principais polos de inovação tecnológica no mundo em 2021 – Coleção Expedições Geográficas (2022).....111

Mapa 54 – Mapa do PIB per capita do mundo em 2020 – Coleção Expedições Geográficas (2022).....112

Mapa 55 – Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do mundo em 2019 – Coleção Expedições Geográficas (2022).....112

Mapa 56 – Regionalização mundial de acordo com os níveis de desenvolvimento econômico e social em 2004 – Coleção Expedições Geográficas (2022).....113

Mapa 57 – Regionalização da América em Norte, Central e Sul – Coleção Expedições Geográficas (2022).....114

Mapa 58 – Regionalização da América de acordo com níveis de desenvolvimento e características das economias – Coleção Expedições Geográficas (2022).....115

Mapa 59 – Regionalização da África com base no clima – Coleção Expedições Geográficas (2022).....117

Mapa 60 – Regionalização africana com base em critérios étnicos e culturais – Coleção Expedições Geográficas (2022).....118

Mapa 61 – Regionalização africana com base em critérios econômicos – Coleção Expedições Geográficas (2022).....119

Mapa 62 – Regionalização da Europa de acordo com sua forte, média, fraca ou recente industrialização em 2021 – Coleção Expedições Geográficas (2022).....120

Mapa 63 – Regionalização da Europa de acordo com a renda per capita em 2020 – Coleção Expedições Geográficas (2022).....120

Mapa 64 – Regionalização europeia em centro e periferia, destacando às metrópoles, redes, fluxos e portos – Coleção Expedições Geográficas (2022).....121

Mapa 65 – Regionalização europeia de acordo com o consumo individual real per capita em 2020 – Coleção Expedições Geográficas (2022).....121

Mapa 66 – Regionalização dos países da União Europeia de acordo com critérios de inovação tecnológica em 2021 – Coleção Expedições Geográficas (2022).....122

Mapa 67 - Regionalização da taxa de desemprego da União Europeia em 2020 – Coleção Expedições Geográficas (2022).....123

Mapa 67 – Regionalização CEI de acordo com aspectos econômicos em 2018 – Coleção Expedições Geográficas (2022).....124

Mapa 68 – Regionalização CEI de acordo com o uso da terra, levando em consideração o setor agrícola – Coleção Expedições Geográficas (2022).....124

Mapa 70 – Regionalização CEI de acordo com o IDH em 2019 – Coleção Expedições Geográficas (2022).....125

Mapa 71 – Regionalização da Ásia de acordo com os tipos de clima – Coleção Expedições Geográficas (2022).....126

Mapa 72 – Regionalização da Ásia de acordo com a vegetação natural e áreas de cultivo em 2019 – Coleção Expedições Geográficas (2022).....126

Mapa 73 – Regionalização da Ásia de acordo com o relevo – Coleção Expedições Geográficas (2022).....127

Mapa 74 – Regionalização da Ásia de acordo com as áreas de cultivo e uso da terra - Coleção Expedições Geográficas (2022).....128

Mapa 75 – Regionalização da Ásia de acordo com a localização dos países no continente em 2021 - Coleção Expedições Geográficas (2022).....129

Mapa 76 – Regionalização da Ásia de acordo com as religiões mais presentes em cada parte do continente - Coleção Expedições Geográficas (2022).....131

Mapa 77 – Regionalização entre os países asiáticos de acordo com as taxas de mortalidade infantil de menores de 5 anos – Coleção Expedições Geográficas (2022).....132

Mapa 78 – Regionalização do Japão de acordo com o uso da terra e do mar em 2019 - Coleção Expedições Geográficas (2022).....133

Mapa 79 – Tipos de clima no mundo - Coleção Jornadas: Novos Caminhos - Geografia (2022).....137

Mapa 80 – Bacias hidrográficas do continente africano - Coleção Jornadas: Novos Caminhos - Geografia (2022).....137

Mapa 81 – Bacias hidrográficas da América - Coleção Jornadas: Novos Caminhos - Geografia (2022).....138

Mapa 82 – Continentes e solo oceânico do mundo - Coleção Jornadas: Novos Caminhos - Geografia (2022).....139

Mapa 83 – Divisão política e regional da América - Coleção Jornadas: Novos Caminhos - Geografia (2022).....140

Mapa 84 – Divisão política e regional da Ásia - Coleção Jornadas: Novos Caminhos - Geografia (2022).....141

Mapa 85 – Divisão política e regional da Europa em 2016 - Coleção Jornadas: Novos Caminhos - Geografia (2022).....142

Mapa 86 – Divisão política e regional da Oceania em 2016 - Coleção Jornadas: Novos Caminhos - Geografia (2022).....142

Mapa 87 – Divisão política e regional da África em 2016 - Coleção Jornadas: Novos Caminhos - Geografia (2022).....143

Mapa 88 – Divisão regional brasileira em 1942 - Coleção Jornadas: Novos Caminhos - Geografia (2022).....144

Mapa 89 – Regionalização do Brasil proposta por Pedro Pinchas Geiger em 1967 - Coleção Jornadas: Novos Caminhos – Geografia (2022).....145

Mapa 90 – Regionalização do Brasil proposta por Milton Santos e Maria Laura Silveira em 1999 - Coleção Jornadas: Novos Caminhos - Geografia (2022).....145

Mapa 91 – Regionalização do mundo em continentes em 2018 – Coleção Jornadas: Novos Caminhos - Geografia (2022).....151

Mapa 92 – Regionalização do mundo em países do Norte, Sul e Emergentes em 2013 - Coleção Jornadas: Novos Caminhos – Geografia (2022).....151

Mapa 93 – Regionalização política da América em Sul, Central e Norte em 2018 - Coleção Jornadas: Novos Caminhos – Geografia (2022).....153

Mapa 94 – Regionalização da América em Latina e Anglo-saxônica em 2022 - Coleção Jornadas: Novos Caminhos – Geografia (2022).....154

Mapa 95 – Regionalização da África em Norte, Subsaariana, Sahel e Magreb em 2015 - Coleção Jornadas: Novos Caminhos – Geografia (2022).....155

Mapa 96 – Regionalização africana em regiões geográficas em 2021 – Coleção Jornadas: Novos Caminhos – Geografia (2022).....156

Mapa 97 – Regionalização da Europa de acordo com critérios naturais em 2015 - Coleção Jornadas: Novos Caminhos (2022).....157

Mapa 98 – Regionalização da Europa de acordo com o IDH em 2019 – Coleção Jornadas: Novos Caminhos - Geografia (2022).....158

Mapa 99 – Regionalização da Europa em ocidental e oriental em 2006 - Coleção Jornadas: Novos Caminhos - Geografia (2022).....158

Mapa 100 – Países que fazem parte da Comunidade dos Estados Independentes (CEI) - Coleção Jornadas: Novos Caminhos - Geografia (2022).....159

Mapa 101 – Regionalização do mundo em continentes - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022).....165

Mapa 102 – Mapa hipsométrico - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022).....165

Mapa 103 – Zonas térmicas do mundo - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022).....166

Mapa 104 – Tipos de clima do mundo - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022).....166

Mapa 105 – Regiões hidrográficas do Brasil - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022).....167

Mapa 106 – Regionalização da América com base em critérios geográficos – Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022).....171

Mapa 107 – Regionalização da América com base em critérios culturais e históricos - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022).....172

Mapa 108 – Divisão política da América do Sul - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022).....173

Mapa 109 – Brasil indígena antes da chegada dos portugueses – Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022).....174

Mapa 110 – Terras Indígenas regularizadas - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022)..... 174

Mapa 111 – Altitudes do Brasil - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022).....176

Mapa 112 – Vegetação nativa brasileira - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022).....178

Mapa 113 – Distribuição da quantidade de gabo bovino no país em 2020 - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022).....178

Mapa 114 – Tipos de clima e correntes marítimas do Brasil - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022).....179

Mapa 115 – Hierarquia urbana brasileira e regiões de influência – Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022).....179

Mapa 116 – Regiões metropolitanas brasileiras em 2017 – Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022).....181

Mapa 117 – Regionalização do planeta de acordo com os seis continentes - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022).....187

Mapa 118 – Continente Euro-Afro-Asiático - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022).....187

Mapa 119 – Europa antes da Primeira Guerra Mundial - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022).....188

Mapa 120 – Europa pós Primeira Guerra Mundial - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022).....189

Mapa 121 – Europa pós 2° Guerra Mundial - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022).....189

Mapa 122 – Bipolarização mundial durante a Guerra Fria – Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022).....190

Mapa 123 – Mundo multipolar, após a Guerra Fria - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022).....190

Mapa 124 – América do Norte, Central e Sul - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022) 191

Mapa 125 – América Latina e Anglo-Saxônica - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022).....192

Mapa 126 – Ocupação e colonização europeia - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022).....193

Mapa 127 – Povos originários da América - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022).....194

Mapa 128 – Organismos de integração da América - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022).....195

Mapa 129 – Altitudes do continente americano - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022).....196

Mapa 130 – Regionalização da América Latina - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022).....197

Mapa 131 – Regionalização africana de acordo com critérios étnicos, históricos e culturais (África do Norte, Subsaariana, Sahel e Magreb) – Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022).....199

Mapa 132 – Diversidade de climas do continente africano – Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022).....200

Mapa 133 – Partilha colonial africana - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022).....201

Mapa 134 – Regionalização africana de uma sub-região com graves problemas socioeconômicos - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022).....201

Mapa 135 – Principais organizações socioeconômicas da África – Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022).....202

Mapa 136 - Regionalização europeia em Ocidente e Oriente – Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022) 203

Mapa 137 - Regionalização da Europa de acordo com critérios geográficos - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022).....204

Mapa 138 – União Europeia - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022).....205

Mapa 139 – Comunidade dos Estados Independentes (CEI) – Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022).....206

Mapa 140 – Tipos de climas da Europa - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022).....206

Mapa 141 – Divisão regional do continente asiático - Coleção: Geografia Espaço & Interação (2022).....207

Mapa 142 – Altitudes da Ásia - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022).....208

Mapa 143 – Organismos de integração da Ásia - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022).....209

Mapa 144 – Região do continente asiático comumente chamada de Oriente Médio - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022).....210

Mapa 145 – Ásia Setentrional - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022)..... 211

Mapa 146 – Ásia Central - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022).....211

Mapa 147 – Extremo oriente asiático - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022).....212

Mapa 148 – Ásia Meridional - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022).....212

Mapa 149 – Sudeste asiático - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022).....213

Mapa 150 – Regionalização da Oceania - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022).....214

Mapa 151 – Divisão regional entre Norte da África e África Subsaariana.....218

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Curricular Comum
CEI	Comunidade dos Estados Independentes
CNE	Conselho Nacional de Geografia
CNRH	Conselho Nacional de Recursos Hídricos
DITAR	Divisão de Estudos Territoriais
EFAF	Ensino Fundamental Anos Finais
IBG	Instituto Brasileiro de Geografia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IGDEMA	Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PIB	Produto Interno Bruto
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
RIDEs	Regiões Integradas de Desenvolvimento
RMs	Regiões Metropolitanas
SP	São Paulo
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFAL	Universidade Federal de Alagoas

SUMÁRIO

1. **INTRODUÇÃO 26**

2. **CONCEITUAÇÃO DE REGIÃO……29**

3. **REGIONALIZAÇÕES DO ESPAÇO GEOGRÁFICO……36**

   3.1 REGIONALIZAÇÕES BRASILEIRAS……..36

   3.2 REGIONALIZAÇÕES MUNDIAIS…….75

4. **ANÁLISE DAS COLEÇÕES DIDÁTICAS…….84**

   4.1 COLEÇÃO DIDÁTICA "EXPEDIÇÕES GEOGRÁFICAS" DE MELHEM ADAS E SÉRGIO ADAS – EDITORA MODERNA.....90

   4.2 COLEÇÃO DIDÁTICA "JORNADAS: NOVOS CAMINHOS" DE ANA MUNIZ, ANA LÚCIA GUERRERO E MAÍRA FERNANDES – EDITORA SARAIVA.....134

   4.3 COLEÇÃO DIDÁTICA "GEOGRAFIA: ESPAÇO & INTERAÇÃO" DE MARCELO MORAES, DENISE PINESSO E ANGELA RAMA – EDITORA FTD.....161

5. **COMPARAÇÕES, ANÁLISES E CRÍTICAS ENTRE AS OBRAS…..…….215**

6. **CONSIDERAÇÕES FINAIS.....220**

REFERÊNCIAS…….....…...223

1. INTRODUÇÃO

Com o avanço do conhecimento geográfico no final do século XIX, na Alemanha e na França se tem a institucionalização da Geografia enquanto área de conhecimento científico. Junto a essas duas escolas de pensamento, alinhadas com a sociedade burguesa, buscava-se utilizar o conhecimento geográfico e a cartografia com vistas à conquista de territórios. Nesse contexto, a ciência geográfica torna-se fundamental para os anseios do Estado-nação vigente, também sendo instrumento de grande importância para ratificação do capitalismo dentro do continente europeu (CARVALHO, 2002).

Dessa maneira, assim como assinalado por Dresch (1948, p. 88, apud SANTOS, 2004, p. 29), “Nascida não durante o desenvolvimento mas no decorrer do triunfo da burguesia”. Em uma análise que assegura o papel da Geografia voltado à expansão da ideologia capitalista frente aos países centrais e periféricos.

No desenvolvimento do pensamento geográfico há extensas e importantes discussões sobre o objeto de pesquisa dessa ciência em específico. Como duas grandes perspectivas norteadoras, por um lado se tem a análise da relação do homem com o meio, em uma visão ambientalista, e de outro lado o estudo da diferenciação entre áreas. Portanto, na primeira visão destaca-se região como algo que existe por si só, e na segunda visão o recorte espacial é definindo apenas ao final do processo de investigação, após a formulação de critérios específicos (LENCIONI, 1999).

Portanto, coadunado com Carvalho (2002), evidencia-se a categoria de pesquisa da região como muito importante ao pensamento geográfico. Dessa forma, seu estudo ascende de maneira relevante ao longo do desenvolvimento da Geografia enquanto ciência.

Nesse sentido, verificando a importância do estudo regional dentro da Geografia ao longo dos séculos, a pesquisa aqui apresentada trata sobre as diferentes abordagens regionais utilizadas nos livros didáticos de Geografia do Ensino Fundamental Anos Finais (EFAF), assim, fazendo uma análise crítica sobre três coleções didáticas de distintas editoras, e investigando sua aplicabilidade junto a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), como também os critérios e conceituações utilizadas para formulação dos livros.

A primeira coleção didática analisada é denominada “Expedições Geográficas”, escrita por Sérgio Adas e Melhem Adas, publicada pela Editora

Moderna LTDA. A segunda coleção é denominada “Jornadas: Novos Caminhos – Geografia”, escrita por Ana Muniz, Ana Lúcia Guerrero e Maíra Fernandes, publicada pela Editora Saraiva. Por último, a terceira coleção didática analisada é denominada “Geografia: Espaço & Interação”, escrita por Marcelo Moraes Paula, Denise Cristina Chistov Pinesso e Maria Angela Gomez Rama, e distribuída pela editora FTD.

Cabe destacar que as três coleções didáticas foram aprovadas no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) – 2024, sendo este um dos critérios de escolha das obras. Outros critérios foram: a disponibilidade das coleções na íntegra para realização de uma análise pormenorizada; o alcance das obras, haja vista terem sido publicadas por editoras que abarcam grande parte do mercado nacional de livros didáticos; e a diversidade do perfil de autores e obras, contemplando desde coleções tradicionais, como “Expedições Geográficas”, até coleções novas, como “Jornadas: Novos Caminhos – Geografia”.

Assim sendo, se faz necessário o conhecimento das regionalizações do território brasileiro por parte dos estudantes do país, bem como o entendimento dos fundamentos por trás dos distintos recortes regionais utilizados ao longo da história.

Apesar disso, o texto de Benedicto e Marli (2017), publicado na Revista Retratos, do IBGE, constatam o infeliz fato de muitos estudantes se mostrarem desinteressados pelas aulas de Geografia na escola, principalmente por se sentirem distantes do conteúdo abordado, sendo necessário um estímulo às crianças para que sintam a curiosidade de conhecer as regiões brasileiras, ao destacar aspectos culturais de cada uma para uma visão mais próxima do assunto, por exemplo. Para Roberto Marques, professor de Geografia, as discussões acerca da regionalização brasileira podem mudar essa situação, ao abordar o sentido de dividir as regiões, as motivações por trás disso, sem ensinar como sendo algo engessado que deva ser apenas decorado.

Além do desinteresse por parte dos alunos, outras problemáticas existentes no sistema educacional brasileiro são as diversas transformações que a educação vem sofrendo ao longo dos últimos anos, sobretudo no nível básico – Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Nesse contexto, em 2017 foi adotado como documento referencial que rege o currículo escolar brasileiro a Base Comum Nacional Curricular (BNCC), que estrutura e define as aprendizagens e habilidades necessárias da educação básica nas diferentes instâncias federativas de instituições de ensino do país (BRASIL,

2017a).

Considerando as dificuldades e problemáticas relacionadas ao ensino da educação básica do país – sobretudo na disciplina de Geografia -, a pesquisa tem como problema central: **“Quais são as abordagens utilizadas pelas coleções atuais de livros didáticos de Geografia para se trabalhar região e regionalização no Ensino Fundamental Anos Finais (EFAF)?”**

Dessa forma, o objetivo central deste trabalho é analisar criticamente a abordagem regional de três coleções de livros de Geografia do Ensino Fundamental Anos Finais (EFAF) aprovadas no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) - 2024. Além disso, como objetivos específicos temos: evidenciar a abordagem regional proposta por três coleções de livros didáticos de Geografia do Ensino Fundamental Anos Finais (EFAF) a partir da análise de conteúdo; discutir o tratamento da questão regional relacionado à BNCC na elaboração dos livros didáticos do EFAF; elucidar o embasamento teórico-conceitual da abordagem regional utilizada no desenvolvimento dos livros didáticos sob análise.

O método de pesquisa se configura em uma pesquisa bibliográfica e documental baseada em análise de conteúdo, adotando-se uma abordagem qualitativa e baseando-se nos seguintes procedimentos: levantamento documental e bibliográfico, no qual serão identificadas as abordagens regionais utilizadas em três coleções de livros didáticos de Geografia do Ensino Fundamental Anos Finais (EFAF); leituras e fichamentos do material bibliográfico e documental; processamento de informações, principalmente as da Base Comum Nacional Curricular (BNCC); síntese de informações, incluindo a elaboração de esquemas, ilustrações e quadros-síntese.

Desta forma, o trabalho está estruturado em seis tópicos. O primeiro, que corresponde à introdução, contextualiza e introduz o tema e os fundamentos da pesquisa; o segundo é voltado para conceituação de região e seus debates ao longo da história do pensamento geográfico; o terceiro discorre acerca das regionalizações oficiais já adotadas no Brasil; o quarto traz o exame das coleções didáticas escolhidas; o quinto apresenta uma análise comparativa das obras; e o sexto e último capítulo encerra a pesquisa com as considerações finais.

2. CONCEITUAÇÃO DE REGIÃO

De acordo com um grande estudioso da questão regional, Paulo Cesar da Costa Gomes, remontando nos tempos do Império Romano, a denominação de “Região” – ou *Regione*, à época -, era aplicada para designação de áreas que estavam subordinadas ao império. Dessa forma, considerado por muitos filósofos a primeira vez, historicamente, no qual “(…) surge, de forma ampla, a relação entre a centralização do poder em um local e a extensão dele sobre uma área de grande diversidade social, cultural e espacial” (GOMES, 2000, p. 51).

Assim, as regiões nos mapas do Império, mesmo levando em consideração as diversidades culturais e sociais, eram áreas entendidas como uma extensão do poder central, correlatas à Roma. Também, outra instituição que usou da fragmentação de regiões como base de sua hierarquia administrativa foi a Igreja, no qual se utilizou dessas unidades regionais, reforçando o regionalismo político (GOMES, 2000).

Por conseguinte, Gomes (2000) chega a três grandes conclusões acerca do assunto com seus estudos:

I A partir da análise do objeto de estudo Região, pôde-se verificar desdobramentos que findaram em discussões sobre as conceituações da dinâmica do Estado, organização da cultura e sobre a diversidade espacial;

II Junto aos debates ocorridos, a dimensão espacial foi incorporada nas discussões políticas, culturais e econômicas, além de relacionadas às representações de autonomia, soberania e direitos;

III O privilégio da Geografia de abarcar as reflexões e discussões sobre sua conceituação, por ter a Região como conceito-chave.

Nesse sentido, coadunado ao pensamento científico moderno e nos avanços dos estudos referentes a Geografia, revolucionando o modo de analisar a natureza e a sociedade, o estudo regional surge tentando associar fenômenos de ordem humana e física em uma determinada localidade, assim, consagrando estudos desse âmbito na Geografia (LENCIONI, 1999).

Em vista disso, Paul Vidal de La Blache alavancou a Geografia Regional e, em sua ótica, o objetivo da ciência geográfica deveria ser de analisar e compreender a singularidade dos lugares, objetivando as distinções na paisagem e entendendo as

identidades regionais como forma de consciência da existência do termo, mas não dispondo de fato de uma definição exata para região. Além disso, destaca-se às perspectivas de autores como Alfred Hettner, que analisou às construções regionais sendo provenientes de um trabalho intelectual do pesquisador, não sendo autoevidentes, e Richard Hartshorne, compreendendo as divisões regionais a partir das descontinuidades existentes quando o nível de agrupamento dos fenômenos é pequeno, levantando a hipótese também de regiões descontínuas (LENCIONI, 1999).

Entendendo região como uma entidade concreta, La Blache defendeu a proposição de que caberia aos geógrafos sua delimitação e descrição, pois a ciência geográfica encontraria em suas nuances o objetivo de identificar às regiões dentro da superfície terrestre. Dessa forma, difundindo o conceito de “região natural” (CARVALHO, 2002).

O geógrafo Milton Santos, em entrevista para revista Veja, em 16/11/1994, comenta acerca disso: “O símbolo da geografia unitária - aquela que não separa o físico do social, o natural do humano, o ecológico do cultural - é a região Ora, o conceito de região foi vendido como sendo um edifício estável. Só que não é”.

Nesse sentido, ao partir para uma análise da dimensão regional, percebe-se lacunas em sua concepção, ao verificar diversas divergências históricas ao longo do pensamento geográfico sobre sua conceituação. Silva (2010) adverte que, em sua caracterização, por um lado, entendida por um fato por ele mesmo, dispondo de diferenciações resultantes da história social ou de dinâmicas ambientais ocasionadas ao longo do tempo, coadunadas pela constante transformação da natureza. Por outro lado, vistas por construções intelectuais, resultantes das análises teóricas dessas diferenciações.

Influenciada pelos conceitos de Hartshorne acerca de região como produto de uma construção intelectual do pesquisador, surge a Geografia Quantitativa (também nomeada de Nova Geografia, Teorética ou Pragmática) a partir de 1950, com o critério para definição de região sendo o conjunto de lugares nos quais teriam menores diferenças internas quando comparadas a outro conjunto de lugares, nessa conjectura, com as similaridades e diferenças sendo definidas a partir de estatísticas – desvio padrão, coeficiente de variação e análise de agrupamento -, assim, definindo os limites regionais amparados em leis da matemática, física e na teoria geral dos sistemas (CARVALHO, 2002; SILVA, 2010).

Crítico da Nova Geografia, Milton Santos comenta: “O maior pecado, entretanto, da intitulada geografia quantitativa é que ela desconhece totalmente a existência do tempo e suas qualidades essenciais” (SANTOS, 2004). Portanto, verifica-se uma grande falha dessa corrente de pensamento, pois se objetivava em um tempo linear, desconsiderando os processos sociais. Sobre isso, Milton Santos disserta que

> “Pode-se conhecer uma coisa desconhecendo sua gênese? O espaço que a geografia matemática pretende reproduzir não é o espaço das sociedades em movimento e sim a fotografia de algum de seus momentos. Ora, as fotografias permitem apenas uma descrição e a simples descrição não pode jamais ser confundida com a explicação. Somente esta pode pretender ser elevada ao nível do trabalho científico.” (SANTOS, 2004).

Por conseguinte, durante os anos 1970 e 1980 se tem o aparecimento de novas correntes geográficas, denominadas de críticas, no qual a região e o tema regional irá ser considerado a partir: da articulação dos modos de produção; das relações entre as classes sociais e a acumulação capitalista; das relações entre o Estado e a sociedade local; e, da dimensão política (SILVA, 2010, p. 32).

Amparado no marxismo, uma das correntes críticas surgidas foi a corrente radical marxista, entendendo o saber geográfico produzido até então como sendo influenciado e manipulado pela ideologia dominante e pelos detentores do poder. Dessa forma, conduziu uma abordagem geográfica aliada aos textos fundamentais marxistas, de uma forma que revitalizou o debate regional ao introduzir o conceito de desenvolvimento espacial desigual (GOMES, 1996).

Coadunado nesse pensamento, Lipietz (1998, p. 28-29 apud DINIZ FILHO, 2002, p. 151) disserta:

> “(…) Mas, mais profundamente, são as relações sociais que, à medida que têm uma dimensão espacial, ‘polarizam’ o espaço social. A região aparece assim como o produto das relações inter-regionais e estas como uma dimensão das relações sociais. Não há ‘região pobre’, há apenas regiões de pobres, e, se há regiões de pobres, é porque há regiões de ricos e relações sociais que polarizam riqueza e pobreza e as dispõem diferencialmente no espaço”.

Corrêa (1986) destaca a complexidade da utilização do termo “região” entre os geógrafos, com diferentes concepções do mesmo. Por haver diferentes conceituações, existem significados próprios a cada uma, ligados a diferentes correntes geográficas de pensamento. Complementando, Lencioni (1999) ressalta as dificuldades da palavra “região”, desde sua ampla gama de sentidos, como também seu caráter ideológico, sendo usado como um mecanismo de manipulação política.

Também, para Aluizio Capdeville Duarte, um dos principais pesquisadores do IBGE, a conceituação de região se dá “como uma dimensão espacial das especificidades sociais em uma totalidade espaço-social. Ela passa a ser um objeto para se entender uma totalidade social e a organização do espaço por essa totalidade” (Duarte, 1980, p.25).

Ademais, cabe salientar a importância das devidas conceituações de região utilizadas pois, por exemplo, os parâmetros teóricos e metodológicos utilizados para fins de regionalização no âmbito do planejamento governamental influenciam questões de (re)produção espacial, podendo existir criações institucionais “indevidas” de regiões nas quais podem ter consequências, a longo prazo, com efeitos que criam, reforçam, mitigam ou até mesmo eliminam aspectos de caracterização regional (SILVA, 2018).

Portanto, pode-se entender as conceituações regionais a partir da divisão espacial com fins analíticos, presumindo a possibilidade de “estabelecer diferentes regionalizações em função do que se pretende destacar” (DINIZ FILHO, 2002, p. 147).

Iná Elias de Castro, ao propor uma alternativa metodológica para a conceituação de região, discute uma reconsideração de seu conceito, aproximando-o ao de território, e recorrendo ao geógrafo francês Jean-Paul Ferrier para isso, que considera o território como desempenhando o papel de “acumulador da história” (FERRIER, 1984, apud CUNHA, 2000, p. 47).

Dessa forma, a região pode ser entendida de acordo com Castro (1994, p. 62), como um “acumulador espacial de causalidades sucessivas, perenizadas numa porção do espaço geográfico, verdadeira estrutura sujeito na relação histórica do homem com seu território”.

Em vista disso, segundo Moraes (2005), na concepção clássica da geografia política, território é entendido como um espaço no qual evidencia uma área de poder estatal, compreendido por haver um poder soberano do Estado, junto a seu domínio político.

Junto a uma análise conceitual aproximando os dois conceitos, autores como Iná Elias de Castro e Paulo Cesar da Costa Gomes resgatam clássicas referências definidoras de território, como dissertada por Manuel Correia de Andrade:

> “O conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de

> lugar, estando muito ligado à idéia de domínio ou de gestão de uma determinada área. Assim, deve-se ligar sempre a idéia de território à idéia de poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas." (ANDRADE, 1994, p. 213).

Por outro lado, Rogério Haesbaert e Éster Limonad, analisando as abordagens conceituais do território, entendem essa como a vertente jurídico-política, uma das três dimensões conceituais concebidas por eles em seus estudos. Dessa forma, o quadro abaixo irá destacar as três linhas de abordagem territoriais concebidas pelos dois autores, com propósitos didáticos-analíticos:

Quadro 1: Concepções territoriais em três dimensões básicas

As abordagens conceituais de território em três vertentes básicas

Jurídico-política	Cultural(ista)	Econômica
Conceituação territorial Um espaço delimitado e controlado no qual se exerce um poder, principalmente, de caráter estatal	**Conceituação territorial** Resultado da apropriação do espaço a partir de uma relação com o imaginário e/ou a identidade social	**Conceituação territorial** A (des)territorialização entendida como resultado espacial da relação entre as classes sociais e do capital-trabalho
Conceitos análogos • Estado-nação • Fronteiras políticas e limites político-administrativos	**Conceitos análogos** • Lugar e cotidiano • Identidade e alteridade social • Cultura e imaginário	**Conceitos análogos** • Divisão territorial do trabalho • Classes sociais e relações de produção
Principais atores e vetores • Estado-nação • Organizações políticas	**Principais atores e vetores** • Indivíduos • Grupos étnicos-culturais	**Principais atores e vetores** • Âmbito econômico dos Estados • Empresas (capitalistas) • Trabalhadores
Escola de pensamento geográfico • Geografia Política (Geopolítica)	**Escola de pensamento geográfico** • Geografia humanística • Geografia Cultural	**Escola de pensamento geográfico** • Geografia econômica

Fonte: Organizado pelo autor com base em Haesbaert e Limonad (2007, p. 45).

Portanto, ao se caracterizar a dimensão territorial, identifica-se relações nos âmbitos do controle, gestão e domínio. E assim, revelando o exercício do poder, no qual inflige sobre atores individuais e coletivos, públicos e privados, que agem a partir de seus históricos culturais, políticos e econômicos alicerçados em uma região

específica (CUNHA, 2000).

Dessa maneira, a caracterização e estudo regional deve englobar todas as dimensões que atuam em um recorte sócio-espacial específico, onde nesse meio está inserido o aspecto territorial, mas não somente ele (CUNHA, 2000).

Nesse sentido, Marcelo José Lopes de Souza (1995) complementa que, essencialmente, o território é marcado por e pelas relações de poder ali existentes, podendo ser analisado em diferentes escalas e com diferentes atores. O exemplo mais comum é abordar o território numa perspectiva do Estado nacional, sendo este um dos grandes atores hegemônicos da ocupação e uso do território. No entanto, o autor destaca que nem todas as abordagens associam o território com a figura do Estado. Além disso, nas mais diferentes escalas temporais, os territórios seriam construídos e desconstruídos ao longo os séculos, décadas, anos, meses ou dias, tendo um caráter de existência permanente ou periódica. Portanto, confrontando o senso comum, na visão do autor o conceito de território não se restringe apenas ao "território nacional", podendo também ser utilizado, a exemplo, em uma situação de um quarteirão dominado por gangues ou um bloco formado pelos países-membros da OTAN.

Por conseguinte, entendendo a diferenciação existente do âmbito territorial e regional, na ótica da Geografia Regional lablacheana o "território nacional" é dado como um mosaico orgânico e harmônico de "regiões" singulares (SOUZA, 1995, p. 84). Dessa maneira, o autor ratifica que o espaço é anterior ao território, chegando a uma conclusão que o conceito territorial está incluso, necessariamente, a existência de um espaço social, entretanto nem todo espaço social pode ser devidamente classificado como um território.

Em vista disso, Souza (1995) exemplifica com uma situação hipotética de uma cidade-fantasma no qual anteriormente existia uma grande civilização, mas atualmente está esquecida às ruínas, abandonada, não retrocedendo a condição de "objeto natural", porém, sem haver mais dinâmicas sociais quais sejam, não estando mais em uma posição de território. Portanto, o território não é essencialmente o espaço social que ali existe, e sim está relacionado às relações de poder espacialmente delimitadas atuando naquela determinada área. Também, não necessariamente sendo somente o solo a área a ser territorializada, podendo haver um mar territorial, a exemplo dos territórios marítimos do Caribe, nos quais são de extrema importância geopolítica e geoeconômica.

Dessa maneira, pelo fato da região não ser uma entidade física e sim uma construção social, resultado de um exercício de regionalização em função dos objetivos que o encetam, um mesmo território pode e deve ser objeto das mais distintas regionalizações, o segmentando e diferenciando a partir desses processos (PAIVA, 2005, p. 2).

Assim, nota-se que um determinado território pode ser regionalizado uma infinidade de vezes, de acordo com os objetivos, métodos e critérios levados em conta. Dessa forma, a região se torna um meio e não mais o produto final, sendo esta abordagem denominada análise regional (DINIZ: BATELLA, 2005).

Nesse sentido, partindo de uma perspectiva regional onde a região é vista como um recorte político-administrativo, subordinada politicamente e economicamente a um poder centralizante, estão inseridas as “regiões de planejamento”. Elas irão representar as unidades territoriais que serão o ponto de partida para o desenvolvimento e a aplicação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento socioeconômico daquela determinada área. No Brasil, houve uma maior aplicabilidade deste conceito durante as décadas de 1960 e 1970, com a criação de várias regiões de planejamento, nos mais diferentes níveis administrativos (DINIZ; BATELLA, 2005).

Sob a perspectiva de Speridião Faissol (1996), a Geografia Regional está intrinsecamente ligada ao âmbito do planejamento, a partir da formulação de políticas nas quais impulsionarão o desenvolvimento regional, bem como visando a diminuição das desigualdades inter-regionais.

Ainda de acordo com Faissol (1996), os critérios de homogeneidade e funcionalidade aparecem, tradicionalmente, como os dois conceitos utilizados pelos geógrafos para definir as regiões. O primeiro, relacionado a recorrência de determinadas particularidades no espaço, e o segundo, associado às relações entre os lugares. Ambos critérios têm sido postos em uso visando o planejamento e estudos regionais.

Na visão do planejamento, tendo como base sua natureza política, relacionada a tomadas de decisão, urge a necessidade do entendimento da abstração da região, mas também das conjunturas políticas que implicam na territorialidade como composição do sistema espacial essencialmente relacionados por mecanismos de dominância e subordinação. Assim, compreendendo a estrutura social e territorial como parte do processo da regionalização (FAISSOL, 1996).

3. REGIONALIZAÇÕES DO ESPAÇO GEOGRÁFICO

Neste tópico serão apresentadas as propostas de regionalização do território brasileiro que antecederam a 1° Divisão Regional do Brasil oficial, publicada pelo IBGE em 1942, bem como as regionalizações oficiais do IBGE ao longo dos anos. Também, serão apresentadas e discutidas as regionalizações mundiais que os autores dos livros didáticos costumam trazer em suas coleções.

3.1 REGIONALIZAÇÕES BRASILEIRAS

No Brasil, diversos autores tentaram perceber o território nacional por meio de propostas de regionalização. As primeiras proposições para recortes regionais datam do início do século XX, aliadas a incessantes estudos nesse âmbito. Entendendo a divisão regional como sendo de natureza duradoura, portanto, introduzindo o conceito de região natural, sugerindo como ponto central das limitações regionais brasileiras, Delgado de Carvalho elabora sua proposta de divisão regional em 1913, sendo fundamental para a primeira divisão oficial elaborada pelo IBGE, em 1942 (MAGNAGO, 1995).

Nesse sentido, de acordo com Delgado de Carvalho, a região natural caracteriza-se como:

> (...) uma área geográfica, mais ou menos precisa, que a observação permite criar com a superposição de mapas figurando influências fisiográficas diferentes: relevo, hidrografia, clima, vegetação; forma-se, assim, uma imagem composta, uma síntese esboçada que vai servir de cenário à ação do homem (CARVALHO, 1944, p.16).

Percebendo os fatores humanos como muito mutáveis, dinâmicos, Delgado de Carvalho baseou-se em fatores do meio físico, como o relevo, clima e vegetação para propor sua divisão regional brasileira, a qual contava com 5 grandes unidades naturais – Brasil Setentrional ou Amazônico; Brasil Norte-Oriental; Brasil Oriental; Brasil Meridional e Brasil Central. É válido salientar que essa regionalização, de início, foi proposta com fins didáticos, ao visar o ensino da Geografia (MAGNAGO, 1995).

Nesse sentido, Fábio Macedo Soares Guimarães (1941), chefe da unidade responsável pelo projeto da primeira divisão regional do país, comenta que as regiões naturais possuem a vantagem da estabilidade, sendo uma boa alternativa para uma divisão prática permanente, estabilidade essa que não se tem ao analisar

com base nas Regiões Humanas, muito mutáveis ao longo do tempo.

Entretanto, a regionalização criada por Delgado de Carvalho não foi a única deste período, existindo uma grande variedade de propostas dividindo regionalmente o território brasileiro, pelos mais diversos autores, onde foram de significativa importância para com os meios intelectuais e órgãos da administração pública (CONTEL, 2014).

No quadro abaixo pode-se ver algumas das importantes divisões regionais do país que precedem a primeira regionalização oficial do IBGE, além da feita por Delgado de Carvalho, como já comentado anteriormente:

Quadro 2: Propostas de regionalizações brasileiras que antecederam a divisão oficial do IBGE em 1945



Continua...

... continuação.

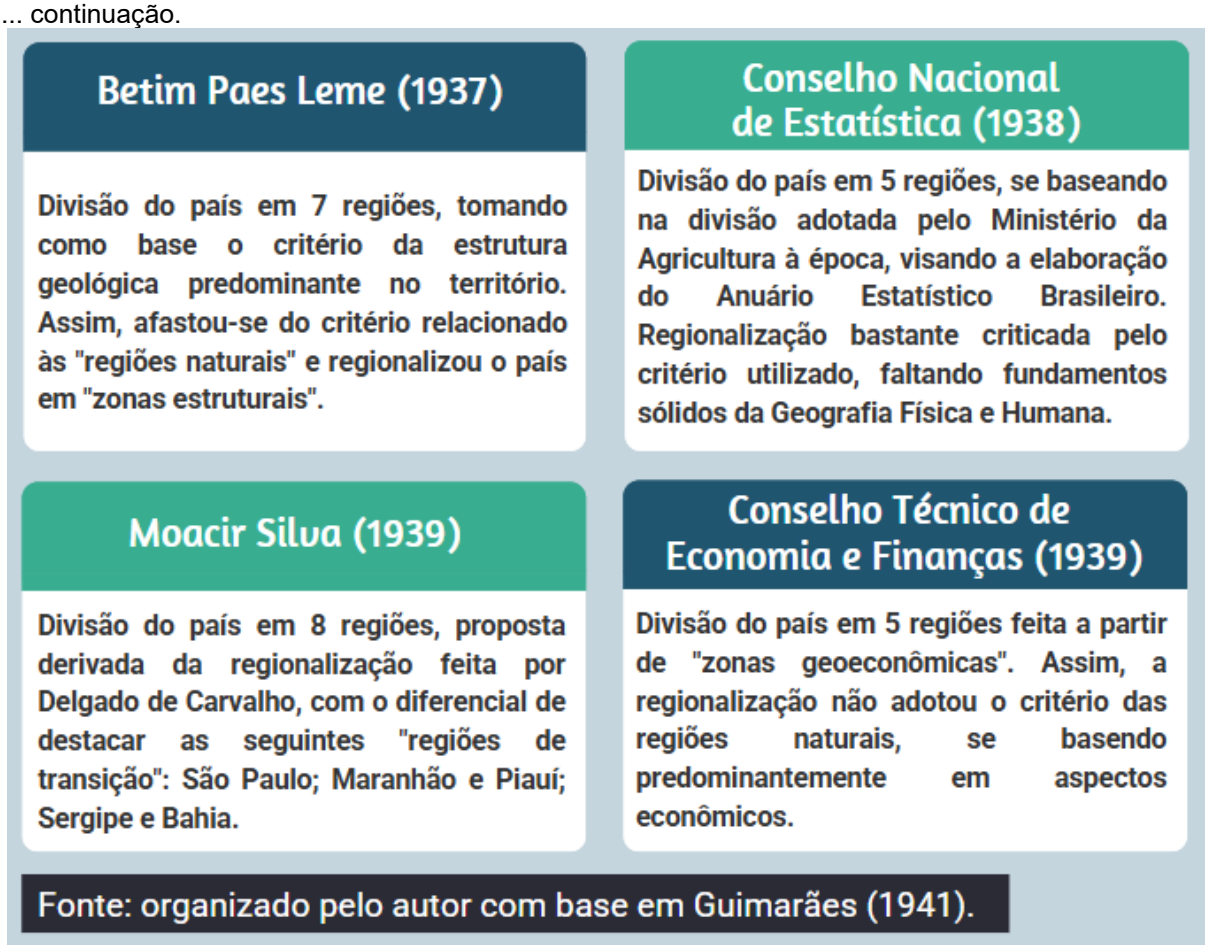
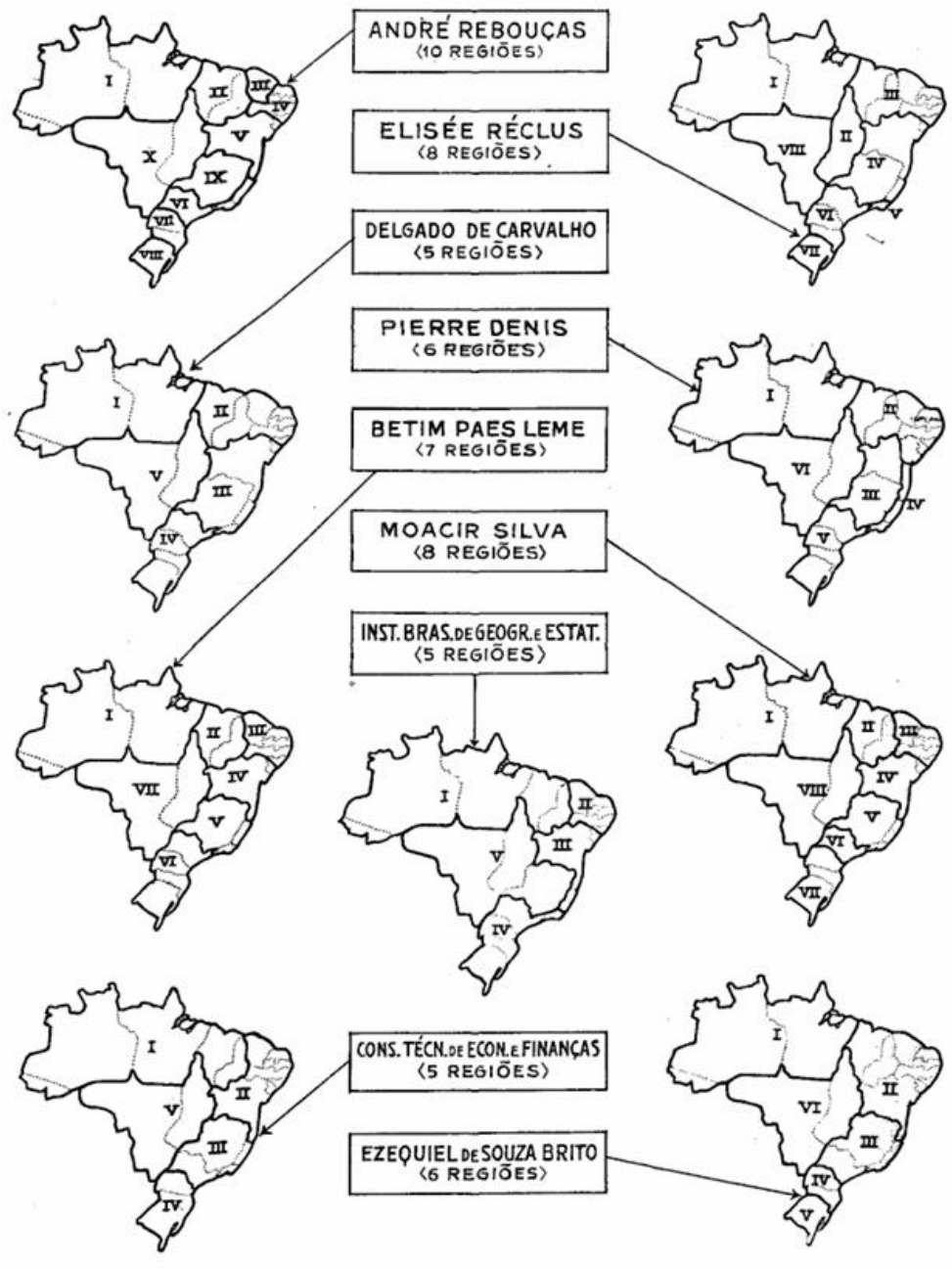


Figura 1: Mapa das regionalizações do Brasil anteriores a 1945



Fonte: Guimarães (1941).

Ressalta-se que o motivo pelo qual existe essa grande variedade de divisões se deve pelo fato de que há uma ampla gama de critérios de regionalização adotados pelos autores. Assim, existe propostas baseadas nas “regiões naturais” ou outros aspectos isolados, a exemplo de: regiões orográficas, climáticas, botânicas ou econômicas (GUIMARÃES, 1941).

Além disso, como ressalta o Guimarães (1941), duas outras causas que se relacionam com a quantidade de regionalizações propostas são: a consideração dos distintos graus de subdivisão; a questão da delimitação, pois disso decorre as

variações teóricas no âmbito da ciência geográfica, desconsiderando as divisas das unidades políticas, e as no âmbito prático, voltadas com finalidades administrativas, estatísticas ou didáticas, compreendendo uma ou mais unidades políticas inteiramente.

29 anos após a divisão proposta por Delgado de Carvalho, a partir da Circular No. 1 de 31 de janeiro de 1942 da Secretaria da Presidência da República, foi institucionalizada a primeira divisão regional oficial do país, pelo IBGE, de forma a organizar uma única divisão regional do país, visando divulgação das estatísticas brasileiras (SILVA, 2010).

Mapa 1: Divisão regional do Brasil – 1942, IBGE

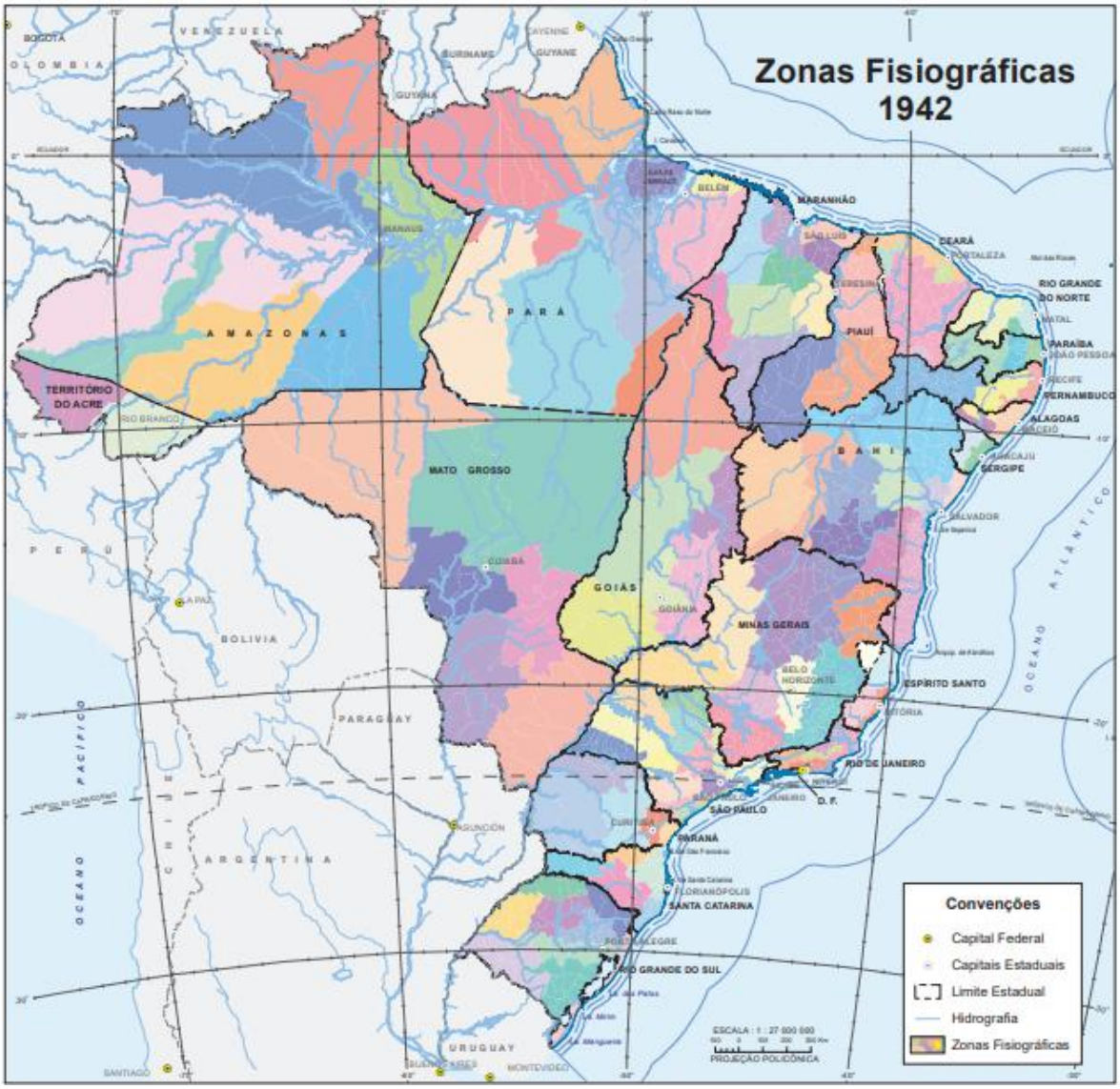


Fonte: Guimarães (1942).

Já em 1942 e 1943 houve a criação de novos territórios federais, sendo eles: Fernando de Noronha, em 1942, incluído no Nordeste Oriental; Guaporé (atual Rondônia), Rio Branco (atual Roraima) e Amapá, incluídos no Norte; Iguaçu, compondo a região Sul; Ponta Porã incluído na região Norte. Posteriormente, em 1946, esses dois últimos territórios foram extintos. (LIMA et al., 2018).

Em 1945, o IBGE dividiu, para fins práticos e administrativos, as Unidades Federadas do país em 228 Zonas Fisiográficas, tendo como fundamentos conceituais não só características do meio físico, mas também aspectos socioeconômicos. Desse modo, essa divisão em menores unidades serviu de base para dados estatísticos produzidos pelo Conselho Nacional de Geografia (CNE), do IBGE, e adotada pelas instituições de ensino (IBGE, 2017).

Mapa 2: Divisão Regional do Brasil em Zonas Fisiográficas – 1942, IBGE



Fonte: IBGE (2017).

Entretanto, essa divisão adotada sofreu algumas críticas, Magnago (1995) destaca que as Zonas Fisiográficas estariam sujeitas a transformações ao longo do tempo, devido os processos sociais que poderiam ocorrer. Além disso, evidencia-se sua fragilidade no tocante aos seus limites, já que poderiam acontecer desmembramentos municipais que alterariam as configurações iniciais.

Sendo assim, de acordo com Magnago (1995), posteriormente não mais satisfazendo para fins estatísticos nem didáticos, rompeu-se com o modelo anterior de região natural, junto a um avanço a nível teórico. Nesse sentido, entendendo região como um espaço organizado pelo homem, também amparado em estudos de autores como Pedro Pinchas Geiger, nos qual ressaltava a relação entre regionalização e o desenvolvimento industrial de um país, entendendo região "como uma forma geográfica que surge apenas em determinada fase histórica de um território" (GEIGER, 1969, p. 7), se tem uma necessidade de mudança do quadro de divisão regional brasileira.

Como aponta Perides (1994), o estabelecimento de uma única divisão regional do país, como em 1945, se tornou insuficiente, pois uma só regionalização não era capaz de atender a diferentes finalidades. Portanto, seria necessário haver diferentes regionalizações de acordo com seus objetivos específicos de intervenção. Dessa maneira, foi iniciado um processo de revisão da divisão regional do Brasil implicando três regionalizações distintas, "(…) visando cada uma delas oferecer quadros territoriais que melhor se ajustassem às diferentes formas de intervenção por parte do Estado, tendo assim cada uma delas finalidades específicas" (*ibidem,* p. 89).

Nesse contexto, Galvão e Faissol (1969) comentam que a fundação IBGE, por meio do IBG (Instituto Brasileiro de Geografia), ao se dar conta dessa limitação e premente necessidade de uma mudança na regionalização do país, iniciou os estudos visando reformular e trazer uma nova divisão regional do Brasil. Logo, baseando-se em critérios geo-econômicos, explicitados através de pesquisas acerca de espaços homogêneos e polarizados, fluxos e relações espaciais de produção e consumo.

Entendendo a organização espacial brasileira como fundamental para formular políticas públicas nas quais impulsionassem o desenvolvimento socioeconômico do país, e percebendo o imprescindível papel dos geógrafos e da

ciência geográfica nisso, o IBG em seus estudos afastaram-se de um modelo de divisão eclética, onde uma só regionalização atendesse para todas as finalidades. Definindo assim divisões regionais que, em um momento inicial, estivessem coadunadas a três objetivos principais: estatísticos, descentralização da ação administrativa e planejamento (GALVÃO; FAISSOL, 1969).

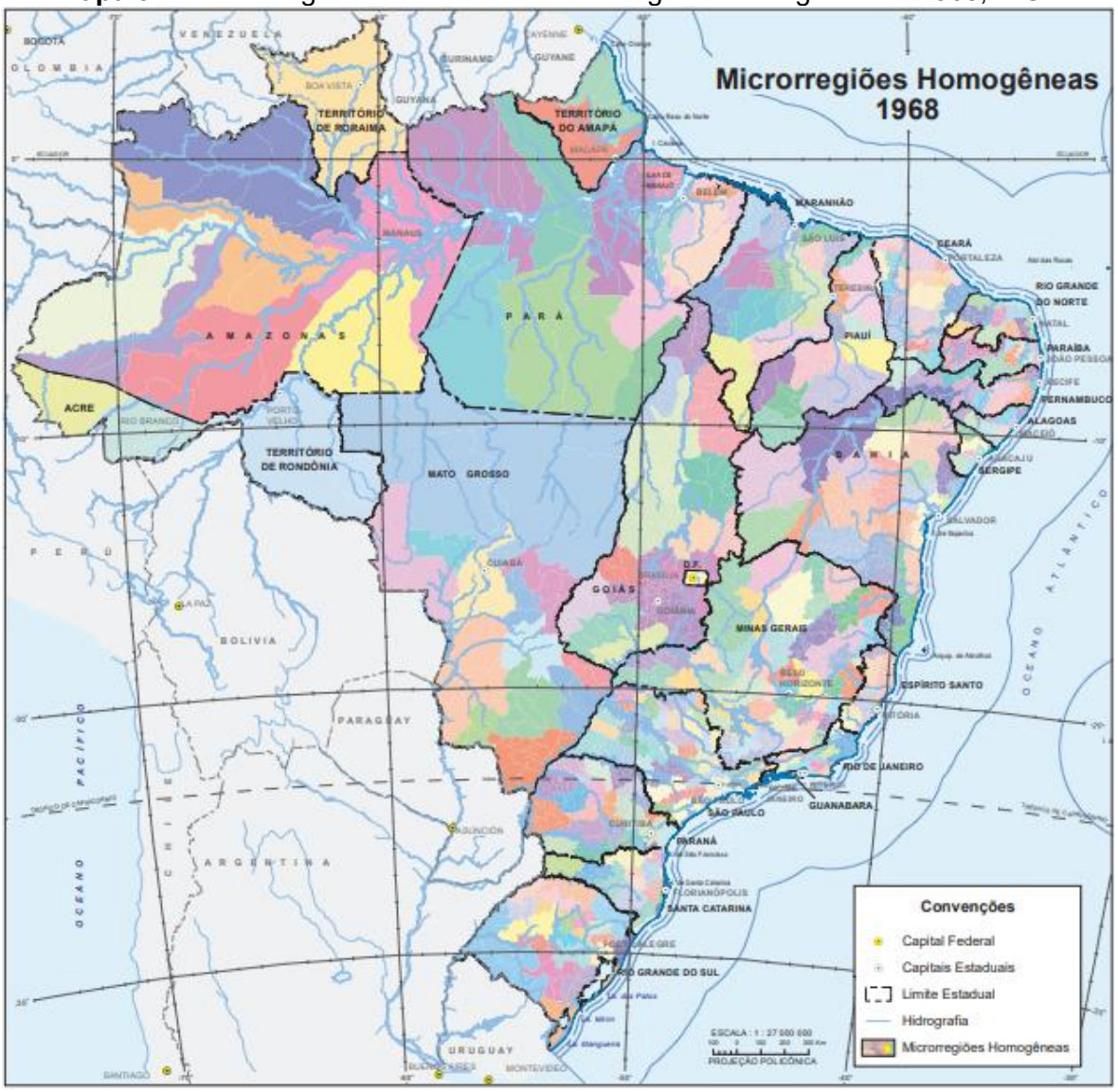
Dessa maneira, a primeira dessas divisões esteve ligada ao critério da homogeneidade, com vistas a agrupar dados estatísticos, servir de base para o ensino da Geografia, como também para regionalização governamental. Assim, definida a partir de dois níveis hierárquicos: microrregiões e macrorregiões homogêneas (PERIDES, 1994).

No quadro abaixo, se tem uma explicação mais detalhada dessa regionalização:

Quadro 3: Definição das microrregiões e macrorregiões homogêneas

Definição das microrregiões e macrorregiões homogêneas - IBGE 1945	
Microrregiões homogêneas	**Macrorregiões homogêneas**
Constituídas pelo agrupamento de um certo número de municípios que possuem características de homogeneidade em comum. Além disso, foram definidas para fins estatísticos, substituindo as antigas zonas fisiográficas.	Se distanciou dos critérios naturais de homogeneidade utilizados na antiga divisão regional, definindo suas características a partir da combinação de aspectos naturais, sociais e econômicos. Oficialmente, tinha como propósito ser utilizada para o ensino de Geografia nas escolas, como também para o planejamento.
Por definição, as microrregiões são formas de organização em torno da produção, com sua homogeneidade expressa por fatos físicos, sociais e econômicos.	Dessa forma, as novas macrorregiões homogêneas diferiam da divisão regional baseada nas regiões naturais.
Fonte: organizado pelo autor com base em Perides (1994, p. 90).	

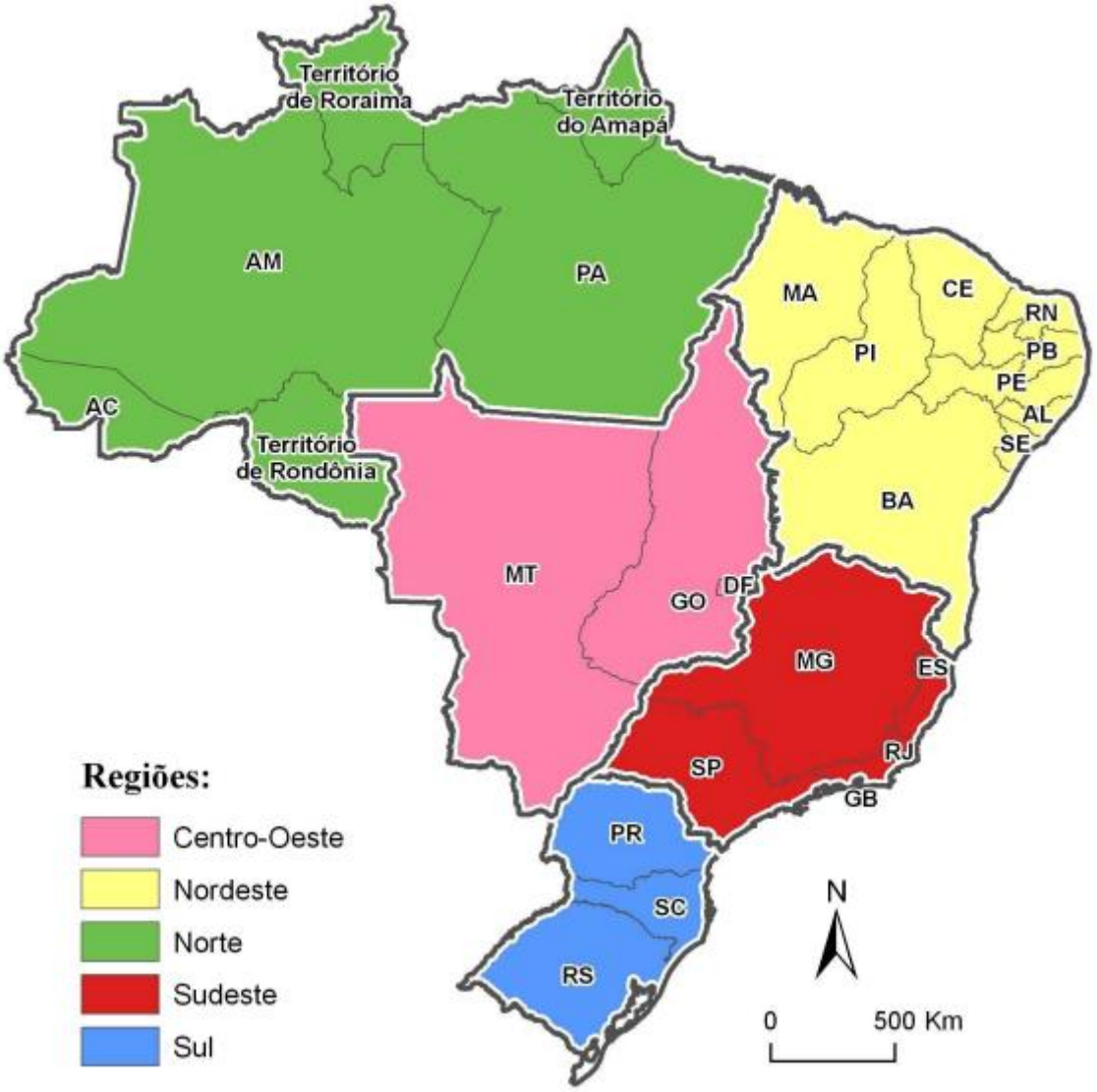
Mapa 3: Divisão Regional do Brasil em Microrregiões Homogêneas – 1968, IBGE



Fonte: IBGE (2017).

Portanto, em um contexto pós Segunda Guerra Mundial, com a configuração do território brasileiro sendo alterada de modo significativo, junto a um processo de industrialização brasileiro – sobretudo no estado de São Paulo. Ao final da década de 1960 foi proposta uma nova divisão regional do país para fins estatísticos, sendo melhor detalhada pela Resolução n.1 da Comissão Nacional de Planejamento e Normas Geográfico Cartográficas de 8 de maio de 1969, e oficializada a partir do Decreto-Lei no. 67.647, de 23 de novembro de 1970, dividindo o Brasil em cinco grandes regiões – Norte; Nordeste; Sudeste; Sul; Centro-Oeste –, em um desenho regional próximo ao atual (CONTEL, 2014).

Mapa 4: Divisão Regional do Brasil em macrorregiões homogêneas– IBGE, 1969



Fonte: IBGE (2002 organizado por SILVA, 2010, p. 16).

Dois anos após a oficialização, em 1972, o IBGE publica sua outra divisão regional: as Regiões Funcionais Urbanas. Os critérios estabelecidos pelo instituto foram os da área de influência urbana e a hierarquia urbana, colaborando com as políticas de desenvolvimento à nível local, regional e nacional, ao dispor de instrumentos teóricos que auxiliariam a política de descentralização administrativa (MAGNAGO, 1995).

Nesse sentido, de acordo com Speridião Faissol (1998, p. 93), acerca das Regiões Funcionais Urbanas “formalmente seguiam uma linha conceitual da multiplicidade do conceito de região, mas, na verdade, foram muito usadas em várias entidades para fins de planejamento de localização de serviços de vários tipos”.

Posteriormente, em 1976, essa divisão foi revista pelo IBGE e aprimorada junto sua publicação *Regiões de Influência das Cidades*, feita no ano de 1987. Alguns anos após isso, aliado a novos estudos sobre o tema regional, se tem as *Regiões de Influência das Cidades,* nova divisão regional publicada pelo instituto em 2000. Uma outra atualização dessa edição foi publicada, em 2008, com novos estudos acerca de sua regionalização de acordo com as áreas de influência e hierarquia urbana (SILVA, 2010). A publicação mais recente do IBGE atualizando a REGIC ocorreu em 2018 (MOURA; NAGAMINE; FERREIRA, 2021).

De acordo com Simone Affonso da Silva (2010), a concepção de cidade por seu caráter central e polarizador percorre as versões da Regic, desde sua primeira, em 1972. Sendo assim, os estudos feitos pelo IBGE conforme a hierarquia dos centros urbanos apenas atualizam o quadro regional de sua regionalização proposta, visando perceber novas mudanças na rede urbana ao longo dos anos. Entretanto, não há um grande distanciamento dos marcos teóricos-metodológicos no seu processo de análise regional.

Visando servir de base espacial para contribuir com as políticas de desenvolvimento regional, a terceira divisão regional do país proposta pelo IBGE aliou as propostas de Divisão Regional do Brasil (1969) e das Regiões de Influência das Cidades (1972). Assim, correspondendo às denominadas “regiões de planejamento”, fundadas nos critérios de homogeneidade e de vida de relações, definindo áreas para implementação de órgãos relacionados ao desenvolvimento regional, a exemplo das superintendências de desenvolvimento (PERIDES, 1994).

Entretanto, esse modelo de divisão regional apresentou problemas, pois os critérios de homogeneidade e de vida de relações seriam, em um primeiro momento, excludentes, podendo coexistir, mas sendo inconciliáveis (GALVÃO; FAISSOL, 1969).

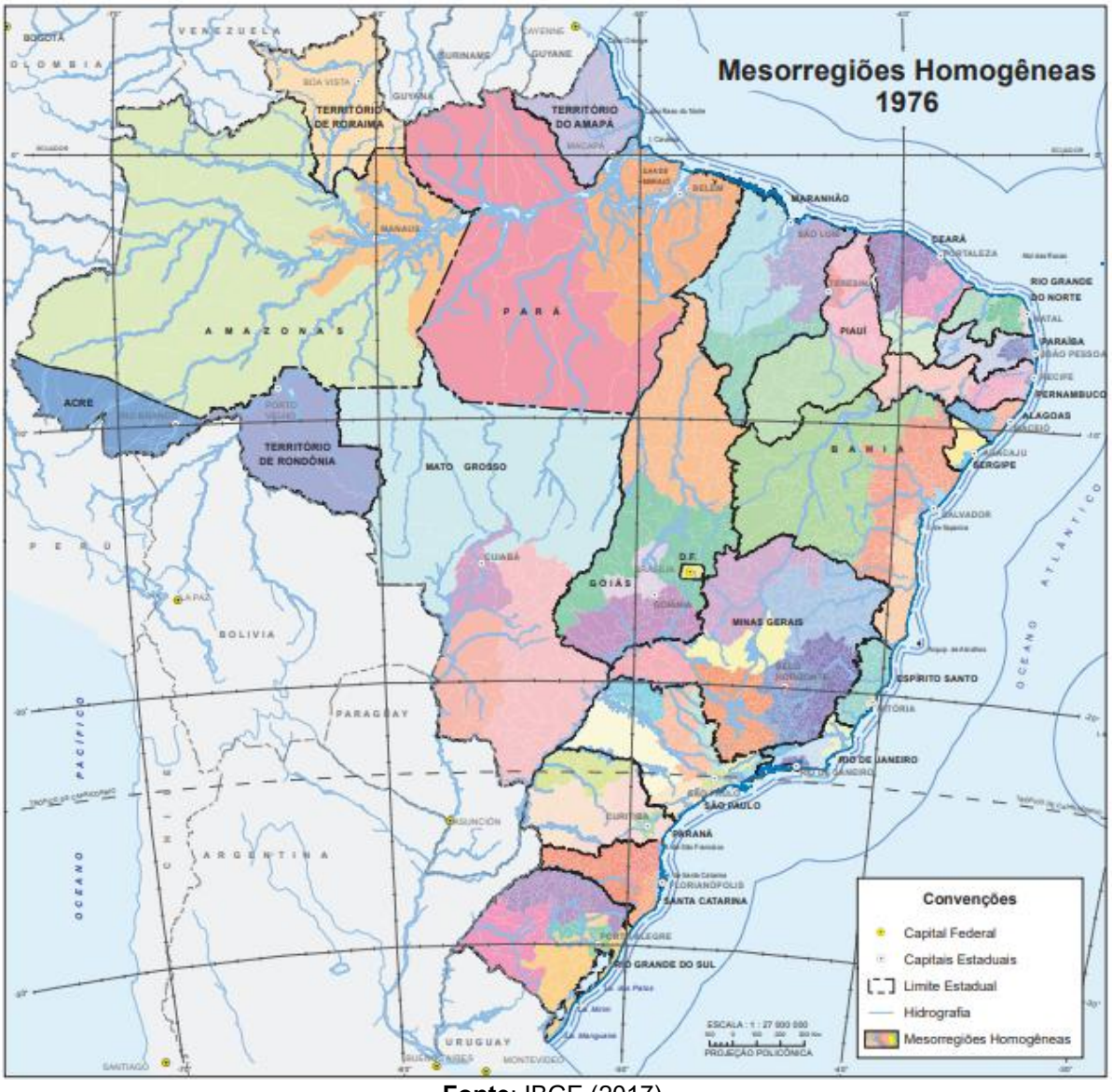
Porém, de acordo com os geógrafos quantitativistas da década de 1960, esse problema seria apenas de ordem técnica. Dessa maneira, devido às problemáticas do âmbito teórico-metodológico, essa divisão regional acabou por não ser efetivada, impedindo uma análise mais profunda (SILVA, 2010).

Já em 1976, o IBGE elaborou uma outra regionalização, amparado na Teoria Geral dos Sistemas e em uma metodologia quantitativa, um novo conjunto de regiões do país surgia: as mesorregiões homogêneas. Por definição, unidades territoriais que derivavam da agregação de microrregiões, as mesorregiões tinham

como objetivo central "dar maior flexibilidade na escolha de unidades observacionais, que fossem ao mesmo tempo adequadas para o objetivo de um determinado estudo e para o qual os dados necessários para o desenvolvimento do trabalho fossem significativos" (MAGNAGO, 1995, p. 83).

Sendo assim, o critério utilizado foi o de homogeneidade intragrupos, de acordo com setores básicos das atividades econômicas e indicadores de desenvolvimento urbano e rural, dando origem a 87 unidades espaciais denominadas mesorregiões. Essa divisão regional também amparou políticas de planejamento, ao aperfeiçoar e difundir dados censitários (MAGNAGO, 1995).

Mapa 5: Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões Homogêneas – 1976, IBGE



Fonte: IBGE (2017).

Por conseguinte, duas décadas depois, houve uma grande mudança na regionalização do território do país. Entre 1989 e 1990 o IBGE, ao rever as divisões intermediárias, propôs as micro e mesorregiões geográficas, após extensiva pesquisa feita pelo grupo da Divisão de Estudos Territoriais (DITAR), vinculada ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, chefiado por Aluizio Capdeville Duarte (CONTEL, 2014). Partindo da noção de totalidade nacional como base, amparando-se principalmente nas unidades da federação como recorte inicial. Quadro diferente da antiga metodologia, no qual baseou-se em critérios de homogeneidade às agregações de áreas (SILVA, 2010).

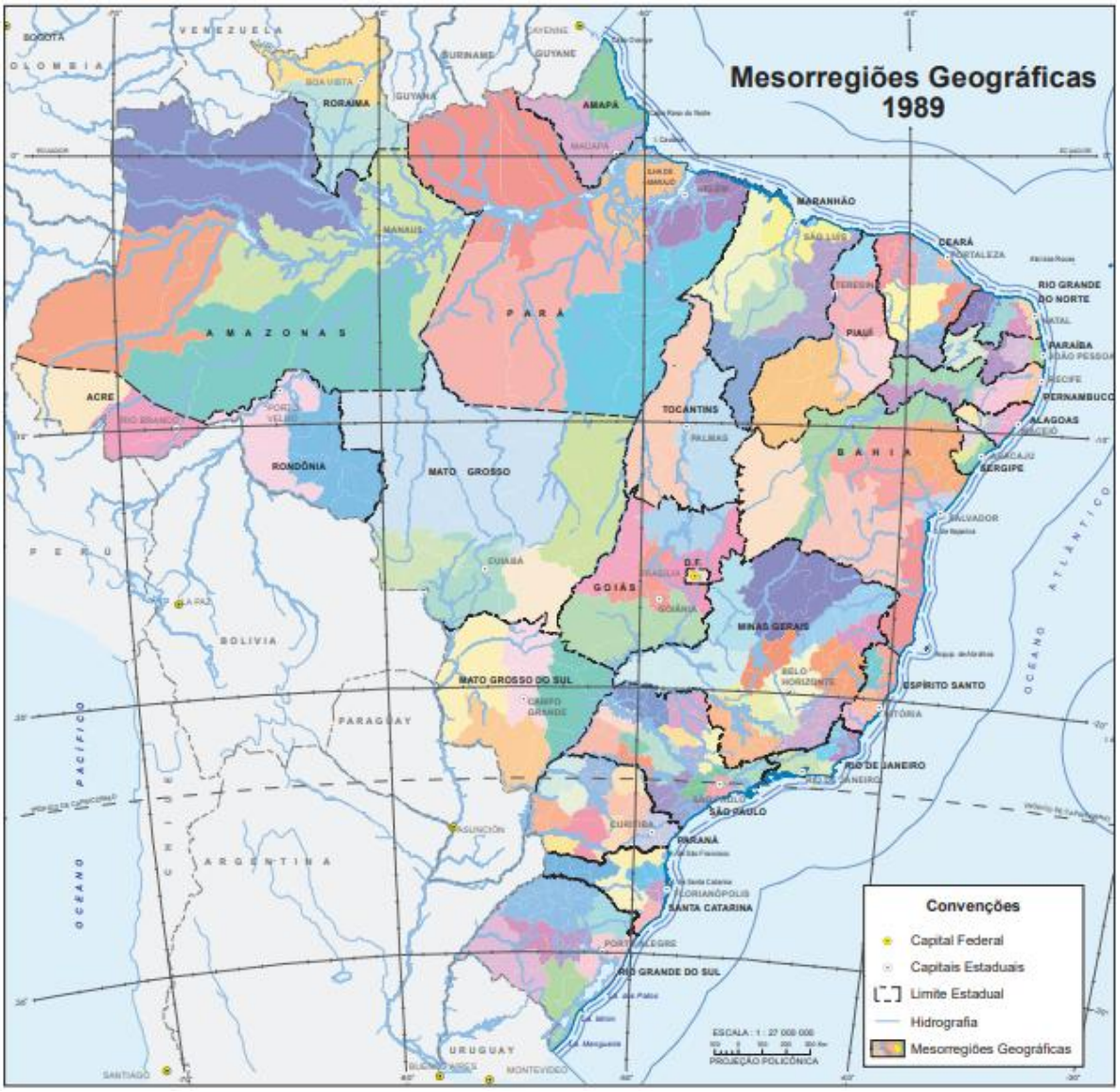
Assim, passando a serem denominadas de geográficas ao invés de homogêneas, podemos conceituar as mesorregiões, primeiramente, segundo o IBGE:

> área[s] individualizada[s] em uma unidade da Federação que apresenta[m] formas de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o processo social como determinante; o quadro natural como condicionante; e a rede de comunicação e de lugares como elemento da articulação espacial (IBGE, 1990, p. 8).

Em segundo lugar, também, conceituando as microrregiões:

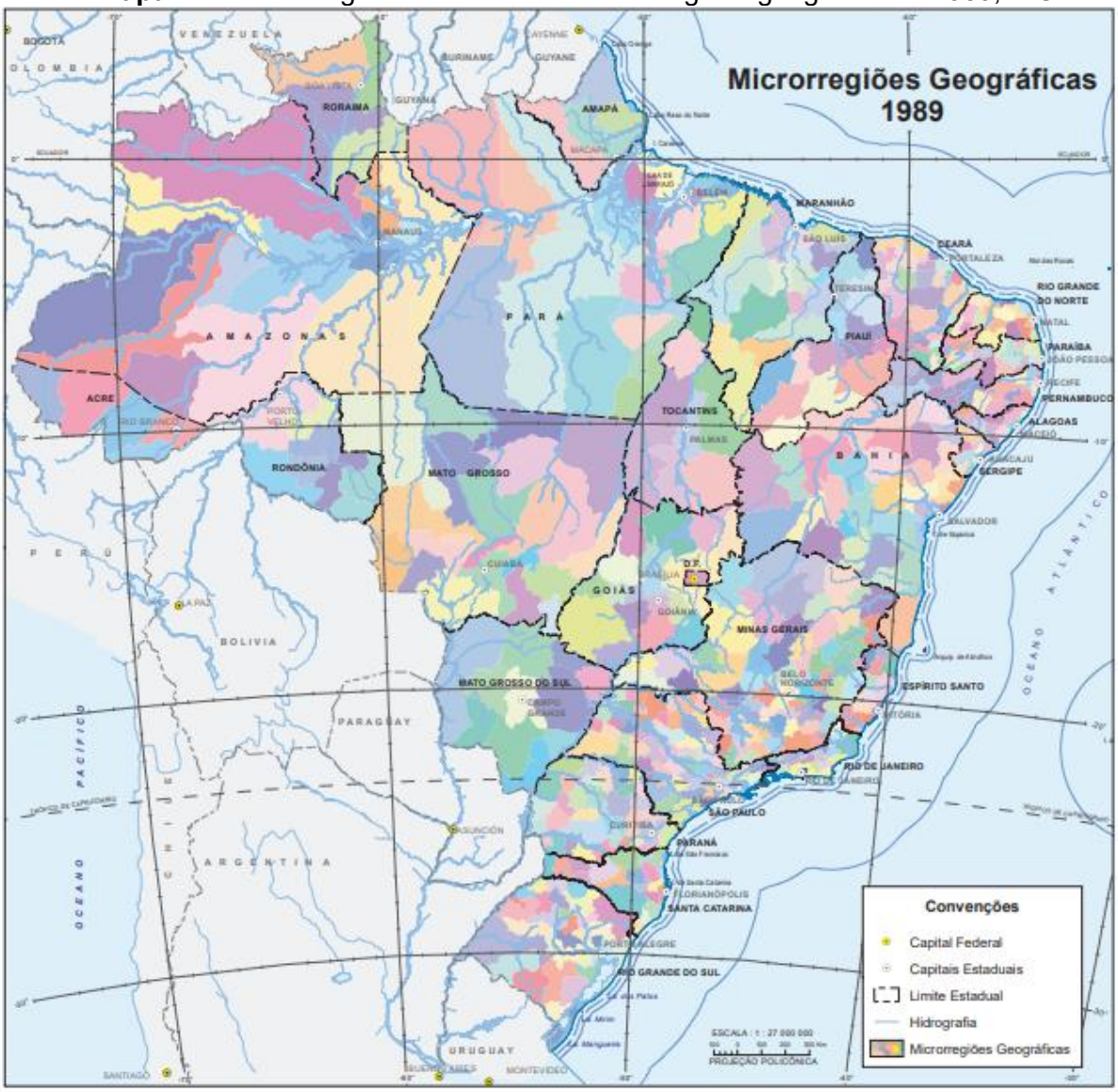
> partes das mesorregiões que apresentam especificidades quanto à organização do espaço. Essas especificidades não significam uniformidade de atributos nem conferem às microrregiões autossuficiência e tampouco o caráter de serem únicas devido à sua articulação a espaços maiores, quer à mesorregião, à Unidade da Federação, quer à totalidade nacional. Essas especificidades referem-se à estrutura de produção agropecuária industrial, extrativismo mineral ou pesca. Essas estruturas de produção diferenciadas podem resultar da presença de elementos do quadro natural ou de relações sociais e econômicas particulares (IBGE, 1990, p.8).

Mapa 6: Divisão Regional do Brasil em mesorregiões geográficas – 1989, IBGE



Fonte: IBGE (2017).

Mapa 7: Divisão Regional do Brasil em microrregiões geográficas – 1989, IBGE



Fonte: IBGE (2017).

Dando continuidade, levando em consideração as transformações que aconteceram na dinâmica econômica mundial, como também as mudanças ocorridas dentro do território brasileiro ao longo dos anos, tanto no âmbito econômico, como demográfico, político e ambiental, o IBGE identifica uma necessidade de, novamente, construir uma nova divisão regional para o Brasil. Sendo assim, verifica-se a necessidade de atualizar o antigo cenário regional das mesorregiões e microrregiões geográficas (IBGE, 2017).

Incorporando as transformações acontecidas nas últimas três décadas, em 2017 o IBGE elabora o recorte regional das Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias. Para isso, levou em consideração a rede urbana e seus elementos

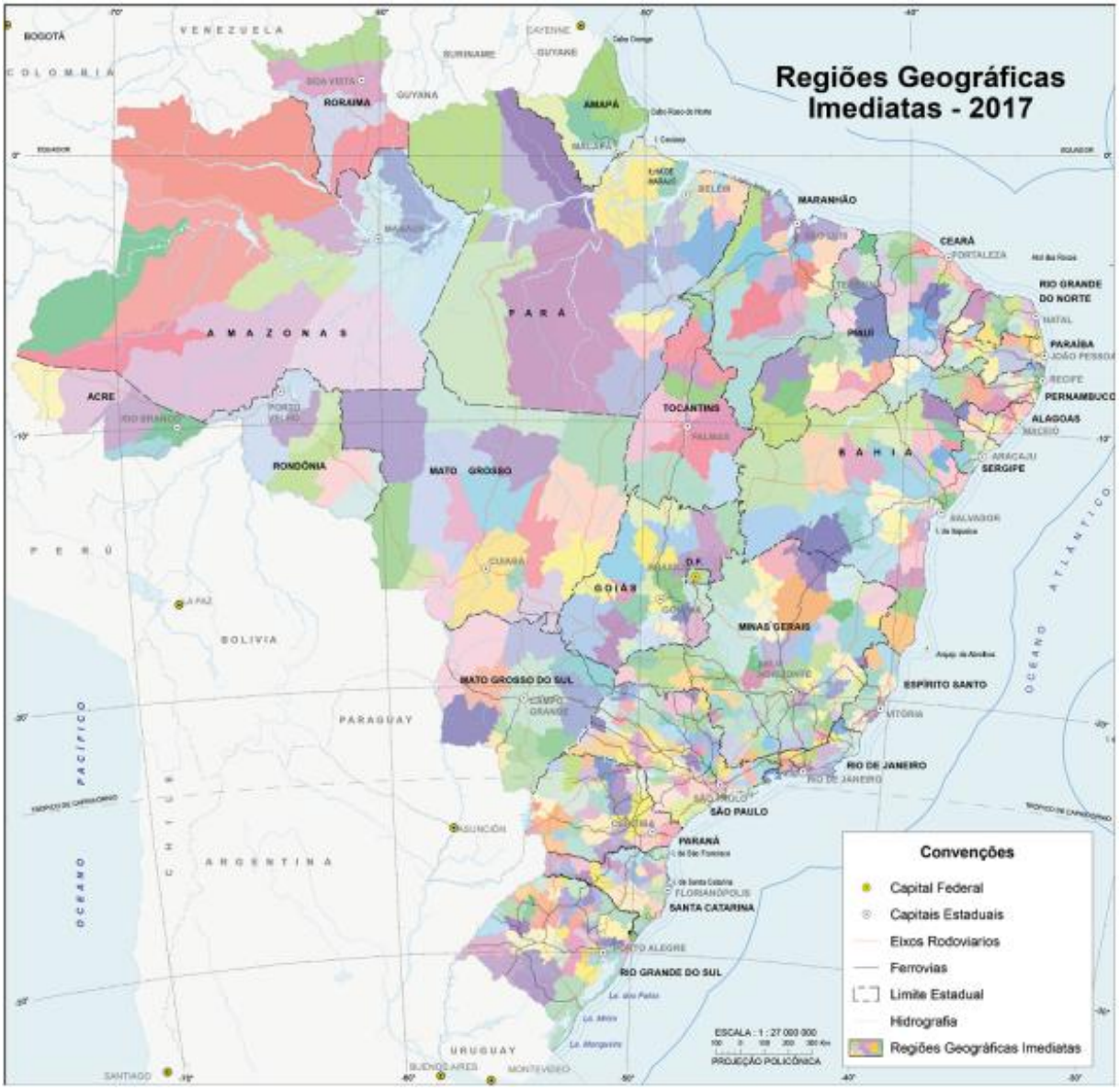
concretos, a exemplo da hierarquização dos centros urbanos; fluxo de bens, pessoas e mercadorias; gestão do território (IBGE, 2017). O quadro em seguida define conceitualmente cada uma dessas duas divisões regionais:

Quadro 4: Definição das Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias

Definição das Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias - IBGE, 2017	
Regiões Geográficas Imediatas	**Regiões Geográficas Intermediárias**
Constituídas a partir da rede urbana, tomando como base os centros urbanos próximos nos quais a população realiza suas necessidades imediatas, a exemplo da compra de bens de consumo duráveis e não-duráveis, busca por trabalho, serviços básicos como educação e saúde, prestação de serviços públicos como postos de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e do Ministério do Trabalho, entre outros necessários para a sociedade	Se posicionam numa escala intermediária entre as Unidades da Federação e as Regiões Geográficas Imediatas, compreendendo, principalmente, metrópoles ou capitais regionais. Elas organizam o território, articulando as Regiões Geográficas Imediatas por meio de um polo de hierarquia superior diferenciado a partir dos fluxos de gestão privado e público e da existência de funções urbanas de maior complexidade.

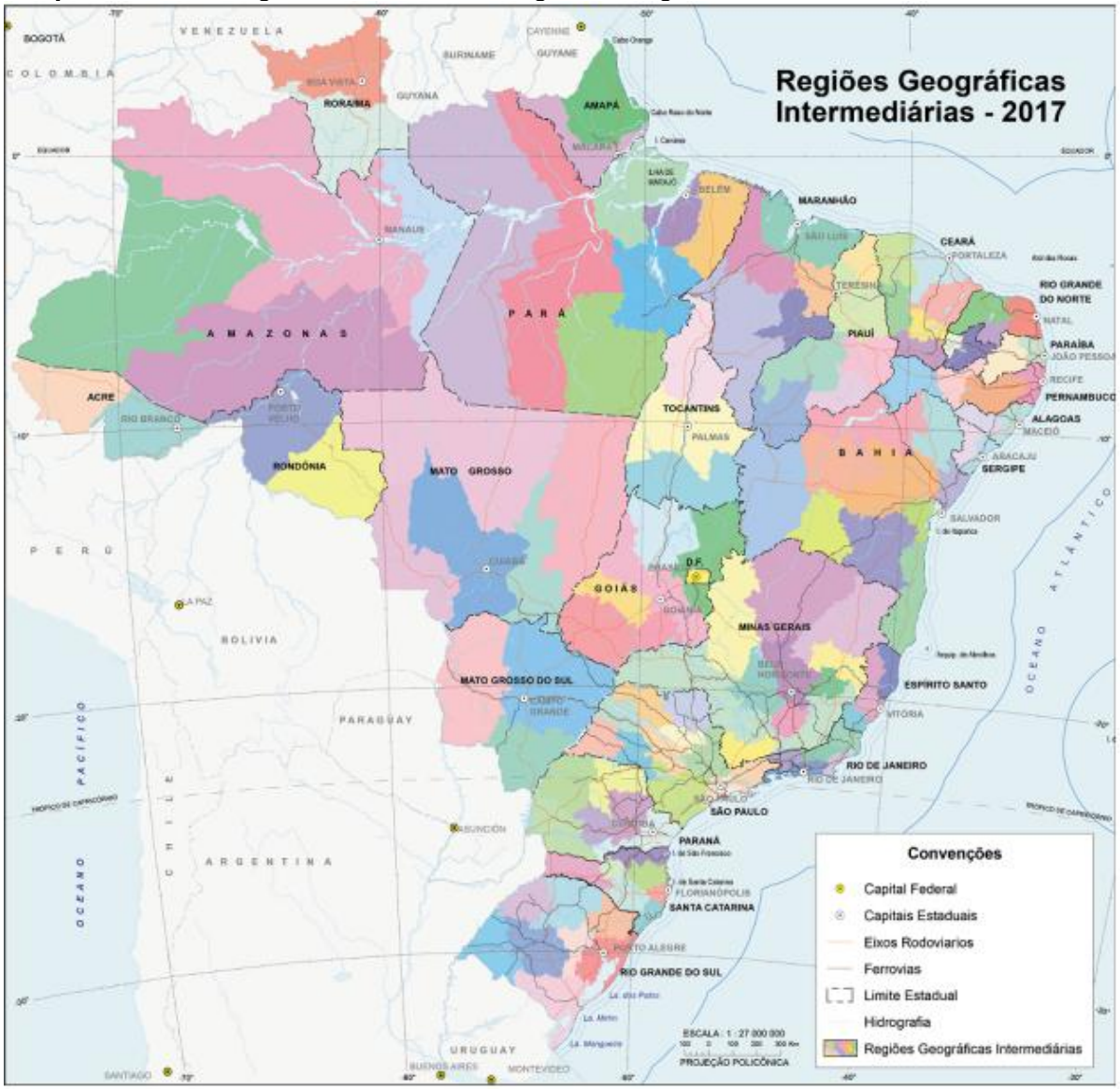
Fonte: organizado pelo autor com base em IBGE (2017, fl. 19 e 20).

Mapa 8: Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas – 2017, IBGE



Fonte: IBGE (2017).

Mapa 9: Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Intermediárias – 2017, IBGE



Fonte: IBGE (2017).

Essa regionalização tomou como base alguns estudos regionais elaborados pelo IBGE anteriormente, sendo eles: Regiões de Influência das cidades (2007); Divisão Urbano-Regional (2013); Gestão do Território (2014); Logística dos Transportes no Brasil (2014); Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas no Brasil (2016). Nesse sentido, a partir dessas pesquisas originou-se as Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias, sob interesses político-administrativos visando também auxiliar no planejamento público (IBGE, 2017). A seguir, temos um quadro-síntese aprofundando essas regionalizações comentadas anteriormente e seus respectivos mapas.

Quadro 5: Estudos regionais elaborados pelo IBGE que deram base para criação das Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias

Estudos regionais elaborados pelo IBGE que deram base para criação das Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias
Regiões de Influência das Cidades - Regic 2007
Hierarquiza os Centros Urbanos e estabelece os limites das regiões de influência que se associam a eles a partir dos aspectos de gestão federal e empresarial e da dotação de equipamentos e serviços, de modo a identificar os pontos do território a partir dos quais são emitidas decisões e é exercido o comando em uma rede de cidades.
Divisão Urbano-Regional - 2013
Tendo como base conceitual e metodológica a Regic (2007), fornece uma visão regional do Brasil a partir dos fluxos articulados por sua rede urbana. Assim, o estudo identifica regiões em três escalas de referência: Regiões Ampliadas de Articulação Urbana, Regiões Intermediárias de Articulação Urbana e Regiões Imediatas de Articulação Urbana. Todas as regiões são formadas a partir de uma cidade que comanda seu entorno, estabelecendo relacionamentos entre agentes e empresas nos respectivos territórios.
Gestão do Território - 2014
Estudo com enfoque nas redes e fluxos do território em uma de suas dimensões imateriais, porém, com grande força de organização espacial: os fluxos de gestão, incorporando ordens, hierarquias, informações, poder e dinheiro entre os agentes que se organizam de forma multilocalizada. Dessa maneira, buscou-se compreender como as diferentes regiões e cidades se conectam através da gestão do território e quais são os centros que concentram a capacidade de comando e controle do País.

Continua…

…continuação

Logística dos Transportes no Brasil - 2014

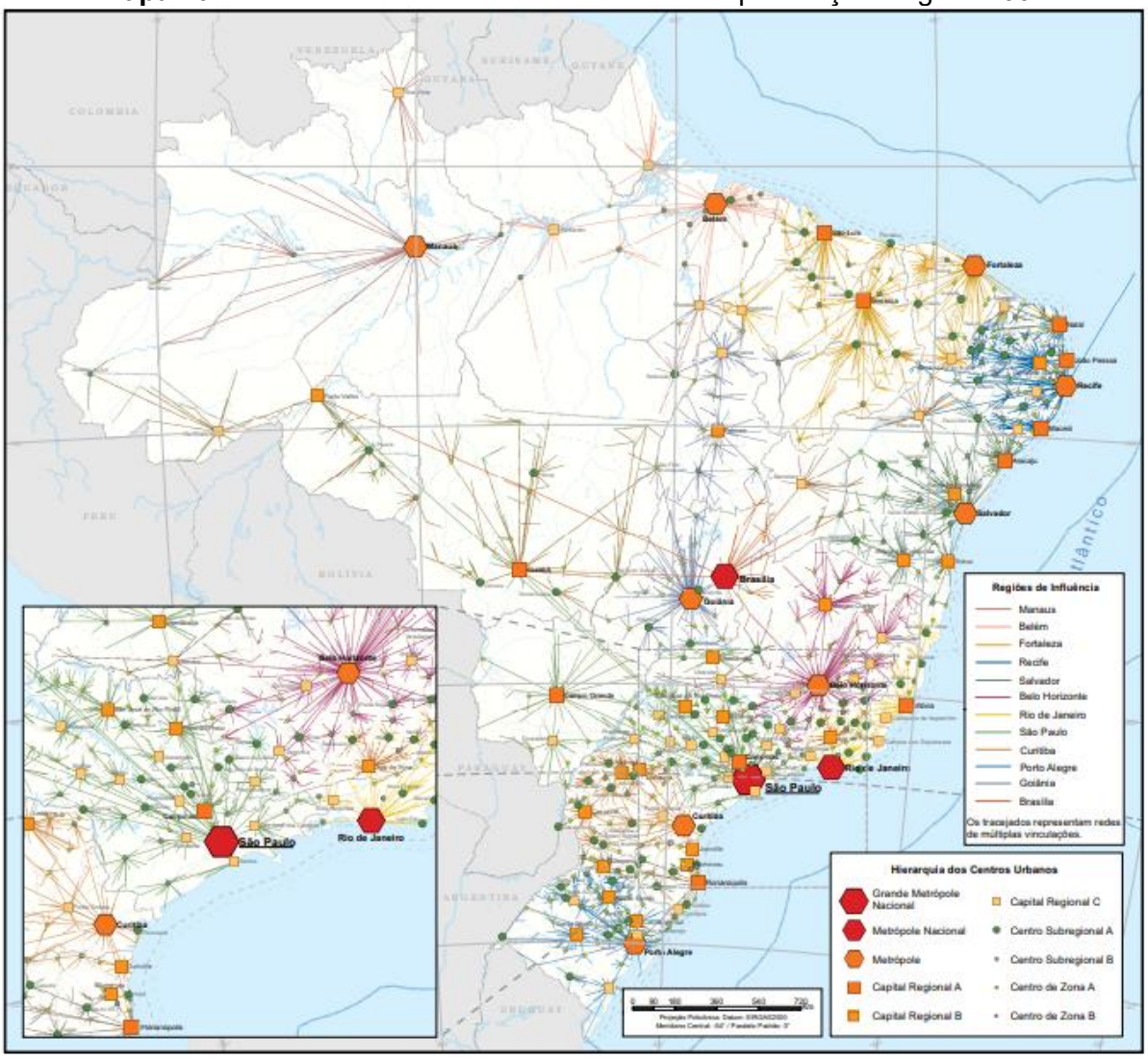
O estudo apresenta as principais estruturas de transporte do país, tais como rodovias, ferrovias, hidrovias, aeroportos e portos, bem como outros equipamentos associados à logística do transporte de cargas e pessoas, como armazéns, estações aduaneiras de interior (portos secos), pontos de fronteira, aeródromos públicos e terminais hidroviários. Assim, a publicação visa contribuir para a análise e construção de uma nova geografia do país, a partir do entendimento da logística dos transportes de cargas e de pessoas enquanto dimensões estruturantes da rede urbana brasileira e das conexões intrarregionais que articulam o território nacional.

Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas no Brasil - 2016

Visa fornecer um modelo territorial das relações econômicas e sociais intrínsecas ao processo de urbanização, apresentando um quadro dos arranjos populacionais no país e em suas médias e grandes concentrações urbanas, identificados a partir de critérios comuns para todo território nacional. Desse modo, o estudo utilizou uma abordagem que privilegiou elementos de integração e contiguidade urbana, com vistas à integrar informações estatísticas, propor novos recortes territoriais representativos da dinâmica recente do território brasileiro e ampliar a noção de urbano.

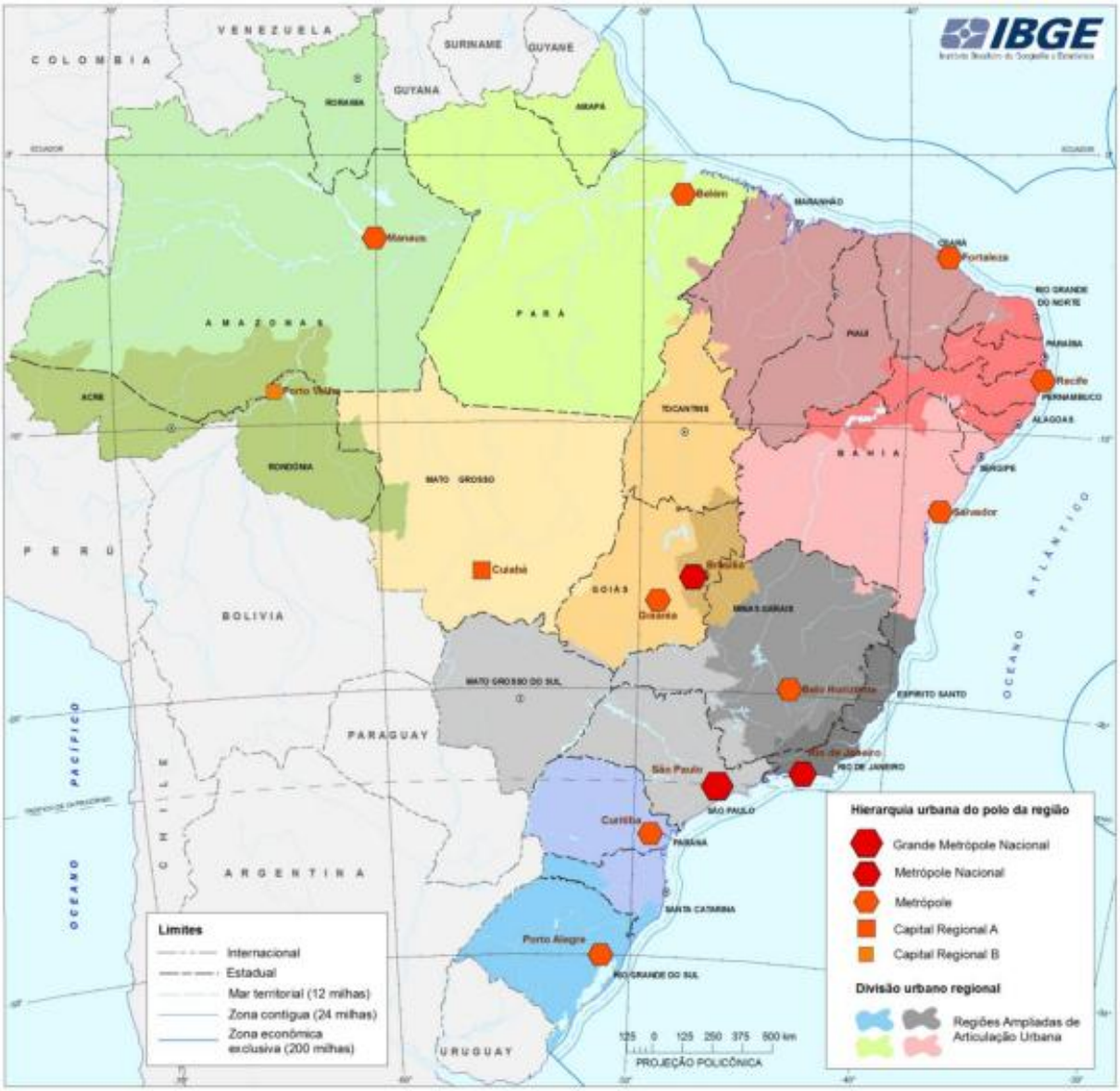
Fonte: organizado pelo autor com base em IBGE (2008, p. 18; 2013, p. 3; 2014a, p. 10; 2014b, p.1; 2016, p. 9).

Mapa 10: Rede urbana brasileira de acordo com a publicação Regic – 2007



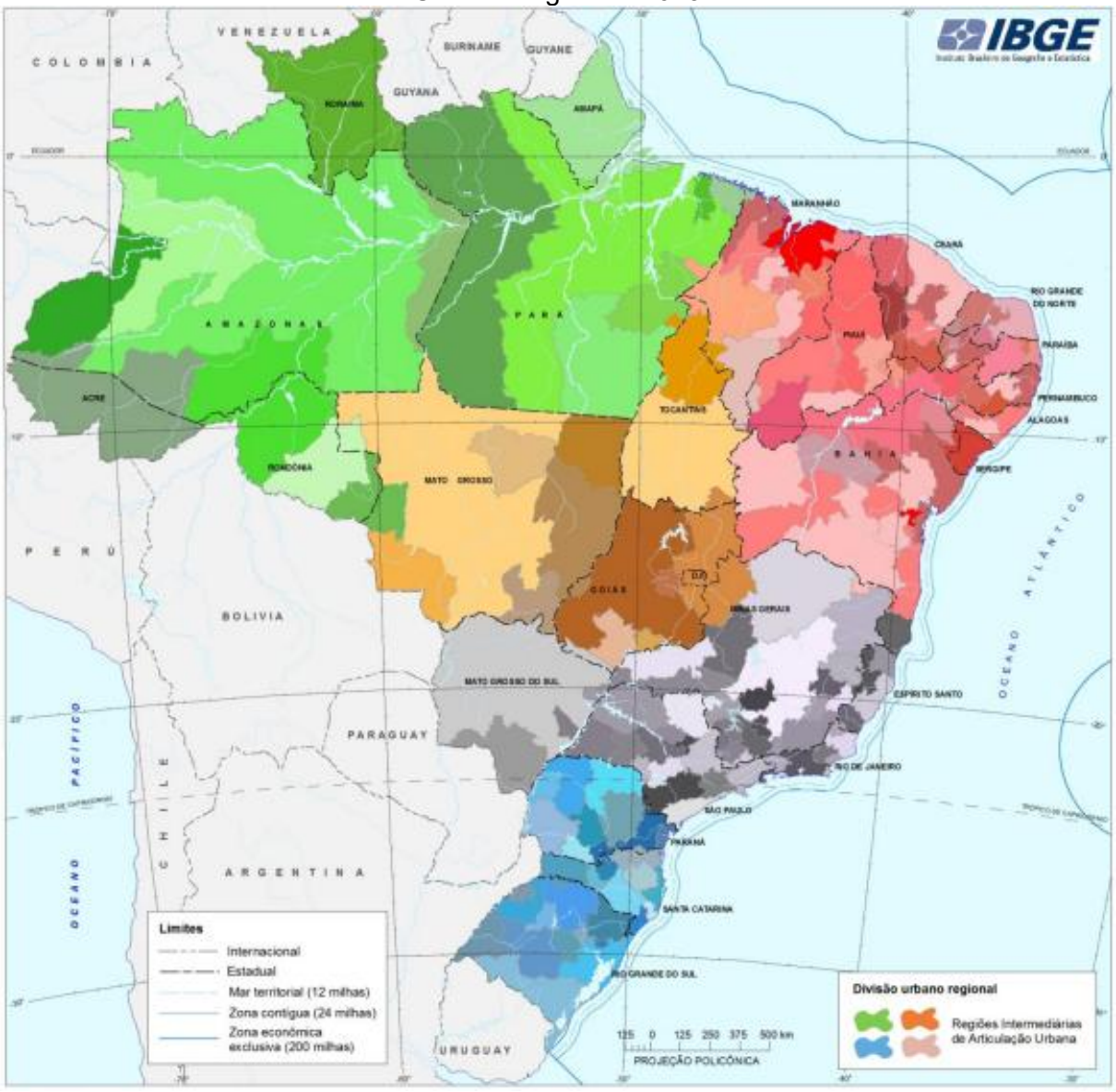
Fonte: IBGE (2008).

Mapa 11: Regiões Ampliadas de Articulação Urbana de acordo com a publicação Divisão Urbano-Regional - 2013



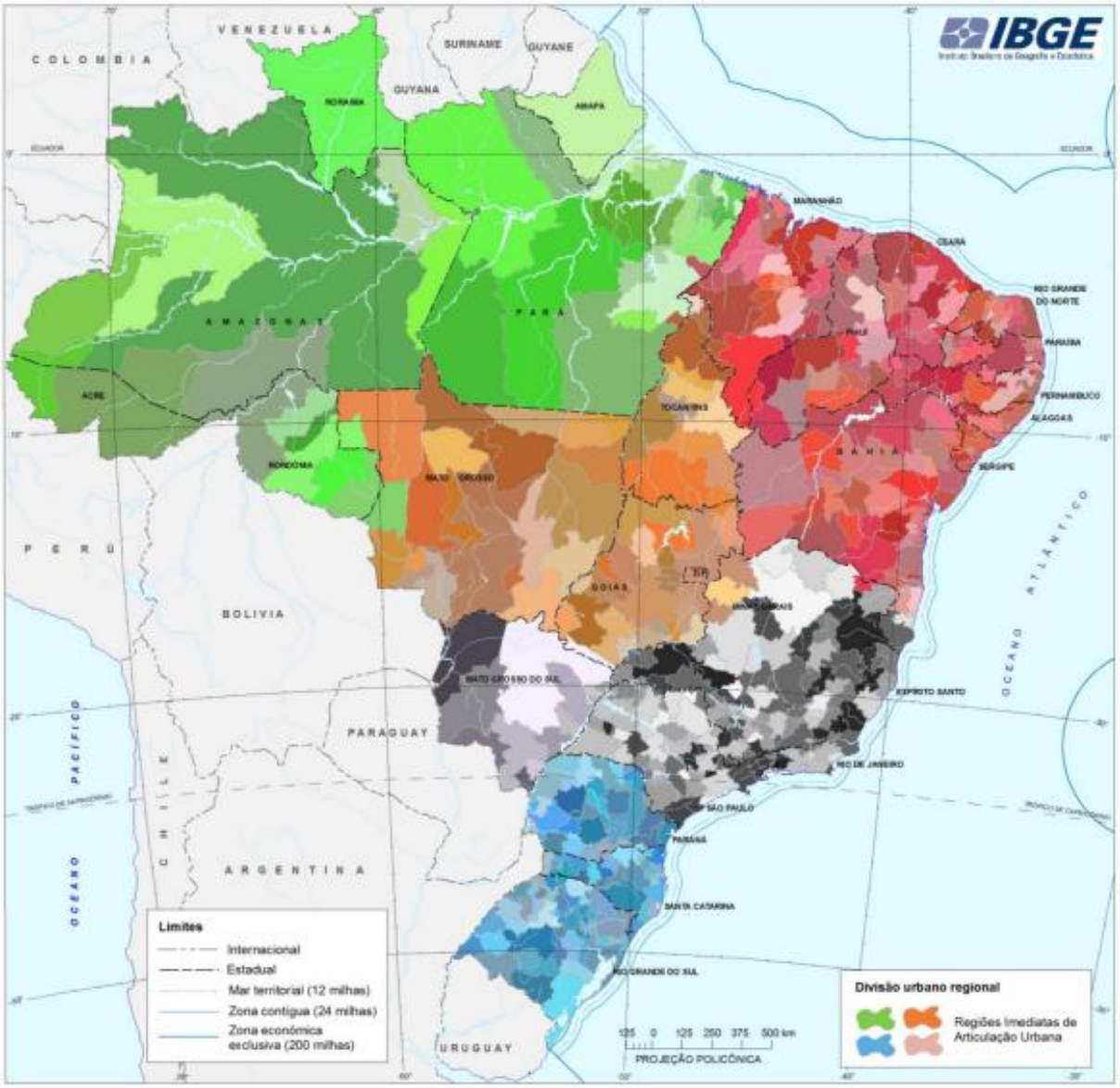
Fonte: IBGE (2013)

Mapa 12: Regiões Intermediárias de Articulação Urbana de acordo com publicação Divisão Urbano-Regional - 2013



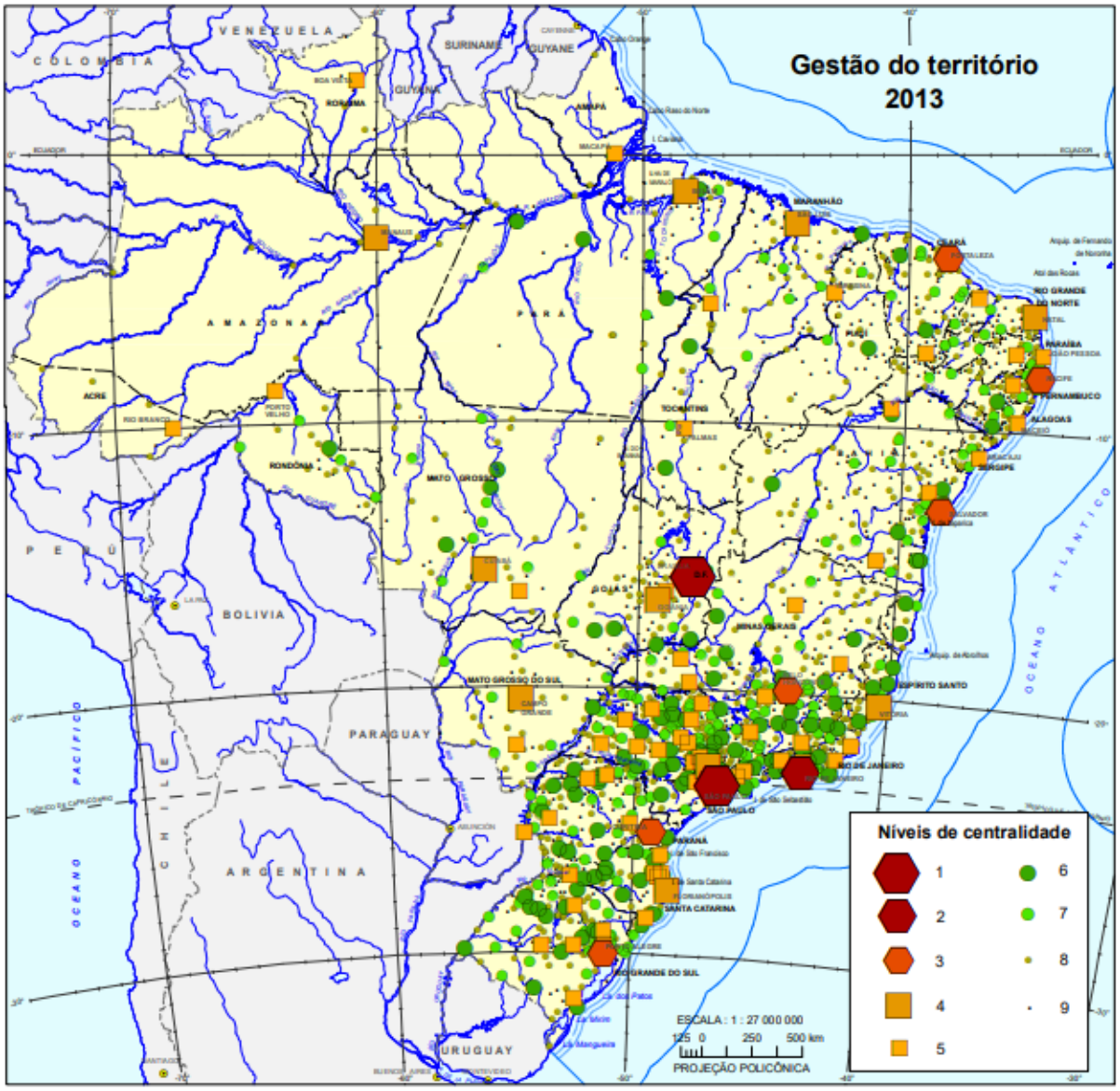
Fonte: IBGE (2013)

Mapa 13: Regiões Imediatas de Articulação Urbana de acordo com a publicação Divisão Urbano-Regional - 2013



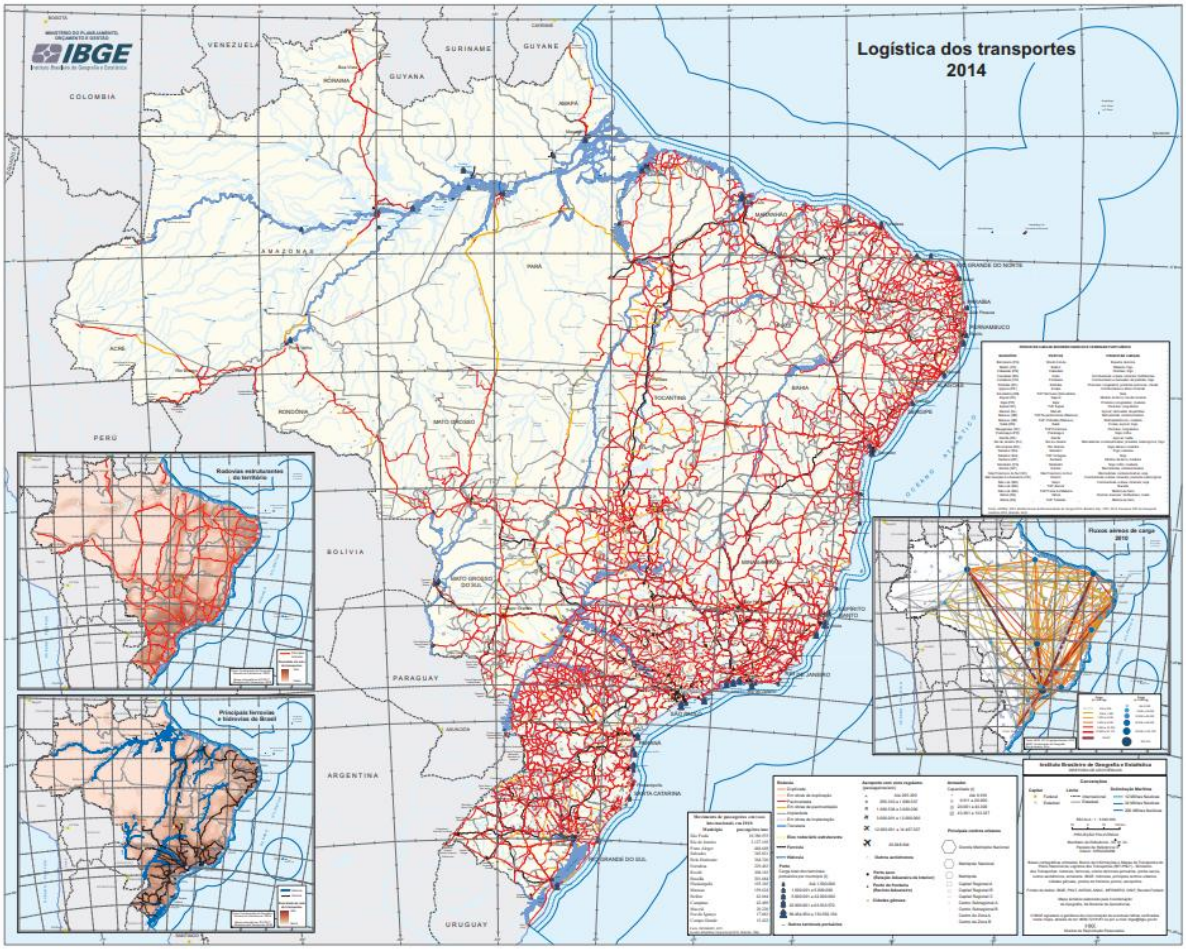
Fonte: IBGE (2013)

Mapa 14: Centralidade da gestão do território em 2013 de acordo com a publicação Gestão do Território – 2014



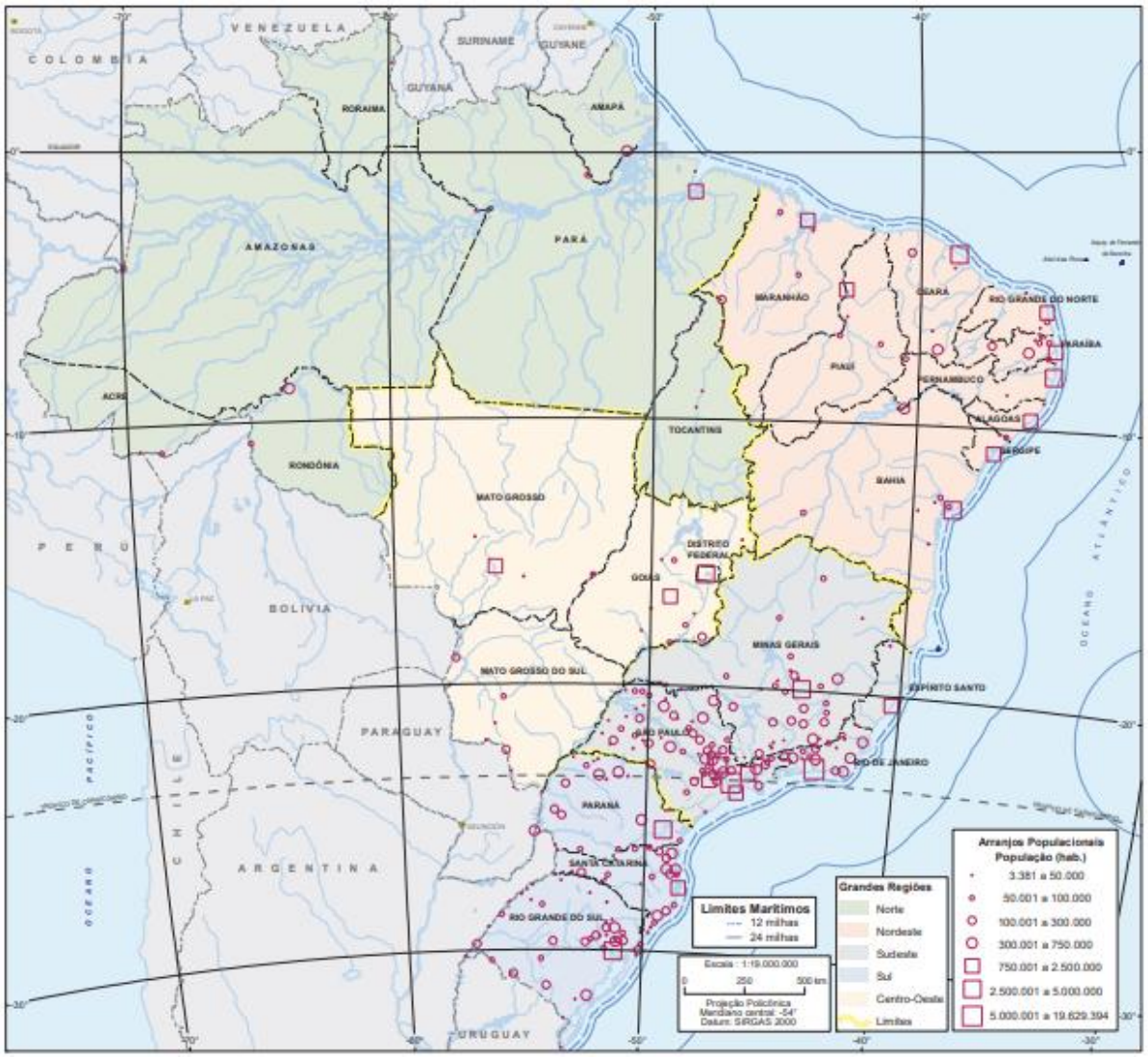
Fonte: IBGE (2014a)

Mapa 15: Logística dos Transportes no Brasil de acordo com a publicação Logística dos Transportes – 2014



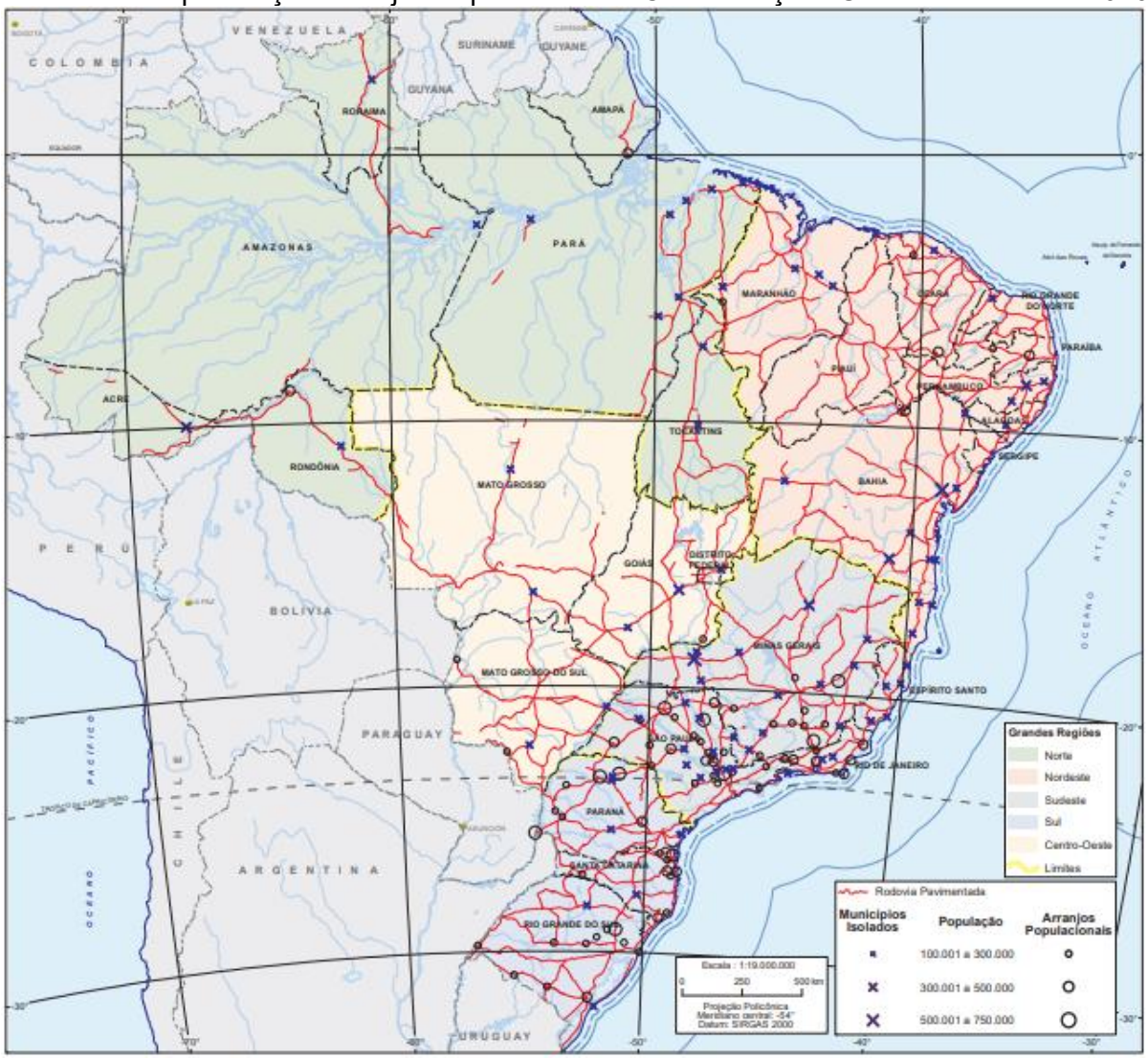
Fonte: IBGE (2014b).

Mapa 16: Distribuição dos arranjos populacionais no Brasil – 2010, de acordo com a publicação Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas no Brasil - 2016



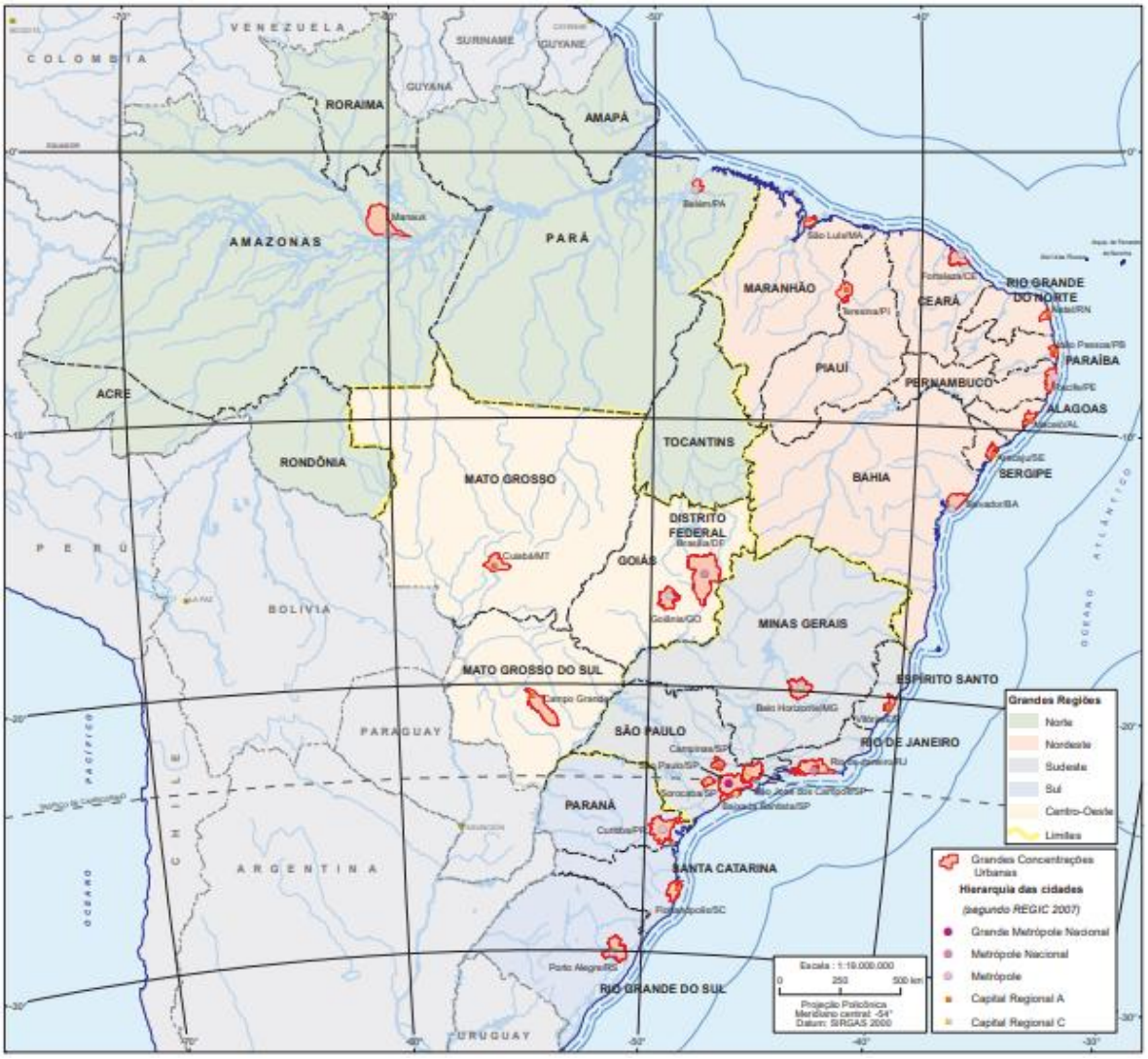
Fonte: IBGE (2016)

Mapa 17: Distribuição das médias concentrações urbanas consideradas no Brasil – 2010, de acordo com a publicação Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas no Brasil - 2016



Fonte: IBGE (2016)

Mapa 18: Distribuição das grandes concentrações urbanas no Brasil – 2010, de acordo com a publicação Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas no Brasil - 2016



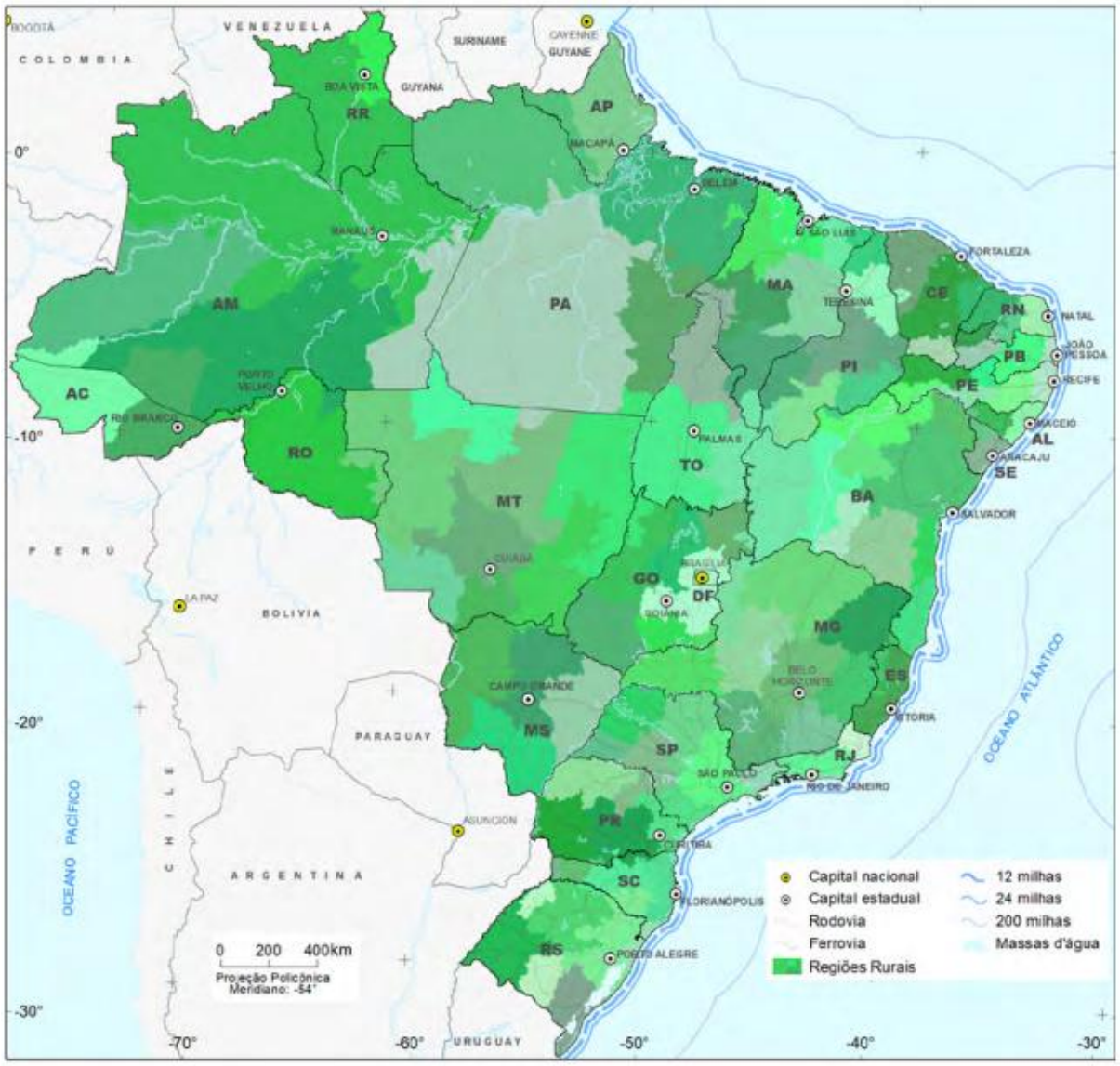
Fonte: IBGE (2016)

Ademais, há outras divisões regionais elaboradas (ou não) pelo IBGE, a exemplo das Regiões Rurais, Regiões Hidrográficas brasileiras, Biomas brasileiros, Recortes Metropolitanos e Aglomerações Urbanas e a Amazônia Legal. Apesar de alguns serem instituídos por lei, o instituto tem um importante papel em acompanhar anualmente as mudanças e facilitar a pesquisa dos dados ao compilar e divulgar todas as informações em seu site oficial. Assim, pode-se ver a diversidade de regionalizações existentes elaboradas ou divulgadas pelo instituto, verificando a amplidão dos recortes regionais que podem ser realizados.

No tocante às Regiões Rurais, o IBGE publicou em 2015 uma regionalização do espaço rural do país, segundo critérios relativos ao uso da terra, funções urbanas, fluxos de bens e serviços e produção agroindustrial, compreendendo sua

forma de organização espacial, visando o levantamento e divulgação de informações agropecuárias do IBGE, além de amparar o planejamento territorial. Dessa forma, o estudo ratifica o compromisso de uma atualização periódica de seus levantamentos, decenalmente, dado o caráter transitório da regionalização, para melhor analisar as mudanças e transformações que ocorrem na realidade rural brasileira. Nele, verificou-se a existência de 104 Regiões Rurais brasileiras, obedecendo aos limítrofes municipais (IBGE, 2015). A seguir, seu mapa:

Mapa 19: Regiões Rurais do Brasil – 2015, IBGE



Fonte: IBGE (2022).

Por sua vez, referente aos espaços urbanos, as primeiras Regiões Metropolitanas (RMs) remetem ao tempo da ditadura militar brasileira, que ocorreu entre 1964 e 1985. De acordo com a Constituição Brasileira de 1967, em seu art.

157, §10, a criação dessas regiões era de competência da União, por meio de lei complementar (BRASIL, 1967). Assim, a Lei Complementar n° 14/1973, posteriormente aprovada, criou as RMs de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza (BRASIL, 1973).

Já a Constituição Federal de 1988, conferiu aos estados, em seu art. 25, §3°, autonomia para "(…) instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum", por meio de lei complementar (BRASIL, 1988).

Sendo assim, posteriormente, em 12 de janeiro de 2015 entrou em vigor o Estatuto da Metrópole, pela Lei n° 13.089/2015, no qual estabelece:

> (…) diretrizes gerais para o planejamento, a gestão e a execução das funções públicas de interesse comum em regiões metropolitanas e em aglomerações urbanas instituídas pelos Estados, normas gerais sobre o plano de desenvolvimento urbano integrado e outros instrumentos de governança interfederativa, e critérios para o apoio da União a ações que envolvam governança interfederativa no campo do desenvolvimento urbano (BRASIL, 2015).

Dessa forma, o Estatuto da Metrópole se configura como um instrumento normativo de grande importância para promover o desenvolvimento metropolitano, como também fomentar e viabilizar ações integradas entre a União, estados e municípios, tendo em vista o planejamento urbano e execução de funções públicas de interesse comum no agrupamento de municípios limítrofes (SANTOS, 2018).

Além disso, também existem as Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDEs), no qual configuram em regiões administrativas abrangendo distintos estados. Assim como as Regiões Metropolitanas, as RIDEs também são criadas a partir de legislação específica, definindo a estrutura de funcionamento e os interesses junto aos entes federados envolvidos. A criação das Regiões Integradas de Desenvolvimento compete à União, de acordo com o inciso IX do Art. 21; Art. 43; e inciso IV do Art. 48 (IBGE, 2022; BRASIL, 1988).

Nesse sentido, o Estatuto da Metrópole traz grandes contribuições, sendo uma de suas principais a definição legal de conceitos fundamentais para o entendimento e a gestão das unidades territoriais brasileiras, como: aglomeração urbana; metrópole; região metropolitana; função pública de interesse comum; plano de desenvolvimento urbano integrado, gestão plena e governança interfederativa (SANTOS, 2018). A seguir, a conceituação desses termos:

Figura 2: Conceituação de termos fundamentais para compreensão e gestão das unidades territoriais brasileiras de acordo com o Estatuto da Metrópole.



Fonte: Organizado pelo autor com base em Brasil (2015; 2018).

Dando continuidade, a Amazônia Legal, por definição, consiste na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), sendo composta por 772 municípios e ocupando 58,9% do território brasileiro. O termo “Legal” é necessário para poder diferenciar da região amazônica definida pelo bioma, pela bacia hidrográfica, ou pela Amazônia Internacional. A criação dessa

região também compete à União, e sua institucionalização tem como finalidade "(…) definir a delimitação geográfica da região política captadora de incentivos fiscais com vistas à promoção de seu desenvolvimento regional" (IBGE, 2022, p. 53).

Mapa 20: Amazônia Legal



Fonte: IBGE (2022).

Em relação às Regiões Hidrográficas brasileiras, em um primeiro nível de macrodivisão hidrográfica, coube ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), junto a resolução n° 32 de 15 de outubro de 2003, a definição da divisão hidrográfica do país, como mostrado a seguir:

Mapa 21: Divisão hidrográfica nacional de acordo com o CNRH, em 2003



Fonte: CNRH (2003).

De acordo com a Resolução n° 32, de 2003, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, o termo Região Hidrográfica é definido por:

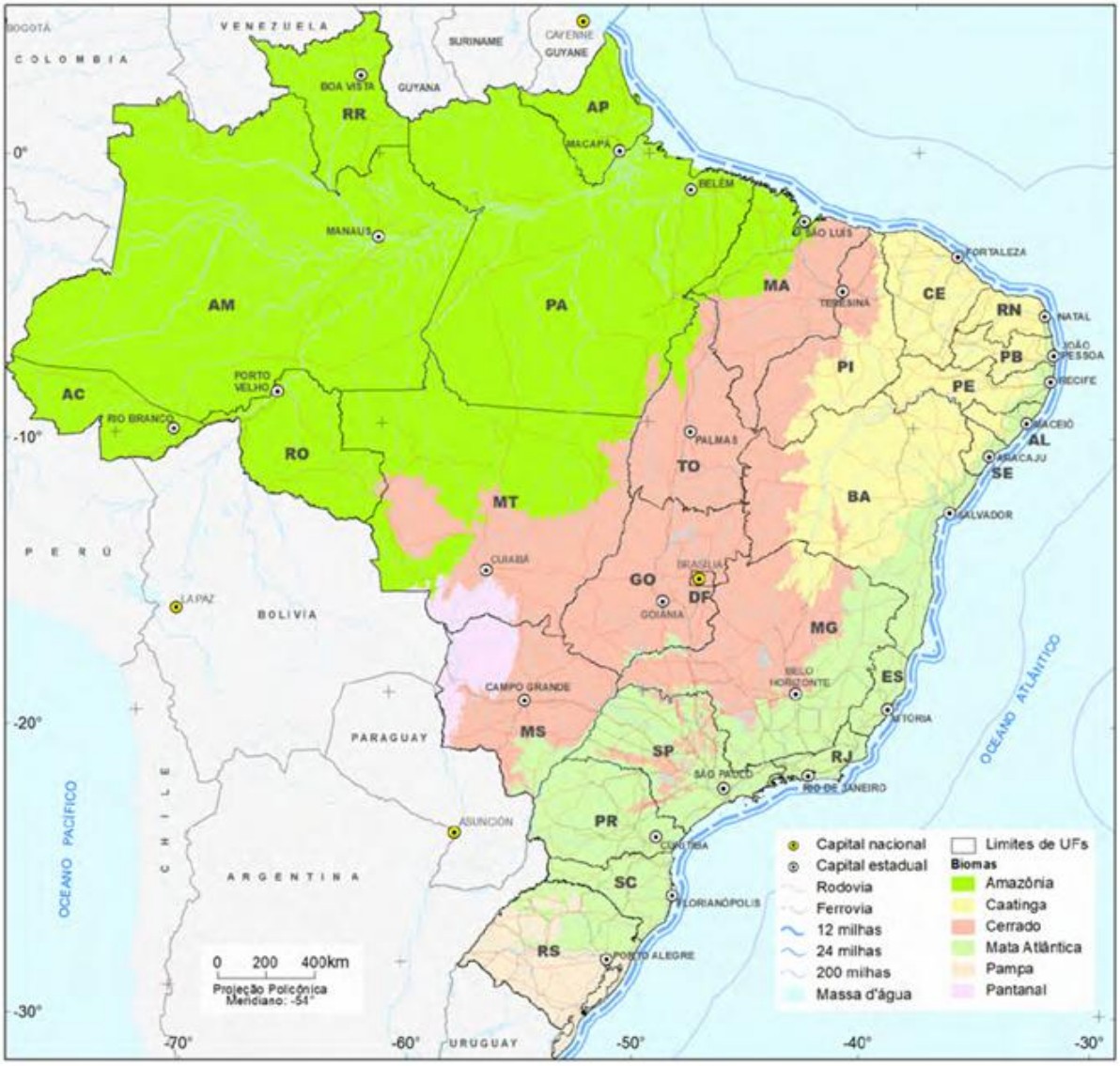
> "espaço territorial brasileiro compreendido por uma bacia, grupo de bacias ou sub-bacias hidrográficas contíguas com características naturais, sociais e econômicas homogêneas ou similares, com vistas a orientar o planejamento e gerenciamento dos recursos hídricos" (CNRH, 2003).

Assim, essa regionalização articulou as necessidades da gestão de recursos hídricos com às configurações físicas e características locais. Desse modo, verificando as diferenças que existem em território brasileiro no tocante aos ecossistemas, como também as de caráter econômico, social e cultural (PORTO; PORTO, 2008).

É importante salientar que para bacias hidrográficas, não existe uma conceituação legal definida pela legislação nacional, e sim possuindo um conceito geográfico, podendo ser entendida como um "conjunto de terras drenadas por um corpo d'água principal e seus afluentes" (DEL PRETTE; PIRES; SANTOS, 2002, p. 17; FREITAS; YATSUDA; SILVA JUNIOR, 2022).

No tocante aos biomas, pode-se entender por um conjunto de vida, tanto animal como vegetal, constituído pelo agrupamento de tipos de vegetação contíguos e identificáveis em escala regional, com condições geoclimáticas similares e história compartilhada de mudanças, resultando em uma diversidade biológica própria (IBGE, 2022, p. 164). Existem 6 biomas dentro do território brasileiro, sendo: Amazônia; Caatinga; Cerrado; Mata Atlântica; Pampa; Pantanal. A regionalização desse tema coube ao IBGE, e resultante da parceria entre o instituto e o Ministério do Meio Ambiente, em 2004 foi produzido o Mapa de Biomas do Brasil, no qual amparou várias legislações posteriores (IBGE, 2022). A seguir, o mapa.

Mapa 22: Biomas brasileiros



Fonte: IBGE (2022).

Além dessas regionalizações comentadas anteriormente, é bem comum os livros didáticos de Geografia utilizarem as regionalizações de Pedro Pinchas Geiger e de Milton Santos e Maria Laura Silveira para destacar outras importantes propostas de divisões regionais brasileiras.

De acordo com Magnago (1995), ao final da década de 1960, o geógrafo brasileiro Pedro Pinchas Geiger realizou uma nova proposta de divisão regional do país, fundamentando-se em alguns artigos de sua autoria, sendo os quais: *Organização Regional do Brasil* (1964); *Esboço preliminar da divisão do Brasil nas chamadas regiões homogêneas* (1967); *Regionalização* (1969).

Em *Esboço preliminar da divisão do Brasil nas chamadas regiões homogêneas* (1967), Geiger procura além de entender, aplicar o conceito de "Homogeneidade de elementos ou fatores no espaço" à divisão regional do país. Assim, articulando os conceitos de espaços homogêneos e espaços polarizados, e ratificando a importância do estudo acerca das "regiões homogêneas", quanto das "regiões polarizadas".

Na visão de Geiger (1967, p. 62)

> "(…) qualquer território pode ser dividido em espaços homogêneos, mas éstes sempre correspondem a regiões; quadros naturais diferenciados são espaços homogêneos sem serem regiões propriamente. (…) Do mesmo modo, o país por inteiro pode ser dividido em espaços polarizados, sem que êstes espaços correspondam sempre a regiões."

Nesse sentido, o autor evidencia que os fenômenos polarizadores são menos importantes em territórios menos desenvolvidos, destacando a caracterização das regiões a partir de seu nível de homogeneidade. Enquanto nos mais desenvolvidos, os fenômenos de ordem polarizadora são mais importantes, e as regiões caracterizando-se a partir do âmbito da variedade de diferenciação dos espaços internos (GEIGER, 1967).

Em *Regionalização* (1969), Pedro Geiger discute, de maneira mais aprofundada, os aspectos teóricos e metodológicos da regionalização, abordando também a relação existente entre duas relações: a forma de organização do espaço territorial e o grau de desenvolvimento de um país.

Versando sobre a regionalização e desenvolvimento, o autor destaca que esse fato é ligado ao desenvolvimento industrial de um país, "(…) não se pode dissociar expansão do progresso e de modernos fatôres de vida pelo interior dos países e processos de industrialização. Não há regionalização sem desenvolvimento

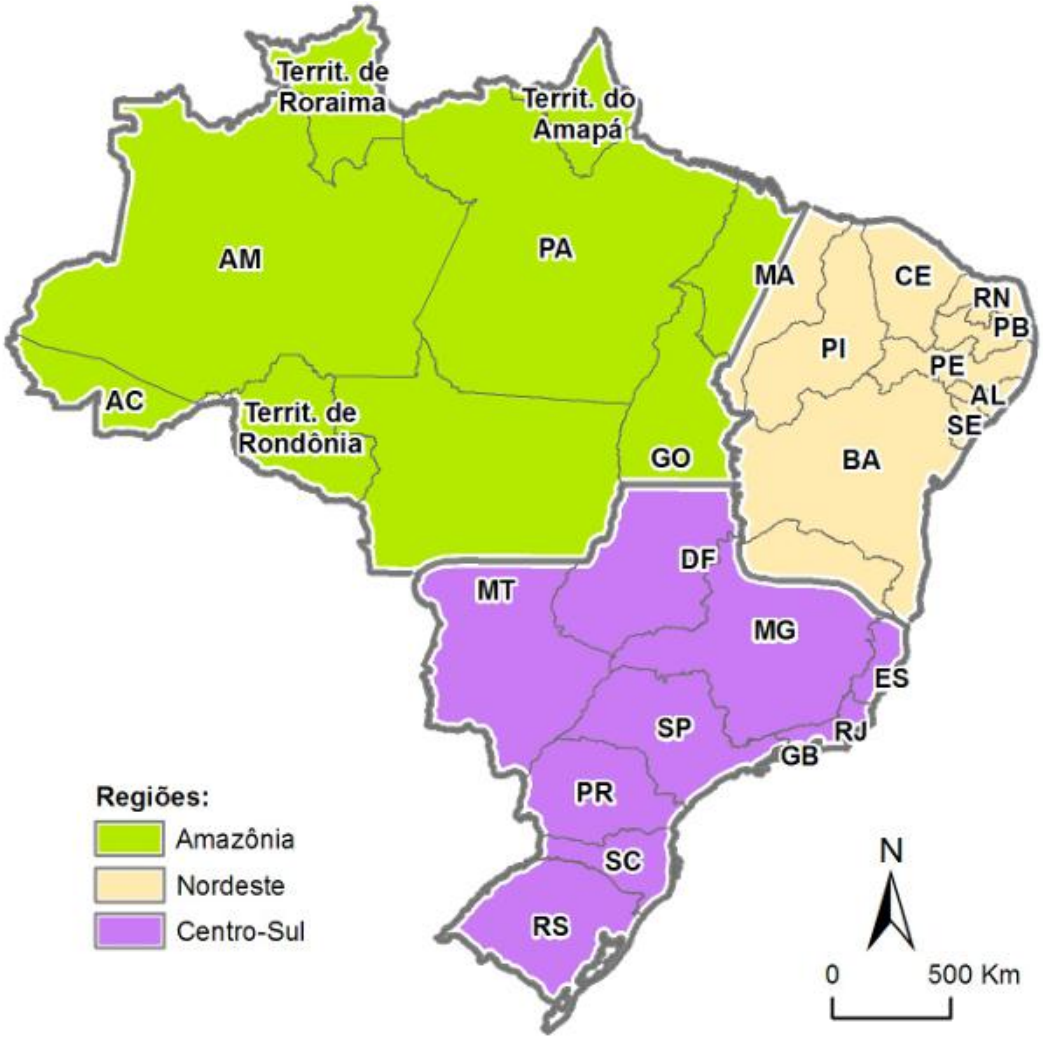
industrial.” (GEIGER, 1969, p. 10 e 11). Nesse sentido, ressaltando que o processo de regionalização é mais forte e nítido de acordo com o nível de desenvolvimento do país, quanto mais desenvolvido, mais profundo se torna. Enquanto menos desenvolvido (ou mais subdesenvolvido), isso se torna inexistente, sobrepujando as tradicionais diferenciações espaciais.

Já em sua outra obra, *Organização regional do Brasil* (1964), Pinchas entende que o Brasil tem uma grande população, entretanto não se configura como um país povoado, pois também apresenta uma grande extensão territorial. Nisso, os elementos naturais se sobressaem na caracterização das paisagens, mostrando a economia subdesenvolvida em que a maior parte do país se encontra. Entretanto, com algumas áreas onde ocorreram processos de industrialização e urbanização sendo mais desenvolvidas.

Logo, ao entender os processos de industrialização e urbanização, e como eles tornaram algumas áreas mais polarizadas em detrimento a outras, a organização do espaço brasileiro de acordo com sua divisão regional tornou-se mais bem definida, devido a essa questão da evolução da economia.

Portanto, a partir dessas obras, Geiger (1964, 1969) apresenta sua proposta de regionalização identificando três macrorregiões brasileiras: Amazônia, Nordeste e o Centro-Sul, que, por sua vez, são subdivididas em unidades menores. E, também, havendo um nível hierárquico, a partir do comando do Centro-Sul, com o Nordeste e a Amazônia se sujeitando a ele, porém o Nordeste apresentando uma maior autonomia. A seguir, seu mapa ilustrando.

Mapa 23: Complexos Geoeconômicos - proposta de divisão regional do Brasil por Pedro Pinchas Geiger - 1969



Fonte: Magnago (1995, organizado por SILVA, 2010, p. 48).

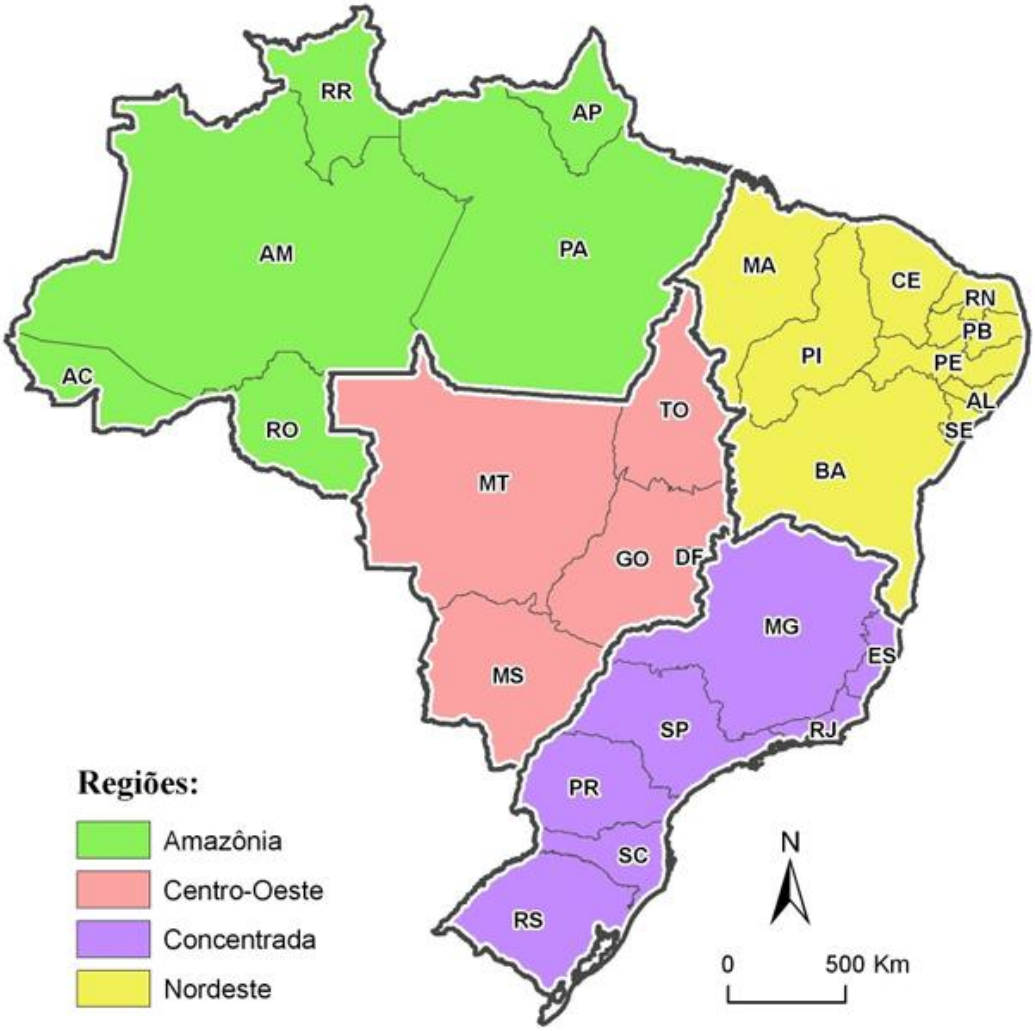
Por conseguinte, os geógrafos Milton Santos e Maria Laura Silveira também apresentam sua proposta de regionalização do território brasileiro, tomando como base aspectos socioeconômios e o meio geográfico. Nessa proposta, os autores enfatizaram as características da atualidade, relacionadas ao alastramento do meio-técnico-científico-informacional, e as chamadas “rugosidades”, que se configuram como as marcas da herança passada no espaço geográfico. Dessa forma, regionalizando o Brasil em quatro macrorregiões, sendo: Amazônia; Centro-Oeste; Concentrada; Nordeste (SILVA, 2010).

Respeitando as divisões administrativas, assim como a proposta do IBGE, essa regionalização define a macrorregião da Amazônia pela rarefação demográfica e técnica, existindo grandiosos projetos econômicos – considerados como enclaves modernos – junto a um meio pré-técnico. No tocante ao Centro-Oestre, de

agricultura moderna e globalizada, é definida por ter tido uma recente ocupação periférica, além de subordinada à região Concentrada (BOSCARIOL, 2017).

Formado pelo Sul e Sudeste, a região Concentrada dispõe da maior consolidação de ciência, técnicas e informação, com grande densidade de população e capital, havendo uma maior dinâmica e fluidez, além da maior difusão do meio-técnico-científico-informacional, e devido esses fatores, o maior controle do capital nacional. Por fim, o Nordeste se enquadra como uma área de “rugosidades”, marcado por suas heranças do passado em seu espaço geográfico, com um meio mecanizado pontual e pouco denso (BOSCARIOL, 2017).

Mapa 24: Regionalização brasileira segundo Milton Santos e Maria Laura Silveira - 2001



Fonte: SANTOS; SILVEIRA (2001, organizado por SILVA, 2010, p. 71).

Cabe salientar que a fundamentação teórica do trabalho se traduz no entendimento de território usado pela sociedade, não apenas a noção de território.

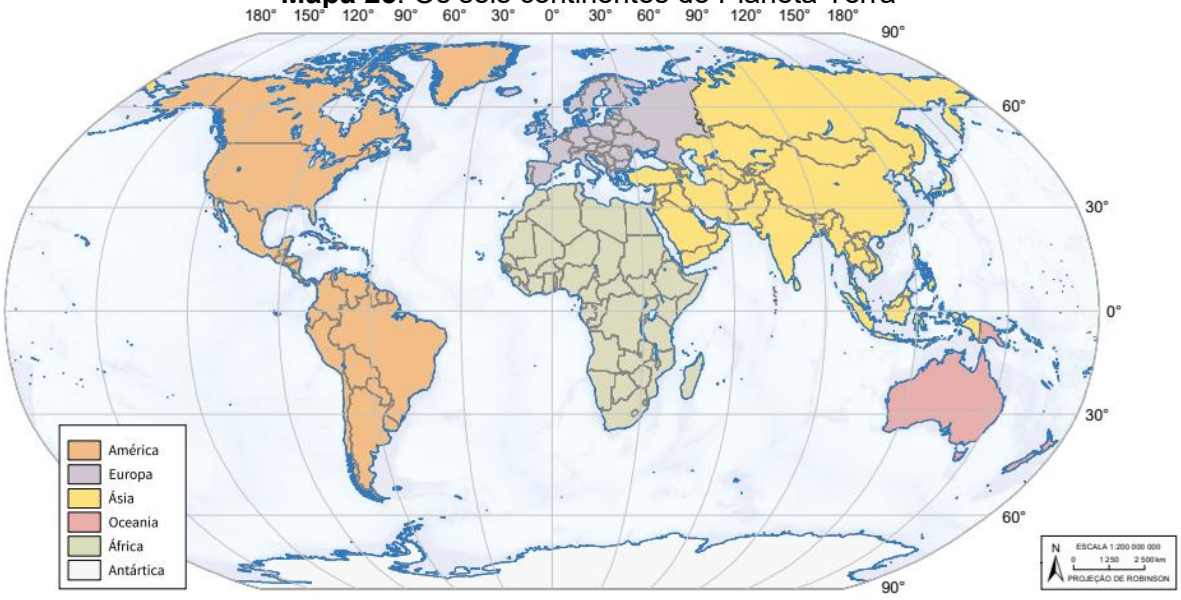
Nesse sentido, a proposta de leitura territorial convém o entendimento do Brasil a partir de seu âmbito territorial, necessitando também ser revista frequentemente para analisar de maneira mais precisa os movimentos históricos das técnicas no país. Portanto, essa regionalização não se configura como estática, podendo compreendê-la como um ponto de chegada, sendo "(…) um momento provisório desse movimento desigual e combinado a que já fizemos alusão." (SILVEIRA, 2011, p. 157).

3.2 REGIONALIZAÇÕES MUNDIAIS

Dando prosseguimento, cabe ressaltar que os livros didáticos também trabalham outras regionalizações à nível mundial. A seguir, o texto trará alguns exemplos dessas divisões regionais.

O planeta terra é dividido, a partir de critérios geográficos, em 6 continentes, sendo: América; África; Europa; Ásia; Oceania e Antártica. Na imagem abaixo, o mapa dessa regionalização do mundo (MENDES, 2019).

Mapa 25: Os seis continentes do Planeta Terra



Fonte: IBGE (2023).

A partir disso, também se vê subdivisões desses continentes ao redor do mundo, como a América que se divide entre América do Sul, América Central e América do Norte e em América Anglo-Saxônica e América Latina, bem como a África, subdividida, dentre outros critérios, em Norte da África e África Subsaariana (MENDES, 2019). Veja os mapas a seguir.

Mapa 26: América do Norte



Fonte: IBGE (2023).

Mapa 27: América Central e Caribe



Fonte: IBGE (2023).

Mapa 28: América do Sul



Fonte: IBGE (2023).

Habitualmente se encontra nos livros didáticos a subdivisão regional da América entre América Latina (México, América Central e América do Sul) e América Anglo-Saxônica (Canadá e Estados Unidos). Em suas diferenciações, destaca-se o perfil de colonização que esses países sofreram, como também aspectos históricos econômicos. Enquanto a América Latina foi colonizada por espanhóis e portugueses,

que visaram explorar as riquezas da região e fortalecer seu mercantilismo, a colonização da América Anglo-Saxônica se baseou na denominada colonização de povoamento (MENDES; COSTA, 2011).

Nesse sentido, existiu um mecanismo de grande subordinação e dependência nesse processo da denominada colonização de exploração aos países latinos, nos quais foram bastante explorados, deixando uma marca enorme enraizada nos países que culminou com fatores relacionados às suas estruturas produtivas e subdesenvolvimento atual (MENDES; COSTA, 2011). A seguir, o mapa dessa divisão regional da América.

Mapa 29: América Anglo-Saxônica e América Latina



Fonte: GIRARDI; ROSA (2016, organizado por PAULA; PINESSO; RAMA, 2022c, p. 77).

Outra regionalização encontrada nos livros didáticos se diz respeito ao continente africano. Banhada pelo Oceano Atlântico a oeste e pelo Oceano Índico a leste, na África existe uma grande diversidade natural, social, cultural e religiosa. De acordo com critérios culturais, esse continente pode ser dividido entre Norte da África e África Subsaariana (ao sul do deserto do Saara), além de outras sub-regiões como o Sahel e o Magreb (Muniz; Guerrero; Fernandes, 2022c).

O norte africano se caracteriza por uma certa homogeneidade de aspectos culturais, étnicos e religiosos, sendo o islamismo a maior religião presente nessa região e sua população tendo mais influência da cultura islâmica e da língua árabe, havendo maior proximidade cultural aos países do Oriente Médio. Abaixo do deserto do Saara, na região compreendida como África subsaariana, existe centenas de diferentes povos, com grande diversidade religiosa, havendo países de maioria cristã, islâmica, hindu, além de religiões tradicionais e politeístas (Muniz; Guerrero; Fernandes, 2022c).

Mapa 30: divisão regional entre Norte da África e África Subsaariana

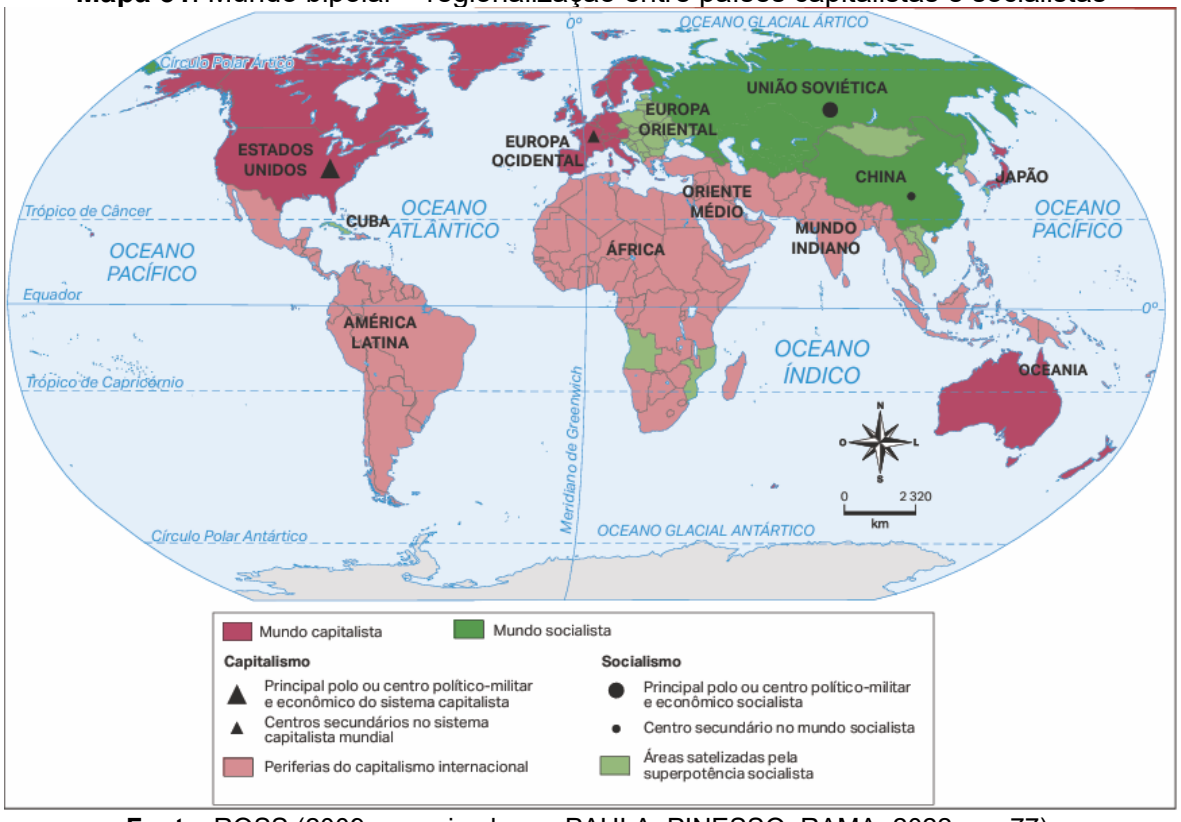


Fonte: GIRARDI; ROSA (2016, organizado por PAULA; PINESSO; RAMA, 2022c, p. 206).

Importante salientar que a África Subsaariana, assim como o próprio nome evidência, fica abaixo – ou ao Sul - do deserto do Saara. Entretanto, ao pesquisar mapas dessa regionalização, foram identificados apenas mapas que incluem uma porção do Saara à África Subsaariana, inclusive os mapas das coleções didáticas analisadas neste trabalho.

Há também duas divisões existentes nos livros didáticos que remontam ao período da Guerra Fria (1945 – 1989), no chamado Mundo Bipolar, onde exista um bloco dos países capitalistas e um bloco de países socialistas. Nesse contexto, havia países dentro do mundo capitalista que eram considerados mais desenvolvidos, destacando seu principal polo os Estados Unidos, e como centro secundários, a Europa ocidental, como também países considerados periferias do capitalismo internacional. Do outro lado, no mundo socialista, como principal polo se destacava a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, e centro secundário a China, também havendo países satélites da União Soviética, a exemplo na Europa Oriental. Nesse período, o espaço mundial estava regionalizado entre países de primeiro, segundo, e terceiro mundo – capitalistas, socialistas e capitalistas com pouca industrialização e baixos índices socioeconômicos (PAULA; PINESSO; RAMA, 2022c).

Mapa 31: Mundo bipolar – regionalização entre países capitalistas e socialistas



Fonte: ROSS (2009, organizado por PAULA; PINESSO; RAMA, 2022c, p. 77).

Além dessas divisões regionais, a exemplo de regionalizações feitas de continentes, se tem a da Europa, dividida entre Europa Ocidental e Europa Oriental, principalmente remontando ao período da Guerra Fria, se referindo às diferenças ideológicas existentes e as regiões de influência dos Estados Unidos e União Soviética, como também as atuais diferenças culturais, econômicas, políticas e históricas existentes entre os países desses dois blocos (PAULA; PINESSO; RAMA, 2022d).

Mapa 32: Europa Ocidental e Oriental



Fonte: IBGE (2018, organizado por PAULA; PINESSO; RAMA, 2022d, p. 90).

Nesse sentido, também aparecendo regionalização entre países do denominado Norte global e Sul global, uma divisão realizada a partir de critérios socioeconômicos, destacando os países centrais, desenvolvidos ou industrializados, e subdesenvolvidos, respectivamente. Essa divisão não segue os limites geográficos dos hemisférios Norte e Sul do globo (MENDES, 2019).

Mapa 33: Bipartição Norte e Sul global



Fonte: FERREIRA, Graça M. L. (2005, p.3, organizado por ADAS e ADAS, 2022c, p. 30).

Portanto, cabe salientar que esse conjunto de mapas são muito comuns nas coleções didáticas, mas cada coleção escolhe individualmente os mapas que irão utilizar para representar as regionalizações do Brasil e do espaço mundial. A seguir, no próximo tópico, será feita uma análise da abordagem regional de três coleções didáticas do ensino fundamental anos finais (EFAF), publicadas por diferentes editoras e aprovadas no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) 2024.

4. ANÁLISE DAS COLEÇÕES DIDÁTICAS

Ao longo dos capítulos anteriores pôde ser verificado a importância da região para a Geografia, entendendo-a como uma categoria fundamental para a ciência geográfica. Nesse sentido, percebe-se suas diferentes concepções a partir do entendimento de distintas escolas de pensamento geográfico.

Por um lado, entendidas como áreas que se relacionam com o planejamento governamental, pois as regionalizações podem servir de base para implementação de políticas públicas direcionadas, por outro lado, definidas a partir de uma análise intelectual, não sendo autoevidentes, ou entendidas como entidades concretas, cabendo aos pesquisadores apenas sua identificação.

Portanto, ao estudar o âmbito regional geográfico nos deparamos com ideias distintas acerca do que define esta categoria, cabendo ao geógrafo uma análise mais profunda de seus desdobramentos conceituais para compreender como melhor passar o conteúdo aos estudantes em sala de aula, ao trabalhar com essa temática junto ao livro didático no nível básico.

Também, a pesquisa examinou as diferentes regionalizações ocorridas no território brasileiro ao longo dos anos, depreendendo-se que as noções regionais no Brasil são mutáveis, sendo transformadas e (re)ordenadas de tempos em tempos, diante de novas conceituações sobre região, dinâmicas regionais e avanços de cunho teórico e metodológico próprios do processo de regionalização do espaço, fazendo com que novas divisões regionais sejam propostas, e por conseguinte, novas abordagens didáticas sejam adotadas nos livros escolares.

Diante disso, é importante salientar que a geografia trabalha com conceitos que fazem parte da vida cotidiana das pessoas e em geral elas possuem representações sobre tais conceitos (CAVALCANTI, 2013, p. 33).

Assim, o professor deve levar em consideração, ao abordar esse conteúdo, que os estudantes carregam consigo pré-conceitos, de antemão associados, sobre as ideias de região. Em vista disso, o professor deve trabalhar com o livro didático de uma forma que flexibilize suas explicações com vistas para aproximar os alunos em suas realidades e em seu contexto cotidiano, ao trabalhar a temática regional (BERTOLINI; VALADÃO, 2009).

No tocante a isso, irá recair mais para o professor uma análise aprofundada do assunto e seu posterior ensino, pois os livros didáticos não são feitos,

individualizadamente, a partir das experiências pessoais de cada estudante que o utiliza. Onde as palavras parecem ter o seu significado geográfico esgotado, a linguagem oral tem a missão de contextualizar o conceito à realidade do aluno e torná-lo inteligível ao mesmo (BERTOLINI; VALADÃO, 2009, p. 34).

Nesse contexto, Cavalcanti (2013, p. 26) comenta:

> A experiência tem mostrado a ineficácia de se ensinar conceitos à criança ou ao jovem apenas transmitindo a eles o conceito definido no livro ou elaborado pelo professor. A pesquisa corrente sugere que o professor deve propiciar condições para que o aluno possa formar, ele mesmo, um conceito. Por essa razão, é relevante o investimento intelectual para compreender o processo de construção de conceitos.

Sendo assim, a exposição de novos conceitos por parte do professor deve ser feita de maneira que se aproxime ao máximo do contexto de vida dos estudantes, para que se torne um conteúdo mais fácil de compreender. Dessa maneira, o professor tem um papel extremamente importante em fazer a intermediação entre o livro didático, instrumento de apoio à aprendizagem, e o aluno, que é o grande protagonista no processo de formação de seu próprio conhecimento (BERTOLINI; VALADÃO, 2009).

Em vista disso, no contexto educacional é necessária uma atuação mais profunda do geógrafo, pois ultrapassa os livros didáticos, necessitando de uma análise de intermédio entre o instrumento de apoio do professor (livro) e o protagonista no processo da construção dos conhecimentos (aluno), como expõem Bertolini e Valadão (2009).

É fundamental o cuidado do profissional docente para não ensinar os conceitos como verdades imutáveis, portanto, cabendo-o uma maior atenção e reflexão do objeto de estudo. Diante desse assunto, Cavalcanti (2013, p. 157) discorre elencando alguns pontos para que o professor consiga repassar as informações sem transformá-la em uma ideia inquestionável, fazendo também com que os alunos tenham uma visão mais crítica sobre o objeto de estudo:

> (...) Em primeiro lugar, não apresentá-la, sem que seja antecedida de uma reflexão anterior sobre o objeto conceituado; apresentar o conceito, no momento adequado, como uma construção social sobre a realidade, e não como a própria realidade, o que significa demonstrar o caráter relativo do conceito; informar aos alunos sobre as eventuais controvérsias existentes em torno do conceito e os avanços conseguidos na compreensão do objeto conceituado; apresentar, sempre que possível, o conceito como parte de um sistema de conceitos.

Coadunado a isso, a Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece

as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), regulamenta uma base nacional comum para os currículos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental, e do Ensino Médio, no qual irão ser complementadas em cada instituição escolar por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (BRASIL, 1996).

Por conseguinte, a Lei n° 13.415, sancionada em 16 de fevereiro de 2017, regulamentou a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), objetivando o estabelecimento das diretrizes e normas para implementar a BNCC em todo território brasileiro, e definindo os objetivos de aprendizagem e a organização dos conteúdos a serem estudados na sala de aula (BRASIL, 2017a).

Homologado pelo MEC em dezembro de 2017, o texto que rege às etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental no Brasil no documento da BNCC guia os currículos escolares de todas as escolas públicas e privadas do país. Assim, como determinado pela Resolução CNE/CP Nº 2, de 22 de dezembro de 2017 “Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica.” (BRASIL, 2017b).

Levando em consideração as desigualdades socioeconômicas históricas no país, a BNCC explicita a necessidade de levar em consideração as necessidades, possibilidades, e os interesses dos estudantes, como também às identidades linguísticas, étnicas e culturais no processo de elaboração dos currículos e propostas pedagógicas por parte dos sistemas e redes de ensino (BRASIL, 2017).

Dessa forma, o documento sendo fundamentado em pilares como igualdade educacional, atendendo à necessidade de superação das desigualdades e também visando a equidade no sistema educacional, percebendo as diferentes necessidades dos estudantes e garantindo uma educação de qualidade igualitária. Assim, comprometendo em reverter a situação de exclusão histórica de grupos marginalizados como os povos originários, comunidades remanescentes de quilombos, demais afrodescendentes, alunos com deficiência – junto a práticas inclusivas (BRASIL, 2017).

No tocante ao ensino de geografia, a Base Nacional Comum Curricular expressa que a ciência geográfica tem como grande contribuição aos estudantes do ensino básico o desenvolvimento do pensamento espacial, estimulando o raciocínio geográfico para representar e interpretar o mundo em permanente transformação e

relacionando componentes da sociedade e da natureza (BRASIL, 2017, p. 360).

Além disso, a BNCC (BRASIL, 2017, p. 361) destaca que, ao estudar e analisar corretamente essa ciência, os alunos irão reconhecer:

I A desigualdade dos usos dos recursos naturais pela população mundial

II O impacto da distribuição territorial em disputas geopolíticas

III Desigualdade socioeconômica da população mundial em diferentes contextos urbanos e rurais

Portanto, o documento se organiza dentro dos principais conceitos geográficos contemporâneos, destacando o espaço como o conceito mais amplo e complexo dessa ciência, mas ratificando a necessidade do estudo de outros conceitos, tão importantes quanto, como território, lugar, região, natureza e paisagem. Também, destaca que na etapa do Ensino Fundamental Anos Finais (EFAF), que vai do 6° ao 9° ano, os alunos devem:

> (…) expandir o olhar para a relação do sujeito com contextos mais amplos, considerando temas políticos, econômicos e culturais do Brasil e do mundo. (…) ler, comparar e elaborar diversos tipos de mapas temáticos, assim como as mais diferentes representações utilizadas como ferramentas da análise espacial. (…) compreendam os processos que resultaram na desigualdade social, assumindo a responsabilidade de transformação da atual realidade, fundamentando suas ações em princípios democráticos, solidários e de justiça. (BRASIL, 2017, p. 362 e 364).

Além disso, os quadros abaixo irão elencar algumas competências específicas das Ciências Humanas e da Geografia para o Ensino Fundamental, de acordo com o documento que rege a Base Nacional Comum Curricular:

Quadro 6: BNCC: competências específicas das Ciências Humanas para o Ensino Fundamental - tópicos selecionados

Competências específicas das Ciências Humanas da BNCC para o Ensino Fundamental - tópicos selecionados
• Analisar o mundo social, cultural e digital e o meio técnico-científico-informacional com base nos conhecimentos das Ciências Humanas, considerando suas variações de significado no tempo e no espaço, para intervir em situações do cotidiano e se posicionar diante de problemas do mundo contemporâneo.
• Identificar, comparar e explicar a intervenção do ser humano na natureza e na sociedade, exercitando a curiosidade e propondo ideias e ações que contribuam para a transformação espacial, social e cultural, de modo a participar efetivamente das dinâmicas da vida social.
• Interpretar e expressar sentimentos, crenças e dúvidas com relação a si mesmo, aos outros e às diferentes culturas, com base nos instrumentos de investigação das Ciências Humanas, promovendo o acolhimento e a valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
• Comparar eventos ocorridos simultaneamente no mesmo espaço e em espaços variados, e eventos ocorridos em tempos diferentes no mesmo espaço e em espaços variados.

Fonte: organizado pelo autor com base em Brasil (2018, p. 357).

Quadro 7: BNCC: competências específicas da Geografia para o Ensino Fundamental - tópicos selecionados

Competências específicas de Geografia da BNCC para o Ensino Fundamental - tópicos selecionados
• Utilizar os conhecimentos geográficos para entender a interação sociedade/ natureza e exercitar o interesse e o espírito de investigação e de resolução de problemas.
• Estabelecer conexões entre diferentes temas do conhecimento geográfico, reconhecendo a importância dos objetos técnicos para a compreensão das formas como os seres humanos fazem uso dos recursos da natureza ao longo da história.
• Desenvolver autonomia e senso crítico para compreensão e aplicação do raciocínio geográfico na análise da ocupação humana e produção do espaço, envolvendo os princípios de analogia, conexão, diferenciação, distribuição, extensão, localização e ordem
• Desenvolver o pensamento espacial, fazendo uso das linguagens cartográficas e iconográficas, de diferentes gêneros textuais e das geotecnologias para a resolução de problemas que envolvam informações geográficas.
• Desenvolver e utilizar processos, práticas e procedimentos de investigação para compreender o mundo natural, social, econômico, político e o meio técnico-científico e informacional, avaliar ações e propor perguntas e soluções (inclusive tecnológicas) para questões que requerem conhecimentos científicos da Geografia.

Fonte: organizado pelo autor com base em Brasil (2018, p. 366).

Esses tópicos específicos foram selecionados pois são fundamentais para compreensão das escolhas, por parte dos autores, dos conteúdos abordados nas coleções didáticas. A exemplo, no quadro das competências específicas das Ciências Humanas, “Identificar, comparar e explicar a intervenção do ser humano na natureza e na sociedade, exercitando a curiosidade e propondo ideias e ações que contribuam para a transformação espacial, social e cultural, de modo a participar efetivamente das dinâmicas da vida social”, algo essencial para o estudo da Geografia em suas diferentes áreas.

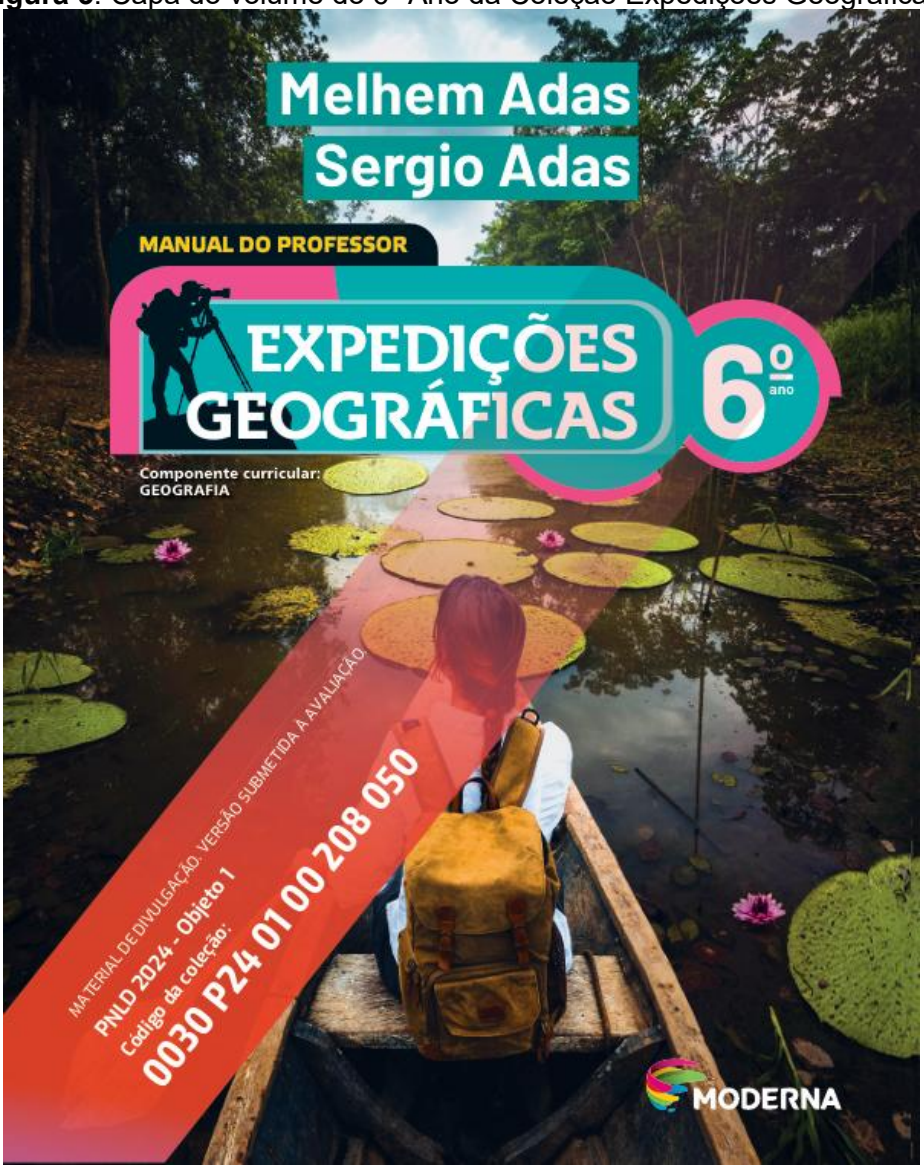
Além disso, o tópico “desenvolver autonomia e senso crítico para compreensão e aplicação do raciocínio geográfico na análise da ocupação humana e produção do espaço, envolvendo os princípios de analogia, conexão, diferenciação, distribuição, extensão, localização e ordem”, nas competências

específicas de Geografia, traz uma conceituação essencial à análise das regionalizações, tanto a nível nacional como mundial.

4.1 COLEÇÃO DIDÁTICA "EXPEDIÇÕES GEOGRÁFICAS" DE MELHEM ADAS E SÉRGIO ADAS - EDITORA MODERNA

A primeira coleção didática a ser analisada nesta pesquisa é denominada "Expedições geográficas", escrita por Sérgio Adas e Melhem Adas e publicada pela Editora Moderna LTDA. A coleção analisada foi publicada em 2022, correspondendo à sua 4° edição, composta por quatro volumes destinados aos estudantes do Ensino Fundamental Anos Finais (6°, 7°, 8° e 9° anos).

Figura 3: Capa do volume do 6º Ano da Coleção Expedições Geográficas



Fonte: Adas e Adas (2022a)

Os livros didáticos dessa coleção explicitam, em sua apresentação, o alinhamento com os referenciais curriculares da Base Comum Nacional Curricular. No manual do professor, existe uma relação dos conteúdos expostos com os conhecimentos e habilidades da BNCC.

Logo no início do Manual do Professor, no tópico sobre “A abordagem teórico-metodológica da coleção”, os autores abordam os conceitos de paisagem, lugar, região, espaço natural e espaço geográfico, território e territorialidade e redes geográficas, destacando-os como “os conceitos-chave da Geografia” (ADAS e ADAS, 2022), os quais exercem um papel importante na formação do pensamento espacial dos estudantes.

No tocante à região, o Manual do Professor destaca, de início, que seu conceito é bastante discutido, existindo várias acepções. Além disso, o texto discorre brevemente sobre o que alguns autores chamaram de “fim das regiões”, devido o processo de globalização e homogeneização do espaço mundial. Em contraponto, nesse contexto, citando o geógrafo Milton Santos, os autores ressaltam seu entendimento de universalidade do fenômeno da região.

Os autores da obra destacam a importância de se trabalhar com o conceito de região, relacionando-o com outros conceitos articuladores que, juntos, irão se integrar e ampliar as análises na ciência geográfica. Nessa coleção didática, a região foi escolhida na abordagem de vários conteúdos específicos, como:

Quadro 8: Conteúdos regionais específicos da coleção didática Expedições Geográficas

Conteúdos regionais da Coleção Expedições Geográficas - tópicos selecionados
7° Ano
• O estudo do território brasileiro de acordo com as cinco macrorregiões do IBGE
8° Ano
• Estudo sobre as diferentes regionalizações do espaço mundial
• Conjuntos regionais da América e da África conforme critérios socioeconômicos
9° Ano
• Regionalizações da Europa
• Regionalizações da Ásia

Fonte: Organizado pelo autor com base em ADAS e ADAS (2022a).

Acerca da organização dos temas e conteúdos da coleção, os autores dividiram cada volume, direcionado para cada ano escolar do Ensino Fundamental Anos Finais, em 8 unidades cada em cada um. O quadro abaixo ilustra essa divisão.

Quadro 9: Organização em unidades dos conteúdos e temas dos volumes da coleção didática Expedições Geográficas

Organização em unidades e temas dos volumes da coleção Expedições Geográficas

6° ano

1. Espaço, paisagem, lugar e território
2. Conhecimentos básicos de Cartografia
3. O planeta Terra e a circulação geral da atmosfera
4. Os climas e a vegetação natural
5. O escoamento superficial da água e o relevo continental
6. Os recursos hídricos e seus usos
7. Agropecuária
8. Indústria, sociedade, espaço e urbanização

7° ano

1. O território brasileiro
2. A população brasileira
3. Brasil: industrialização, consumo e o espaço das redes
4. Região Norte
5. Região Nordeste
6. Região Sudeste
7. Região Sul
8. Região Centro-Oeste

8° ano

1. Espaço mundial: diversidade e regionalização
2. População mundial, fluxos migratórios e problemas urbanos na América Latina
3. A ascensão dos Estados Unidos e da China no cenário internacional e os BRICS
4. América: regionalizações, meio natural e países desenvolvidos
5. América: países emergentes
6. América: economias com base mineral e agropecuária
7. América: organizações, conflitos e integração
8. África: heranças, conflitos e diversidades

9° ano

1. Mundo global: origens e desafios
2. Sociedade urbano-industrial, recursos naturais e fontes de energia
3. Europa: diversidade e integração
4. Rússia e CEI
5. Ásia: diversidade física e cultural e conflitos
6. Ásia: grandes economias
7. Oriente Médio
8. Oceania e Ártico

Fonte: Organizado pelo autor com base em ADAS e ADAS (2022a).

Nesses volumes, destaca-se o processo de regionalização, de forma a utilizar critérios pré-estabelecidos para classificar partes do espaço geográfico e, assim, dispondo de princípios da geografia como o de analogia e diferenciação, propiciar a comparação das regiões de acordo com suas semelhanças ou diferenças.

Se tratando do volume do 6° ano, ele é composto por oito unidades, as quais abordam os seguintes temas:

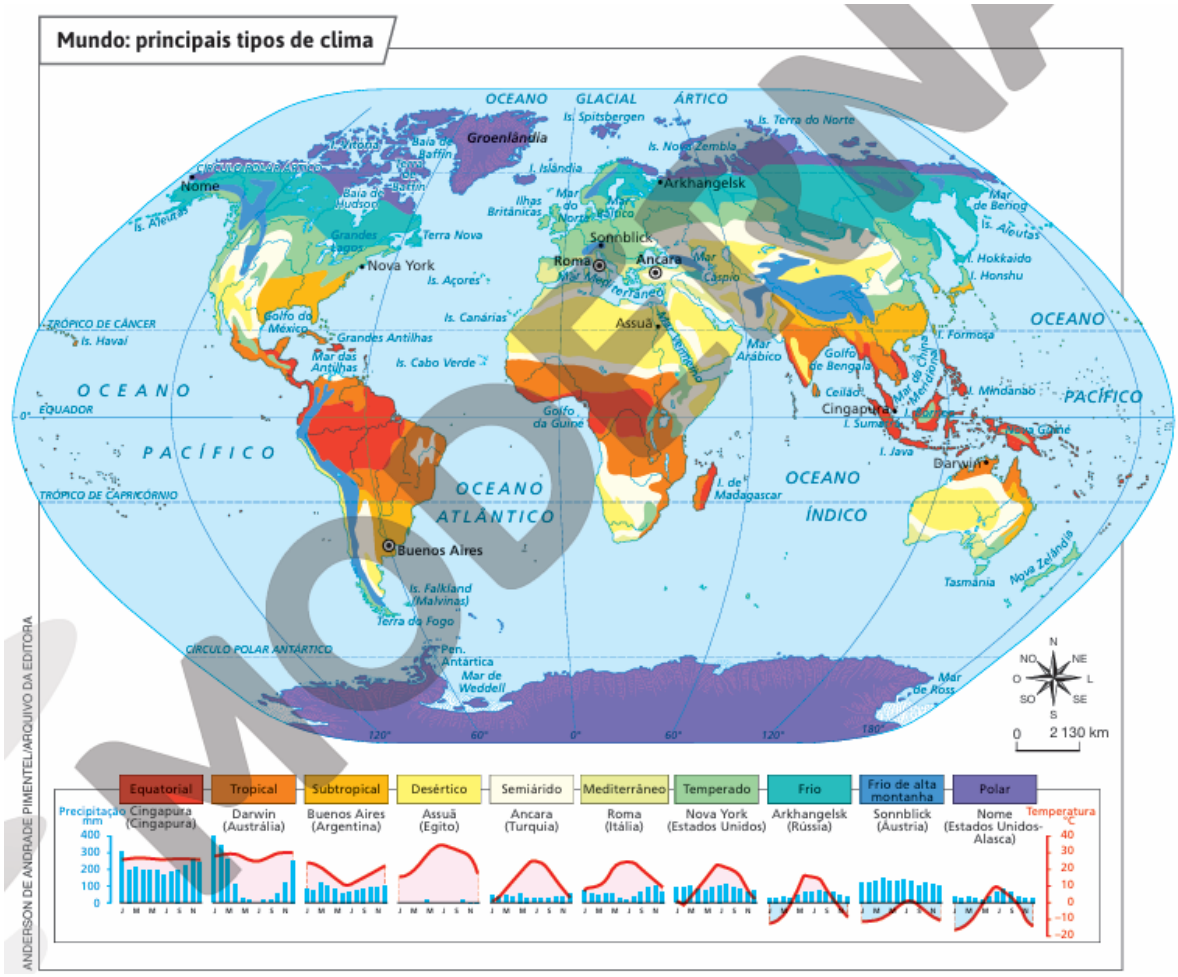
- 1° unidade – estudo da definição de conceitos-chave da Geografia, a exemplo do espaço natural e geográfico, lugar, paisagem e território.
- 2° unidade – orientação no espaço, localização de pontos de referência na superfície terrestre e reconhecimento de diferentes formas de representação espacial.
- 3° unidade – compreensão dos movimentos realizados pela Terra, a influência das massas de ar na formação dos climas e do tempo atmosférico e, junto a isso, as principais consequências das atividades humanas para a dinâmica natural do planeta.
- 4° unidade – conhecimento dos fatores geográficos que influenciam os tipos de clima existentes na Terra e a relação entre padrões climáticos e regimes de rios, formas de relevo, distribuição das paisagens vegetais e diferentes usos e ocupações do espaço geográfico.
- 5° unidade – estudo a respeito do funcionamento do ciclo da água e da ação dos agentes internos e externos na modelagem da superfície terrestre
- 6° unidade – conhecimento da distribuição da água na Terra, dos elementos que compõem as bacias hidrográficas, das formas de utilização e dos principais impactos provocados nos recursos hídricos e as características da rede hidrográfica brasileira
- 7° unidade – características da agropecuária, a exemplo de técnicas empregadas, incluindo os fatores naturais que influenciam o desenvolvimento das atividades a ela relacionadas, como também as transformações causadas nas paisagens rurais.
- 8° unidade - panorama geral do desenvolvimento das atividades industriais.

Ao analisar o livro didático do 6° ano, percebe-se que há um estudo das categorias geográficas, entretanto limitando-se a trabalhar com o espaço, paisagem, lugar e território, na unidade 1, sem abordar especificamente a categoria região.

Entretanto, no tocante a esse assunto, cabe salientar que eles trazem regionalizações, a exemplo dos principais tipos de clima no mundo e no Brasil, as principais bacias hidrográficas do mundo e regiões hidrográficas brasileiras, mas não

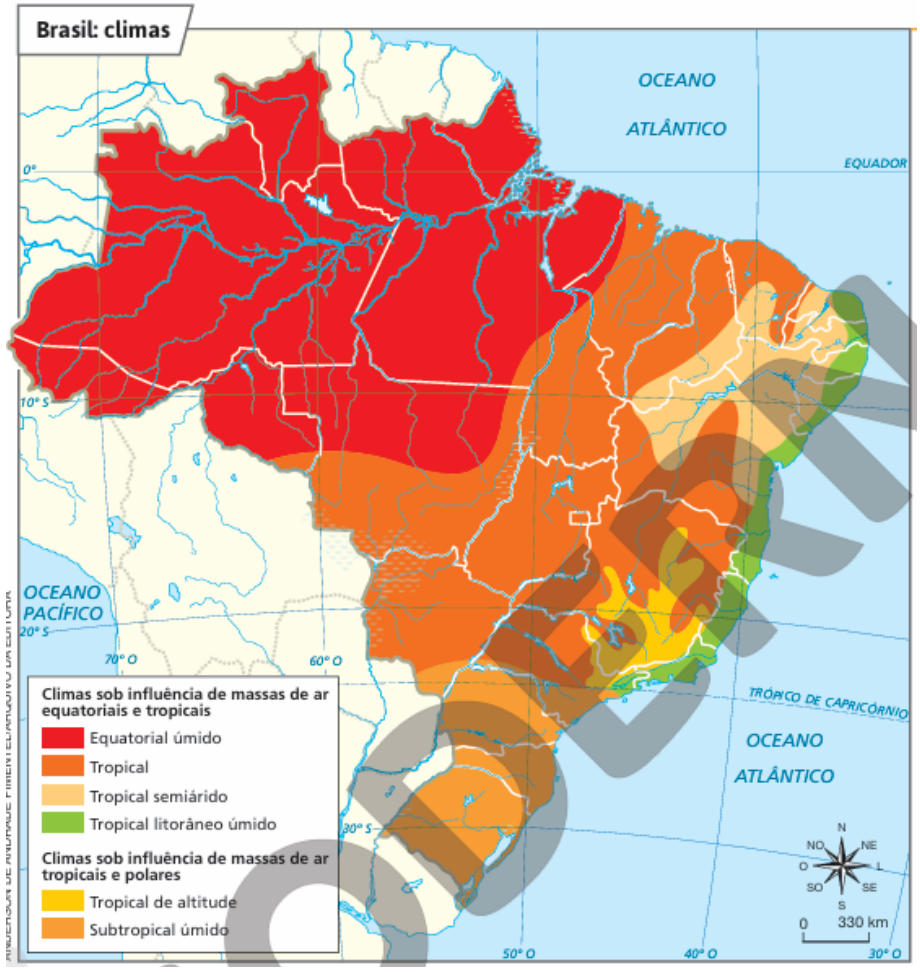
abordam o assunto partindo de uma perspectiva regional, apenas comentam brevemente sobre os temas específicos dos mapas. Desse modo, em nosso ponto de vista, a crítica feita é que o livro poderia evidenciar que estão trabalhando com regionalizações feitas a partir de determinados assuntos.

Mapa 34: Principais tipos de clima do mundo – Coleção Expedições Geográficas (2022)



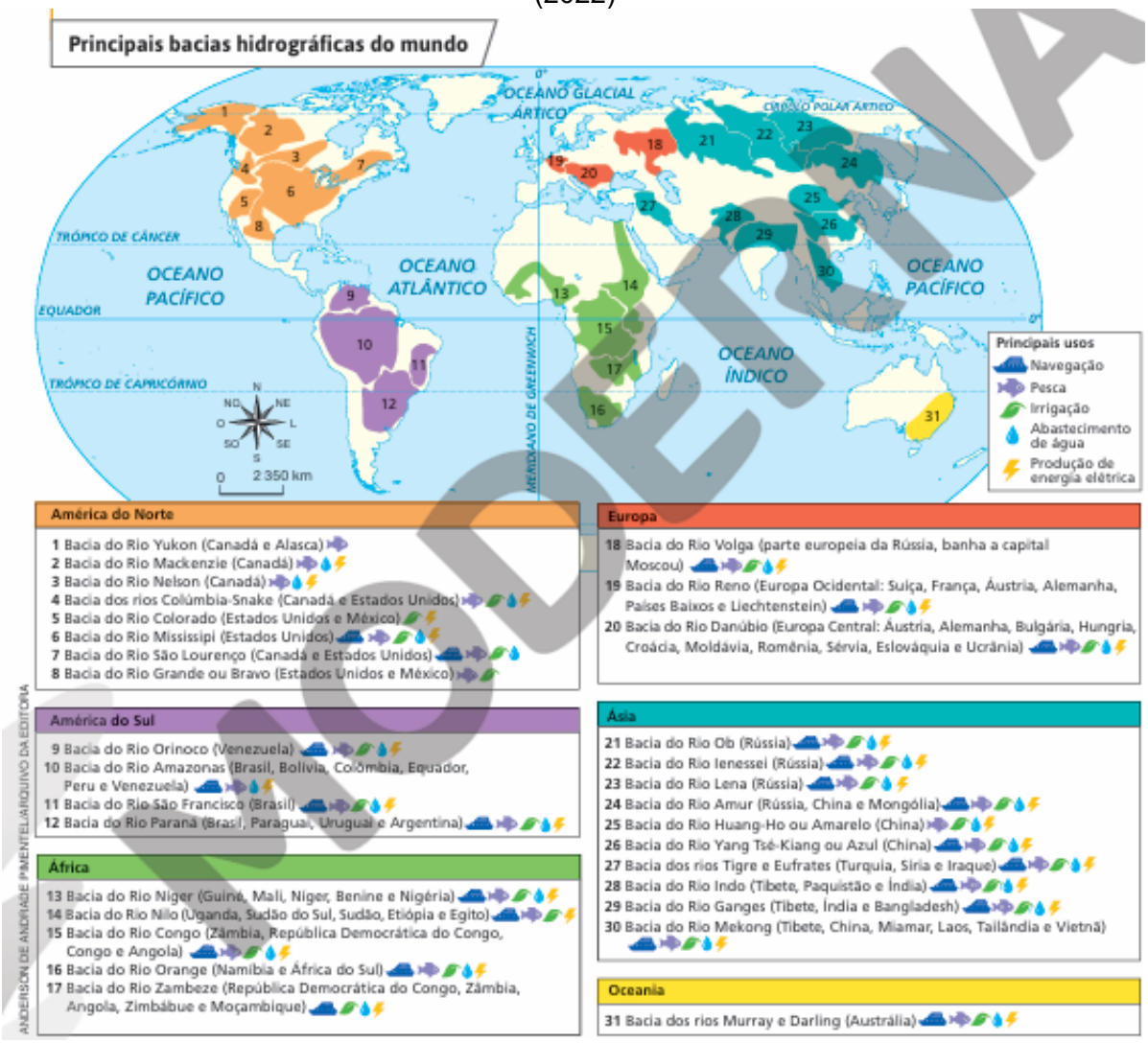
Fonte: Adas e Adas (2022a, p. 98)

Mapa 35: Tipos do clima do Brasil – Coleção Expedições Geográficas (2022)



Fonte: Adas e Adas (2022a, p. 100).

Mapa 36: Principais bacias hidrográficas do mundo – Coleção Expedições Geográficas (2022)



Fonte: Adas e Adas (2022a, p. 162).

Mapa 37: Regiões hidrográficas brasileiras – Coleção Expedições Geográficas (2022)



Fonte: Adas e Adas (2022a, p. 170)

Ao partir para uma análise do livro do 7° ano, logo na 1° unidade se tem rapidamente uma abordagem no âmbito da região, com apenas duas páginas voltadas para essa questão. Primeiramente, o livro trabalha “a regionalização do território brasileiro” como tema principal, abordando os subtópicos “regionalização e região: o que são?”, “Brasil: regionalização oficial” e “regionalizações não oficiais”.

Para os autores desse livro, a regionalização se conceitua como a divisão territorial em partes ou unidades, divididas com base em critérios naturais (relevo, clima, vegetação), ou de ordem antrópica, junto a questões culturais, históricas, econômicas, sociais e políticas, e, assim, formando as regiões. O livro também destaca que esse processo leva em consideração os objetivos ou interesses de quem está propondo a regionalização, corroborando com o pensamento de Diniz Filho (2002), que discute os conceitos regionais aplicados em questões com fins analíticos, sendo as regionalizações correlacionadas em função do motivo destacado pelo pesquisador envolvido, como dito anteriormente no texto.

Figura 4: Trecho do livro didático do 7° ano sobre regionalizações brasileiras – Coleção Expedições Geográficas (2022)



PERCURSO 3

A regionalização do território brasileiro

1 Regionalização e região: o que são?

Regionalização é a divisão de um território em partes ou em unidades territoriais com base em certos critérios ou princípios: de **ordem natural ou física** – formas de relevo, tipos de clima e de formações vegetais etc. – e de ordem **humana ou social** – culturais, históricos, econômicos, sociais, políticos etc. –, ou ainda a combinação dessas ordens. Cada uma dessas partes recebe o nome de **região** e apresenta características comuns.

A regionalização de um território depende dos objetivos ou dos interesses de quem assume essa tarefa ou esse estudo. Observe, por exemplo, no mapa da página 17, uma regionalização cujo critério é de ordem física, o clima.

Fonte: Adas e Adas (2022b, p. 30)

Por conseguinte, o livro apresenta a divisão regional oficial brasileira em 1988, atualizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), chamando atenção do fato do instituto ter se baseado em aspectos naturais e humanos, principalmente econômicos, para distribuir o território do país em cinco grandes regiões (ou macrorregiões). Destaca os limites regionais intrínsecos às divisões territoriais estaduais visando uma facilitação do IBGE em estudos estatísticos oficiais. Além disso, comenta que os governos municipais, estaduais e federal podem se utilizar desses dados para planejar políticas públicas voltadas às demandas da população.

Mapa 38: Divisão regional oficial do brasil de 1988 – Coleção Expedições Geográficas (2022)



Fonte: Adas e Adas (2022b, p. 30)

Entretanto, os autores poderiam ter complementado o texto relacionando com o pensamento de autores como Silva (2018), quando disserta que em muita das vezes, apesar de todas as políticas públicas influenciarem a produção do espaço geográfico, tendo influências espaciais, territoriais e regionais, nem sempre é levado em consideração essas dimensões em análises para formulação delas. Dessa forma, essas divergências teóricas explicitadas revelam também uma falta do devido reconhecimento por parte do Estado nos aspectos geográficos ligados a sua atuação.

Após isso, o livro parte para um tópico abordando as regionalizações não oficiais do Brasil, destacando: os Complexos regionais ou Macrorregiões Geoeconômicas, proposta por Pedro Pinchas Geiger em 1967; regionalização segundo o meio-técnico-científico-informacional, proposta por Milton Santos e Maria Laura Silveira em 1999

Mapa 39: Divisão regional brasileira de Pedro Pinchas Geiger de 1967 – Coleção Expedições Geográficas (2022)



Fonte: Adas e Adas (2022b, p. 31)

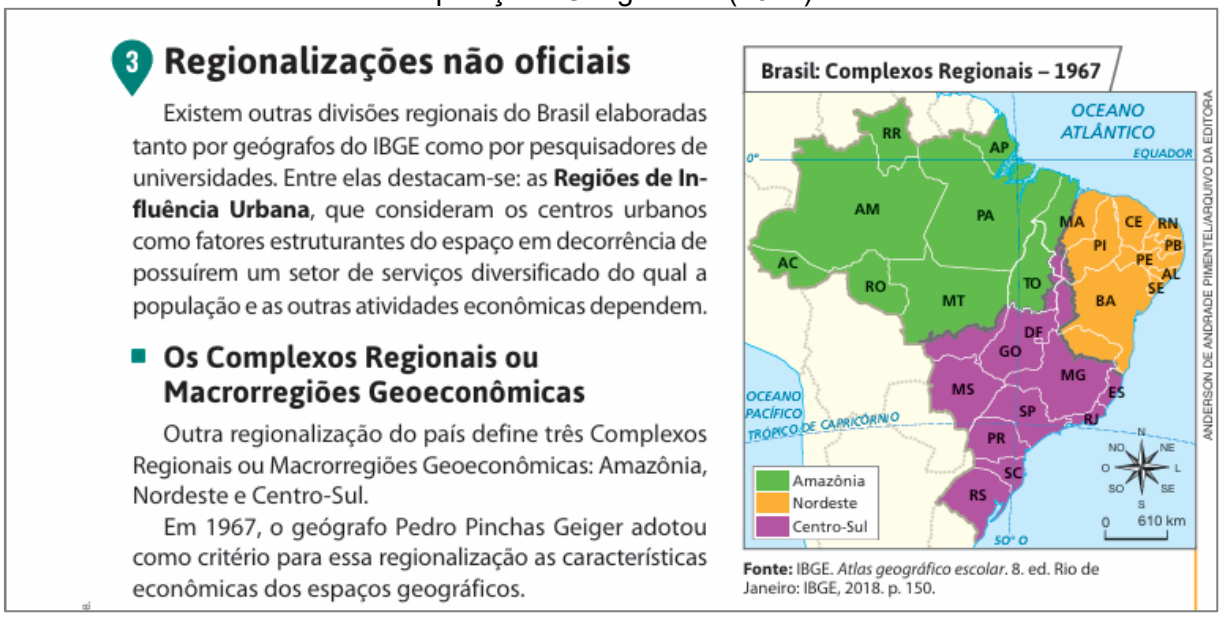
Mapa 40: Divisão regional brasileira de Milton Santos e Maria Laura Silveira de 1999 – Coleção Expedições Geográficas (2022)



Fonte: Adas e Adas (2022b, p. 31)

Na conceituação das Regiões de Influência Urbana, os autores escrevem que os centros urbanos exercem influência em fatores estruturais espaciais devido sua diversificada gama de serviços, onde a população e setores econômicos dependem. O trecho em específico ficou mal formulado e confuso, pois o nome do tópico é “Regionalizações não oficiais”, e logo em seguida introduz falando sobre as Regiões de Influência Urbana, uma das regionalizações oficiais do país, gerando um entendimento de que ela não seria oficial – algo incorreto -, como podemos ver abaixo.

Figura 5: Trecho do livro didático do 7° ano sobre regionalizações não oficiais – Coleção Expedições Geográficas (2022)



3 Regionalizações não oficiais

Existem outras divisões regionais do Brasil elaboradas tanto por geógrafos do IBGE como por pesquisadores de universidades. Entre elas destacam-se: as **Regiões de Influência Urbana**, que consideram os centros urbanos como fatores estruturantes do espaço em decorrência de possuírem um setor de serviços diversificado do qual a população e as outras atividades econômicas dependem.

Os Complexos Regionais ou Macrorregiões Geoeconômicas

Outra regionalização do país define três Complexos Regionais ou Macrorregiões Geoeconômicas: Amazônia, Nordeste e Centro-Sul.

Em 1967, o geógrafo Pedro Pinchas Geiger adotou como critério para essa regionalização as características econômicas dos espaços geográficos.

Fonte: IBGE. *Atlas geográfico escolar*. 8. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. p. 150.

Fonte: Adas e Adas (2022b, p. 31)

Sobre os Complexos Regionais ou Macrorregiões Geoeconômicas, trazem a perspectiva de Pedro Pinchas Geiger ao regionalizar o país em três grandes regiões: Amazônia, Nordeste e Centro-Sul. Nessa regionalização proposta em 1967, os critérios estabelecidos se fundam em aspectos econômicos dos espaços geográficos

No tocante à regionalização segundo o meio-técnico-científico-informacional, a diferenciação regional é proposta de acordo com critérios de densidade de recursos técnicos e informacionais ou pelas redes de transporte e fluxos de mercadorias, correlacionando com as transformações ocorridas, nas últimas décadas, em território brasileiro, correlacionadas a modernização agropecuária, industrial e de serviços.

Nesse sentido, grande erro do livro ao abordar essa última proposta advém

de não ressaltar no texto que foi uma regionalização promovida por Milton Santos e Maria Laura Silveira, sendo aquele um dos maiores geógrafos brasileiros, apenas dispondo de uma pequena referência como fonte de pesquisa do livro *"O Brasil: território e sociedade no início do século XXI"* ao fim da página. Os autores deveriam ter enfatizado o crédito da proposta de regionalização, assim como fizeram com a de Pedro Pinchas Geiger.

Figura 6: Trecho do livro didático do 7° ano sobre Os Quatro Brasis– Coleção Expedições Geográficas (2022)



Fonte: Adas e Adas (2022b, p. 31)

Também, acreditamos que tenha faltado abordar algumas das regionalizações brasileiras que antecedem a atual, para contextualizar aos estudantes que há trata um processo histórico, sendo que a divisão atual não é a primeira e que antes dispusemos de outras configurações regionais no território brasileiro.

Ademais, o livro aborda em suas últimas 5 unidades as grandes regiões brasileiras. Baseando-se na regionalização oficial do país, elaborada pelo IBGE em 1969 e atualizada desde então, os autores dedicam 1 unidade para cada região, dispondo da seguinte configuração: unidade 4 – Região Norte; unidade 5 – Região Nordeste; unidade 6 – Região Sudeste; unidade 7 – Região Sul; unidade 8 – Região Centro-Oeste. Ao final de cada região, têm uma série de questões para o professor realizar junto aos alunos, ratificando o conteúdo aprendido.

Mapa 41: Mapa político da região Norte – Coleção Expedições Geográficas (2022)



Fonte: Adas e Adas (2022b, p. 111)

Mapa 42: Mapa político da região Nordeste – Coleção Expedições Geográficas (2022)



Fonte: Adas e Adas (2022b, p. 143)

Mapa 43: Mapa político da região Sudeste – Coleção Expedições Geográficas (2022)



Fonte: Adas e Adas (2022b, p. 175)

Mapa 44: Mapa político da região Sul – Coleção Expedições Geográficas (2022)



Fonte: Adas e Adas (2022b, p. 203)

Mapa 45: Mapa político da região Centro-Oeste – Coleção Expedições Geográficas (2022)

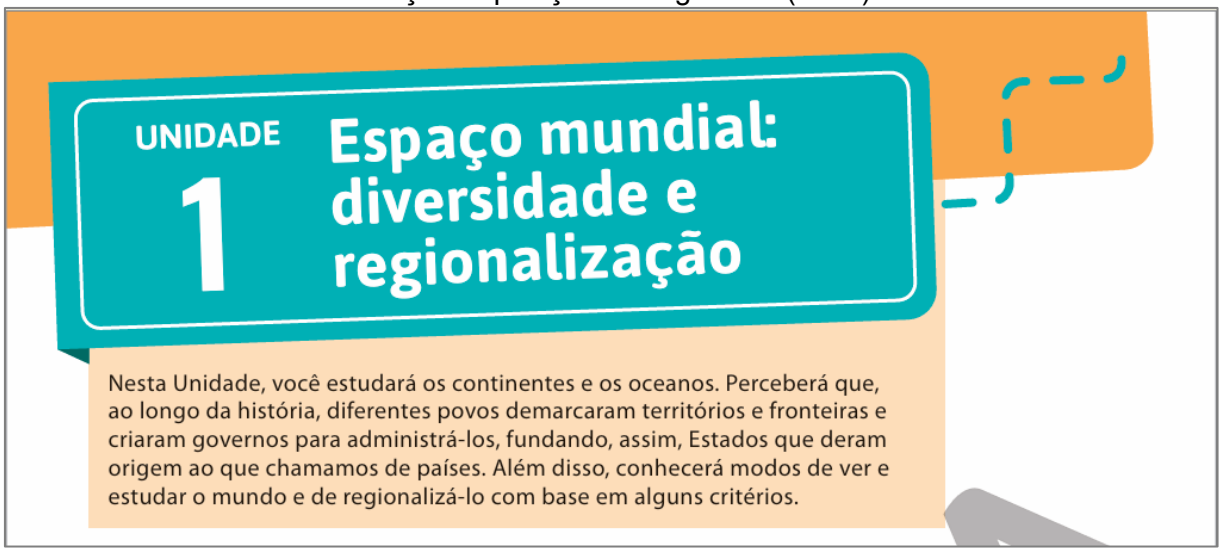


Fonte: Adas e Adas (2022b, p. 237)

Em todas as unidades, os autores abordam aspectos naturais, físicos, históricos, econômicos, culturais de cada região, dispondo de uma boa análise, escrevendo de forma completa e didática, de um modo a fazer com que os estudantes se interessem pelos temas abordados. Também há bastante figuras e imagens, fazendo com que não seja apenas texto, entediante, ilustrando bem os conteúdos ali abordados.

Dando prosseguimento, em uma análise do livro dedicado ao 8° ano, logo na 1 unidade encontra-se um tratamento da questão regional. Na introdução, os autores destacam que nesta unidade serão trabalhadas questões envolvendo os continentes e os oceanos, o estudo do território, das fronteiras, a criação de Estados e países e, por fim, "(…) conhecerá modos de ver e estudar o mundo e de regionalizá-lo com base em alguns critérios".

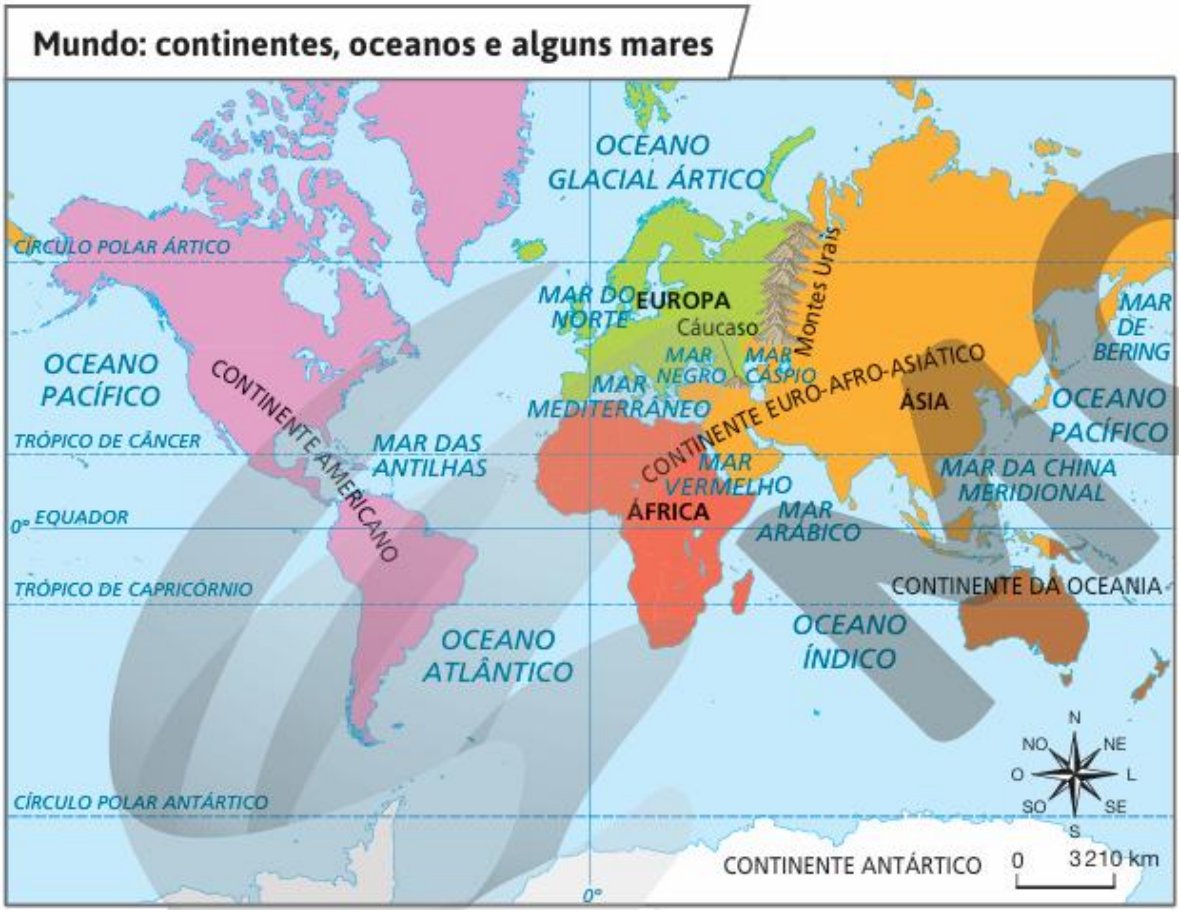
Figura 7: Trecho do livro didático do 8° ano sobre regionalização do espaço mundial – Coleção Expedições Geográficas (2022)



Fonte: Adas e Adas (2022c, p. 12)

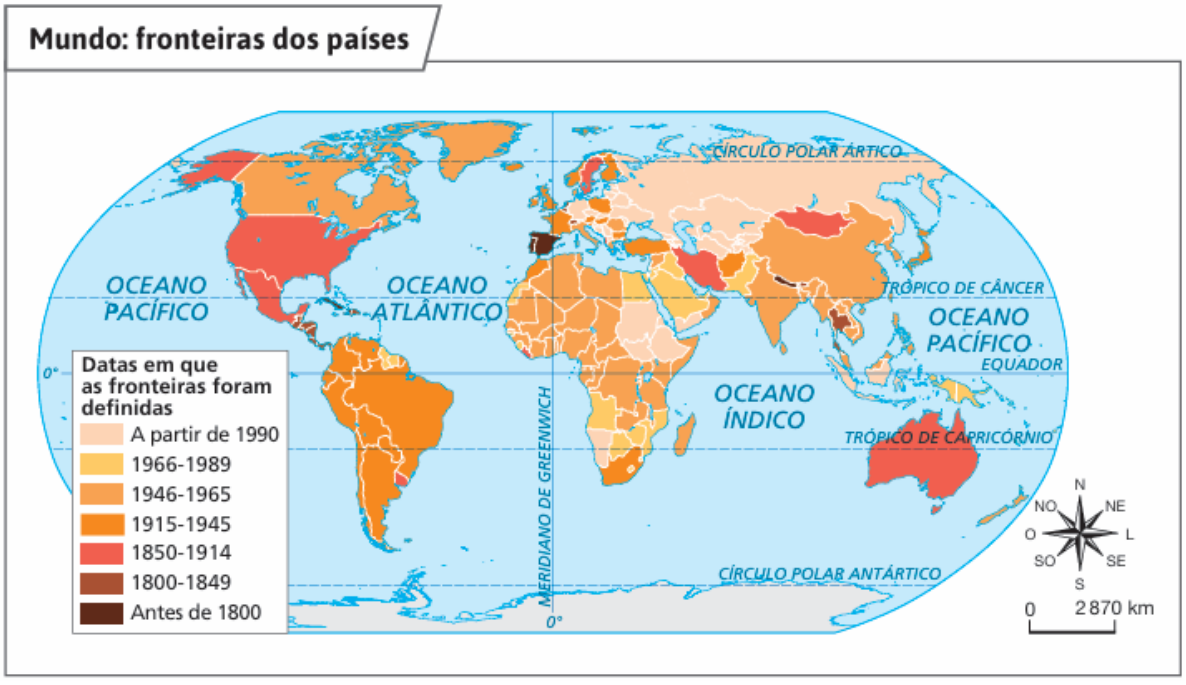
Em um primeiro momento, são ressaltadas as diferentes formas de observar, estudar e regionalizar o mundo, trazendo noções de divisões de âmbito físico – como pelas formas de relevo, solo e clima -, ou por aspectos relacionados ás sociedades humanas – a exemplo de continentes, países, Estados, religiões, línguas, culturas e nível de desenvolvimento científico, tecnológico, econômico ou social.

Mapa 46: Continentes, oceanos e alguns mares no mundo – Coleção Expedições Geográficas (2022)



Fonte: Adas e Adas (2022c, p. 13)

Mapa 47: Fronteiras dos países no mundo – Coleção Expedições Geográficas (2022)



Fonte: Adas e Adas (2022c, p. 23)

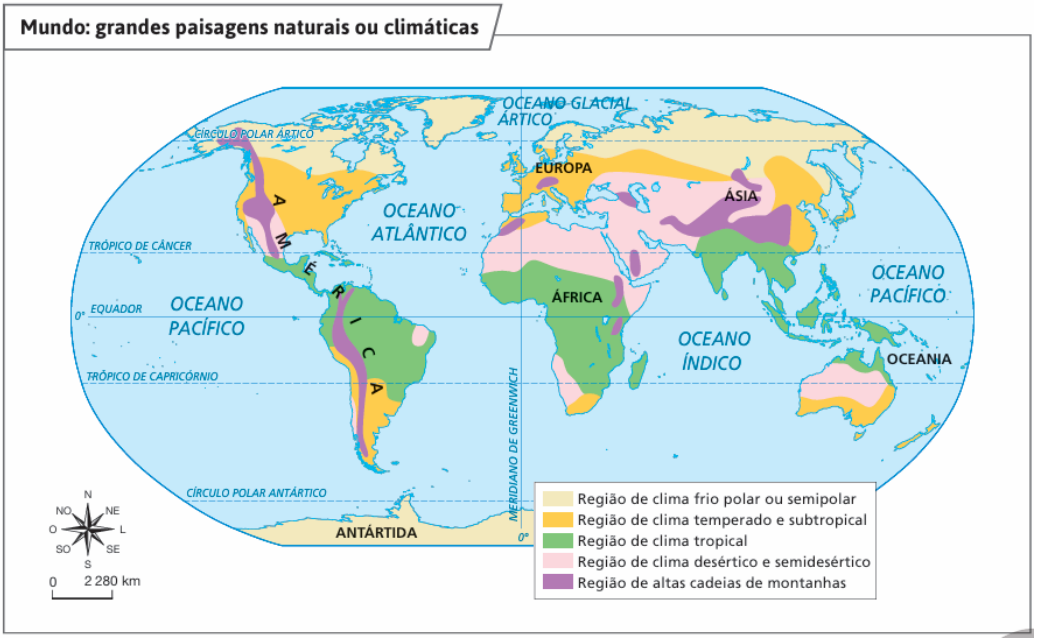
Mapa 48: Línguas, províncias e territórios do Canadá – Coleção Expedições Geográficas (2022)



Fonte: Adas e Adas (2022c, p. 17)

Na perspectiva física, os autores salientam a diversidade de paisagens naturais na Terra e, nesse sentido, destacam a regionalização com base nas cinco grandes paisagens naturais ou climáticas – polares, temperadas, tropicais, desérticas e de altas montanhas.

Mapa 49: Grandes paisagens naturais ou climática do mundo – Coleção Expedições Geográficas (2022)

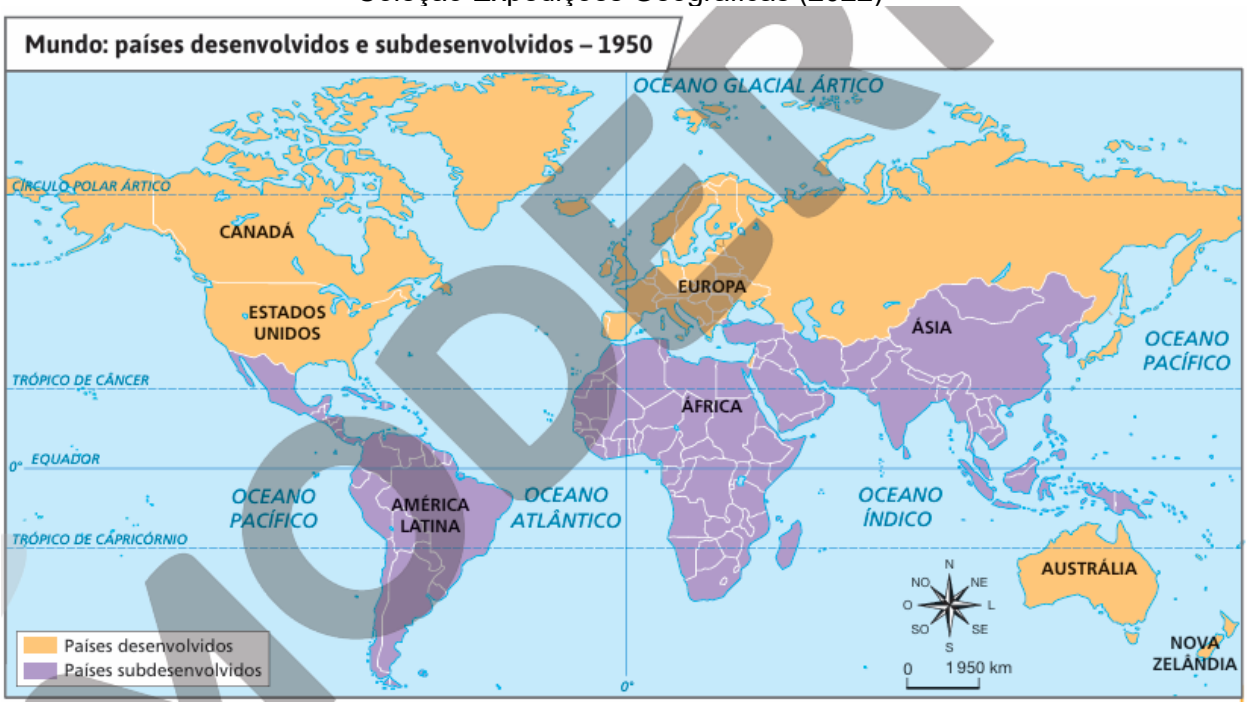


Fonte: Adas e Adas (2022c, p. 25)

Adiante, sobre as regionalizações relacionadas às sociedades humanas, o livro ressalta as desigualdades existentes entre os países do mundo, tanto de ordem científica e tecnológica, como de ordem social e econômica. Assim, evidencia algumas regionalizações após a Segunda Guerra Mundial, enfatizando o caráter bipolar no qual o mundo estava inserido, naquele momento, com duas grandes potências – Estados Unidos e União Soviética – disputando para expandir suas áreas de influência sob os sistemas socialista e capitalista.

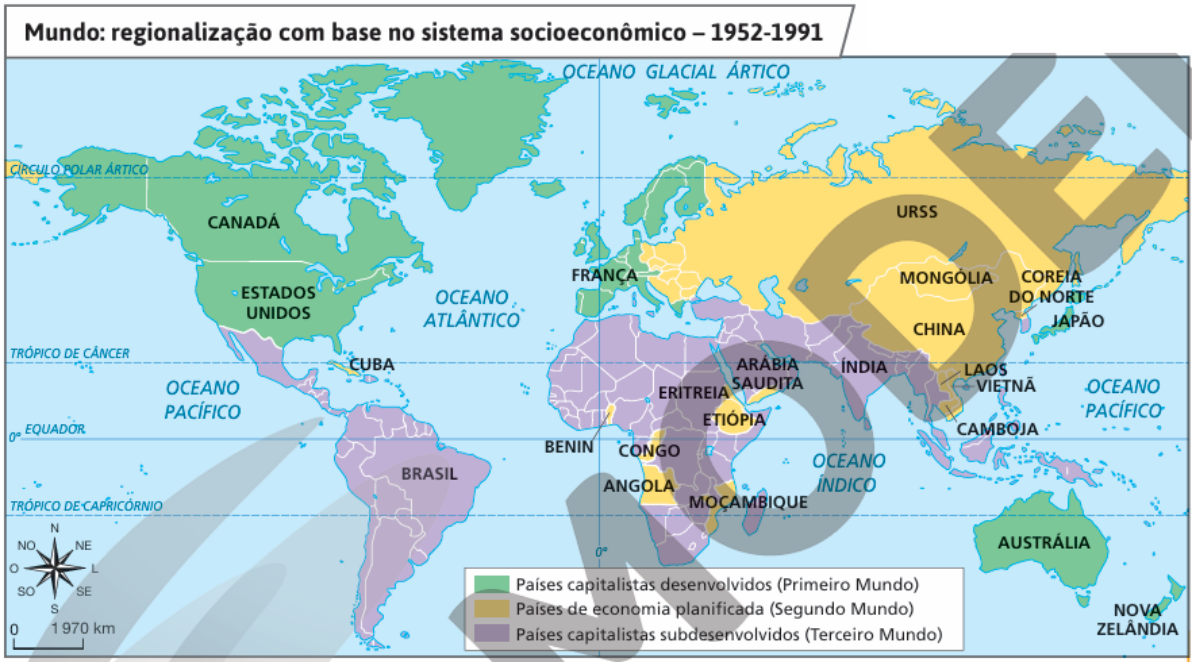
Desse modo, trazendo regionalizações como: i) países desenvolvidos e subdesenvolvidos: divisão de acordo com as grandes desigualdades socioeconômicas e tecnológicas existentes no mundo; ii) regionalização de acordo com Primeiro, Segundo e Terceiro mundo: introduzida em 1952, dividindo respectivamente em países capitalistas desenvolvidos, socialistas de economia planificada e países capitalistas subdesenvolvidos, e destacando seu posterior desuso em função da desagregação do bloco socialista ao final da década de 1980; iii) países do Norte (desenvolvidos) e Sul (subdesenvolvidos); e, por fim, iv) dissertando sobre o Brasil, a América Latina e a África no contexto pós-guerra, trazendo sua inserção na Divisão Internacional do Trabalho.

Mapa 50: Regionalização mundial entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos em 1950 – Coleção Expedições Geográficas (2022)



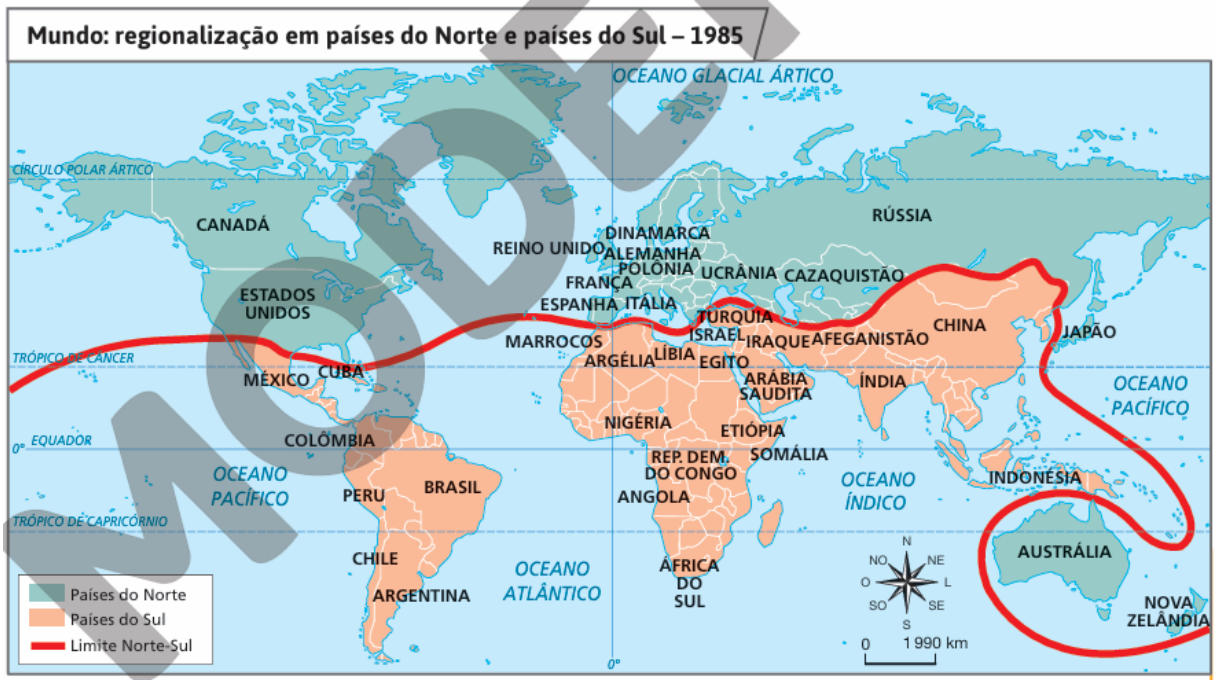
Fonte: Adas e Adas (2022c, p. 28)

Mapa 51: Divisão regional baseada no sistema socioeconômico, durante a Guerra Fria – Coleção Expedições Geográficas (2022)



Fonte: Adas e Adas (2022c, p. 29)

Mapa 52: Regionalização mundial entre países do Norte e países do Sul, em 1985 – Coleção Expedições Geográficas (2022)

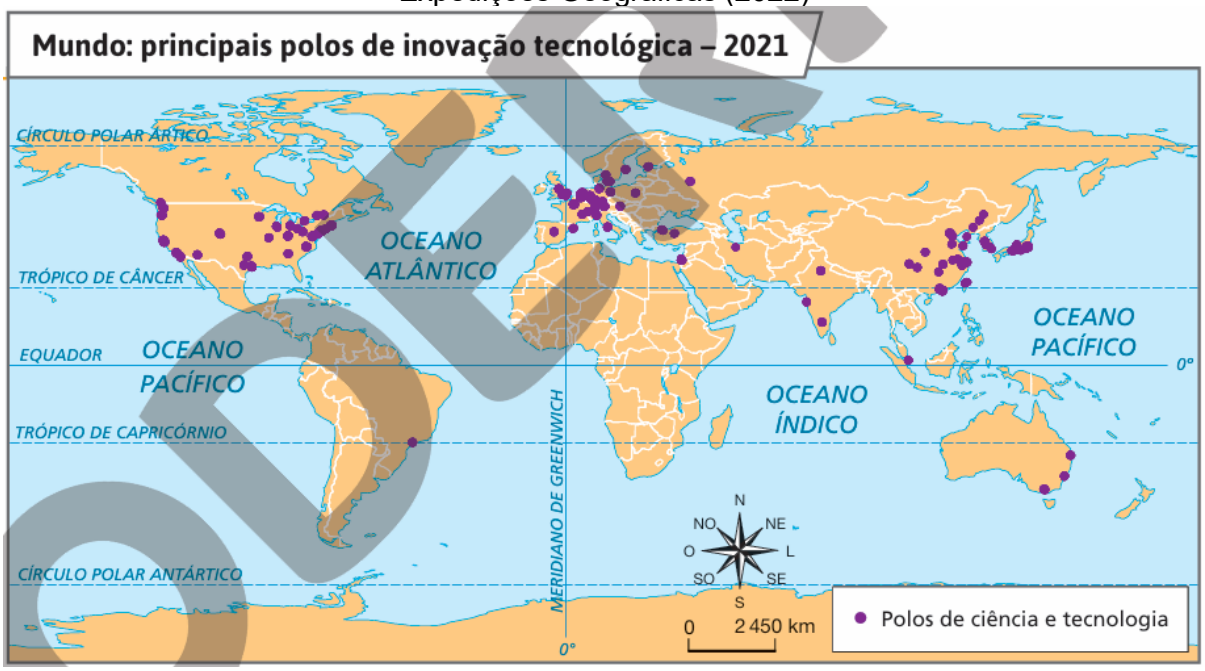


Fonte: Adas e Adas (2022c, p. 30)

Um grande ponto positivo deste percurso da 1° unidade foi a ampla gama de figuras, principalmente mapas, ilustrando as regionalizações mencionadas ao longo do texto, dessa forma, os autores foram bem didáticos ao fazer com que os estudantes não só imaginassem o que foi escrito, como visualizem de forma clara as divisões regionais abordadas.

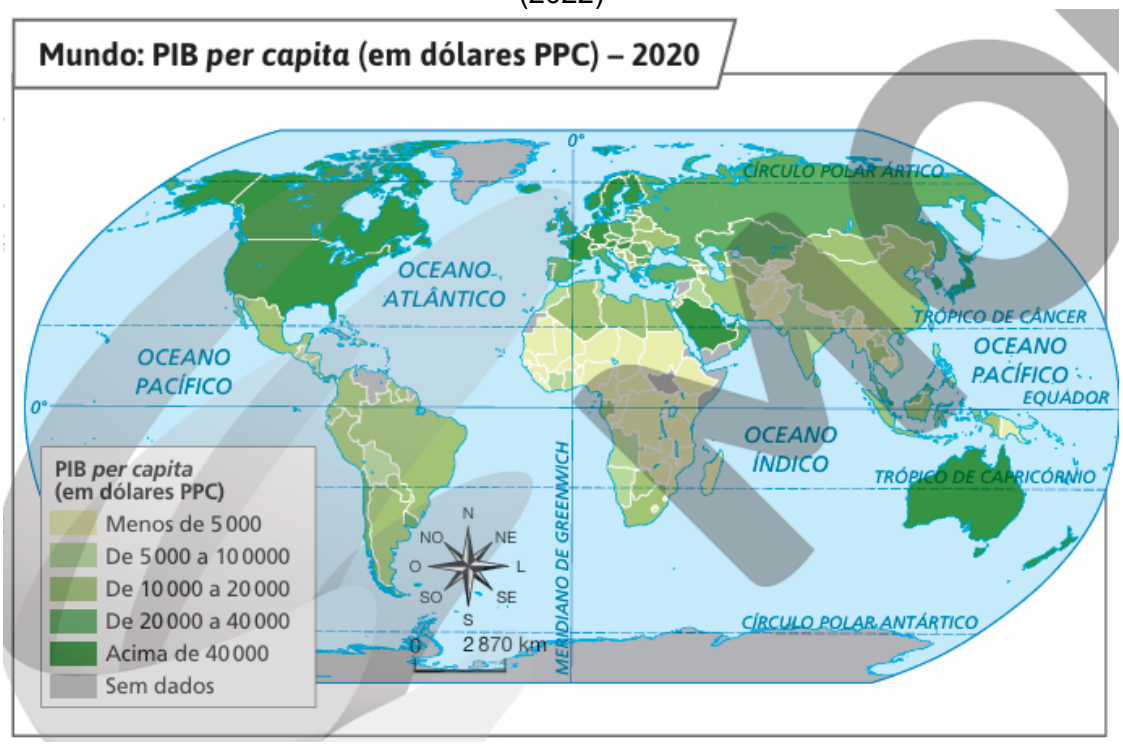
Prosseguindo, o livro traz um tópico intitulado “Outras regionalizações do espaço mundial”, onde se destacam: i) regionalização de acordo com o desenvolvimento científico e tecnológico; ii) regionalização segundo o Produto Interno Bruto (PIB); iii) regionalização segundo o índice de Desenvolvimento Humano (IDH); iv) regionalização segundo índices de desenvolvimento econômico e social.

Mapa 53: Principais polos de inovação tecnológica no mundo em 2021 – Coleção Expedições Geográficas (2022)



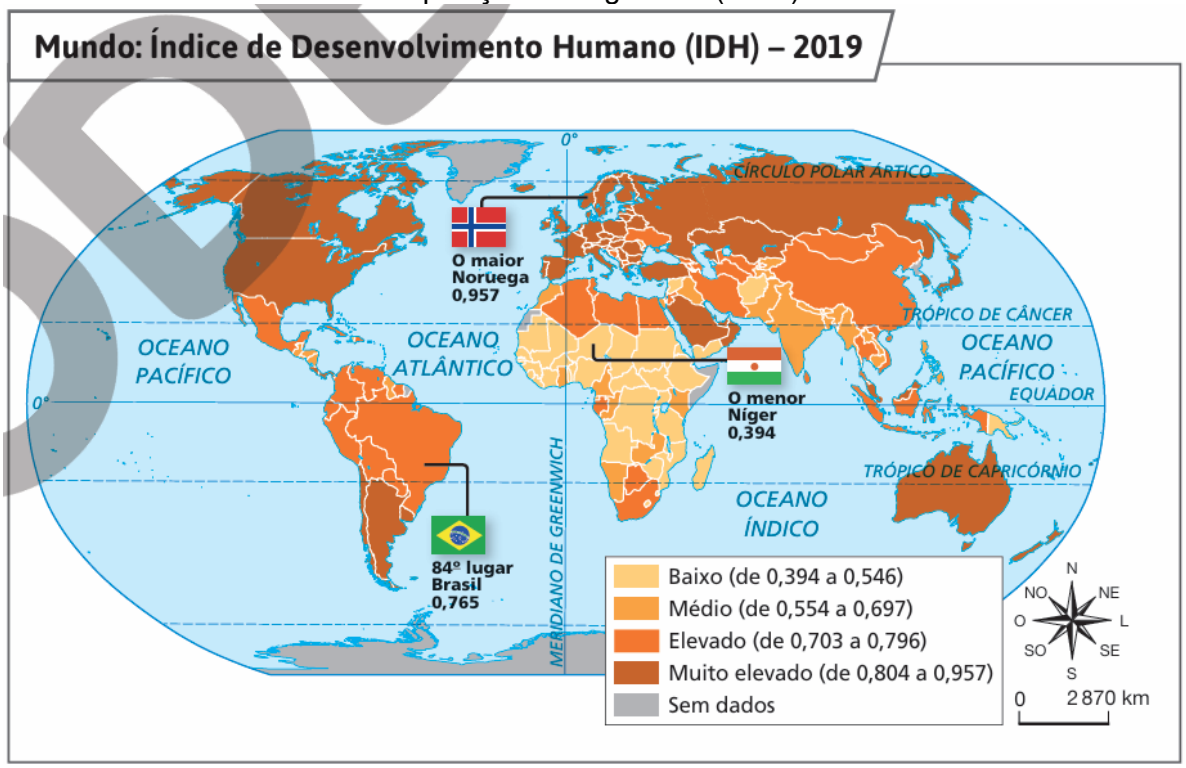
Fonte: Adas e Adas (2022c, p. 32)

Mapa 54: Mapa do PIB per capita do mundo em 2020 – Coleção Expedições Geográficas (2022)



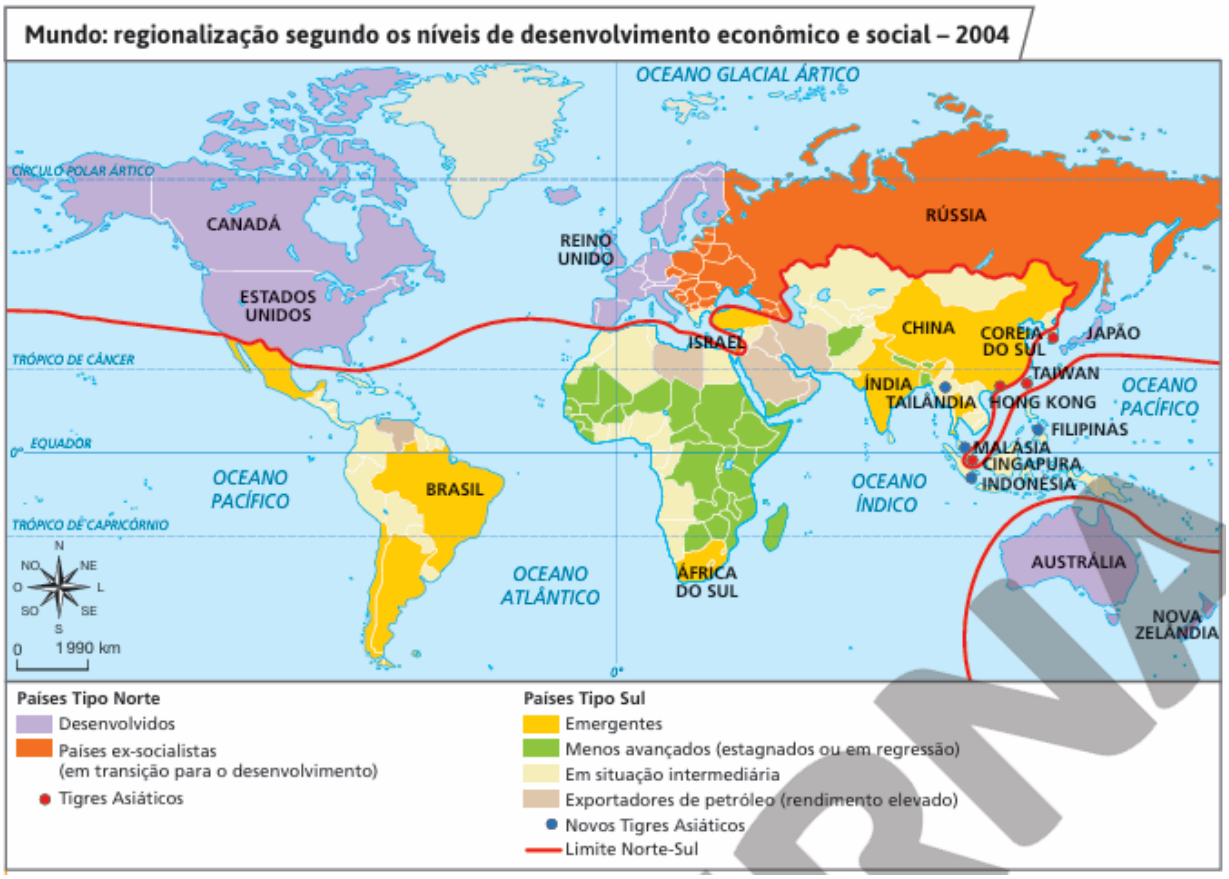
Fonte: Adas e Adas (2022c, p. 33)

Mapa 55: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do mundo em 2019 – Coleção Expedições Geográficas (2022)



Fonte: Adas e Adas (2022c, p. 34)

Mapa 56: Regionalização mundial de acordo com os níveis de desenvolvimento econômico e social em 2004 – Coleção Expedições Geográficas (2022)



Fonte: Adas e Adas (2022c, p. 36)

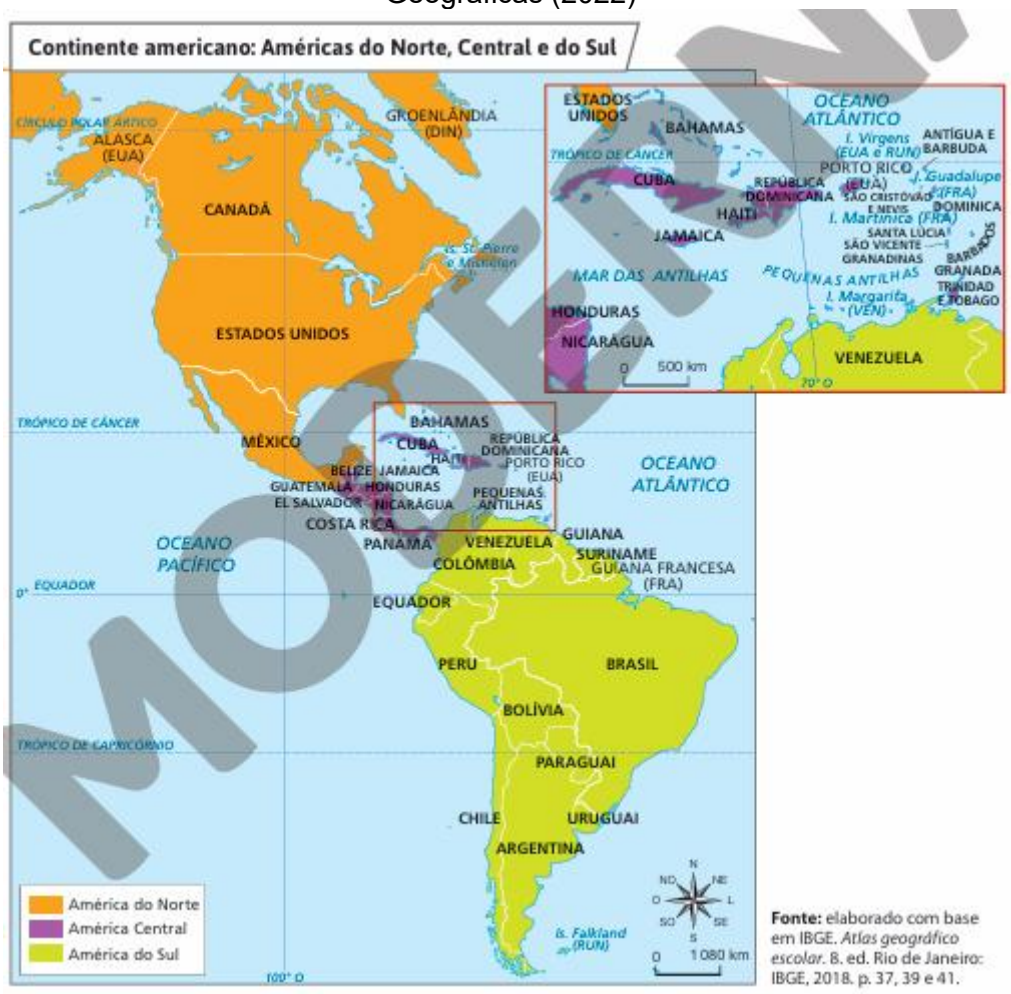
No geral, os subtópicos tratam sobre diferentes regionalizações baseadas em critérios no âmbito das desigualdades socioeconômicas existentes entre os países, como por exemplo: o valor total da soma entre bens e serviços produzidos por um país em um determinado período de tempo (PIB); a divisão do PIB do país pela quantidade de habitantes (PIB per capita); a consideração dos índices de esperança de vida ao nascer, expectativa de anos de escolaridade, média de anos de estudo e Rendimento Nacional Bruto per capita, para calcular o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Por fim, esta unidade enfatiza o caráter transitório das regionalizações, comentando sobre regionalizações que caíram em desuso por conta de modificações nas dinâmicas geográficas, em detrimento a posteriores que ascenderam, também destacando que outras devem surgir com o passar do tempo. Perspectiva bastante interessante para os estudantes refletirem a variabilidade das regionalizações e como elas se alteram ao longo do tempo. Novamente, muitas figuras e mapas foram utilizadas para ilustrar bem o conteúdo apresentado, gerando

um tópico muito instigante e didático.

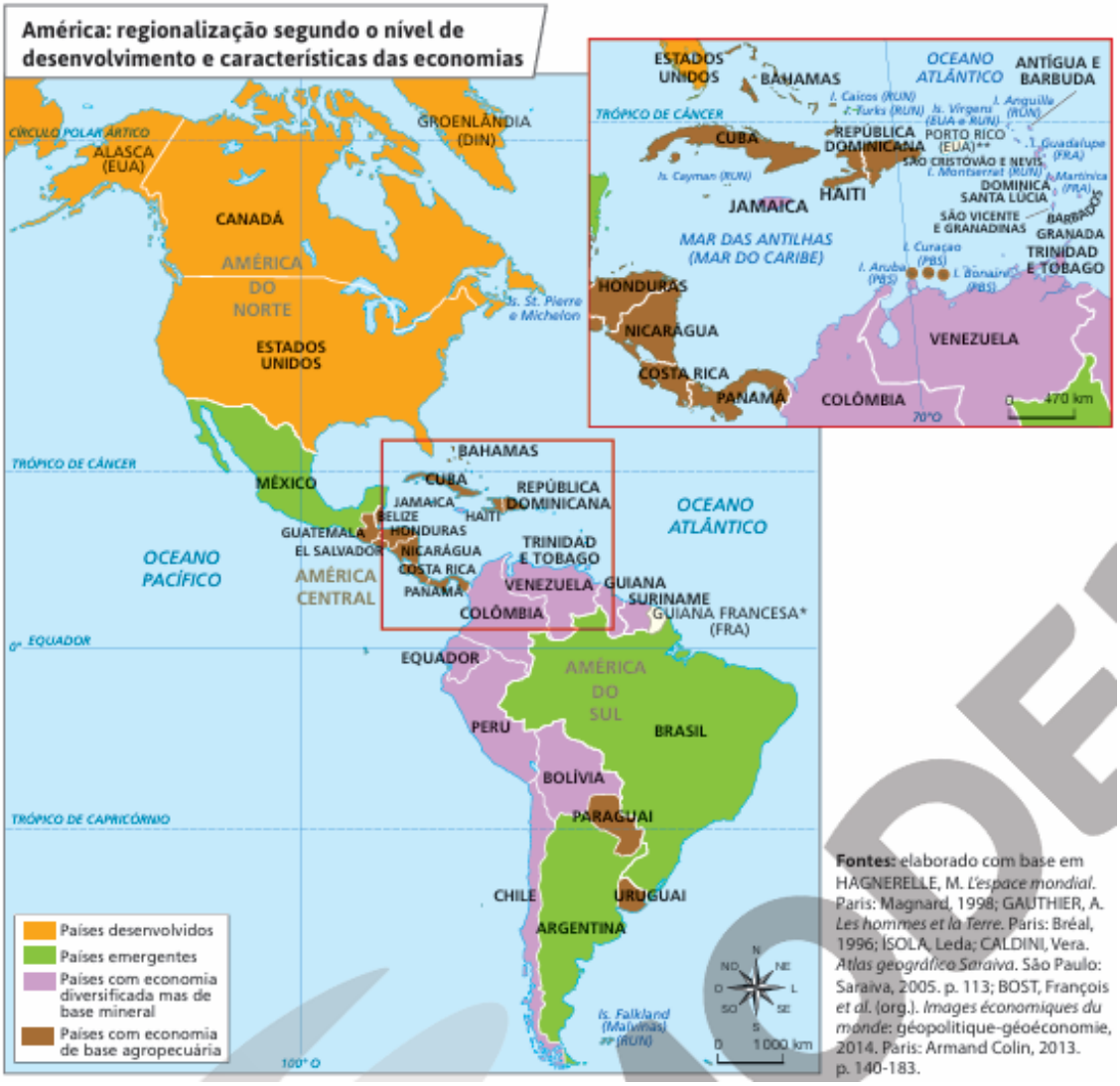
Dando continuidade, o livro também traz análises sobre as regionalizações na América e África, especificamente. No tocante à América, um ponto positivo da elaboração do material é que há uma análise bem completa, inicialmente trazendo a visão do continente regionalizado entre Norte, Centro e Sul, e em um segundo momento trazendo uma regionalização com base nos níveis de desenvolvimento e as características de suas economias, na seguinte divisão: países desenvolvidos; países emergentes; países com economia diversificada, mas de base mineral; países com economia de base agropecuária. Além disso, em um terceiro momento, o livro decompõe a América Central em dois conjuntos de unidades políticas: Continental (ou ístmica) e Insular. Nesse sentido, ainda divide a América Central Insular entre Grandes Antilhas, Pequenas Antilhas e Bahamas, em uma análise bem completa acerca do assunto.

Mapa 57: Regionalização da América em Norte, Central e Sul – Coleção Expedições Geográficas (2022)



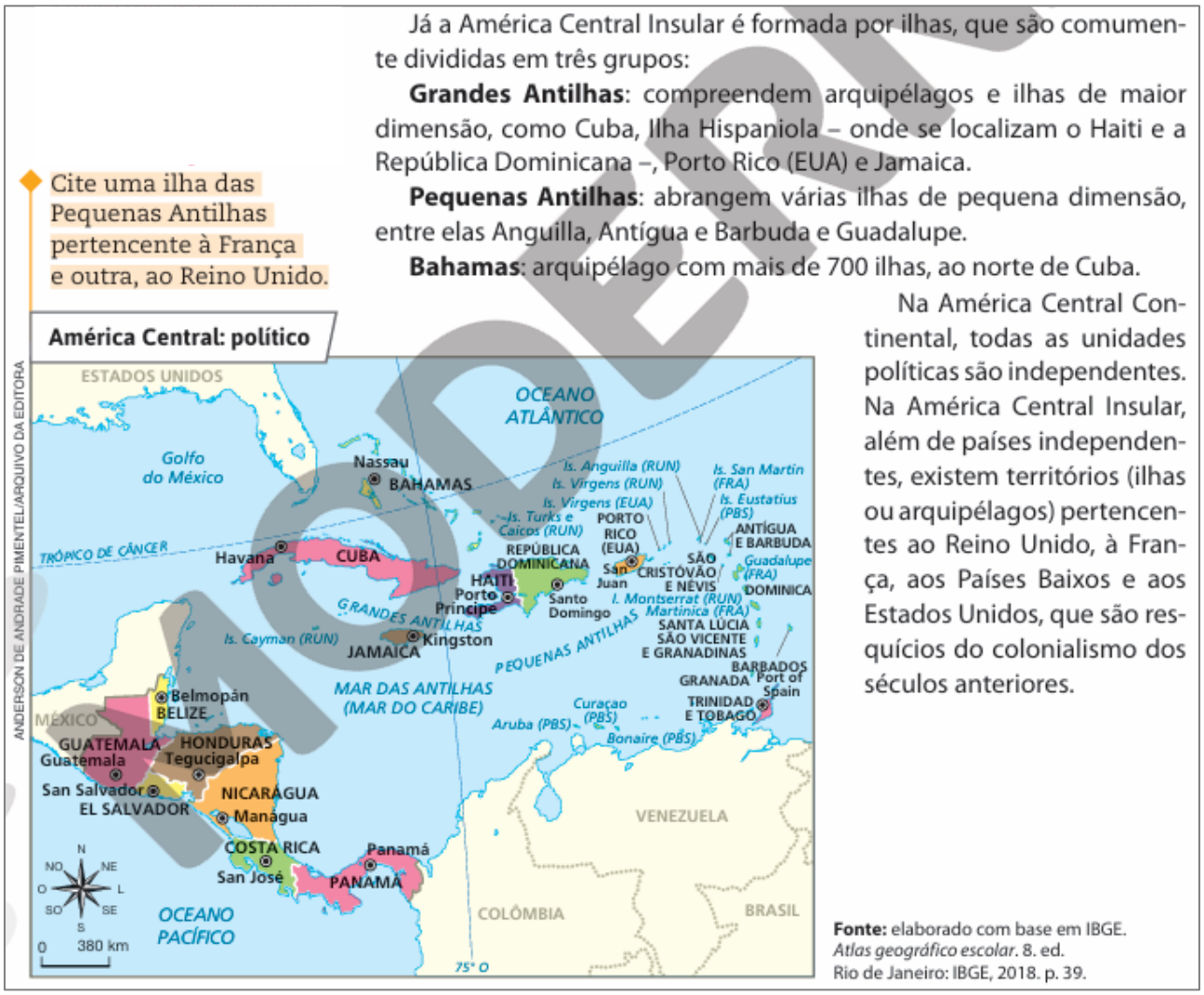
Fonte: Adas e Adas (2022c, p. 114)

Mapa 58: Regionalização da América de acordo com níveis de desenvolvimento e características das economias – Coleção Expedições Geográficas (2022)



Fonte: Adas e Adas (2022c, p. 115)

Figura 8: Trecho do livro didático sobre a regionalização da América Central – Coleção Expedições Geográficas (2022)



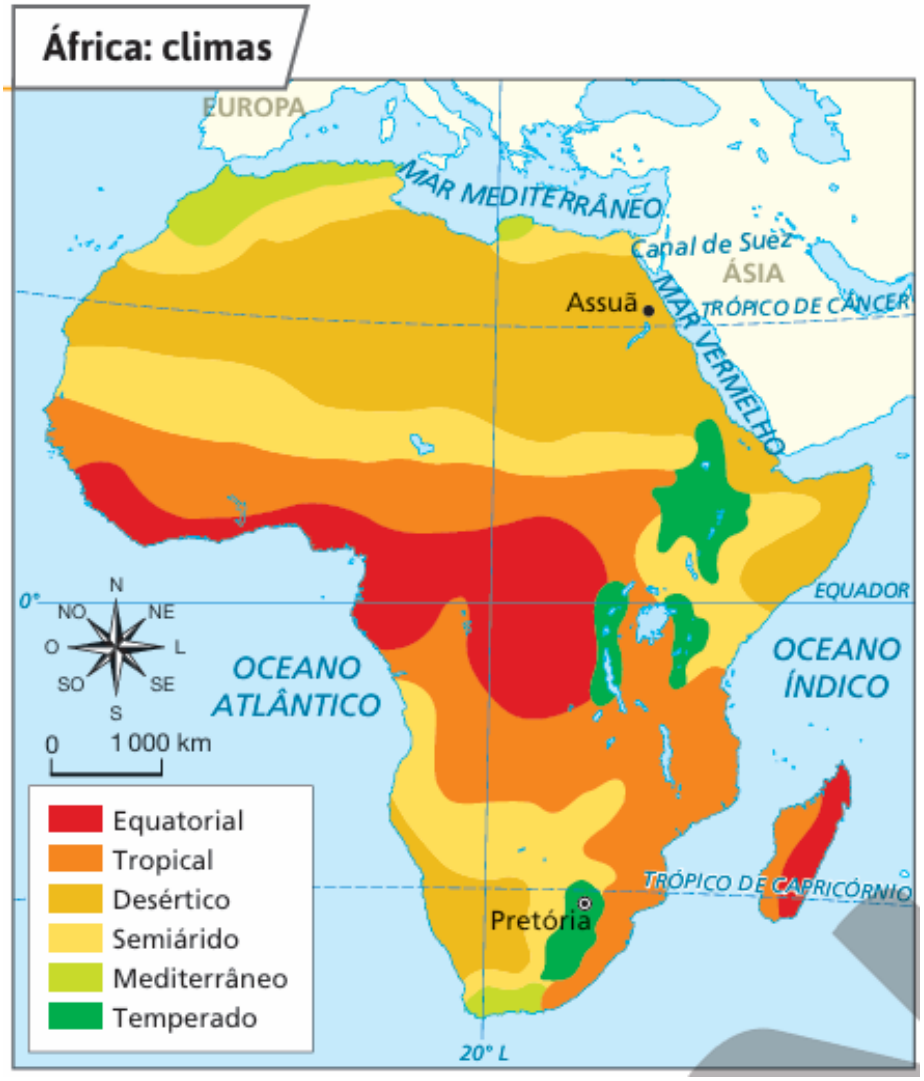
Fonte: Adas e Adas (2022c, p. 202)

Destaca-se positivamente a ordem lógica que os autores se propuseram ao trabalhar as regionalizações, mostrando – em um primeiro momento -, alguns modos de regionalizar o mundo, dando embasamento teórico para poder explicitar questões mais próximas aos alunos posteriormente, como no continente em que vivemos. Também, o constante uso de figuras e mapas – algo primordial no âmbito do estudo regional -, para os estudantes visualizarem tudo que está sendo explicado, o que facilita muito o entendimento deles.

Por fim, a última unidade do livro é voltada para o estudo da África. No âmbito regional, os autores trazem regionalizações para o continente de acordo com critérios físicos, a exemplo dos climas, critérios étnicos e culturais; e também com base na economia. No que concerne os critérios étnicos e culturais, no texto explicita

uma divisão entre Norte da África e África Subsaariana, e, no tocante à economia, a divisão se baseia em países com um certo nível de desenvolvimento industrial e países de base econômica de produtos primários.

Mapa 59: Regionalização da África com base no clima – Coleção Expedições Geográficas (2022)



Fonte: Adas e Adas (2022c, p. 250)

Mapa 60: Regionalização africana com base em critérios étnicos e culturais – Coleção Expedições Geográficas (2022)



Fonte: Adas e Adas (2022c, p. 262)

Mapa 61: Regionalização africana com base em critérios econômicos – Coleção Expedições Geográficas (2022)



Fonte: Adas e Adas (2022c, p. 264)

Também, ao final da unidade, um subtópico falando sobre as Organizações Internacionais Regionais que atuam no continente, enfatizando a cooperação e os diferentes tipos de integração (econômica, política, cultural), com vistas às soluções dos grandes problemas que lá existem. Mais uma vez, com muitos mapas e imagens para ilustrar o que está sendo explicado, sendo fundamental se tratando de um continente que, em geral, é menos conhecido pelos estudantes.

No mais, em uma análise sobre o livro direcionado ao 9° ano, último ano do Ensino Fundamental Anos Finais, a abordagem regional aparece primeiramente na 3° unidade, voltado ao estudo do continente europeu.

Em uma análise da Europa e da União Europeia, os autores regionalizam o continente e o bloco sob o prisma de diversos aspectos, principalmente considerando fatores socioeconômicos, exemplificando: i) os países de acordo com sua forte, média, fraca ou recente industrialização; ii) de acordo com a renda per

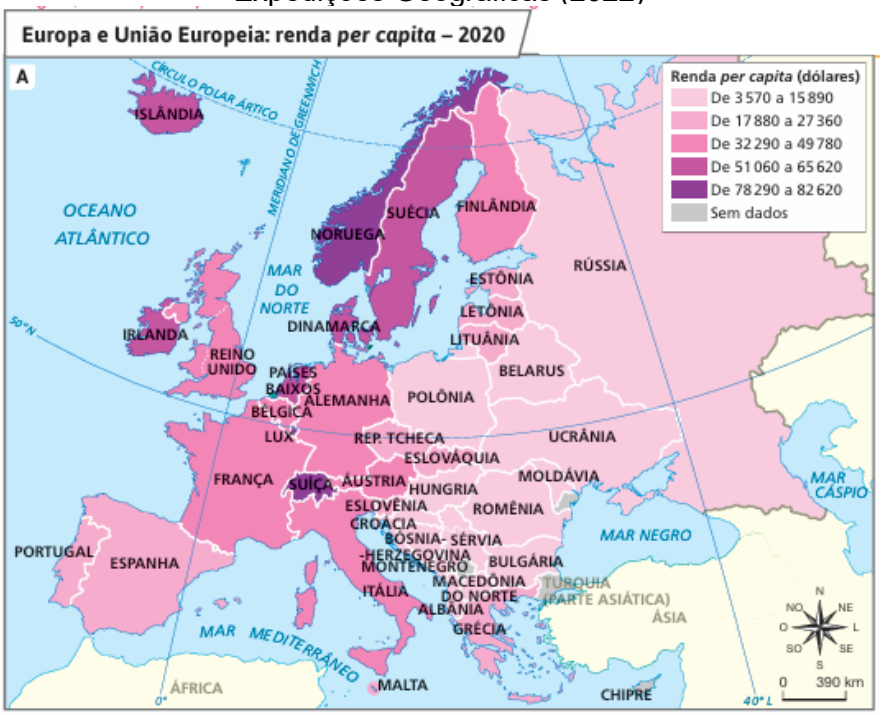
capita; iii) regionalização em centro e periferia, destacando às metrópoles, redes, fluxos e portos; iv) segundo níveis de inovação tecnológica; v) consumo per capita; vi) risco de pobreza ou exclusão social; vii) desemprego.

Mapa 62: Regionalização da Europa de acordo com sua forte, média, fraca ou recente industrialização em 2021 – Coleção Expedições Geográficas (2022)



Fonte: Adas e Adas (2022d, p. 96)

Mapa 63: Regionalização da Europa de acordo com a renda per capita em 2020 – Coleção Expedições Geográficas (2022)



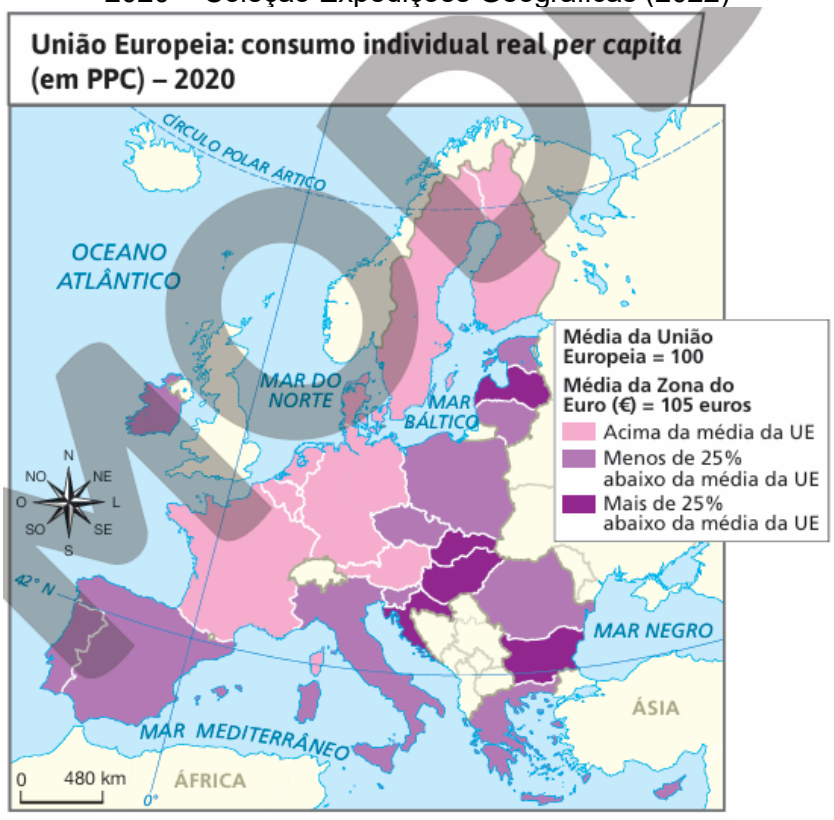
Fonte: Adas e Adas (2022d, p. 97)

Mapa 64: Regionalização europeia em centro e periferia, destacando às metrópoles, redes, fluxos e portos – Coleção Expedições Geográficas (2022)



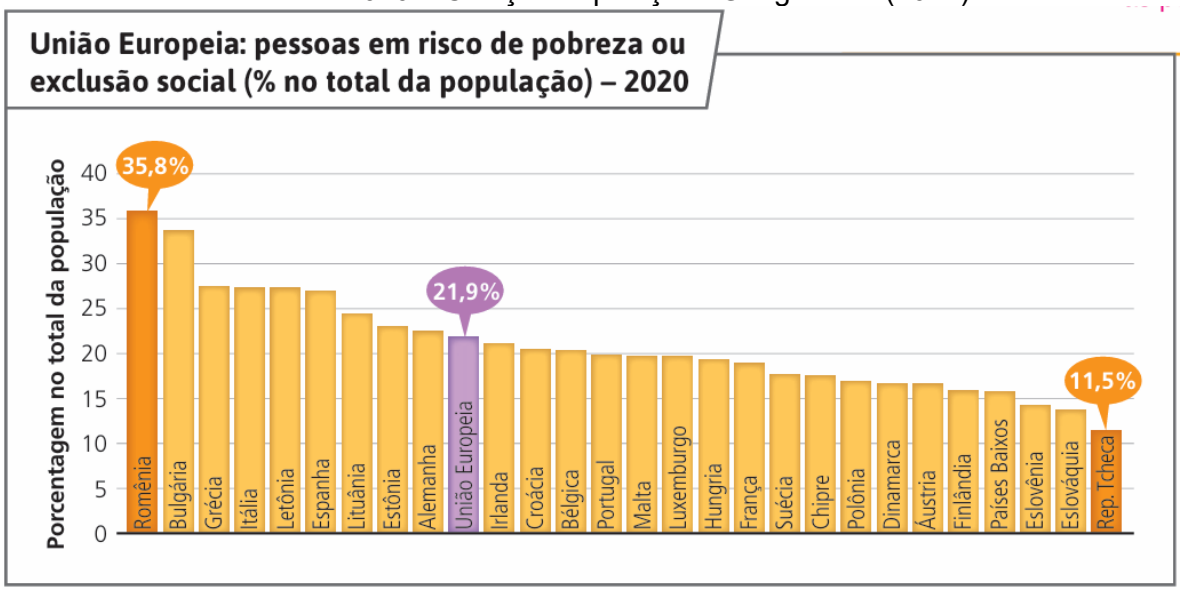
Fonte: Adas e Adas (2022d, p. 97)

Mapa 65: Regionalização europeia de acordo com o consumo individual real per capita em 2020 – Coleção Expedições Geográficas (2022)



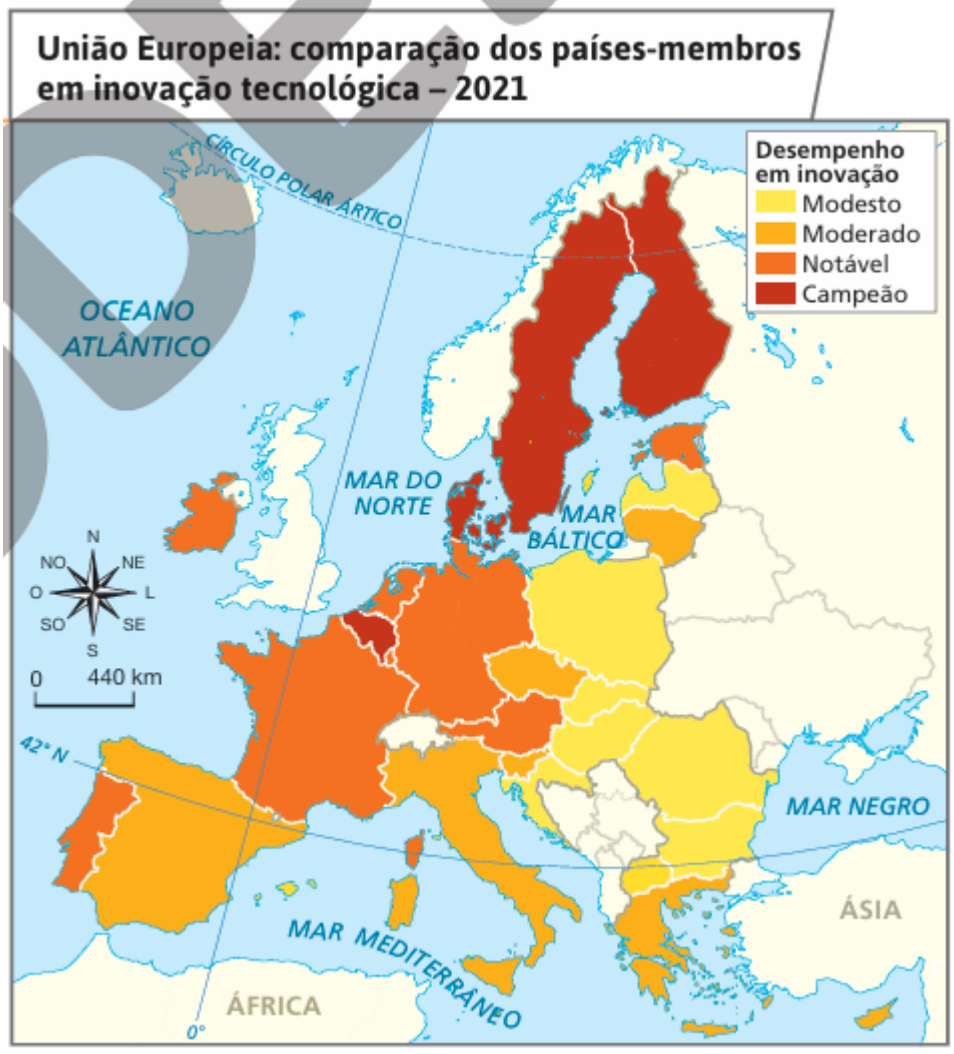
Fonte: Adas e Adas (2022d, p. 104)

Figura 9: Regionalização das pessoas da União Europeia em risco de pobreza ou exclusão social em 2020 – Coleção Expedições Geográficas (2022)



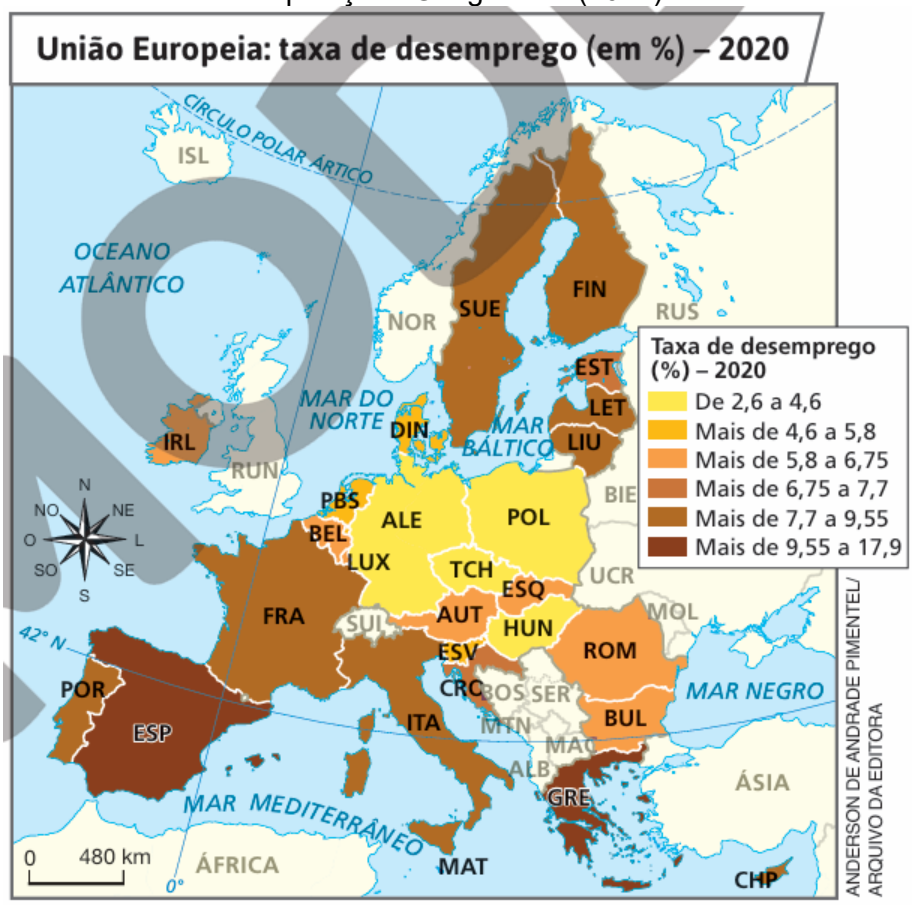
Fonte: Adas e Adas (2022d, p. 105)

Mapa 66: Regionalização dos países da União Europeia de acordo com critérios de inovação tecnológica em 2021 – Coleção Expedições Geográficas (2022)



Fonte: Adas e Adas (2022d, p. 102)

Mapa 67: Regionalização da taxa de desemprego da União Europeia em 2020 – Coleção Expedições Geográficas (2022)

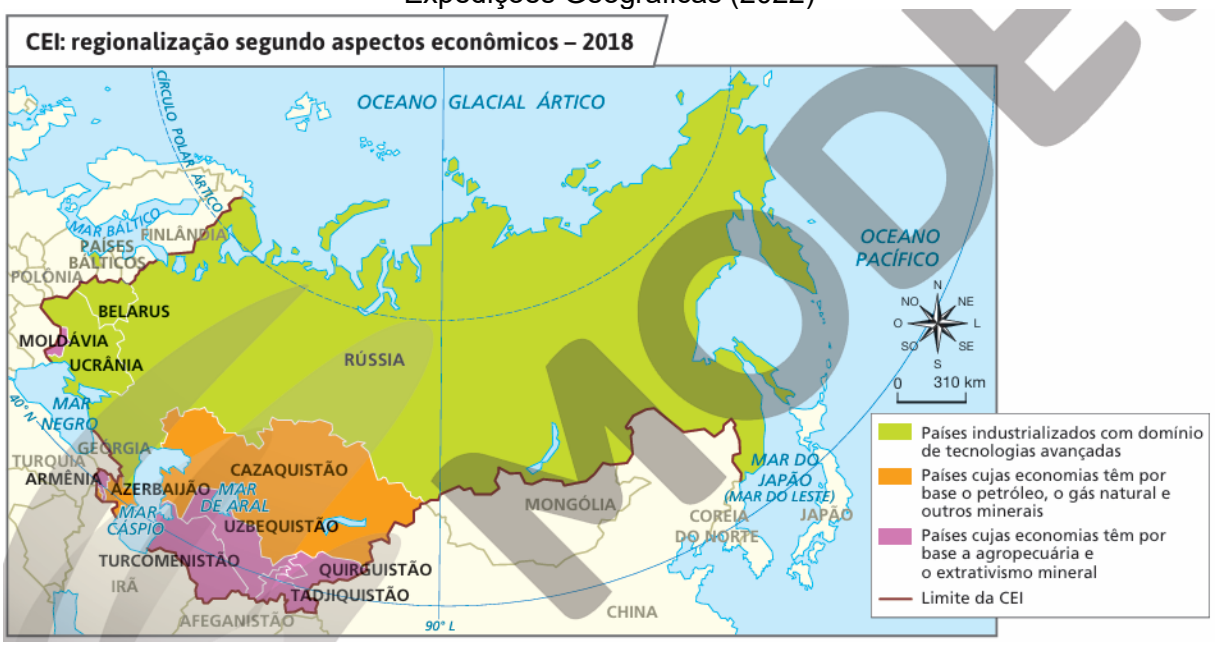


Fonte: Adas e Adas (2022d, p. 105)

O que se destaca positivamente, além do contínuo uso de mapas para ilustrar o continente e os países nos quais estão sendo mencionados, é a variedade de regionalizações analisadas no tópico, levando aos estudantes a consideração de diversos fatores ao estudar a Europa, trazendo também problemáticas como os níveis de desigualdade presentes entre os países, desemprego e pobreza existente, entre outros.

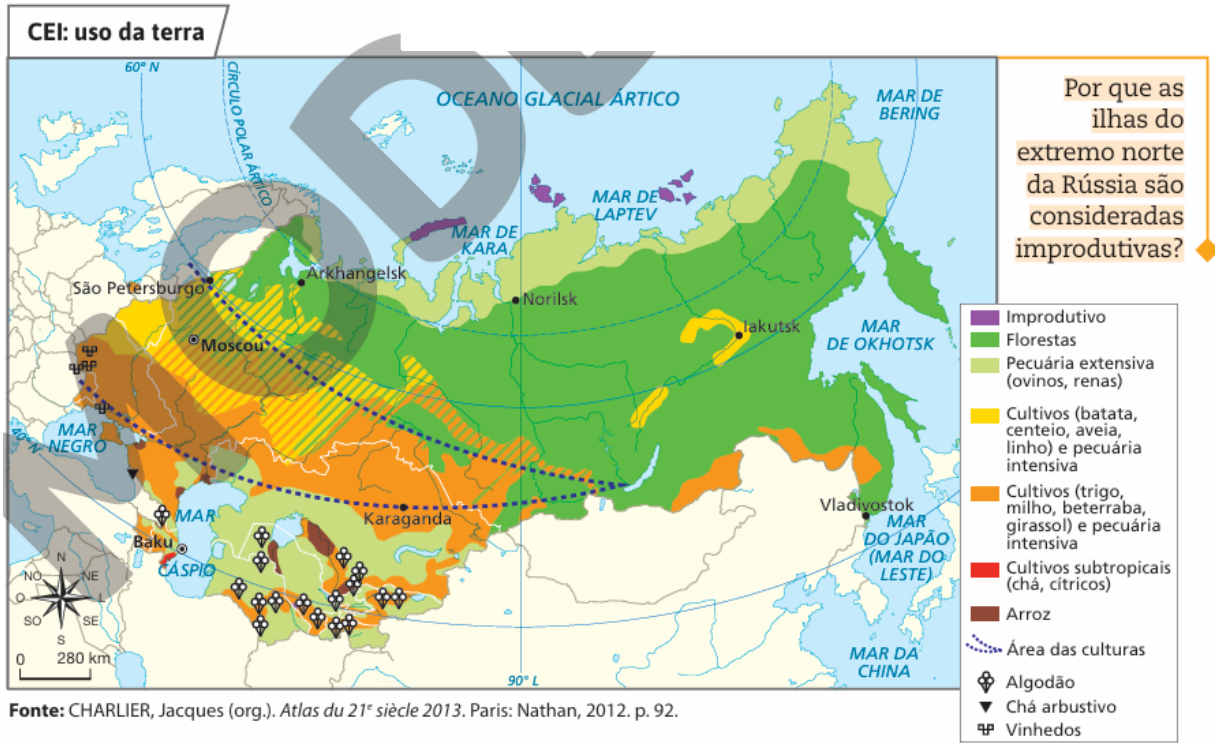
Mais adiante, ao abordar o conteúdo voltado à Rússia, novamente os autores destacam as desigualdades regionais ao dissertar sobre a Comunidade dos Estados Independentes (CEI), tratando de sua integração econômica regional e regionalizando os países que fazem parte da CEI em ordem relacionada às suas economias – industrializados (petróleo e gás como base econômica), e os que têm a base primária (agropecuária e extrativismo). Também, em fatores da finalidade do uso da terra, levando em consideração o setor agrícola, e as desigualdades existentes de acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Mapa 68: Regionalização CEI de acordo com aspectos econômicos em 2018 – Coleção Expedições Geográficas (2022)



Fonte: Adas e Adas (2022d, p. 123)

Mapa 69: Regionalização CEI de acordo com o uso da terra, levando em consideração o setor agrícola – Coleção Expedições Geográficas (2022)



Fonte: CHARLIER, Jacques (org.). *Atlas du 21e siècle 2013*. Paris: Nathan, 2012. p. 92.

Fonte: Adas e Adas (2022d, p. 124)

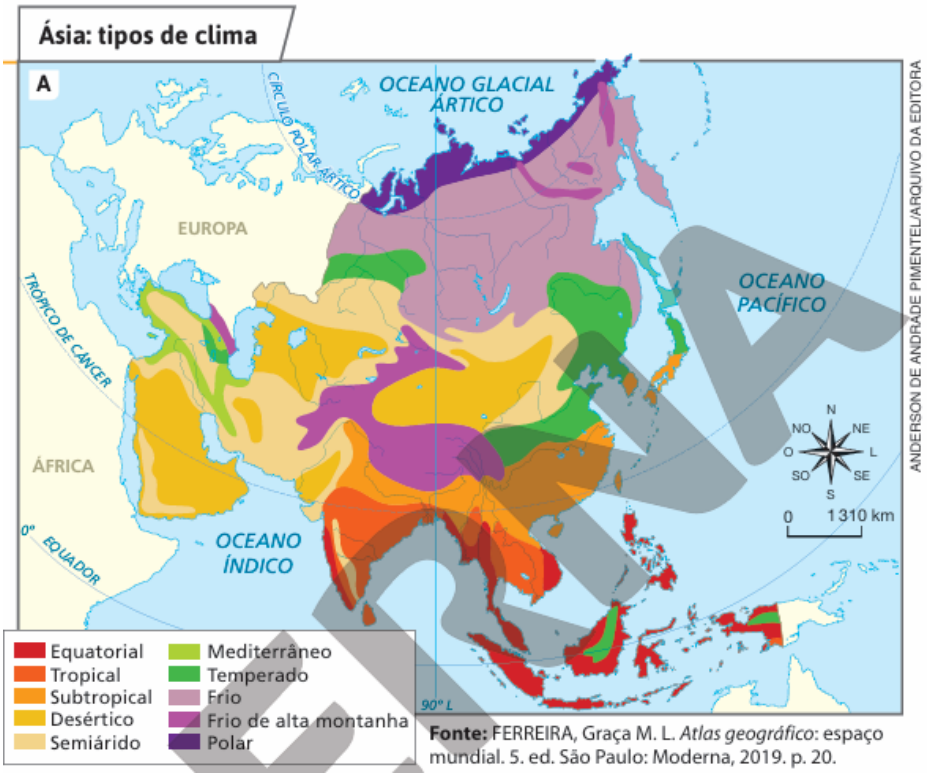
Mapa 70: Regionalização CEI de acordo com o IDH em 2019 – Coleção Expedições Geográficas (2022)



Fonte: Adas e Adas (2022d, p. 125)

A última abordagem regional presente nesse livro é direcionada ao estudo do continente asiático, na 5° e 6° unidade. Nela, os autores trazem regionalizações de: i) ordem natural ou física (tipos de clima, formações vegetais, relevo, áreas de cultivo e uso da terra); ii) ordem humana ou social, levando em consideração a intervenção antrópica nos espaços geográficos; iii) de acordo com a localização dos países no continente (destacando a parte Setentrional, Cáucaso, Central, Meridional, Sudeste, Oriental e Oriente Médio/Ásia Ocidental).

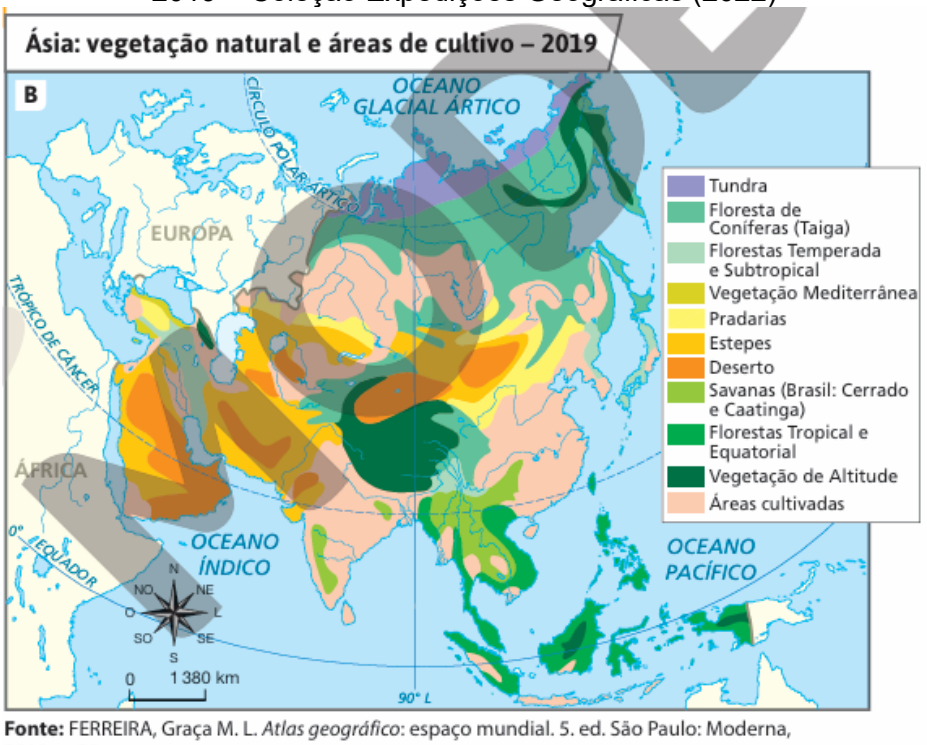
Mapa 71: Regionalização da Ásia de acordo com os tipos de clima – Coleção Expedições Geográficas (2022)



Fonte: FERREIRA, Graça M. L. *Atlas geográfico*: espaço mundial. 5. ed. São Paulo: Moderna, 2019. p. 20.

Fonte: Adas e Adas (2022d, p. 138)

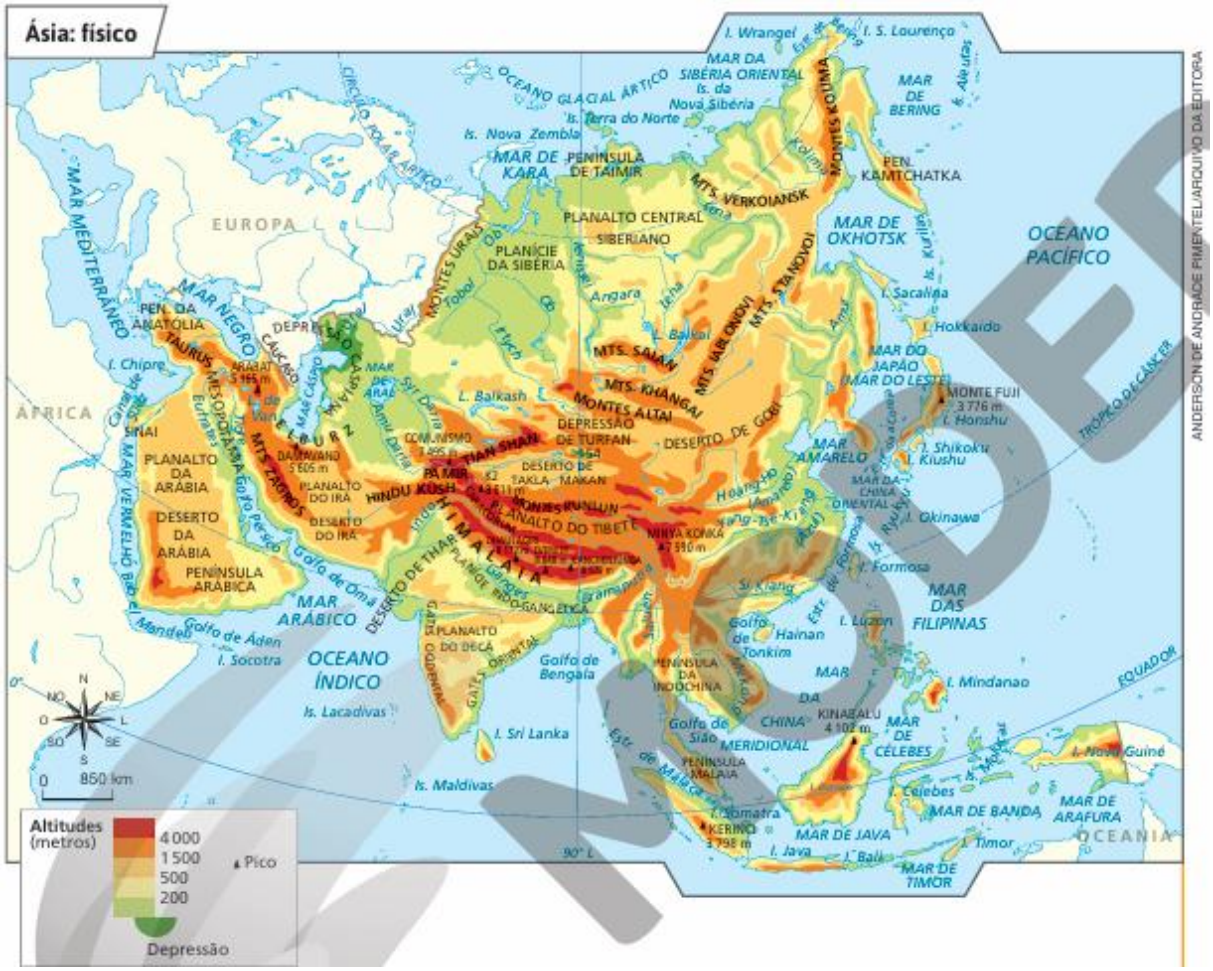
Mapa 72: Regionalização da Ásia de acordo com a vegetação natural e áreas de cultivo em 2019 – Coleção Expedições Geográficas (2022)



Fonte: FERREIRA, Graça M. L. *Atlas geográfico*: espaço mundial. 5. ed. São Paulo: Moderna, 2019. p. 22.

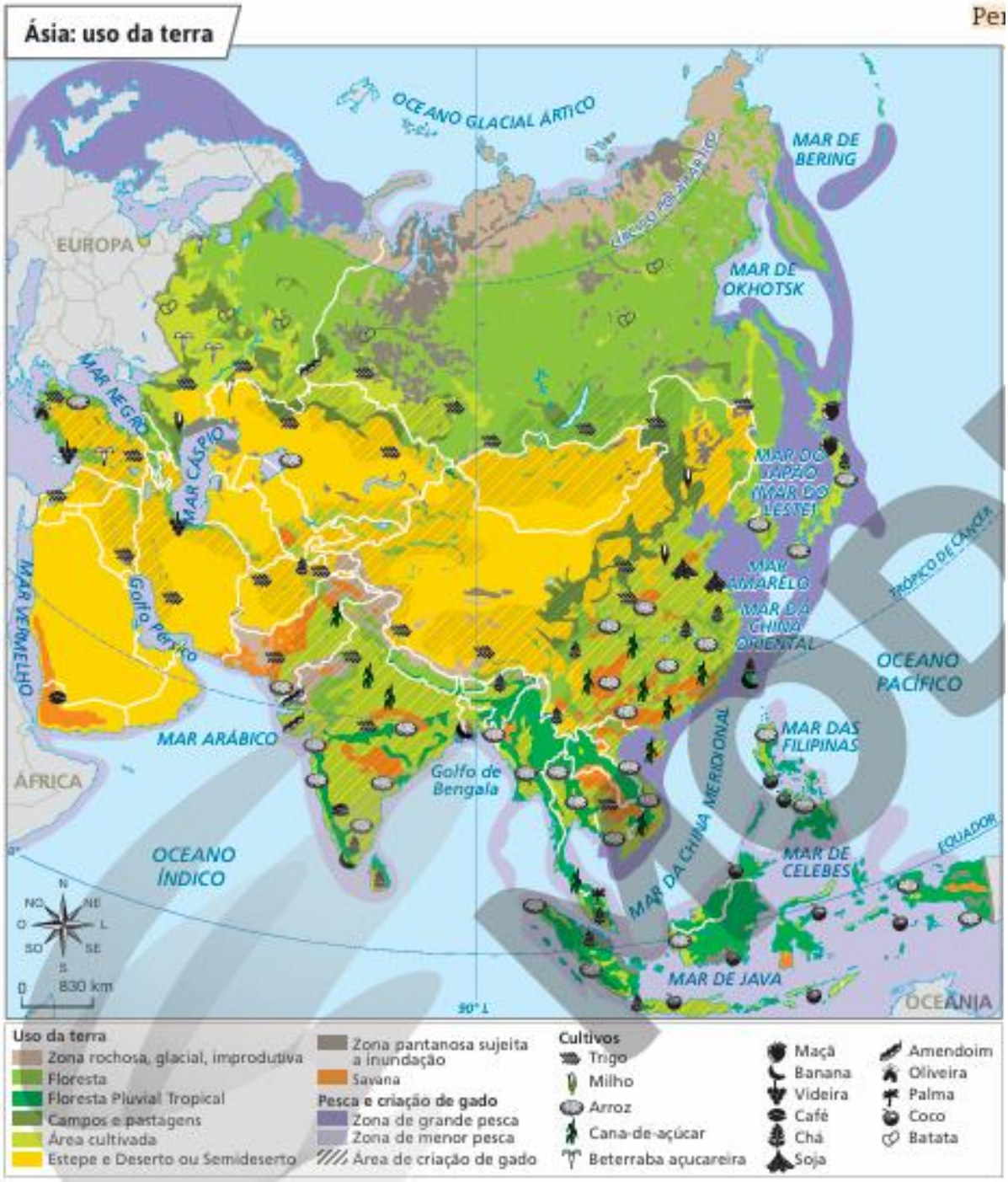
Fonte: Adas e Adas (2022d, p. 138)

Mapa 73: Regionalização da Ásia de acordo com o relevo – Coleção Expedições Geográficas (2022)



Fonte: Adas e Adas (2022d, p. 139)

Mapa 74: Regionalização da Ásia de acordo com as áreas de cultivo e uso da terra - Coleção Expedições Geográficas (2022)



Fonte: Adas e Adas (2022d, p. 143)

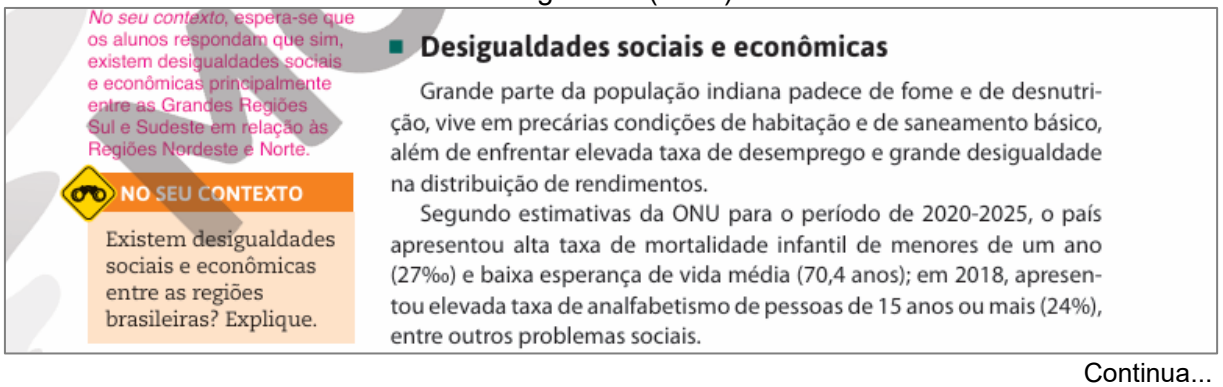
Mapa 75: Regionalização da Ásia de acordo com a localização dos países no continente em 2021 - Coleção Expedições Geográficas (2022)



Fonte: Adas e Adas (2022d, p. 144)

As desigualdades regionais também foram bastante enfatizadas, ao evidenciarem essa problemática existente na Índia, citando estados internos como Uttar Pradesh e Kerala, nos quais são extremamente desiguais socioeconomicamente. Além disso, no percurso voltado para a China, os autores também citaram as desigualdades econômicas regionais existentes, principalmente entre as regiões costeiras e do interior do país.

Figura 10: Trecho do livro didático do 9° ano sobre desigualdades - Coleção Expedições Geográficas (2022)



Continua...

... continuação

Ao lado de razões históricas e econômicas, a estrutura social do **sistema de castas** contribui para as precárias condições sociais em que vivem milhões de indianos. Ainda bastante influente na cultura e no convívio das pessoas, principalmente no meio rural, dificulta a ascensão social de muitos indianos, pois, além de impedir o casamento entre pessoas de castas diferentes, desperta reações contra programas sociais do governo destinados a beneficiar os menos favorecidos.

As desigualdades regionais também são muito grandes. Enquanto o estado de Uttar Pradesh, situado ao norte, com cerca de 150 milhões de habitantes, tem indicadores sociais abaixo da média nacional e vive em condição de extrema pobreza, no estado de Kerala, ao sul, a população apresenta melhores condições de vida: quase 94% dos habitantes sabem ler e escrever, e a taxa de mortalidade infantil é de 12‰, bem abaixo da média nacional.

Fonte: Adas e Adas (2022d, p. 186 e 187)

Figura 11: Trecho do livro didático do 9° ano sobre desigualdades regionais na China - Coleção Expedições Geográficas (2022)



Fonte: Adas e Adas (2022d, p. 180)

Ao tratar do Oriente Médio, os autores tiveram o cuidado de enfatizar que essa nomenclatura é eurocêntrica, como de fato é, destinando um tópico inteiro para discutir essa questão. O termo foi definido por europeus, colocando a Europa em uma perspectiva como centro do mundo e, sendo assim, a região – na realidade,

corretamente denominada de Ásia Ocidental -, por estar à oriente em relação ao continente europeu, tomou como base seu eurocentrismo para destacar àquela área como “Oriente Médio”, existindo também o “Oriente Próximo” e “Oriente Extremo”, de acordo com sua distância em relação à Europa.

Assim, percebe-se que o livro está coadunado em uma visão mais voltada ao descolonialismo. Nesse sentido, MIGNOLO (2007, apud BRAGATO, 2014, p. 214), disserta:

> A construção de oposições hierárquicas, como moderno/colonial, ocidente/oriente, barbárie/civilização, natureza/cultura está subjacente nos discursos eurocêntricos, porque constitui dois lados antagônicos baseados na ideia de que existem espaços, povos e tempos periféricos e, ao mesmo tempo, de que existe um lócus de enunciação legítimo e central.

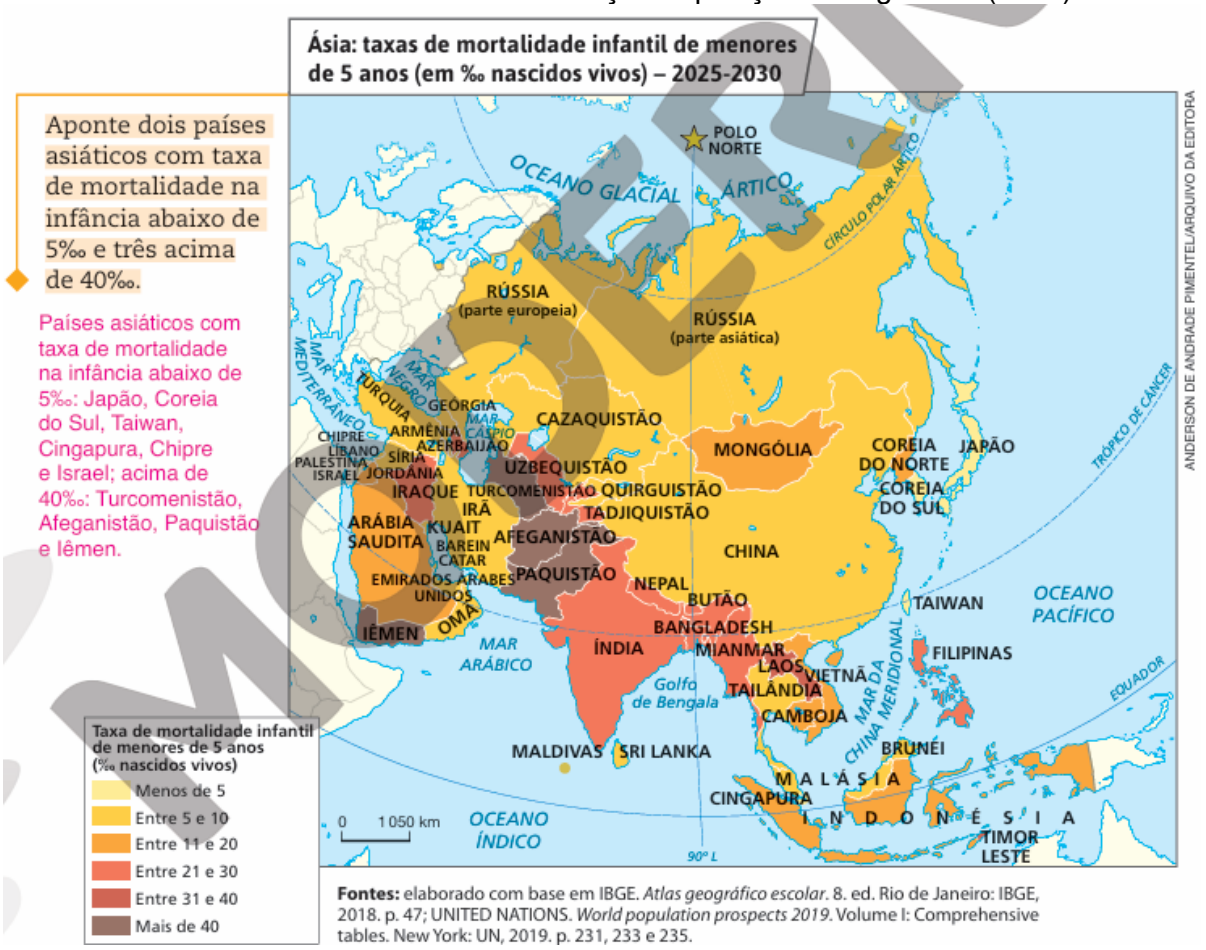
Além disso, destaca-se a variabilidade das regionalizações presentes nesta parte do livro, englobando fatores de diversas ordens, como as anteriormente já ditas, mas também de acordo com as religiões mais presentes no continente, e de ordem socioeconômica, como das taxas de mortalidade infantil existentes e constantes regionalizações continentais e de países específicos em critérios industriais, econômicos e relacionados ao uso da terra, por exemplo.

Mapa 76: Regionalização da Ásia de acordo com as religiões mais presentes em cada parte do continente - Coleção Expedições Geográficas (2022)



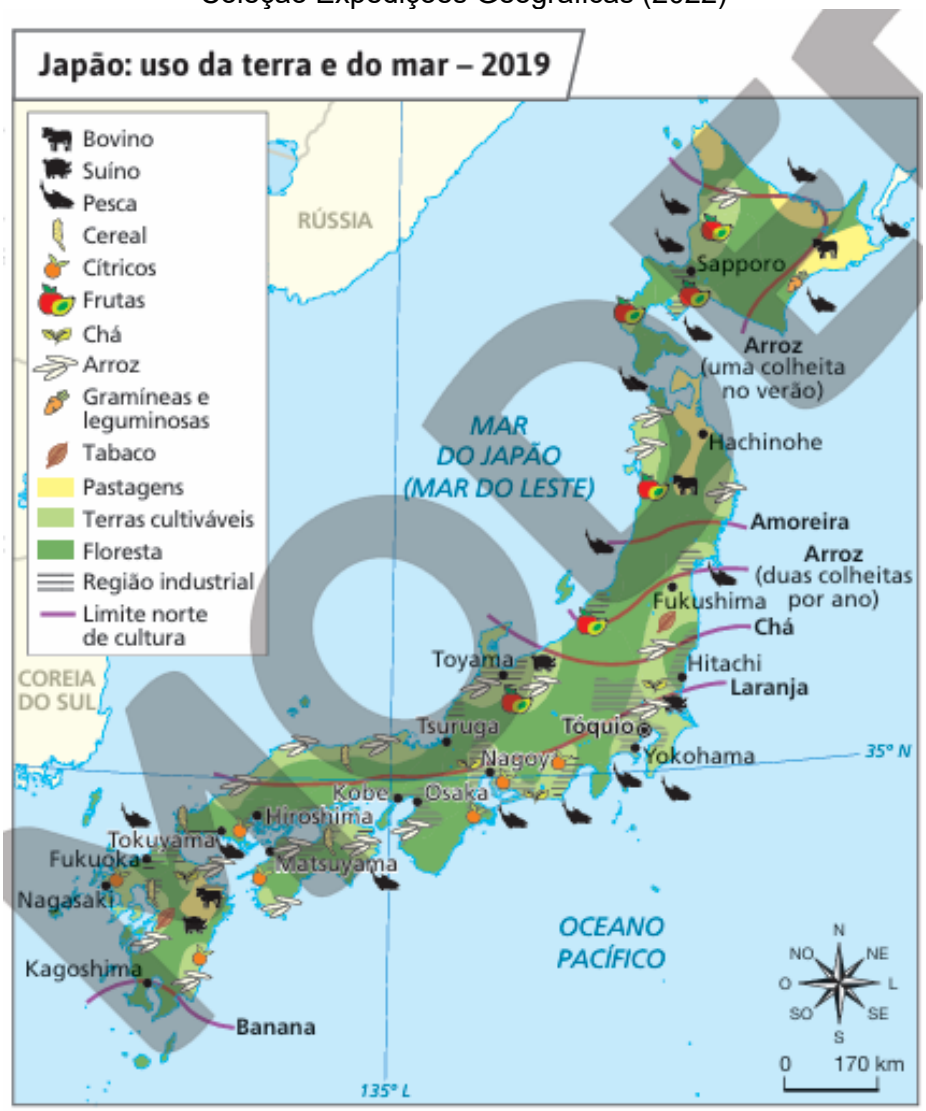
Fonte: Adas e Adas (2022d, p. 158)

Mapa 77: Regionalização entre os países asiáticos de acordo com as taxas de mortalidade infantil de menores de 5 anos - Coleção Expedições Geográficas (2022)



Fonte: Adas e Adas (2022d, p. 160)

Mapa 78: Regionalização do Japão de acordo com o uso da terra e do mar em 2019 - Coleção Expedições Geográficas (2022)



Fonte: Adas e Adas (2022d, p. 170)

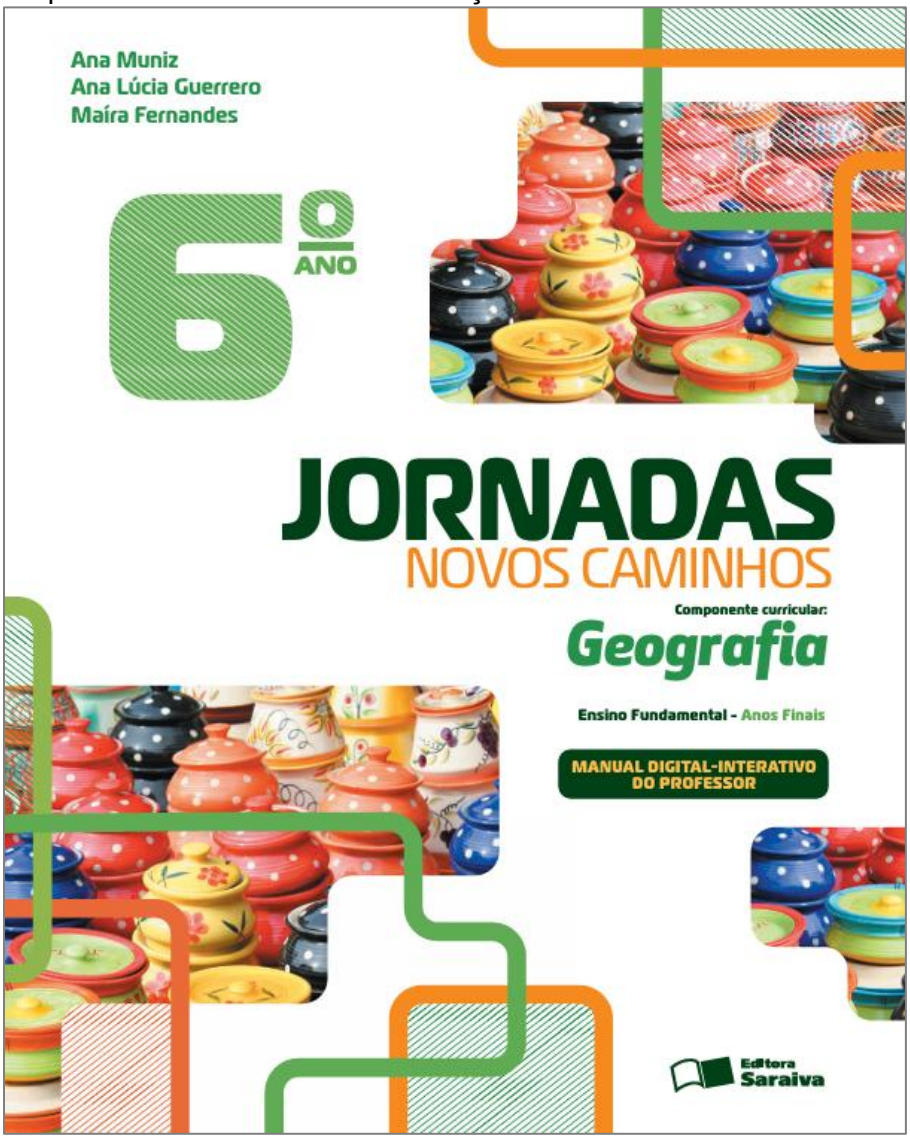
Além disso, por fim, um trecho muito pertinente que destaquei do livro, mostra que os autores tratam a abordagem regional alinhados com relevantes autores da Geografia, a exemplo de Lencioni (1999) e de Diniz Filho (2002), quando ratificam que o recorte espacial da regionalização leva em consideração critérios específicos nos quais são definidos no processo investigatório, e assim podendo classificar as regiões sob diferentes prismas.

> "Além dessas regionalizações, várias outras podem ser realizadas, dependendo do interesse ou do objeto de estudo de quem pretende pesquisar a Ásia ou outros continentes ou qualquer espaço geográfico, como o município onde você mora." (ADAS e ADAS, 2022, p. 144)

4.2 COLEÇÃO DIDÁTICA “JORNADAS: NOVOS CAMINHOS - GEOGRAFIA” DE ANA MUNIZ, ANA LÚCIA GUERRERO E MAÍRA FERNANDES - EDITORA SARAIVA

A segunda coleção didática a ser analisada nesta pesquisa é denominada “Jornadas: Novos Caminhos - Geografia”, escrita por Ana Muniz, Ana Lúcia Guerrero e Maíra Fernandes, e publicada pela Editora Saraiva. A coleção é da 1° edição, de 2022, e composta por quatro volumes, destinado aos estudantes do Ensino Fundamental Anos Finais (6°, 7°, 8° e 9° anos).

Figura 12: Capa do volume do 6º Ano da Coleção Jornadas: Novos Caminhos – Geografia



Fonte: Muniz; Guerrero; Fernandes (2022a)

Assim como na coleção anterior, os livros didáticos desta coleção explicitam, em sua apresentação do Manual do Professor, a conformidade com os referenciais

curriculares da Base Comum Nacional Curricular, abordando suas competências e habilidades. Além disso, versa sobre os diferentes perfis de estudantes, seu protagonismo no processo de ensino e aprendizagem e seus diferentes interesses.

Logo nas primeiras páginas do Manual do Professor, na seção “Orientações gerais”, o livro traz uma breve explanação sobre a história do ensino da Geografia no Brasil, os principais princípios do raciocínio geográfico, destacando a analogia, conexão, diferenciação, distribuição, extensão, localização e ordem. Em seguida, evidencia a importância das categorias de análise geográficas e comenta sobre o espaço geográfico, o território, o lugar, a natureza, a região e a paisagem.

No tocante à categoria região, os autores enfatizam que é um agrupamento de áreas com características semelhantes em comum, em sua conceituação. Também, comentam brevemente sobre a definição de regionalização, como pode-se ver no trecho a seguir.

> O conceito expressa o agrupamento de áreas segundo critérios de semelhança previamente estabelecidos. Trata-se de partes do espaço geográfico cujas características comuns as diferenciam das demais. O processo de estudo e de criação de religiões é denominado regionalização e decorre de processos históricos, resultantes da interação entre as pessoas e o espaço durante o tempo histórico (Muniz, Guerrero e Fernandes, 2022a, p. XIII)

Diferentemente da coleção “Expedições Geográficas”, da Moderna, nesta coleção da Saraiva não há uma introdução dos conteúdos específicos versando a abordagem regional, nos quais irão ser trabalhados ao longo dos volumes, apenas destacam quais conceitos serão mais utilizados em cada série, como pode-se ver na no trecho abaixo:

> Na coleção, os conceitos estruturadores da Geografia – ou categorias geográficas – aparecem didaticamente nos quatro volumes, relacionados aos temas propostos em cada unidade didática do Livro do Estudante. No volume do 6° ano, os conceitos de lugar, paisagem, natureza e espaço geográfico são fundamentais para a compreensão dos conteúdos conceituais, factuais e procedimentais associados aos temas nele contidos. No volume do 7° ano, os conceitos de lugar, região e território – na escala do Estado-nação brasileiro – sustentam o percurso de estudo da Geografia do Brasil. Nos volumes do 8° e 9° anos, que se dedicam especialmente aos estudos geográficos nas escalas regional e mundial, os conceitos de região, território e natureza aparecem em relação com outros conceitos, como os de lugar e paisagem, porém com maior complexidade em razão da abordagem escalar, que se destina a tratar dos espaços regionais (Muniz, Guerrero e Fernandes, 2022a, p. XIII)

Portanto, vê-se que dão uma ênfase maior da categoria região nos volumes destinados aos 7°, 8° e 9° anos, enquanto para o 6° ano destacam os conceitos lugar, paisagem, natureza e espaço geográfico.

Por conseguinte, acerca da organização dos temas e conteúdos das coleções, os autores dividiram cada volume, direcionado para cada ano escolar dos Anos Finais, em 8 unidades para cada ano letivo. O quadro a seguir ilustra melhor esta divisão.

Quadro 10: Organização em unidades dos conteúdos e temas dos volumes da coleção didática Jornadas: Novos Caminhos – Geografia

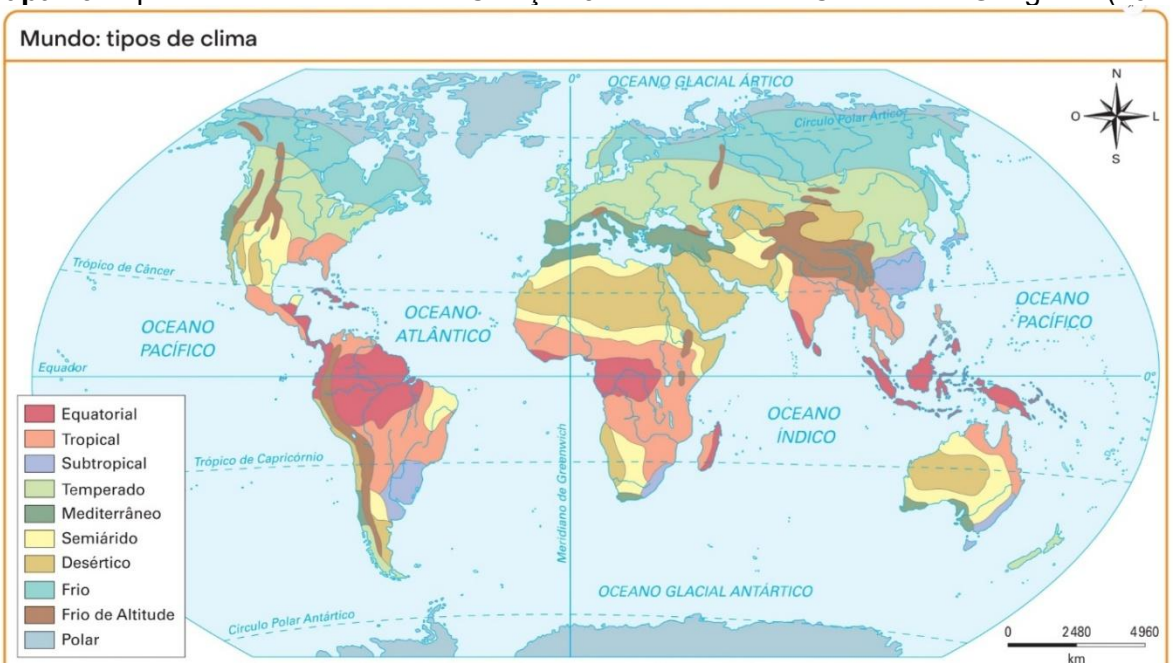
Organização em unidades e temas dos volumes da coleção Jornadas: Novos Caminhos - Geografia

6° ano	7° ano
1. A Terra: paisagem, espaço geográfico e orientação 2. Terra: formação, estrutura e representações 3. Terras e águas 4. Terras: formas e solo 5. Águas: dinâmicas naturais e culturais 6. Tempo atmosférico, clima e vegetação 7. Atividades econômicas I 8. Atividades econômicas II	1. Território brasileiro e regionalização 2. População e cultura no Brasil 3. Bases físicas do território brasileiro 4. Recursos naturais no Brasil 5. Brasil agrário 6. Indústria, comércio e serviços no Brasil 7. Brasil urbano 8. Redes e tecnologia no Brasil
8° ano	**9° ano**
1. Espaço mundial 2. Movimentos populacionais 3. América: aspectos naturais e sociais 4. América anglo-saxônica: população e economia 5. América Latina: aspectos históricos e população 6. América Latina: espaço econômico 7. África: aspectos naturais e sociais 8. África: população e economia	1. Ordem mundial e globalização 2. Fluxos da globalização e meio ambiente 3. Europa: regionalização, meio ambiente e população 4. Europa: economia e território 5. Ásia: território, meio ambiente e economia 6. Ásia: Índia e Oriente Médio 7. Ásia: China, Japão e Tigres Asiáticos 8. Oceania

Fonte: Organizado pelo autor com base em Muniz, Guerrero e Fernandes (2022a).

Ao analisar o livro didático destinado ao 6° ano, vê-se algumas categorias geográficas, destacando os conceitos de lugar, paisagem, natureza e espaço geográfico, mas percebe-se que não tem diretamente uma abordagem regional, explicitando junto a sua perspectiva, e sim alguns conteúdos que são trazidos a partir de regionalizações, como os continentes e solo oceânico; bacias hidrográficas do mundo, destacando em cada continente suas bacias; tipos de clima no mundo.

Mapa 79: Tipos de clima no mundo - Coleção Jornadas: Novos Caminhos - Geografia (2022)



Fonte: Muniz; Guerrero; Fernandes (2022a, p. 83)

Mapa 80: Bacias hidrográficas do continente africano - Coleção Jornadas: Novos Caminhos - Geografia (2022)



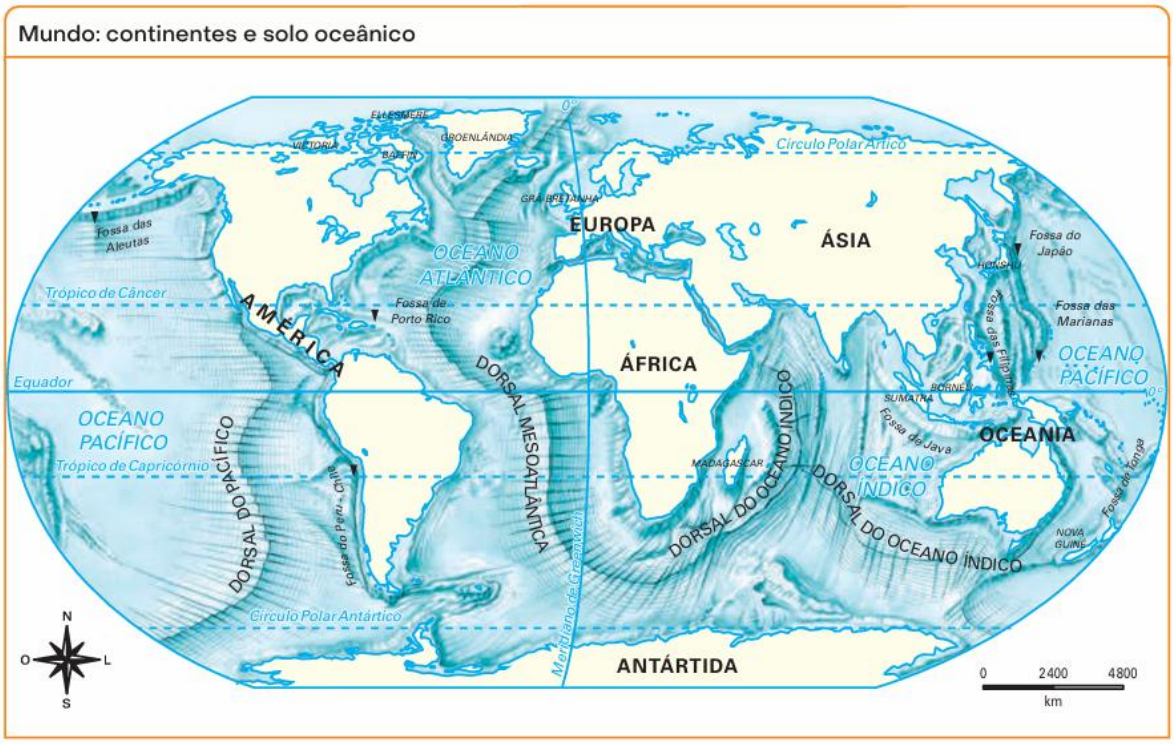
Fonte: Muniz; Guerrero; Fernandes (2022a, p. 141).

Mapa 81: Bacias hidrográficas da América - Coleção Jornadas: Novos Caminhos - Geografia (2022)



Fonte: Muniz; Guerrero; Fernandes (2022a, p. 83)

Mapa 82: Continentes e solo oceânico do mundo - Coleção Jornadas: Novos Caminhos - Geografia (2022)



Fonte: Muniz; Guerrero; Fernandes (2022a, p. 83)

Também, existem alguns conteúdos que vêm em uma perspectiva regional, mas não são muito desenvolvidos, apenas brevemente comentados, a exemplo da regionalização dos continentes, como pode-se ver abaixo:

Mapa 83: Divisão política e regional da América - Coleção Jornadas: Novos Caminhos - Geografia (2022)



Fonte: Muniz; Guerrero; Fernandes (2022a, p. 79)

Mapa 84: Divisão política e regional da Ásia - Coleção Jornadas: Novos Caminhos - Geografia (2022)



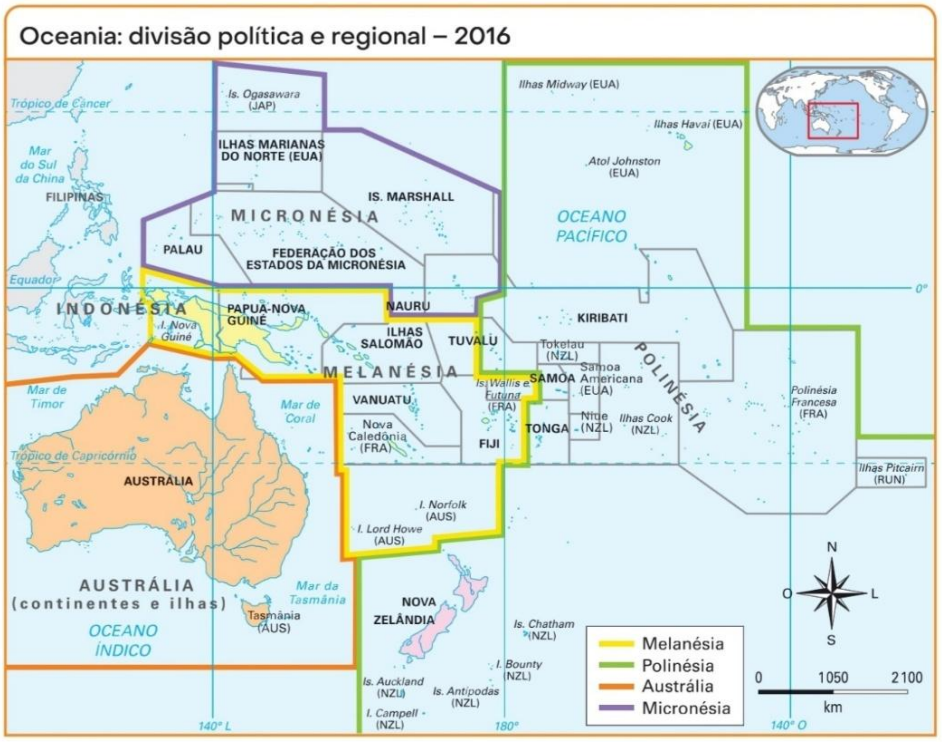
Fonte: Muniz; Guerrero; Fernandes (2022a, p. 81)

Mapa 85: Divisão política e regional da Europa em 2016 - Coleção Jornadas: Novos Caminhos - Geografia (2022)



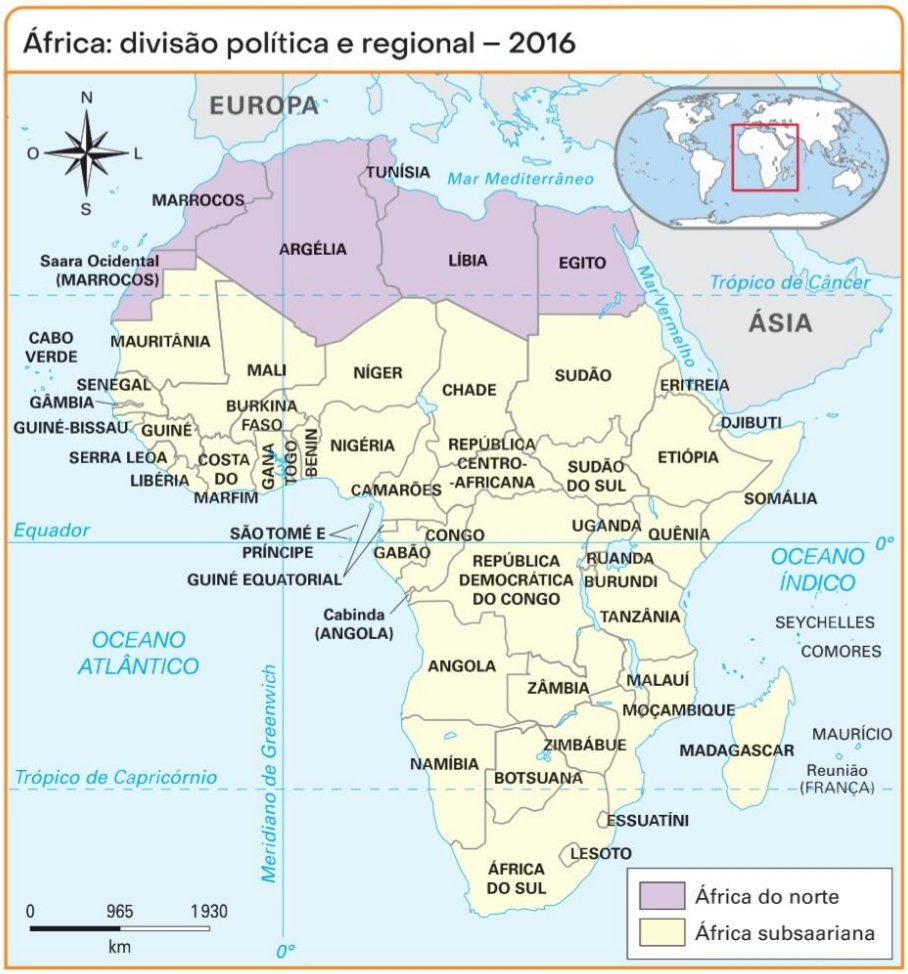
Fonte: Muniz; Guerrero; Fernandes (2022a, p. 83)

Mapa 86: Divisão política e regional da Oceania em 2016 - Coleção Jornadas: Novos Caminhos - Geografia (2022)



Fonte: Muniz; Guerrero; Fernandes (2022a, p. 82)

Mapa 87: Divisão política e regional da África em 2016 - Coleção Jornadas: Novos Caminhos - Geografia (2022)



Fonte: Muniz; Guerrero; Fernandes (2022a, p. 80)

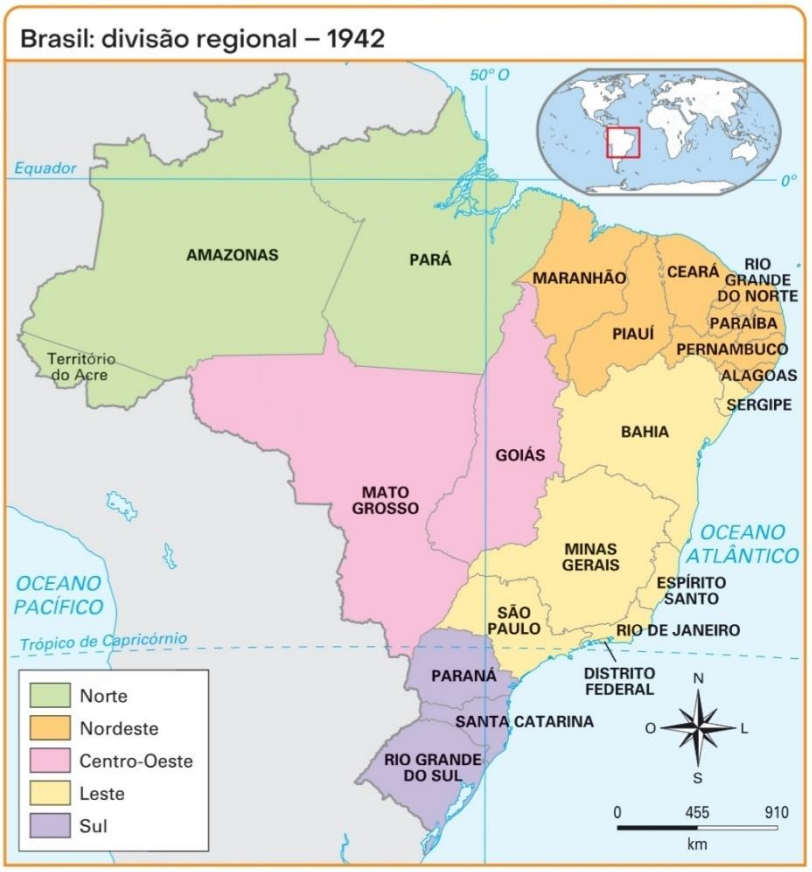
Partindo para uma análise do livro direcionado para o 7° ano, logo na primeira unidade, denominado “território brasileiro e regionalização” vemos o tema região e regionalização sendo evidenciados. Nela, definem a regionalização do espaço geográfico por “classificar uma área em regiões”, de acordo com critérios a serem selecionados e priorizados. Nesse sentido, também destacam sua importância no planejamento de ações administrativas, comentando sobre o melhor direcionamento de recursos públicos a partir da identificação de quais regiões mais necessitam.

Além disso, os autores abordam as divisões regionais brasileiras ao longo dos anos, evidenciando as muitas regionalizações oficiais do território brasileiro, de acordo com o IBGE, existentes. A crítica que faço é não terem trazido alguma das regionalizações propostas anteriormente à 1° divisão regional oficial do IBGE, em 1942, para dar embasamento de que não foi a 1° proposta, de fato, e que houveram

muitas outras perspectivas de divisão regional do território brasileiro que antecedem essa.

Nesse sentido, também separam uma página inteira para falar sobre a regionalização de Pedro Pinchas Geiger, acerca dos três complexos geoeconômicos, e uma página para abordar os quatro Brasis, proposta de divisão regional elaborada por Milton Santos e Maria Laura Silveira. Abaixo, algum dos mapas que o livro trouxe.

Mapa 88: Divisão regional brasileira em 1942 - Coleção Jornadas: Novos Caminhos - Geografia (2022)



Fonte: Muniz; Guerrero; Fernandes (2022b, p. 28)

Mapa 89: Regionalização do Brasil proposta por Pedro Pinchas Geiger em 1967 - Coleção Jornadas: Novos Caminhos - Geografia (2022)



Fonte: Muniz; Guerrero; Fernandes (2022b, p. 30)

Mapa 90: Regionalização do Brasil proposta por Milton Santos e Maria Laura Silveira em 1999 - Coleção Jornadas: Novos Caminhos - Geografia (2022)



Fonte: Muniz; Guerrero; Fernandes (2022b, p. 31)

Além disso, nesta mesma unidade, os autores também abordam em um tópico específico o planejamento regional no Brasil e as superintendências de desenvolvimento regional. Apesar de não estenderem muito o assunto, um ponto muito positivo foi abordarem esses dois temas específicos tão importantes do âmbito regional. Abaixo, *Print Screens* do livro didático.

Figura 13: Abordagem sobre o planejamento regional no livro da Coleção Jornadas: Novos Caminhos - Geografia (2022)

Planejamento regional no Brasil

Ainda que a organização federativa garanta autonomia administrativa aos estados, aos municípios e ao Distrito Federal, as ações do governo federal afetam diretamente a política, a economia e a sociedade em todo o país. As iniciativas de planejamento voltadas para o desenvolvimento regional são um exemplo disso.

A região Nordeste foi um dos primeiros focos de uma política de desenvolvimento regional organizada pelo governo federal. A ocorrência de longas secas associada a uma **estrutura fundiária** concentradora mantinha grande parte da população rural em condições de fragilidade econômica. Esses fatores contribuíam para a manutenção da pobreza e a migração do interior da região para as capitais dos estados nordestinos ou para cidades de outras regiões do país.

Durante a década de 1950, a crescente industrialização concentrada no Sudeste e no Sul e a maior integração entre diferentes porções do território brasileiro reforçavam estereótipos de estagnação econômica de outras regiões. O Estado buscou, então, incentivar as economias regionais com o intuito de reduzir desigualdades socioeconômicas em um momento em que aumentava o número de indústrias no Sudeste e a região atraía grande parte dos fluxos migratórios no país.

Estrutura fundiária: refere-se à distribuição das propriedades rurais em determinada área ou país. É avaliada com base na dimensão das propriedades e na quantidade de proprietários.

Arquivo/Folhapress



Indústria de cimento, em São Paulo (SP), 1951.

Fonte: (Muniz; Guerrero; Fernandes, 2022b, p. 35)

Figura 14: Abordagem sobre as superintendências de desenvolvimento regional no livro da Coleção Jornadas: Novos Caminhos - Geografia (2022)

As superintendências de desenvolvimento regional

Em 1959, no governo de Juscelino Kubitschek (1956–1961), foi criada a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (**Sudene**). A Amazônia, o Centro-Oeste e o Sul receberam atenção dos governos militares com a criação das Superintendências do Desenvolvimento da Amazônia (**Sudam**), em 1966, do Centro-Oeste (**Sudeco**) e do Sul (**Sudesul**), em 1967.

O objetivo principal das superintendências era estimular o desenvolvimento econômico, com forte valorização da industrialização como forma de dinamizar as economias regionais. Chegaram a ser **extintas** em 1990 (Sudeco e Sudesul) e em 2001 (Sudam e Sudene) em razão de denúncias de desvio de verbas e ineficiência. Mas, com exceção da Sudesul, foram recriadas entre 2006 e 2009.

Atualmente, as superintendências fazem parte das estratégias do governo federal a fim de reduzir as desigualdades econômicas e sociais existentes no interior das regiões e entre as regiões do país.

Extinto: desativado; que não existe mais.

Brasil: superintendências de desenvolvimento regional – 2021



Fonte: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. Fundos de Desenvolvimento Regional. Disponível em: https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/fundos-regionais-e-incentivos-fiscais/fundos-de-desenvolvimento-regional. Acesso em: 3 mar. 2022.

	SUDAM	SUDENE	SUDECO	SUDESUL
Período de atuação	1966-2001 2007-atual	1959-2001 2007-atual	1967-1990 2009-atual	1967-1990
Objetivos anteriores	Integrar a Amazônia às demais regiões do país; fortalecer as fronteiras nacionais; diversificar a economia.	Redistribuir terras; fortalecer a atividade industrial; integrar a indústria com as atividades agrícolas na região.	Dinamizar a economia para ocupar a zona de fronteira e incentivar a agropecuária e o extrativismo.	Modernizar e expandir a agropecuária; integrar a região ao mercado internacional; fortalecer a indústria.
Objetivos atuais	Promover o desenvolvimento sustentável e a integração econômica com outros países e regiões brasileiras.			———

Fonte: (Muniz; Guerrero; Fernandes, 2022b, p. 36)

Por conseguinte, no tópico 7, os autores contextualizam a urbanização falando especificamente entre as regiões brasileiras. Também, separam um subtópico para conceituar e abordar as Regiões Metropolitanas brasileiras, como pode-se ver nas figuras abaixo:

Figura 15: Abordagem do livro acerca da urbanização nas regiões brasileiras - Coleção Jornadas: Novos Caminhos - Geografia (2022)

Destaques regionais

O surgimento de novos núcleos urbanos no interior do Brasil também colaborou para o aumento da população urbana. No **Centro-Oeste**, por exemplo, a criação de novos municípios em decorrência do avanço da fronteira agrícola e do incentivo governamental para a interiorização da ocupação provocou um rápido aumento da taxa de urbanização na região. Reveja o gráfico "Regiões brasileiras: taxa de urbanização", na página 184. Cidades planejadas como Goiânia (GO) e Brasília (DF) atraíram migrantes, assim como os novos municípios criados em áreas recém-ocupadas pela pecuária e pela agricultura modernizada, que avançava sobre o Cerrado e a Floresta Amazônica. As **sedes** de muitos desses municípios atraíram uma população dedicada a atividades de comércio e serviços do agronegócio.

Sede: local onde funciona a administração, governo ou tribunal.

Na **região Norte**, Manaus e Belém já haviam apresentado crescimento populacional e desenvolvimento de infraestruturas urbanas desde as últimas décadas do século XIX e início do século XX, impulsionadas pela extração de látex usado para a produção de borracha na Floresta Amazônica. No auge da exploração, Manaus e Belém centralizavam o escoamento da produção, muito valorizada no mercado internacional com o avanço da industrialização e da produção de automóveis nos Estados Unidos e Europa. O estabelecimento de indústrias na Zona Franca de Manaus a partir de 1967 foi um novo atrativo para migrantes em busca de trabalho.

Nas demais regiões, onde os núcleos urbanos eram mais numerosos desde o período colonial, a tendência foi de um acelerado crescimento da população urbana na segunda metade do século XX, principalmente nas capitais estaduais. O **Sudeste** é, ainda, a região mais urbanizada, populosa e com maior densidade demográfica entre as regiões brasileiras.



Vista do município de Belém (PA), 2019. Em 2020, Belém era a segunda maior cidade da região Norte, com quase 1,5 milhão de habitantes. Em primeiro plano na fotografia, o Teatro da Paz, inaugurado em 1878.

Fonte: (Muniz; Guerrero; Fernandes, 2022b, p. 186)

Figura 17: Abordagem do livro sobre as Regiões Metropolitanas brasileiras - Coleção Jornadas: Novos Caminhos - Geografia (2022)



Trilha 3

Regiões Metropolitanas brasileiras

As transformações da sociedade e do espaço nas cidades exigem novos arranjos políticos. Conforme as cidades expandem suas áreas, formam novas territorialidades, reunindo-se em vários municípios com estrutura interligada a uma maior, como veremos a seguir.

Cidades integradas

O crescimento populacional nas cidades é geralmente acompanhado pela ampliação da área urbanizada. Com a expansão da ocupação por edificações, vias de transporte e demais elementos de infraestrutura urbana, pode ocorrer o encontro das áreas urbanas de dois ou mais municípios, processo conhecido como **conurbação**.

Nessas aglomerações urbanas, surgem demandas compartilhadas entre os municípios, como o abastecimento de água e a gestão dos transportes. Os deslocamentos diários da população entre os municípios, por exemplo, exigem a criação de linhas de ônibus intermunicipais ou um eficiente transporte ferroviário, por trens e metrô.

Reunidos em uma **Região Metropolitana** (RM), municípios vizinhos podem, por exemplo, criar conjuntamente políticas de desenvolvimento econômico e social, regular o uso do solo (ou seja, as atividades realizadas em cada porção do espaço), gerenciar de maneira integrada os serviços de transportes, saneamento básico e distribuição de gás canalizado, etc.

No Brasil, as primeiras Regiões Metropolitanas – São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza – foram criadas em 1973 pelo governo federal. No ano seguinte, a cidade do Rio de Janeiro formou a nona RM brasileira. A partir de 1988, a Constituição federal estabeleceu como responsabilidade dos estados a criação de Regiões Metropolitanas, o que ocasionou o surgimento de um grande número delas.

Região Metropolitana de Porto Alegre – 2022

Região Metropolitana de Porto Alegre
Limite municipal

1. Alvorada
2. Araricá
3. Arroio dos Ratos
4. Cachoeirinha
19. Nova Hartz
20. Nova Santa Rita
21. Novo Hamburgo
22. Parobé

Digital Globe/Google Earth

Acervo/arquivo da editora

Fonte: (Muniz; Guerrero; Fernandes, 2022b, p. 196)

Figura 18: Mapa que o livro trouxe das Regiões Metropolitanas do Brasil em 2020 - Coleção Jornadas: Novos Caminhos - Geografia (2022)



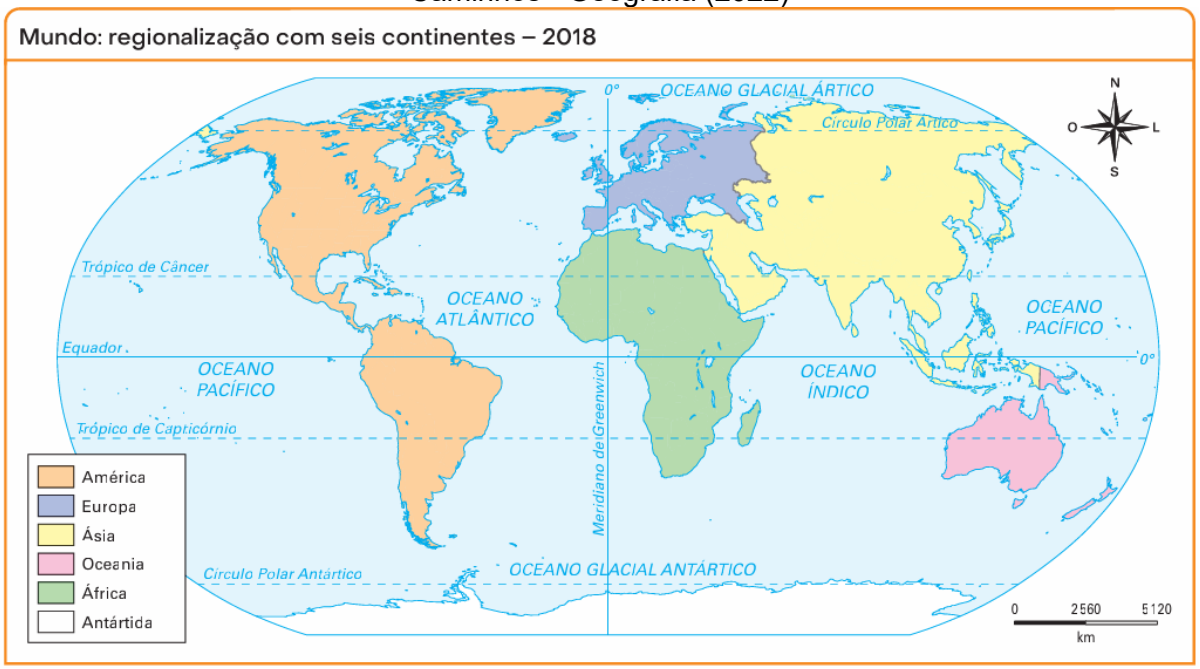
Fonte: (Muniz; Guerrero; Fernandes, 2022b, p. 197)

Por fim, é necessário salientar que os autores não colocam 1 unidade inteira para abordar especificamente sobre cada região do país, mas sim comentam os aspectos de cada uma ao longo do livro.

Dando continuidade, em uma análise do livro destinado ao 8° ano, na primeira unidade já encontramos a categoria região sendo analisado, no primeiro tópico denominado “Geopolítica e regionalização do mundo”, onde em sua

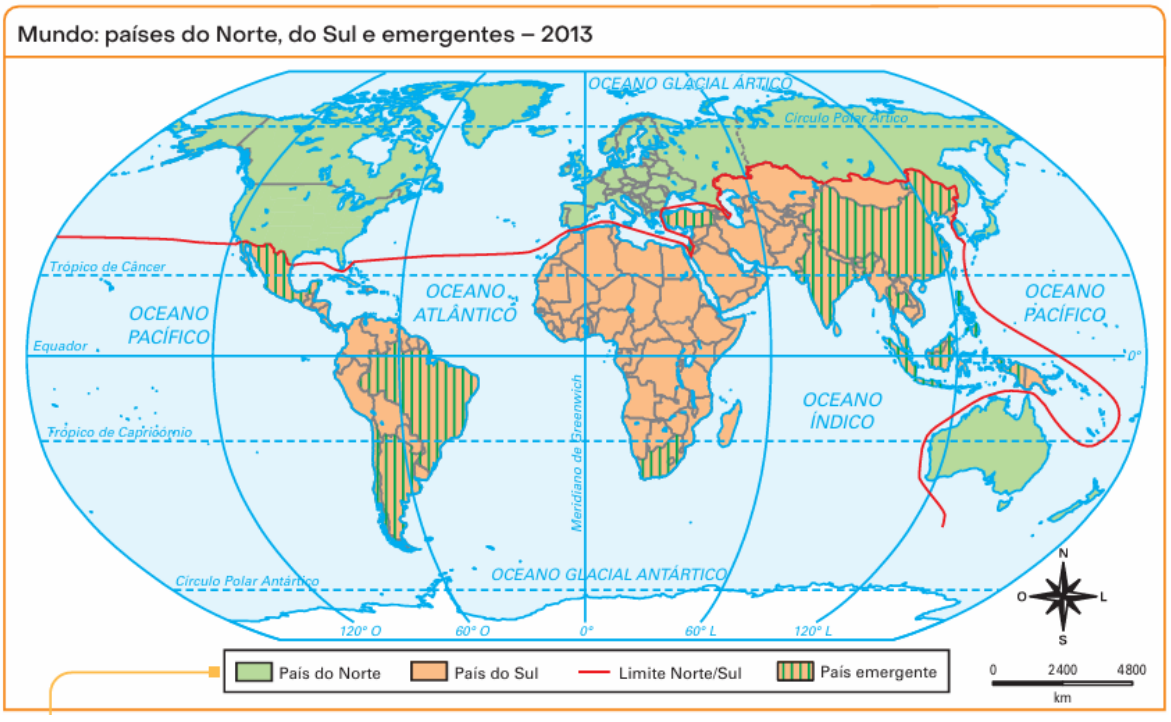
introdução já consta que na unidade será abordado “algumas regionalizações do espaço mundial”. De início, os autores trazem as regionalizações por continentes e por países do Norte, Sul e emergentes, como podemos ver abaixo:

Mapa 91: Regionalização do mundo em continentes em 2018 - Coleção Jornadas: Novos Caminhos - Geografia (2022)



Fonte: Muniz; Guerrero; Fernandes (2022c, p. 16)

Mapa 92: Regionalização do mundo em países do Norte, Sul e Emergentes em 2013 - Coleção Jornadas: Novos Caminhos - Geografia (2022)



Fonte: Muniz; Guerrero; Fernandes (2022c, p. 17)

Além disso, ao abordar a conceituação de regionalização, os autores destacam que, a partir dela, é possível compreender as desigualdades mundiais, como também espaços de disputas de poder. Nesse sentido, destacam que região se configura de acordo com critérios pré-estabelecidos, para poder entendê-la, são dinâmicas e são criadas por diversos objetivos. Abaixo, um *print screen* da parte do livro didático onde isso é abordado.

Figura 19: Tópico abordando a conceituação de região e regionalização 2013 - Coleção Jornadas: Novos Caminhos - Geografia (2022)



Regionalização do espaço mundial

Chamamos **regionalização** a divisão de um espaço ou território em partes menores, as **regiões**, de acordo com critérios escolhidos previamente. As regiões são diferentes umas das outras. Elas são criadas com distintos objetivos e podem mudar ao longo do tempo, em razão das transformações promovidas pela sociedade.

Sergio Yoneda/Shutterstock

As regionalizações do espaço mundial geralmente respondem à necessidade de compreender as desigualdades globais, identificando áreas mais ou menos prósperas, ou ainda de delimitar os espaços de influência política dos Estados nacionais e as disputas de poder que se estabelecem entre eles.

Aros olímpicos em Tóquio, Japão, 2021. Esse símbolo representa a união dos cinco continentes, de acordo com a regionalização seguida pelo Comitê Olímpico Internacional.

Continentes

A classificação dos continentes é uma das formas tradicionais de regionalização do espaço mundial.

Os critérios para a definição do número de continentes da Terra podem variar. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), principal provedor de informações geográficas e estatísticas do Brasil, considera seis continentes: África, América, Antártida, Ásia, Europa e Oceania. Já nos Estados Unidos, é trabalhada a regionalização em sete continentes, dividindo a América em duas: anglo-saxônica e Latina. A ONU e o Comitê Olímpico Internacional usam a classificação em cinco continentes, excluindo a Antártida, em razão de ali não haver territórios com população nativa.

Fonte: Muniz; Guerrero; Fernandes (2022c, p. 16)

Na 3° unidade, o livro traz duas regionalizações da América, por critérios geográficos e por critérios de base histórica e cultural, sendo América do Sul, Central e do Norte e América Latina e Anglo-Saxônica.

Mapa 93: Regionalização política da América em Sul, Central e Norte em 2018 - Coleção Jornadas: Novos Caminhos - Geografia (2022)



Fonte: Muniz; Guerrero; Fernandes (2022c, p. 88)

Mapa 94: Regionalização da América em Latina e Anglo-saxônica em 2022 - Coleção Jornadas: Novos Caminhos - Geografia (2022)



Fonte: Muniz; Guerrero; Fernandes (2022c, p. 87)

Em nossa perspectiva, acreditamos ter ficado um pouco confuso a mistura do mapa da América Latina e Anglo-saxônica com as línguas oficiais em cada país. Caso fizessem dois mapas, um mostrando a divisão entre latina e anglo-saxônica e outro evidenciando os idiomas oficiais de cada país, pensamos que ficaria mais claro para os alunos que fossem visualizá-los, e dessa maneira poderiam compreender melhor os assuntos.

No decorrer desse livro, os autores destinaram 1 unidade inteira para abordar a América anglo-saxônica, duas unidades para América latina, e as duas últimas unidades para abordar a África.

Ao analisar o continente africano, o livro traz duas regionalizações importantes para compreendê-lo: Norte da África e África subsaariana, de acordo com critérios culturais; e a regionalização geográfica, dividindo o continente a partir de cinco regiões.

Mapa 95: Regionalização da África em Norte, Subsaariana, Sahel e Magreb em 2015 - Coleção Jornadas: Novos Caminhos - Geografia (2022)



Fonte: Muniz; Guerrero; Fernandes (2022c, p. 205)

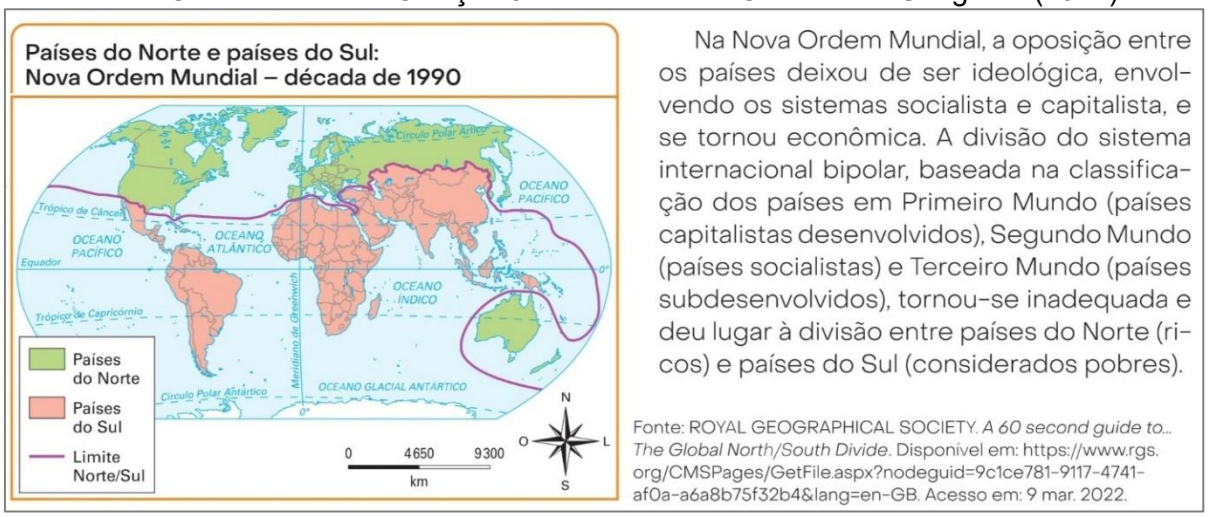
Mapa 96: Regionalização africana em regiões geográficas em 2021 - Coleção Jornadas: Novos Caminhos - Geografia (2022)



Fonte: Muniz; Guerrero; Fernandes (2022c, p. 207)

Por fim, no livro destinado ao 9° ano dos Anos Finais, no início da 1° unidade há uma abordagem da regionalização mundial em países do Norte e do Sul, na Nova Ordem Mundial. Entretanto, as autoras comentam que essa regionalização substituiu a antiga, da época da Guerra Fria, baseada em países de Primeiro, Segundo e Terceiro mundo, porém não colocam o mapa dessa regionalização. Assim, acredito que tenha ficado um pouco vago para os estudantes, sendo melhor se tivessem colocado o mapa da regionalização que foi substituída por essa nova.

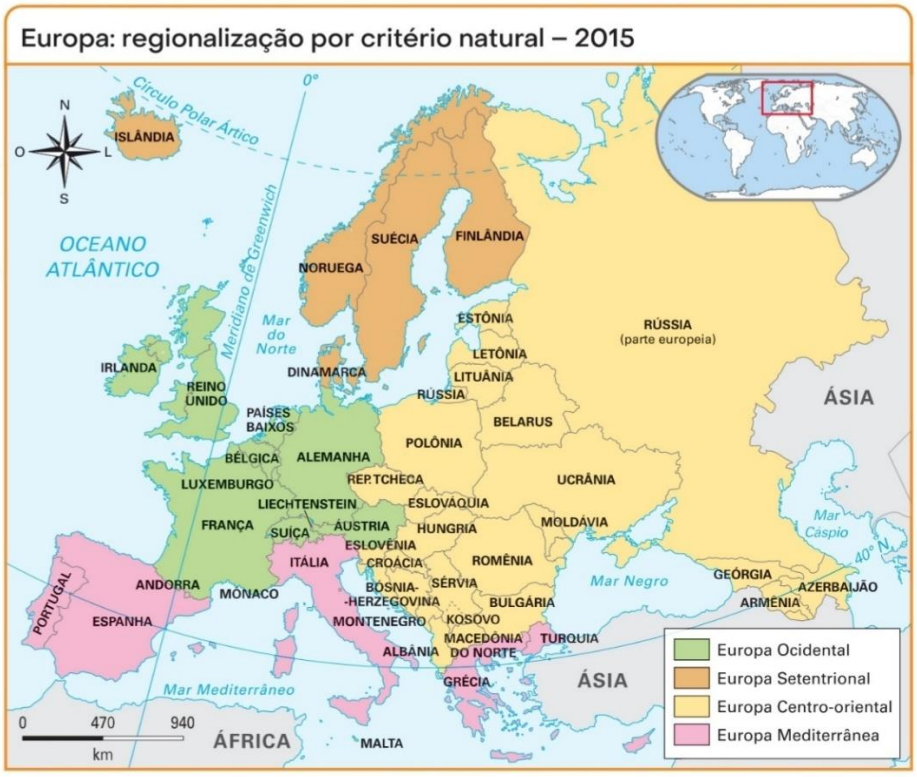
Figura 20: Trecho do livro que aborda a regionalização em países do Norte e do Sul e da Nova Ordem Mundial - Coleção Jornadas: Novos Caminhos - Geografia (2022)



Fonte: Muniz; Guerrero; Fernandes (2022d, p. 18)

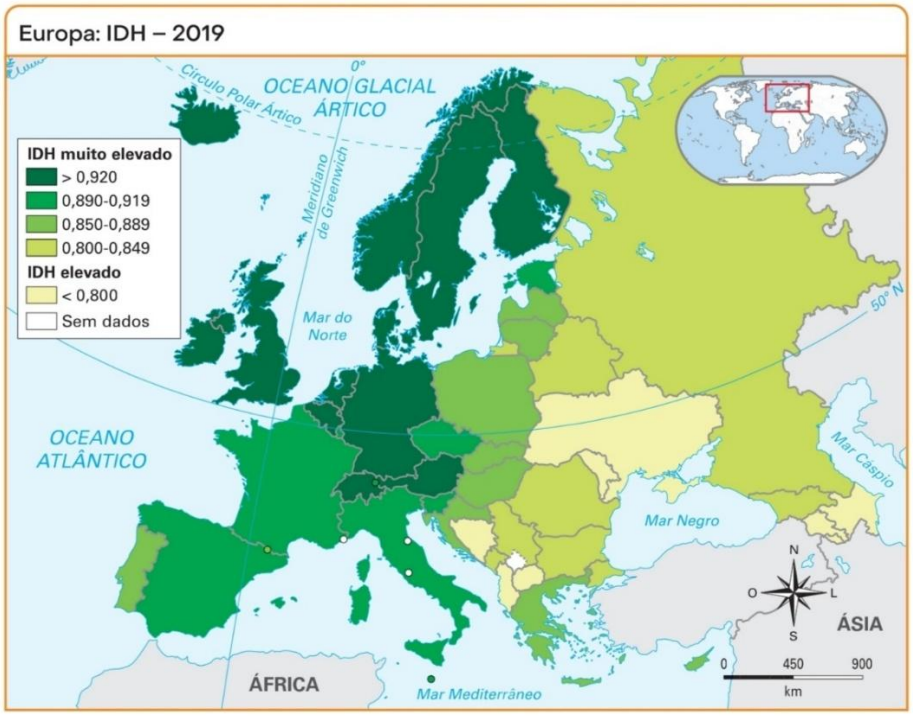
Dando continuidade, nas unidades 3 e 4 o livro aborda a Europa, trazendo diversas regionalizações do continente: i) ocidente e oriente; ii) critérios naturais; iii) índices sociais. Os mapas são diversos e bastante didáticos.

Mapa 97: Regionalização da Europa de acordo com critérios naturais em 2015 - Coleção Jornadas: Novos Caminhos (2022)



Fonte: Muniz; Guerrero; Fernandes (2022d, p. 85)

Mapa 98: Regionalização da Europa de acordo com o IDH em 2019 - Coleção Jornadas: Novos Caminhos - Geografia (2022)



Fonte: Muniz; Guerrero; Fernandes (2022d, p. 95)

Mapa 99: Regionalização da Europa em ocidental e oriental em 2006 - Coleção Jornadas: Novos Caminhos - Geografia (2022)



Fonte: Muniz; Guerrero; Fernandes (2022d, p. 84)

Dando continuidade, essa coleção também abordou a Comunidade dos Estados Independentes (CEI), regionalizando os países que fazem parte dela de acordo com critérios variados.

Mapa 100: Países que fazem parte da Comunidade dos Estados Independentes (CEI) - Coleção Jornadas: Novos Caminhos - Geografia (2022)



Fonte: Muniz; Guerrero; Fernandes (2022d, p. 127)

As últimas unidades que evidenciarão regionalizações serão as 5, 6 e 7, abordando o continente asiático. De início, as autoras destacam que os países desse continente podem ser agrupados em seis regiões, de acordo com critérios naturais e étnicos, e mais pra frente comentam um pouco mais sobre. Entretanto, durante esse tópico que aborda a Ásia, não colocam o mapa dessas seis regiões, o que consideramos ser um grave erro, pois é necessária uma ilustração dessa regionalização para que os alunos entendam de uma maneira mais didática o conteúdo abordado.

> A regionalização do continente considera características naturais, sociais, política e econômicas. A divisão mais difundida separa a Ásia em seis regiões: Ásia Central, Ásia Meridional, Ásia Setentrional, Sudeste Asiático, Oriente Médio e Extremo Oriente (Muniz; Guerrero; Fernandes, 2022d, p. 136)

Por fim, o livro também regionaliza a Ásia em Oriente Médio, entretanto não evidencia que ao indicar esse grupo de países, está regionalizando a área de acordo com critérios em comum, apenas cita que é uma “região”.

Figura 21: Trecho do livro sobre o Oriente Médio - Coleção Jornadas: Novos Caminhos - Geografia (2022)



Fonte: (Muniz; Guerrero; Fernandes, 2022d, p. 176)

Por fim, o livro aborda os Tigres Asiáticos, e novamente indicando que se trata de uma região específica, porém sem aprofundar os critérios de regionalização ao selecionar esse conjunto de países.

Figura 22: Trecho do livro sobre os Tigres Asiáticos - Coleção Jornadas: Novos Caminhos - Geografia (2022)

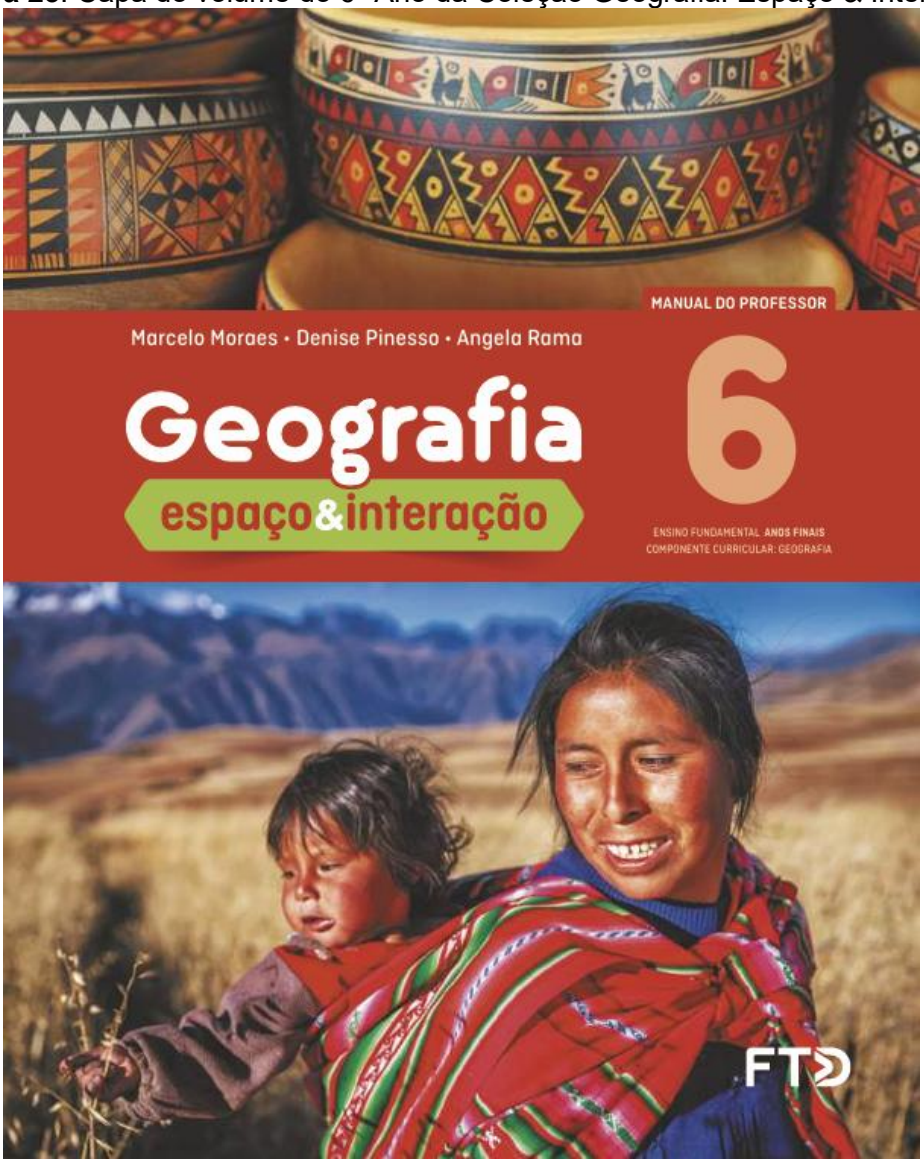


Fonte: (Muniz; Guerrero; Fernandes, 2022d, p. 216)

4.3 COLEÇÃO DIDÁTICA “GEOGRAFIA: ESPAÇO & INTERAÇÃO” DE MARCELO MORAES, DENISE PINESSO E ANGELA RAMA - EDITORA FTD

A terceira e última coleção didática a ser analisada nesta pesquisa é denominada “Geografia: Espaço & Interação”, escrita por Marcelo Moraes Paula, Denise Cristina Christov Pinesso e Maria Angela Gomez Rama e distribuída pela editora FTD. A coleção é da 1° edição, de 2022, e composta por quatro volumes, destinado aos estudantes do Ensino Fundamental Anos Finais (6°, 7°, 8°, e 9° anos).

Figura 23: Capa do volume do 6º Ano da Coleção Geografia: Espaço & Interação



Fonte: Paula; Pinesso; Rama (2022a)

Assim como nas duas coleções anteriores, os livros didáticos desta coleção explicitam, em sua apresentação do Manual do Professor, a conformidade com os referenciais curriculares da Base Comum Nacional Curricular, abordando suas competências e habilidades.

Logo nas primeiras páginas, nas orientações gerais para a coleção, dentro do tópico 2 – “Proposta teórico-metodológica”, no subtópico 2.2 – “Conceitos da Geografia” há a primeira abordagem do âmbito regional dos livros. Evidenciando o espaço geográfico como conceito mais amplo da Geografia, os autores em seguida apresentam os conceitos de paisagem, lugar, região, território e natureza como outros grandes importantes conceitos para o aprendizado.

Especificamente tratando da região, os autores conceituam a categoria

como um conceito muito utilizado no dia a dia das pessoas e que apresenta diversos significados, mas sendo abordado na coleção de duas maneiras principais: localização e de extensão, referenciando a um conjunto de áreas que apresentam semelhanças entre si que distinguem das outras; e o de região administrativa, utilizado pelo Governo Federal, estadual e municipal, referenciando a uma unidade administrativa.

Além disso, define regionalização como a divisão do espaço geográfico de acordo com diferentes critérios preestabelecidos, ratificando também que existe uma grande inter-relação entre as regiões, tanto a nível nacional como mundial, muito devido a sociedade globalizada capitalista no qual estamos inseridos.

Por conseguinte, ao final do texto falando sobre a categoria região, analisam seu uso durante os livros didáticos da coleção, destacando que seu conceito é trabalhado principalmente do 7° ano em diante, e ganhando mais destaque no livro direcionado ao 8° ano, como podemos ver no trecho abaixo:

> “O conceito de região é trabalhado principalmente do 7° ano em diante, de forma que os estudantes compreendam que não se trata de algo dado, estático e natural. Ao tratarmos das regiões brasileiras, no volume do 7° ano, discutimos o fato de que a regionalização apresentada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) não constitui a única maneira de regionalizar o espaço brasileiro e que as regiões apresentam diversidade em seu interior. Assim, não se trata de regiões dadas e estáticas em sua configuração territorial. A categoria região ganha mais destaque no volume do 8° ano, quando o espaço geográfico mundial é estudado com base em recortes regionais, estabelecendo-se relações com outras escalas sempre que se fizer necessário, para o entendimento do conteúdo. No volume do 9° ano, encaminhamos uma discussão sobre o conceito de região na escala mundial, destacando o fato de que a região é um produto da ação humana, mesmo quando é usado um critério natural de regionalização.” (Paula; Pinesso; Rama (2022a, p. XXII).

Sobre como ficou organizado os temas e conteúdos da coleção, os autores dividiram cada volume, direcionado para cada ano escolar do Ensino Fundamental Anos Finais, em 8 unidades cada em cada um. O quadro abaixo ilustra essa divisão.

Quadro 11: Organização em unidades dos conteúdos e temas dos volumes da coleção didática Geografia: Espaço & Interação

Organização em unidades e temas dos volumes da coleção Geografia: Espaço e Interação

6° ano	7° ano
1. Compreender o espaço geográfico 2. Representar o espaço geográfico 3. Produzir o espaço geográfico 4. Recursos minerais e energéticos 5. Relevo e solo 6. Distribuição e usos da água 7. Clima: dinâmica natural e ação humana 8. Vegetação e biodiversidade	1. Território brasileiro 2. Integração do território brasileiro 3. Dinâmicas da população brasileira 4. Diversidade e desigualdade 5. Dinâmicas da natureza no Brasil 6. Campo: produção, terra e trabalho 7. Brasil, país urbano 8. O Brasil em regiões
8° ano	**9° ano**
1. Conhecer o espaço mundial 2. Dinâmicas da população mundial 3. América 4. América Anglo-Saxônica 5. América Latina: território e sociedade 6. América Latina: regiões e economia 7. África: território, imperialismo e conflitos 8. África: sociedade e economia	1. Mundo globalizado 2. Globalização e desafios no século XXI 3. Europa: território e natureza 4. Europa: população e economia 5. Ásia 6. Oriente Médio, Ásia Setentrional e Ásia Central 7. Extremo Oriente, Ásia Meridional e Sudeste Asiático 8. Oceania

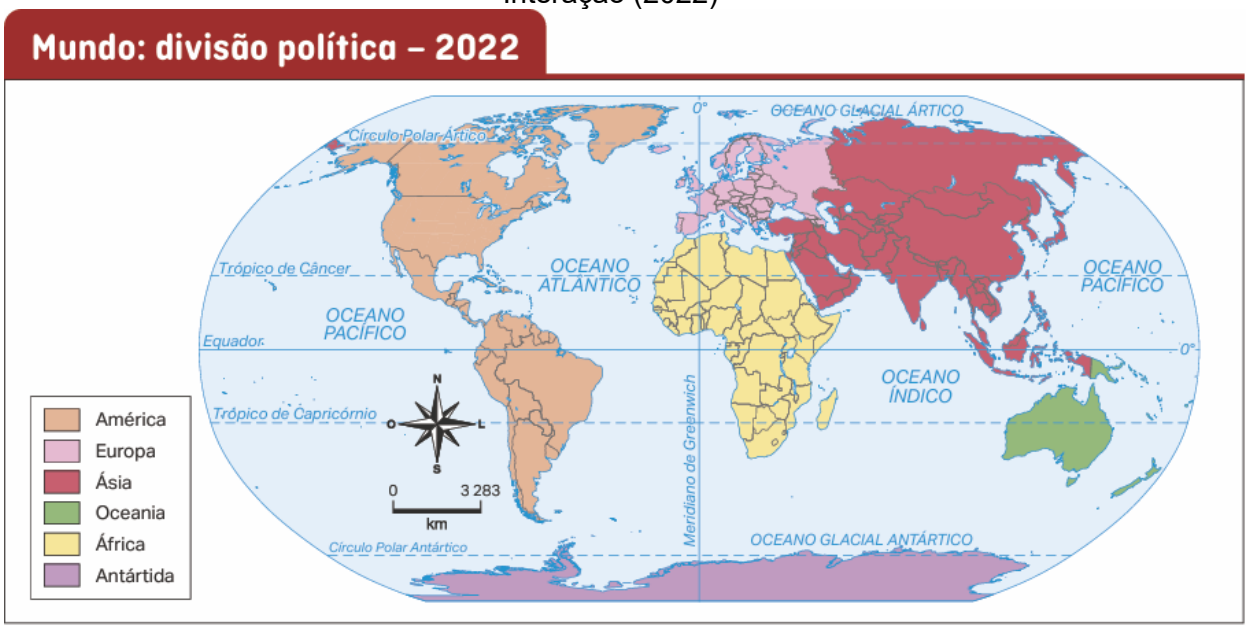
Fonte: Organizado pelo autor com base em Paula, Pinesso e Rama (2022a, 2022b, 2022c, 2022d)

Ao analisar o livro didático voltado ao 6° ano, percebe-se que, novamente, as categorias geográficas são estudadas, entretanto sem abordar a região especificamente, assim como evidenciado no tópico da proposta teórico-metodológica do livro, no qual afirma que apenas do 7° ano em diante o conceito da região é trabalhado, principalmente.

Porém, novamente, há várias regionalizações que os autores trazem ao longo do livro, a exemplo da regionalização - ou divisão - política mundial em continentes, em altitudes do relevo, em zonas térmicas, regiões hidrográficas do Brasil e tipos de clima do mundo.

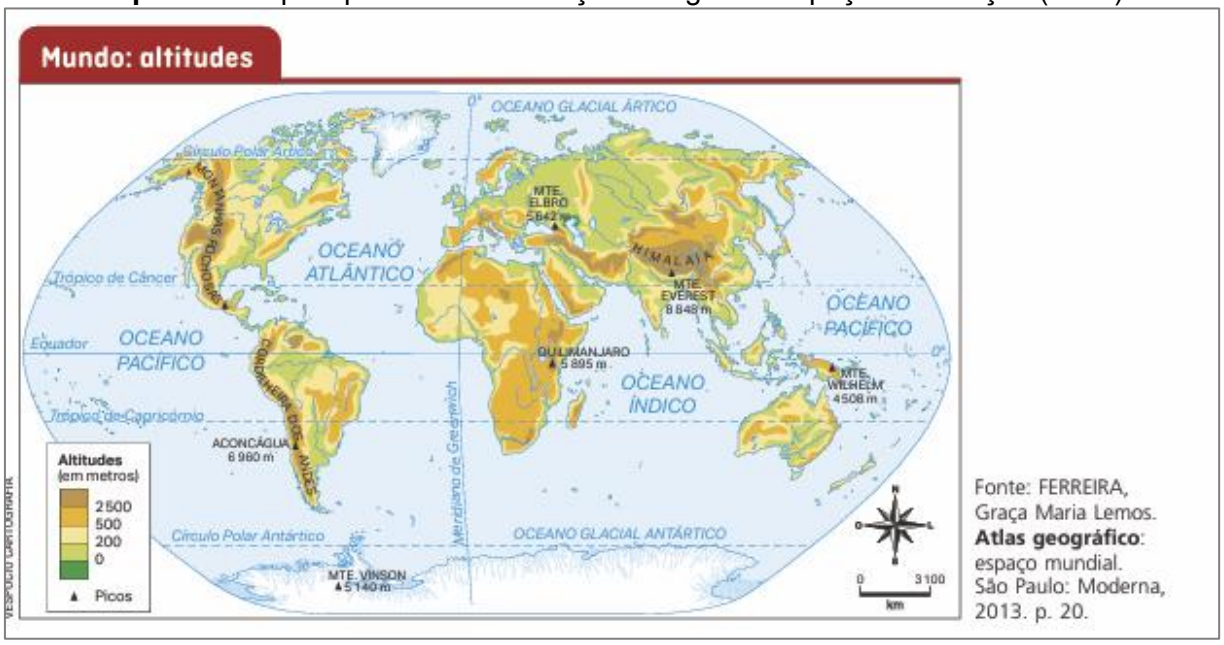
Entretanto, os autores não partem de uma perspectiva regional, evidenciando que se trata de uma regionalização, para trabalhar o conteúdo, apenas comentam de uma maneira breve sobre os temas específicos dos mapas. Assim, em nosso ponto de vista, a crítica é a mesma feita anteriormente: deveria ficar explícito de que o conteúdo está trabalhando com regionalizações, ou seja, a divisão do espaço geográfico de acordo com critérios que são pré-estabelecidos.

Mapa 101: Regionalização do mundo em continentes - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022)



Fonte: Paula; Pinesso; Rama (2022a, p. 40)

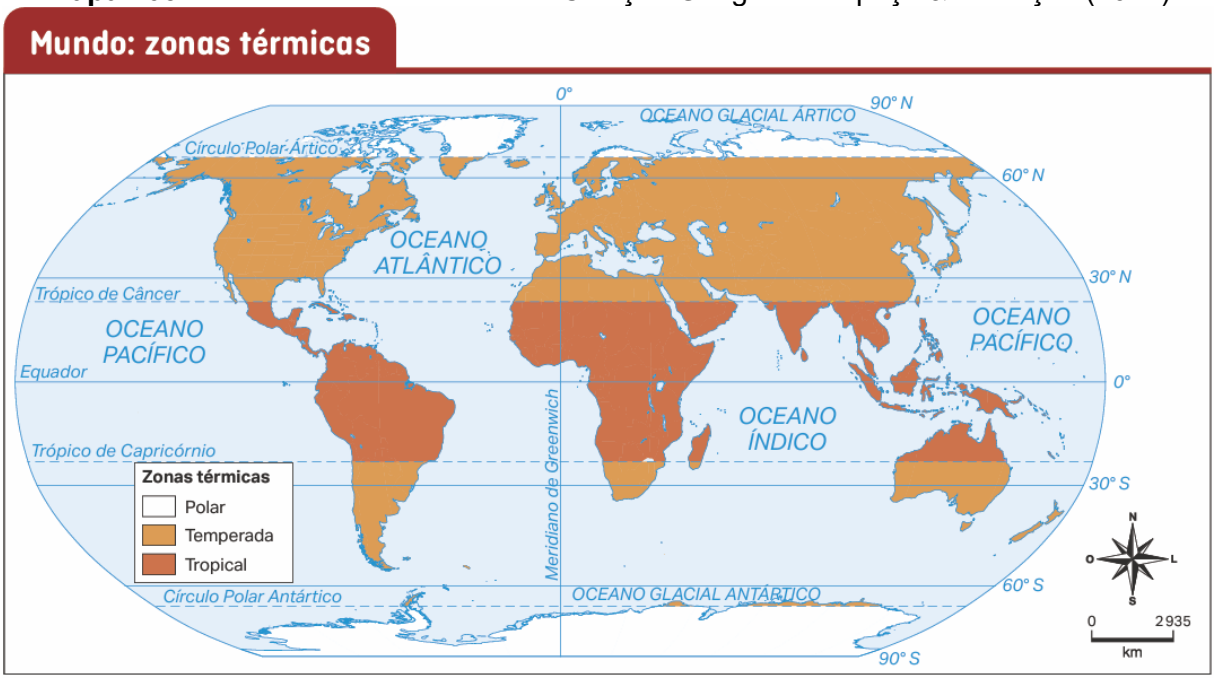
Mapa 102: Mapa hipsométrico - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022)



Fonte: Paula; Pinesso; Rama (2022a, p. 130)

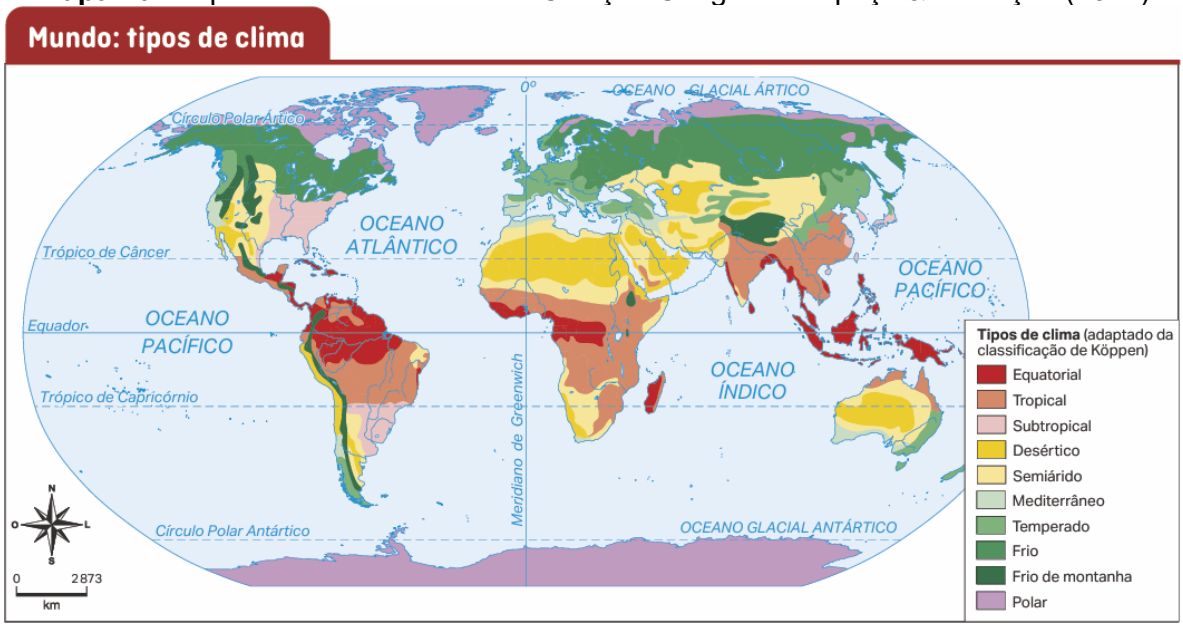
Acima, vemos um tipo de mapa denominado hipsométrico, que destaca as altitudes do relevo. Nele, as altitudes são representadas em uma sequência gradativa de cores, apresentando uma ordem crescente das altitudes, geralmente com altitudes mais baixas aparecendo em cores claras, enquanto as mais altas juntas de cores mais

Mapa 103: Zonas térmicas do mundo - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022)



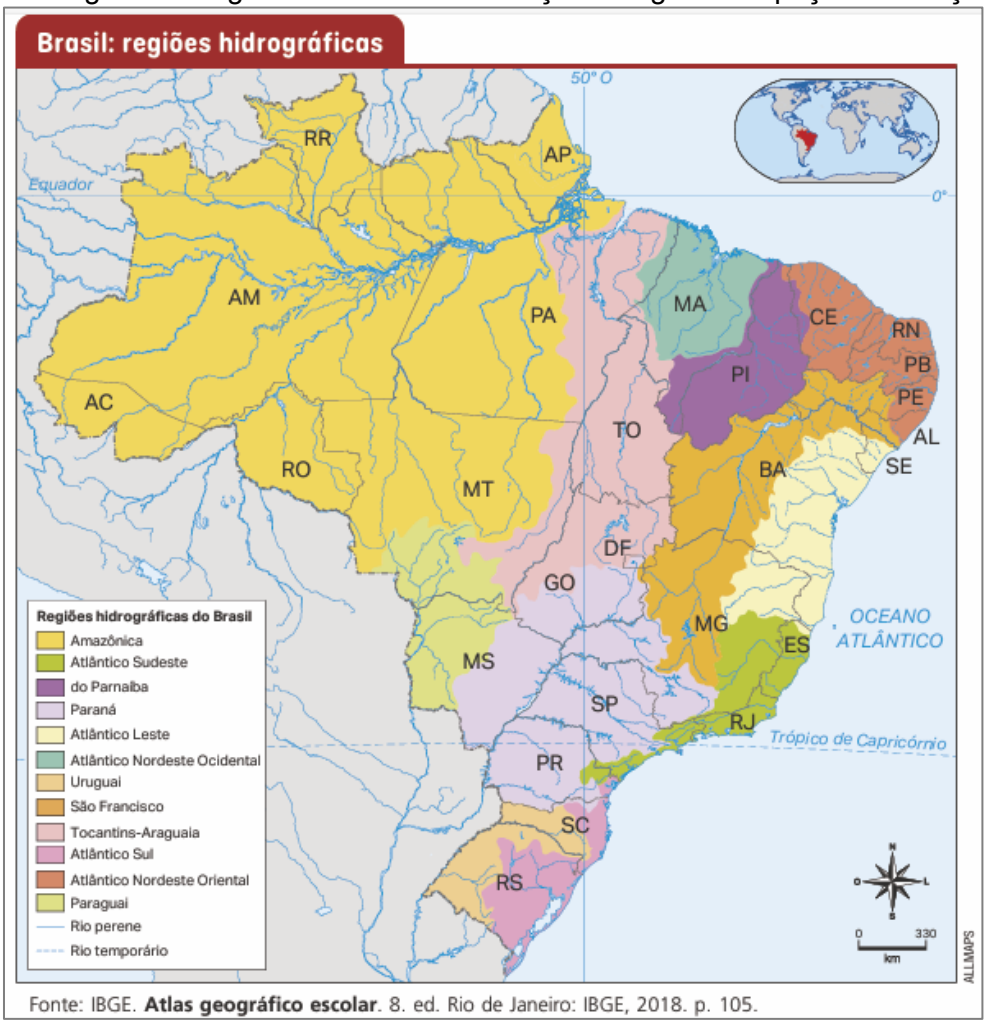
Fonte: Paula; Pinesso; Rama (2022a, p. 197)

Mapa 104: Tipos de clima do mundo - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022)



Fonte: Paula; Pinesso; Rama (2022a, p. 192)

Mapa 105: Regiões hidrográficas do Brasil - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022)



Fonte: Paula; Pinesso; Rama (2022a, p. 170)

Acima vemos o mapa das regiões hidrográficas brasileiras, que são áreas delimitadas pelo governo do país para melhor administrar os recursos hídricos do Brasil. Cada região hidrográfica corresponde a uma única bacia hidrográfica ou um conjunto delas, ou também sub-bacias próximas que têm características parecidas (Paula; Pinesso; Rama, 2022a).

Partindo para uma análise do volume do 7° ano, logo no início da 1° unidade o livro traz um subtópico chamado “regionalizações”, no qual conceitua região e regionalização e enfatiza que a divisão regional serve para estudarmos mais detalhadamente as características de algum território, também ressaltando a diversa gama de critérios que podem ser utilizados para regionalizar o espaço geográfico.

Além disso, apenas evidencia e traz os mapas da regionalização brasileira em macrorregiões do IBGE e do Pedro Pinchas Geiger, em regiões geoeconômicas.

Figura 24: Trecho do livro didático sobre região e regionalização - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022)

Regionalizações

Para estudarmos mais detalhadamente as características de um território, podemos dividi-lo em **regiões**.

Uma **região** corresponde a um conjunto de áreas de um território que apresentam características semelhantes, que as identificam e as diferenciam de outras áreas.

A divisão de um território em regiões é chamada **regionalização**.

É possível regionalizar o espaço geográfico utilizando diversos critérios, como: tipo de clima, renda da população, língua falada, entre outros. A escolha do critério depende do assunto que se pretende estudar ou observar. Analise, a seguir, dois exemplos de regionalização do território brasileiro.

Brasil: macrorregiões



Fonte: GIRARDI, Gisele; ROSA, Jussara Vaz. **Atlas geográfico do estudante**. São Paulo: FTD, 2016. p. 47.

Fonte: Paula; Pinesso; Rama (2022b, p. 16)

Figura 25: Trecho do livro didático sobre as regiões geoeconômicas - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022)



Fonte: Paula; Pinesso; Rama (2022b, p. 17)

Apenas no tópico de atividades desta unidade é que os autores citam a regionalização de Milton Santos e Maria Laura Silveira, abordando de maneira bem breve e sucinta, sem dar a devida valorização daquele que é um dos maiores geógrafos da história do Brasil, Milton Santos.

Figura 26: Trecho do livro didático do tópico de atividades da 1° unidade - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022)



6 Existem outras propostas de regionalização do território brasileiro. Analise o mapa e leia o texto a seguir. Depois, responda às questões.

Os quatro brasis

Fonte: SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 4. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2002. p. 308.

Os quatro brasis

A regionalização em quatro brasis foi elaborada pelos geógrafos Milton Santos e María Laura Silveira. Essa proposta mantém os limites entre os estados e leva em consideração as características da história de ocupação do território, aspectos da economia e, principalmente, características presentes em cada região relacionados à ciência, à tecnologia e aos serviços, como as redes de telecomunicações, de energia e de transporte, equipamentos de informática, acesso à internet, bancos, bolsas de valores, centros de pesquisa, universidades, agências de propaganda e *marketing*, nível de mecanização na agropecuária, entre outros.

a) Que regiões constituem "Os quatro brasis"? Que características do espaço geográfico brasileiro foram utilizadas para defini-las?

b) Quais macrorregiões criadas pelo IBGE formam a Região Concentrada? No seu entendimento, por que essa região recebeu esse nome?

Fonte: Paula; Pinesso; Rama (2022b, p. 37)

Ademais, os autores trazem as regionalizações da América em Norte, Central e Sul; Anglo-Saxônica e Latina; e por países. Nesse sentido, enfatizando que são maneiras de regionalizar o continente.

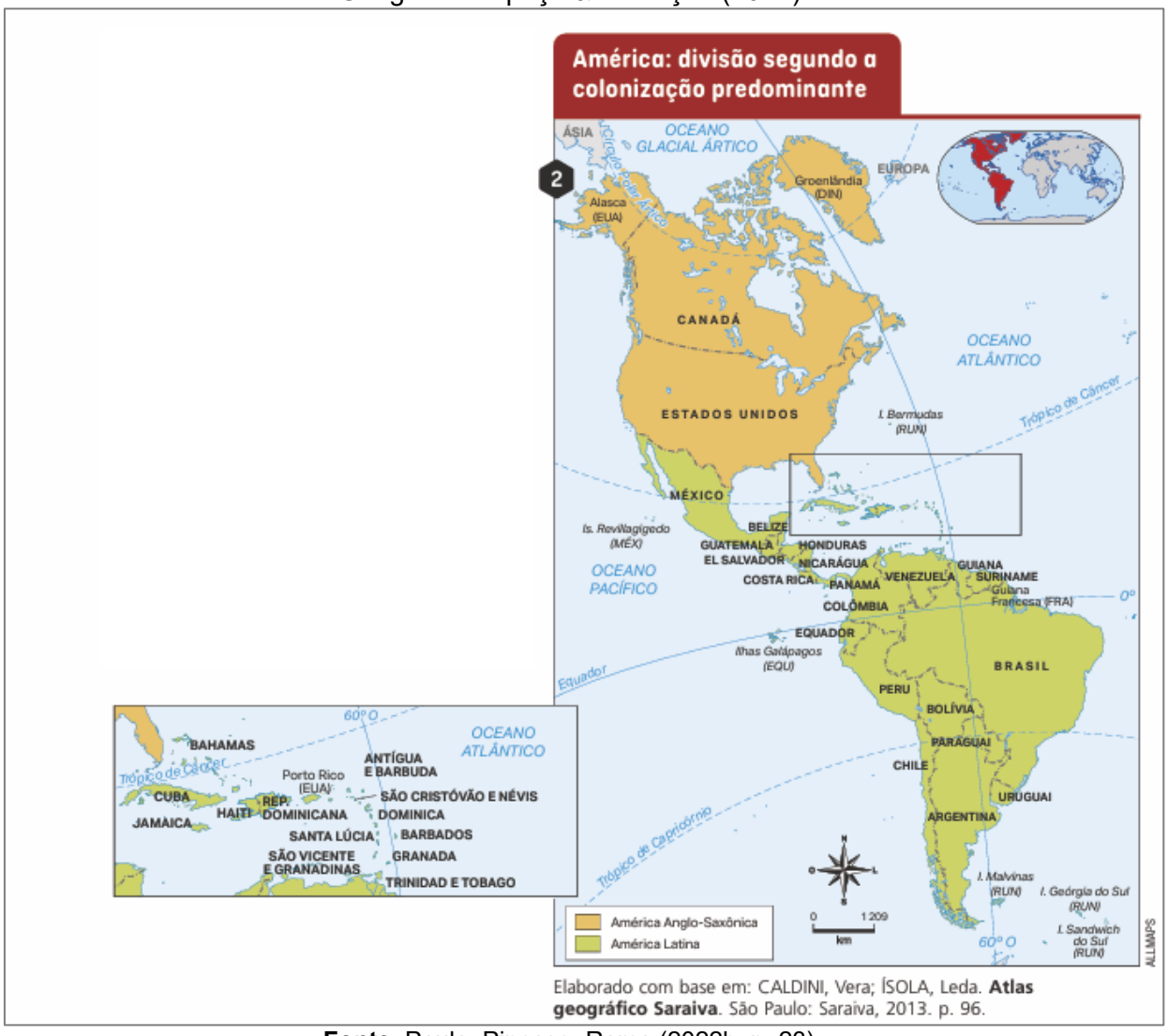
Mapa 106: Regionalização da América com base em critérios geográficos - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022)



Fonte: GIRARDI, Gisele; ROSA, Jussara Vaz. **Atlas geográfico do estudante**. São Paulo: FTD, 2016. p. 124.

Fonte: Paula; Pinesso; Rama (2022b, p. 22)

Mapa 107: Regionalização da América com base em critérios culturais e históricos - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022)



Fonte: Paula; Pinesso; Rama (2022b, p. 23)

Os dois mapas acima representam as regionalizações do continente americano, o primeiro com base em critérios geográficos, possibilitando a distinção entre América do Norte, Central e Sul. Por outro lado, a segunda regionalização distinguindo a partir de critérios culturais e históricos, originando a América Anglo-Saxônica e a América Latina.

Mapa 108: Divisão política da América do Sul - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022)



Fonte: Paula; Pinesso; Rama (2022b, p. 24)

Nas unidades 2, 3 e 4 os autores não trouxeram um grande número de regionalizações, mas algumas interessantes, como o Brasil indígena antes da colonização portuguesa, as terras indígenas regularizadas e mapas referentes a diversidade de pessoas no território brasileiro.

Mapa 109: Brasil indígena antes da chegada dos portugueses - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022)



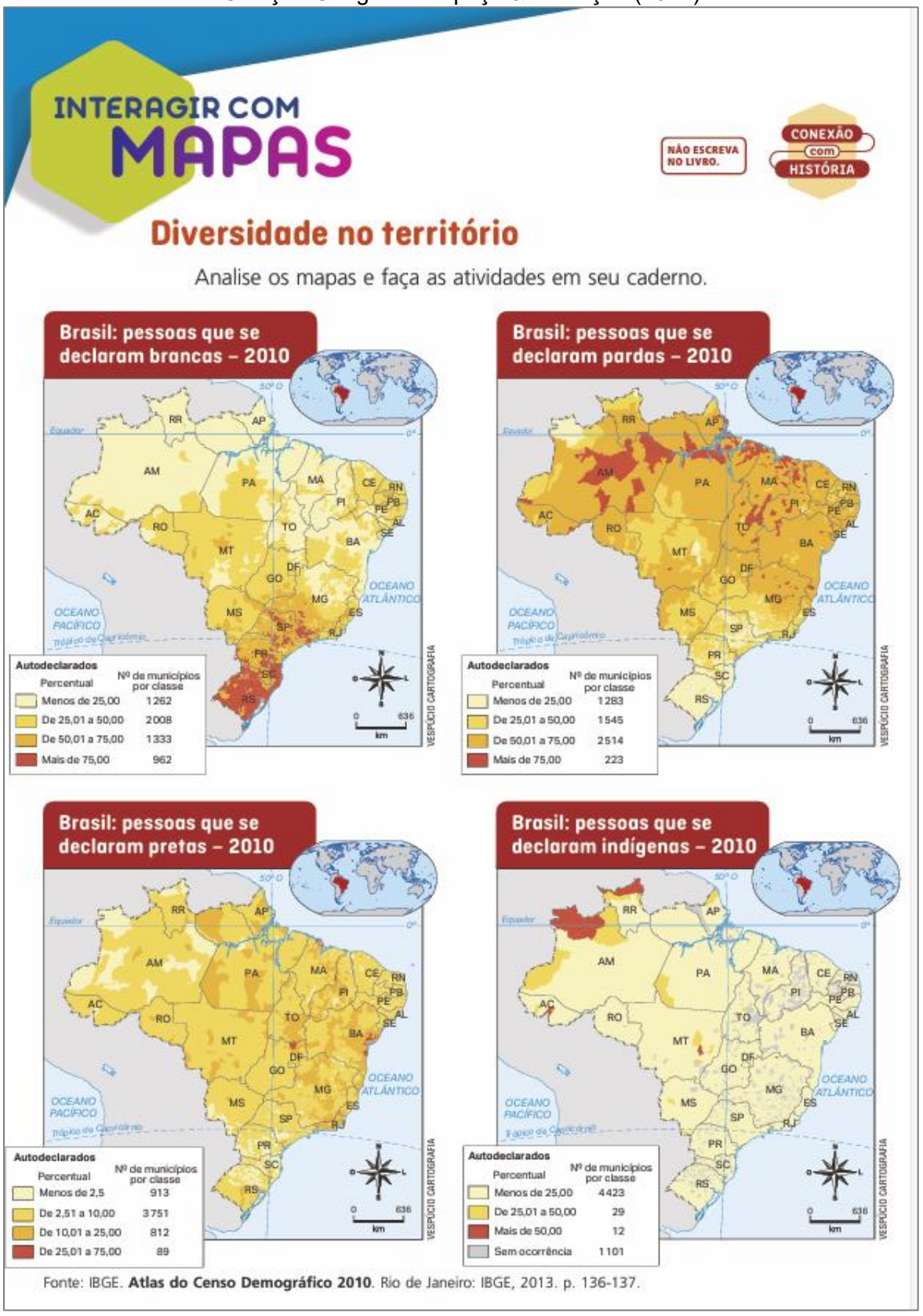
Fonte: Paula; Pinesso; Rama (2022b, p. 42)

Mapa 110: Terras Indígenas regularizadas - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022)



Fonte: Paula; Pinesso; Rama (2022b, p. 86)

Figura 27: Trecho do livro didático sobre a diversidade de pessoas no território brasileiro - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022)



Fonte: Paula; Pinesso; Rama (2022b, p. 106)

Os autores dessa coleção didática preferiram não trabalhar abordando cada região brasileira individualmente em uma única unidade, dando preferência a fazer análises do território de modo mais amplo pelo livro, e deixando a última unidade para abordar, de maneira mais sucinta, as especificidades de cada região.

Na 5°, 6° e 7° unidade, quando abordam a características e dinâmicas da natureza do país, o campo e o urbano brasileiro, trazem um maior número de regionalizações do Brasil, a exemplo das altitudes, formas de relevo, vegetação nativa e tipos de clima e correntes marítimas e mapas relacionados à pecuária. Além disso, também foram utilizadas algumas páginas para apresentar as regiões de influência, e das Regiões Metropolitanas.

Mapa 111: Altitudes do Brasil - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022)



Fonte: Paula; Pinesso; Rama (2022b, p. 135)

Figura 28: Trecho do livro didático sobre a distribuição das formas do relevo terrestre brasileiro - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022)



Fonte: Paula; Pinesso; Rama (2022b, p. 138)

O mapa acima apresenta a distribuição das formas de relevo ao longo do território brasileiro. Nele, podemos perceber que há uma predominância dos planaltos e depressões, enquanto as planícies cobrem uma parte menor do país, ocorrendo principalmente próximas aos rios e a faixa litorânea (Paula; Pinesso; Rama, 2022b).

Mapa 112: Vegetação nativa brasileira - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022)



Fonte: Paula; Pinesso; Rama (2022b, p. 144)

Mapa 113: Distribuição da quantidade de gabo bovino no país em 2020 - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022)



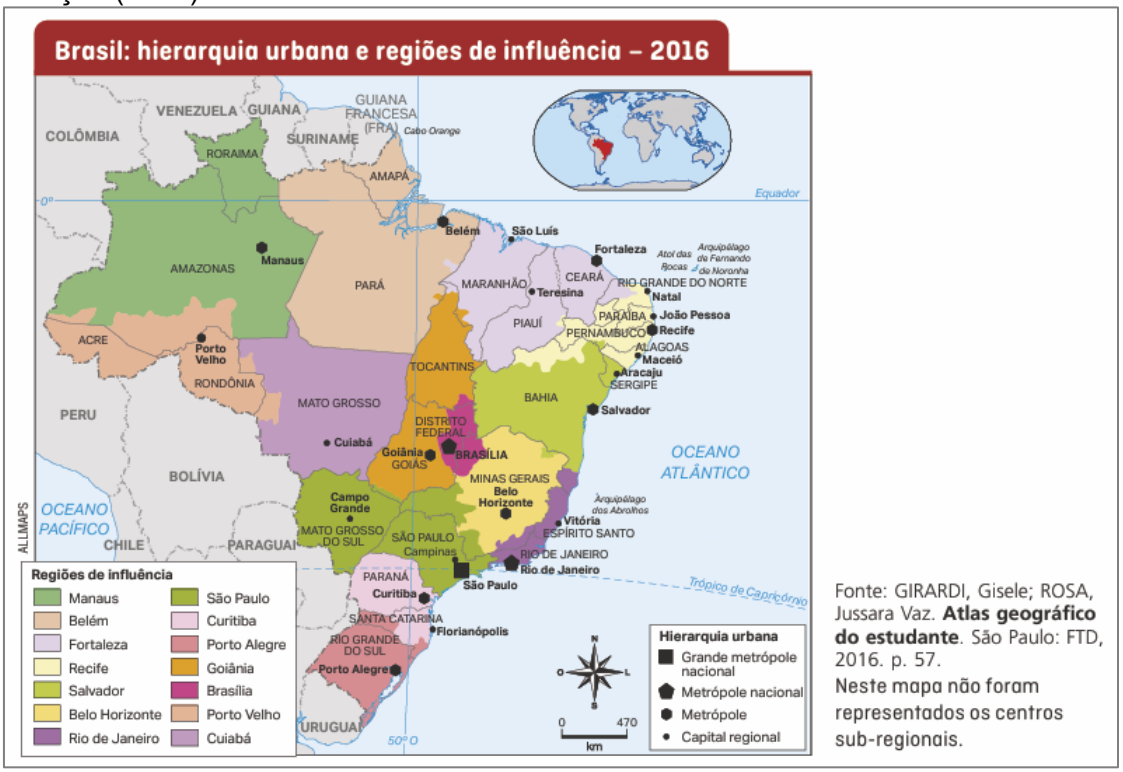
Fonte: Paula; Pinesso; Rama (2022b, p. 175)

Mapa 114: Tipos de clima e correntes marítimas do Brasil - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022)



Fonte: Paula; Pinesso; Rama (2022b, p. 150)

Mapa 115: Hierarquia urbana brasileira e regiões de influência - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022)



Fonte: Paula; Pinesso; Rama (2022b, p. 200)

O mapa cima representa as regiões de influência das cidades e a hierarquia urbana brasileira, com as cores destacando a extensão de cada uma das regiões de influência das metrópoles do país. Por uma questão de escala, os autores optaram por não representar as capitais sub-regionais (Paula; Pinesso; Rama, 2022b).

Figura 29: Conurbação existente entre os municípios de São Paulo (SP) e São Caetano do Sul (SP), em 2022 - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022)

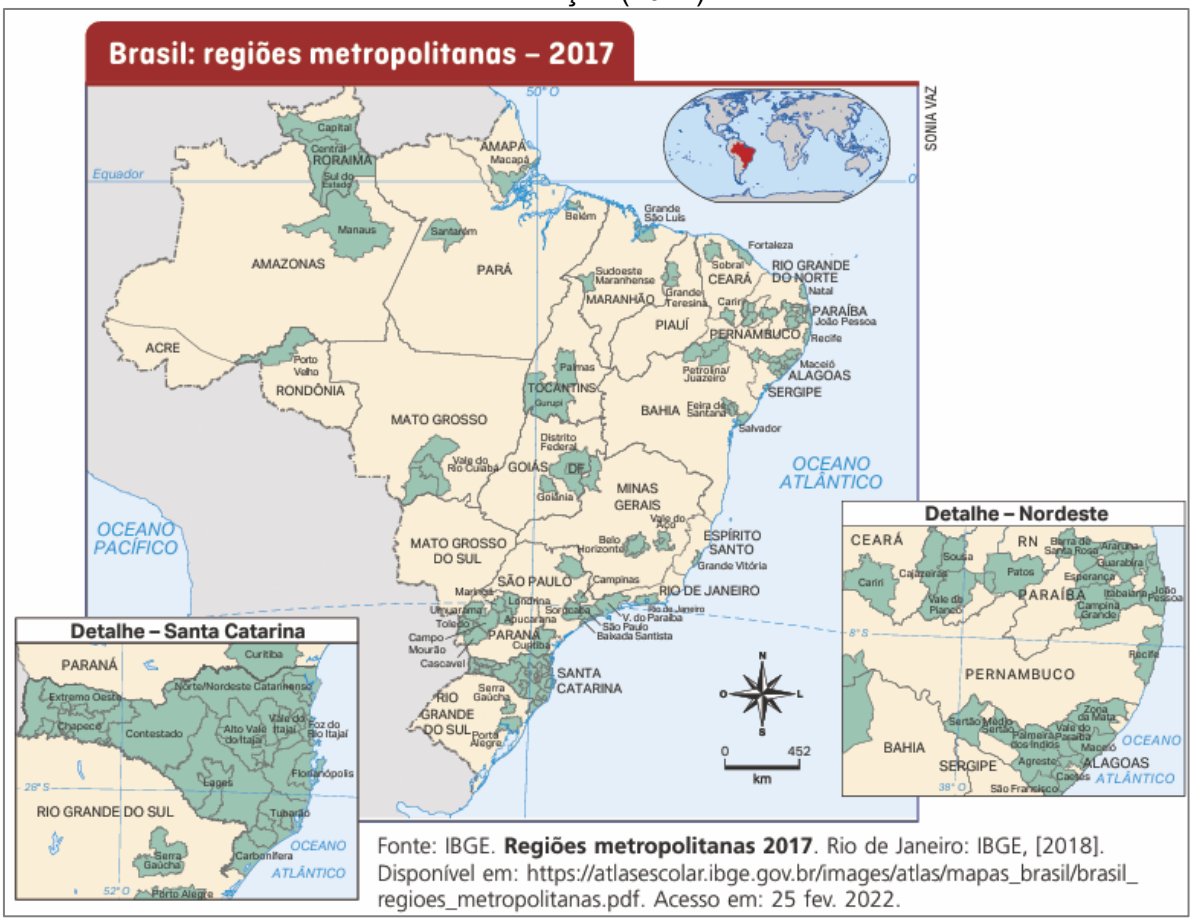


Fonte: Paula; Pinesso; Rama (2022b, p. 202)

A conurbação está relacionada à rápida urbanização brasileira, onde milhares de pessoas saíram do campo em direção às cidades em busca de emprego e uma melhor qualidade de vida. Assim, acontecendo um intenso crescimento das cidades e as áreas periféricas se expandindo, nesse sentido as áreas urbanas de municípios vizinhos se juntando, e suas relações se intensificando, dando origem a esse processo (Paula; Pinesso; Rama, 2022).

Junto à conurbação, há uma necessidade de criação de políticas e leis para haver uma maior integração entre os municípios, e nesse contexto foram criadas as regiões metropolitanas. Elas são formadas a partir de municípios vizinhos ou próximos uns dos outros, ligadas à cidade principal, denominada metrópole (Paula; Pinesso; Rama, 2022).

Mapa 116: Regiões metropolitanas brasileiras em 2017 - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022)



Fonte: IBGE. **Regiões metropolitanas 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, [2018]. Disponível em: https://atlasescolar.ibge.gov.br/images/atlas/mapas_brasil/brasil_regioes_metropolitanas.pdf. Acesso em: 25 fev. 2022.

Fonte: Paula; Pinesso; Rama (2022b, p. 203)

No mapa acima há a distribuição das regiões metropolitanas pelo território brasileiro. Cabe destacar que elas foram criadas a partir da necessidade da facilitação da administração pública e do planejamento nessas áreas, visando ações conjuntas entre municípios para promover, dentre outras coisas, a integração do transporte coletivo, coleta de esgoto e abastecimento de água.

Por fim, na 8° e última unidade, os autores escolheram por a dividir em 5 tópicos e em cada um especificar sobre as cinco regiões brasileiras, sem se prolongar muito, dispondo apenas entre 4 a 6 páginas para cada região.

Figura 30: Trecho do livro didático sobre a região Norte - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022)



Fonte: Paula; Pinesso; Rama (2022b, p. 224)

Figura 31: Trecho do livro didático sobre a região Nordeste - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022)



Fonte: Paula; Pinesso; Rama (2022b, p. 228)

Figura 32: Trecho do livro didático sobre a região Sudeste - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022)



Fonte: Paula; Pinesso; Rama (2022b, p. 234)

Figura 33: Trecho do livro didático sobre a região Centro-Oeste - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022)



Fonte: Paula; Pinesso; Rama (2022b, p. 238)

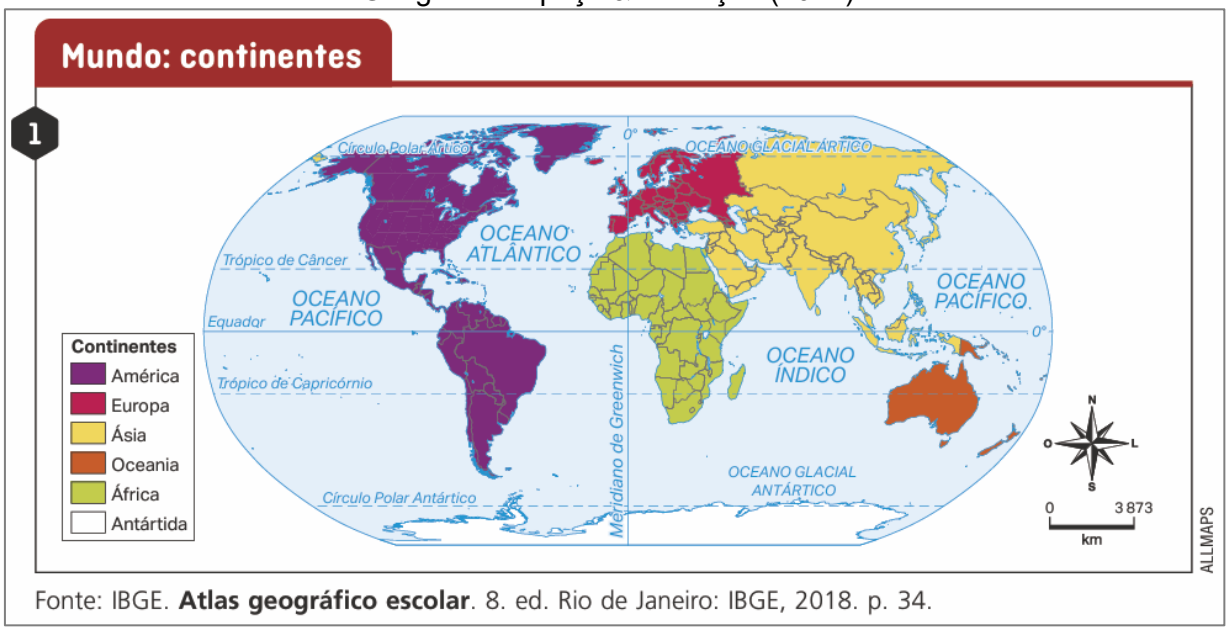
Figura 34: Trecho do livro didático sobre a região Sul - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022)



Fonte: Paula; Pinesso; Rama (2022b, p. 324)

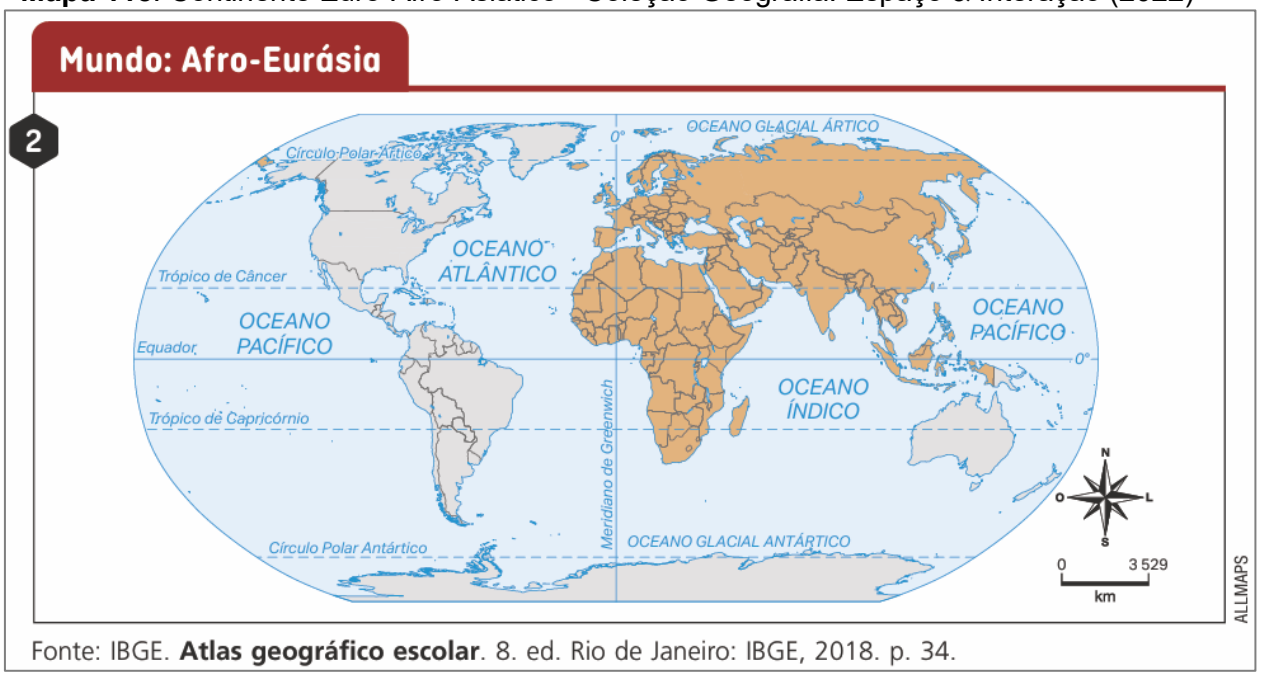
Dando prosseguimento, em uma análise voltada ao livro didático do 8° ano, os autores já iniciam expondo uma divisão do mundo em continentes, e regionalizando também três continentes em um só, a Afro-Eurásia, argumentando se tratar de uma única massa de terras emersas.

Mapa 117: Regionalização do planeta de acordo com os seis continentes - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022)



Fonte: Paula; Pinesso; Rama (2022c, p. 14)

Mapa 118: Continente Euro-Afro-Asiático - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022)



Fonte: Paula; Pinesso; Rama (2022c, p. 14)

Os dois mapas acima representam regionalizações do planeta Terra. O primeiro, destacando os seis continentes existentes, considerando critérios de ocupação do território, características históricas e culturais. O segundo, considerando apenas a definição de continente como grandes porções de terras não cobertas por água, regionaliza a África, Ásia e Europa como um único grande continente, pois eles constituem uma única massa de terras emersas, dando origem

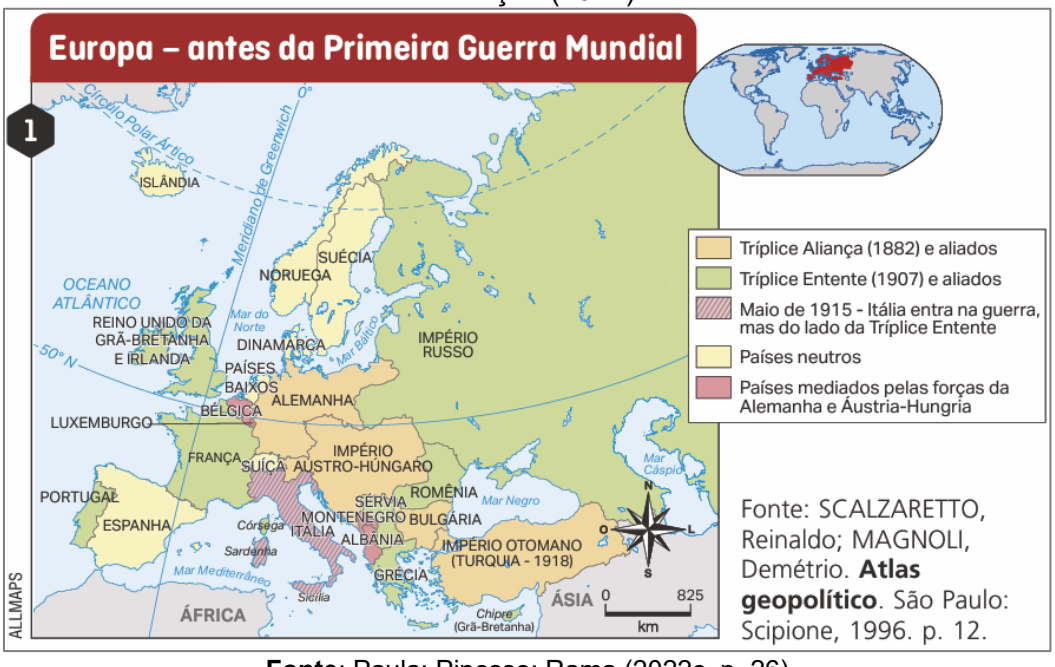
ao continente Euro-Afro-Asiático, ou Afro-Eurásia (Paula; Pinesso; Rama, 2022c).

Por conseguinte, logo nas primeiras páginas também se verifica um tópico destinado a falar sobre região e regionalização, dispondo de apenas duas únicas páginas, e evidenciando novamente que região é definido por suas características semelhantes e que existem critérios físico-naturais ou humanos para regionalizar áreas no espaço geográfico, como podemos ver abaixo:

> "**Região** é o conjunto de áreas que apresentam características semelhantes, que as distinguem e identificam em relação a outras áreas. Quando organizamos uma porção do espaço em regiões, temos uma **regionalização**. Há dois tipos de critério para delimitar regiões no espaço geográfico: **físico-naturais** (distribuição de terras emersas, tipos de clima, tipos de vegetação etc.) ou **humanos** (renda da população, idiomas falados, religiões etc.). A escolha do critério depende do assunto que se pretende estudar ou observar. O estudo por regiões pode ajudar a compreender como um fenômeno se distribui no espaço ou a identificar características comuns de determinada área. É muito utilizado por órgãos governamentais, institutos de pesquisa, universidades etc., com o objetivo de orientar o planejamento de políticas e divulgar dados e informações." (Paula; Pinesso; Rama, 2022c, p.22, grifo do autor).

No tópico seguinte, sobre regionalizações do espaço mundial, os autores trazem uma boa quantidade de diferentes tipos de mapas e temáticas, como: Europa antes e depois da Primeira Guerra Mundial; Europa pós Segunda Guerra Mundial; Bipolarização do Mundo durante a Guerra Fria, destacando os principais polos capitalistas e socialistas, bem como as áreas periféricas dos dois sistemas; Mundo multipolar, no período pós Guerra Fria.

Mapa 119: Europa antes da Primeira Guerra Mundial - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022)



Fonte: Paula; Pinesso; Rama (2022c, p. 26)

Mapa 120: Europa pós Primeira Guerra Mundial - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022)



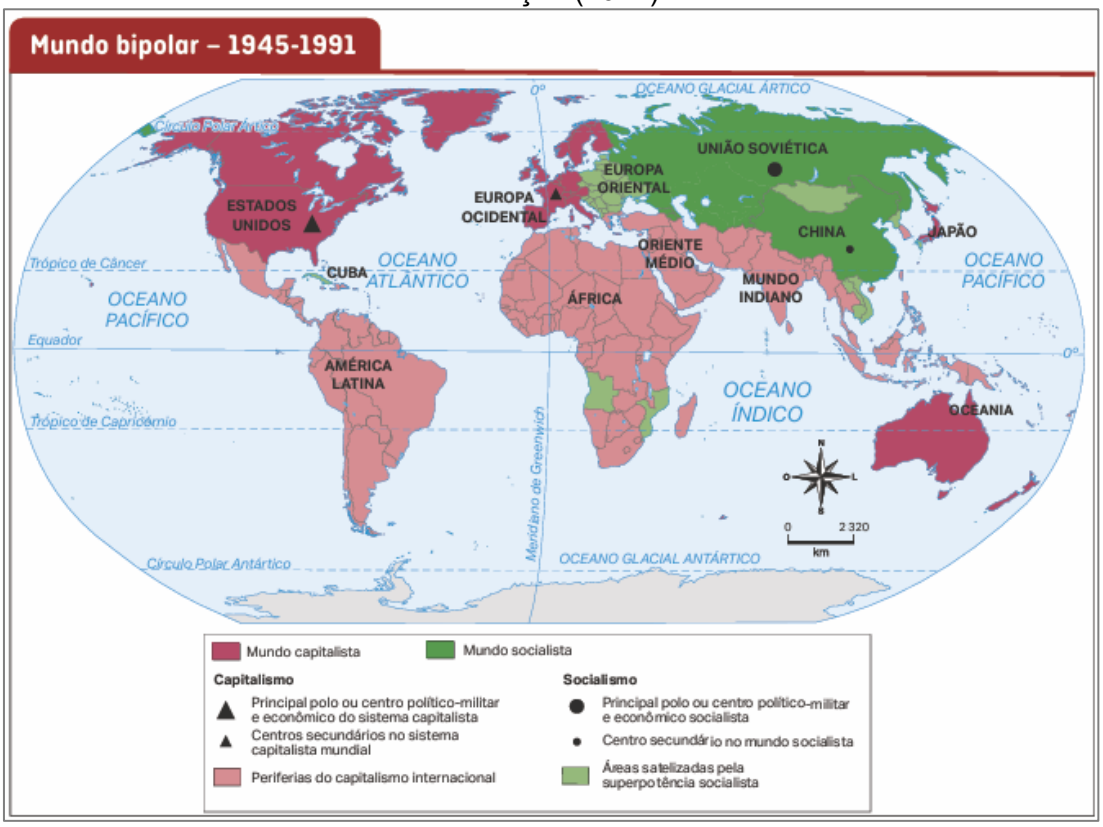
Fonte: Paula; Pinesso; Rama (2022c, p. 26)

Mapa 121: Europa pós 2° Guerra Mundial - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022)



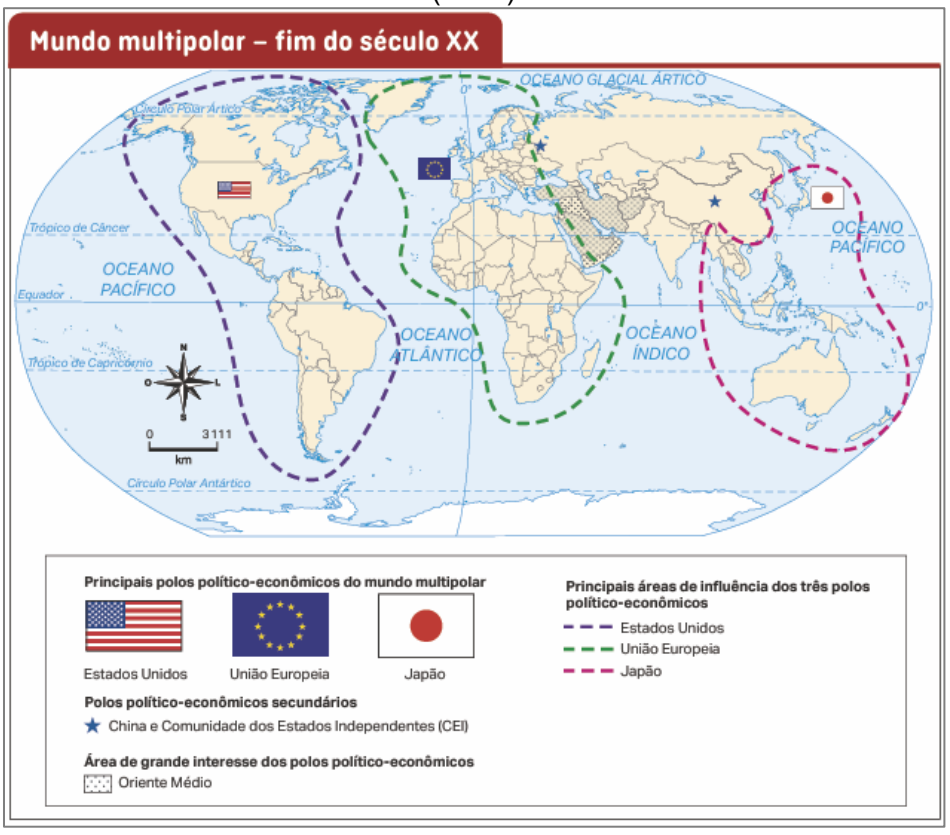
Fonte: Paula; Pinesso; Rama (2022c, p. 27)

Mapa 122: Bipolarização mundial durante a Guerra Fria - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022)



Fonte: Paula; Pinesso; Rama (2022c, p. 29)

Mapa 123: Mundo multipolar, após a Guerra Fria - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022)



Fonte: Paula; Pinesso; Rama (2022c, p. 33)

Ratifica-se a diversidade dos mapas apresentados como ponto positivo, bem como sua qualidade, sendo bem produzidos e didáticos para os alunos analisarem.

Dando continuidade, nos tópicos 3, 4, 5 e 6 os autores destinam para o continente americano, trazendo uma gama de regionalizações e fazendo análises acerca de cada uma, a exemplo a de acordo com critérios: físicos (Norte, Central e Sul); histórico-culturais (Latina e Anglo-Saxônica); ocupação e colonização europeia; povos originários; organismos de integração; aspectos naturais como as altitudes.

No geral, a América é bem regionalizada e analisada a partir de diversos pontos de vista.

Mapa 124: América do Norte, Central e Sul - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022)



Fonte: Paula; Pinesso; Rama (2022c, p. 76)

Mapa 125: América Latina e Anglo-Saxônica - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022)



Fonte: Paula; Pinesso; Rama (2022c, p. 77)

Mapa 126: Ocupação e colonização europeia - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022)



Fonte: Paula; Pinesso; Rama (2022c, p. 78)

Mapa 127: Povos originários da América - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022)



Fonte: GIRARDI, Gisele; ROSA, Jussara Vaz. **Atlas geográfico do estudante**. São Paulo: FTD, 2016. p. 28.

Fonte: Paula; Pinesso; Rama (2022c, p. 82)

O mapa acima representa os principais povos que habitavam a América antes da chegada de Colombo no continente. Estima-se que cerca de 50 milhões de pessoas viviam antes do início do processo colonizatório, diferentes povos que apresentavam grande diversidade étnica, social, política e religiosa.

Mapa 128: Organismos de integração da América - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022)



Fonte: Paula; Pinesso; Rama (2022c, p. 90)

Mapa 129: Altitudes do continente americano - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022)



Fonte: Paula; Pinesso; Rama (2022c, p. 92)

Além disso, o livro dispõe de boas análises sobre a regionalização da América Latina, dispondo de uma unidade inteira para analisar cada uma de suas regiões.

Mapa 130: Regionalização da América Latina - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022)



Elaborado com base em: SIMIELLI, Maria Elena. **Geoatlas**. São Paulo: Ática, 2019. p. 53-55.

Fonte: Paula; Pinesso; Rama (2022c, p. 142)

Mesmo havendo aspectos históricos e semelhanças políticas, culturais, socioeconômicas em comum, a América Latina é bastante diversa, podendo ser regionalizada de acordo com critérios físicos, econômicos, sociais, históricos, ou a combinação deles.

Figura 35: Página do livro sobre uma das regiões da América Latina, as Guianas - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022)



4 GUIANAS

As Guianas apresentam composição étnico-cultural complexa. Escravizados africanos e imigrantes chineses, indonésios e indianos juntaram-se a povos indígenas, ingleses, holandeses e franceses, contribuindo para a formação de sociedades com ampla variedade étnica, linguística e religiosa.

A **Guiana Francesa** é um **departamento ultramar** da França, com cerca de 90% de seu território coberto por florestas. A economia baseia-se na extração de madeira, especialmente pau-rosa, usado na produção de perfumes, e na atividade pesqueira. As principais relações comerciais ocorrem quase exclusivamente com a França.

JODY AMIET/AFP

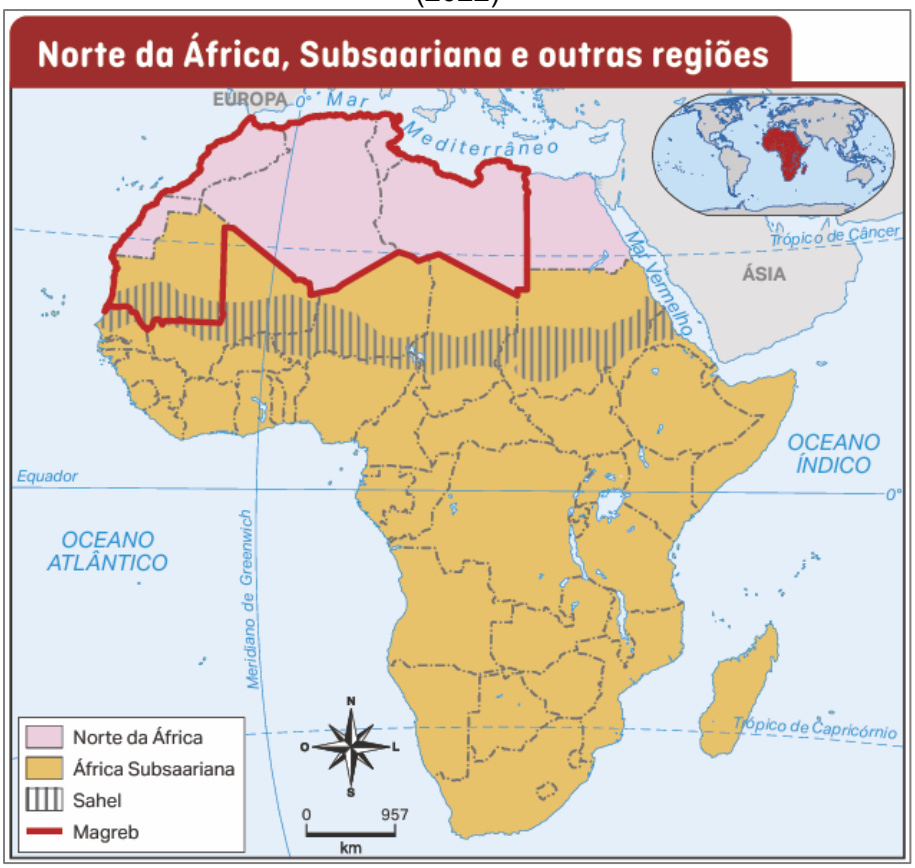
Centro Espacial de Kourou, base de lançamento de foguetes e satélites de comunicação europeus, Guiana Francesa, 2021.

O **Suriname**, antiga Guiana holandesa, conquistou sua independência em 1955. Atualmente, o ouro é o principal metal extraído no país, e a agricultura apoia-se no cultivo de arroz, café e cana-de-açúcar.

Fonte: Paula; Pinesso; Rama (2022c, p. 188)

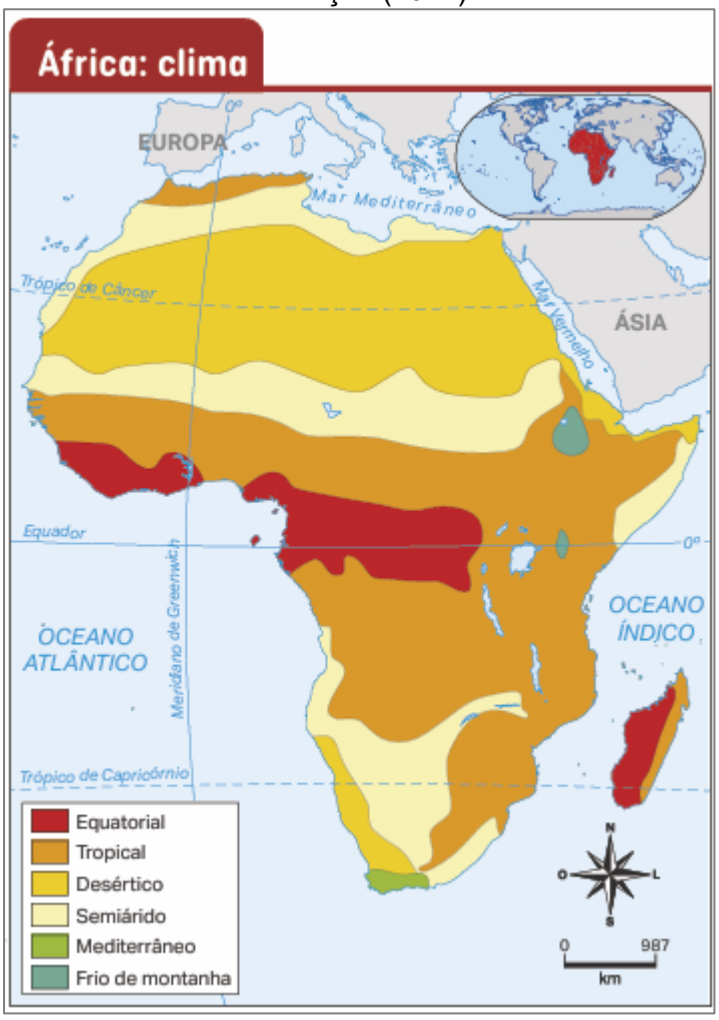
As duas últimas unidades do livro são voltadas para o estudo da África, também havendo diferentes tipos de regionalizações, segundo diferentes critérios, a exemplo de: I) características étnico, histórico e culturais; II) aspectos naturais; III) partilha colonial; IV) características socioeconômicas; V) organizações econômicas. Os autores trouxeram muitas regionalizações, atrelado a diferentes conceitos e análises, com mapas bem produzidos.

Mapa 131: Regionalização africana de acordo com critérios étnicos, históricos e culturais (África do Norte, Subsaariana, Sahel e Magreb) - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022)



Fonte: Paula; Pinesso; Rama (2022c, p. 206)

Mapa 132: Diversidade de climas do continente africano - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022)



Fonte: Paula; Pinesso; Rama (2022c, p. 210)

Mapa 133: Partilha colonial africana - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022)



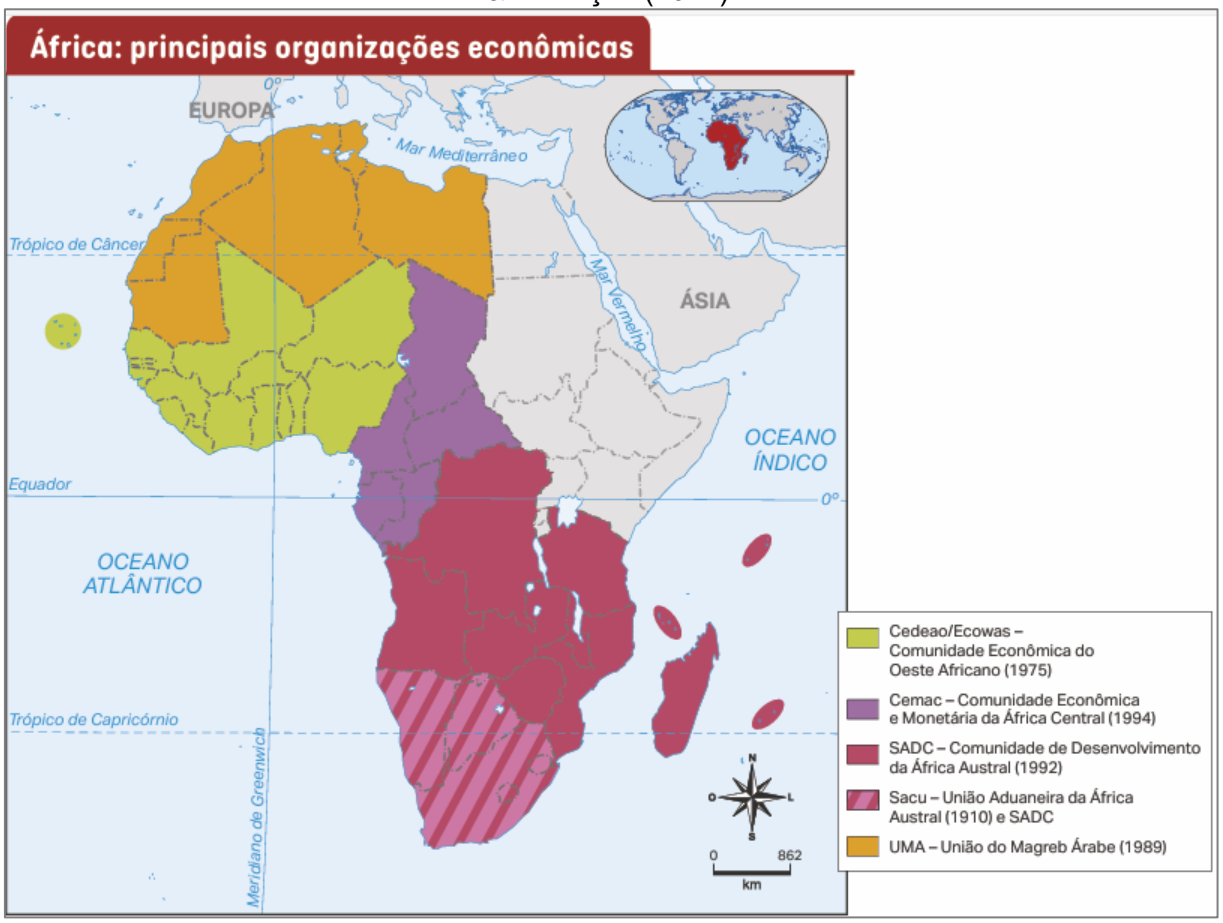
Fonte: Paula; Pinesso; Rama (2022c, p. 219)

Mapa 134: Regionalização africana de uma sub-região com graves problemas socioeconômicos - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022)



Fonte: Paula; Pinesso; Rama (2022c, p. 227)

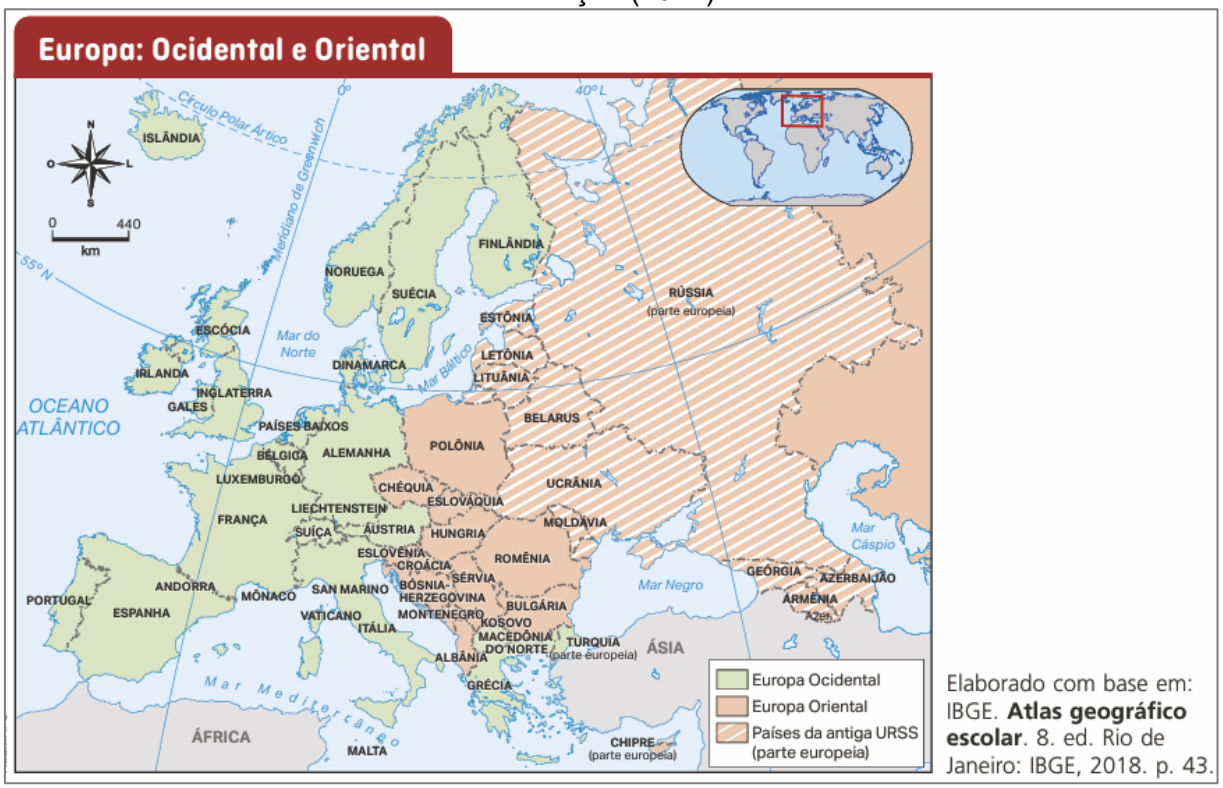
Mapa 135: Principais organizações socioeconômicas da África - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022)



Fonte: Paula; Pinesso; Rama (2022c, p. 260)

Por fim, no último livro da coleção didática do Ensino Fundamental Anos Finais, voltado ao 9° ano, a abordagem regional evidenciada pelos autores vem na 3° unidade, com regionalizações do continente europeu, destacando que ele é comumente dividido com base em critérios geopolíticos e geográficos.

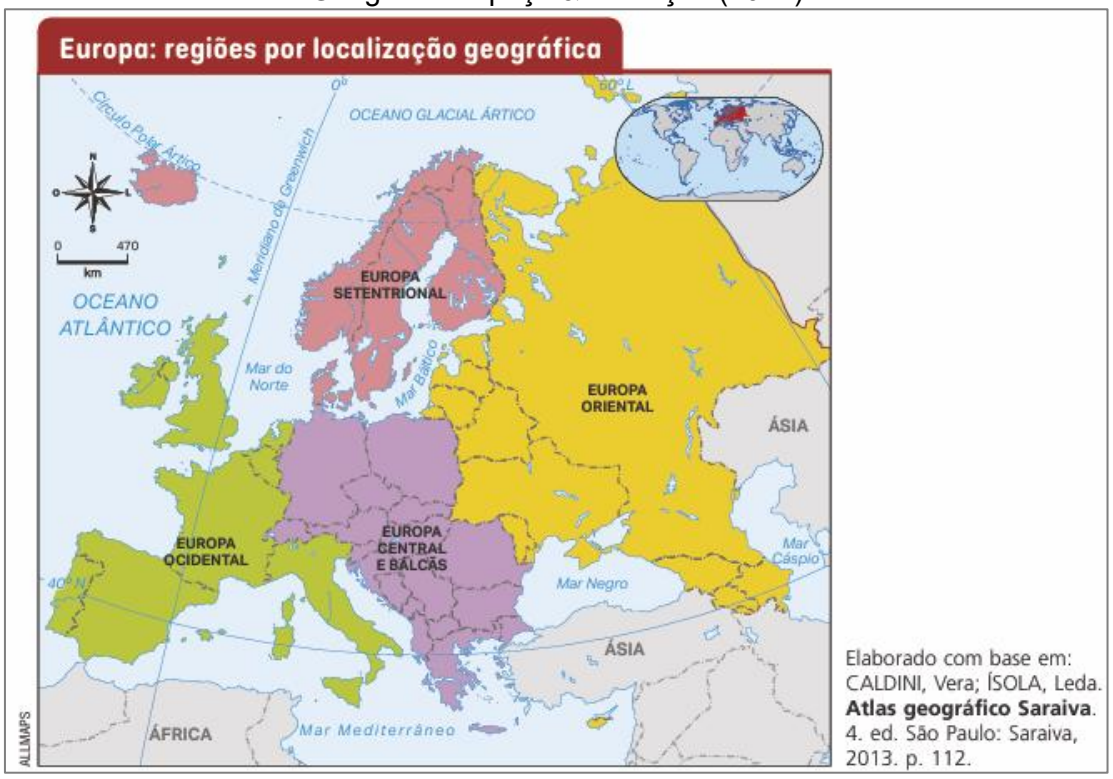
Mapa 136: Regionalização europeia em Ocidente e Oriente - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022)



Fonte: Paula; Pinesso; Rama (2022d, p. 90)

Uma das maneiras de regionalizar o continente europeu é de acordo com critérios ideológicos e geopolíticos, relacionados à época da Guerra Fria, onde haviam duas regiões de influência no continente. Europa Ocidental alinhada aos interesses dos Estados Unidos, enquanto a Europa Oriental, em sua maior parte, estava alinhada aos interesses da União Soviética (Paula; Pinesso; Rama, 2022d).

Mapa 137: Regionalização da Europa de acordo com critérios geográficos - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022)



Fonte: Paula; Pinesso; Rama (2022d, p. 91)

Além dos critérios ideológicos e geopolíticos, a Europa também pode ser regionalizada de acordo com critérios geográficos, identificando quatro regiões, com base a distribuição dos países no continente, como pode-se ver no mapa acima (Paula; Pinesso; Rama, 2022d).

Além dessas divisões, os autores também trazem regionalizações do continente europeu a exemplo da União Europeia; Comunidade dos Estados Independentes (CEI) e critérios naturais da Europa.

Mapa 138: União Europeia - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022)



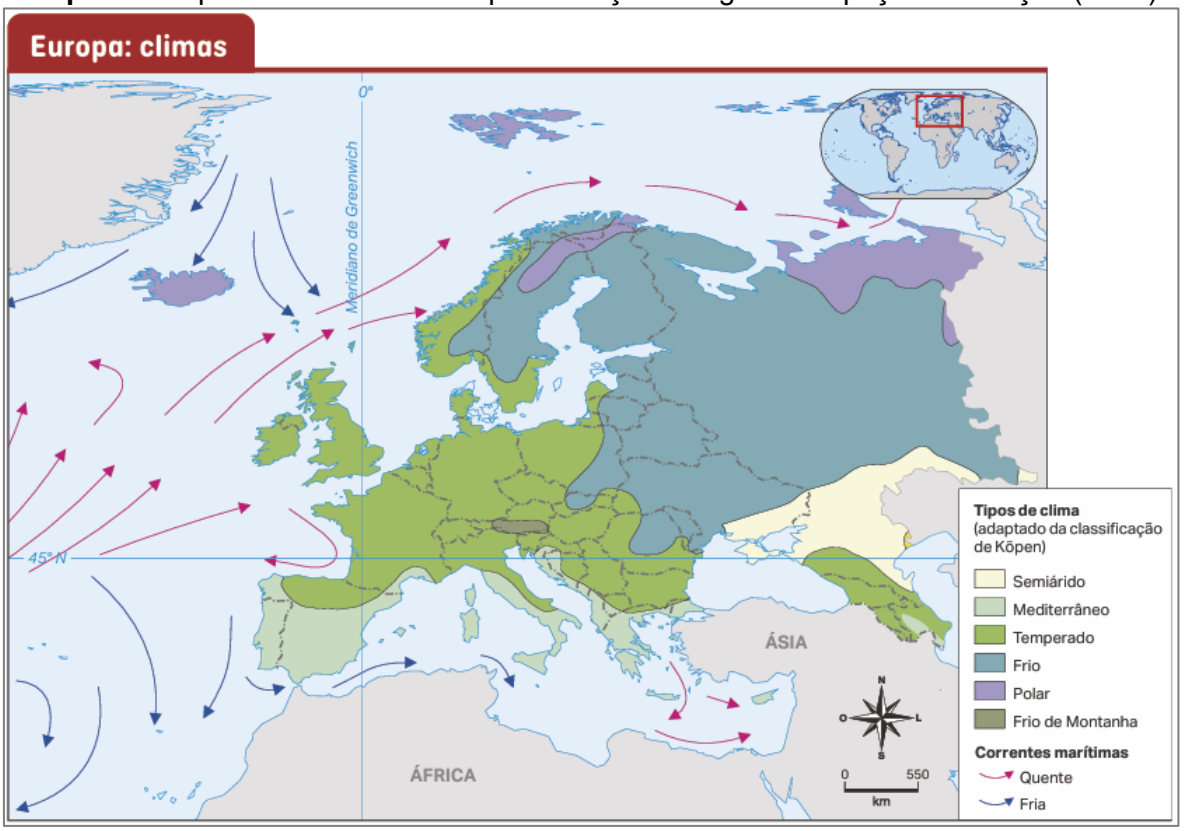
Fonte: Paula; Pinesso; Rama (2022d, p. 94)

Mapa 139: Comunidade dos Estados Independentes (CEI) - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022)



Fonte: Paula; Pinesso; Rama (2022d, p. 100)

Mapa 140: Tipos de climas da Europa - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022)



Fonte: Paula; Pinesso; Rama (2022d, p. 108)

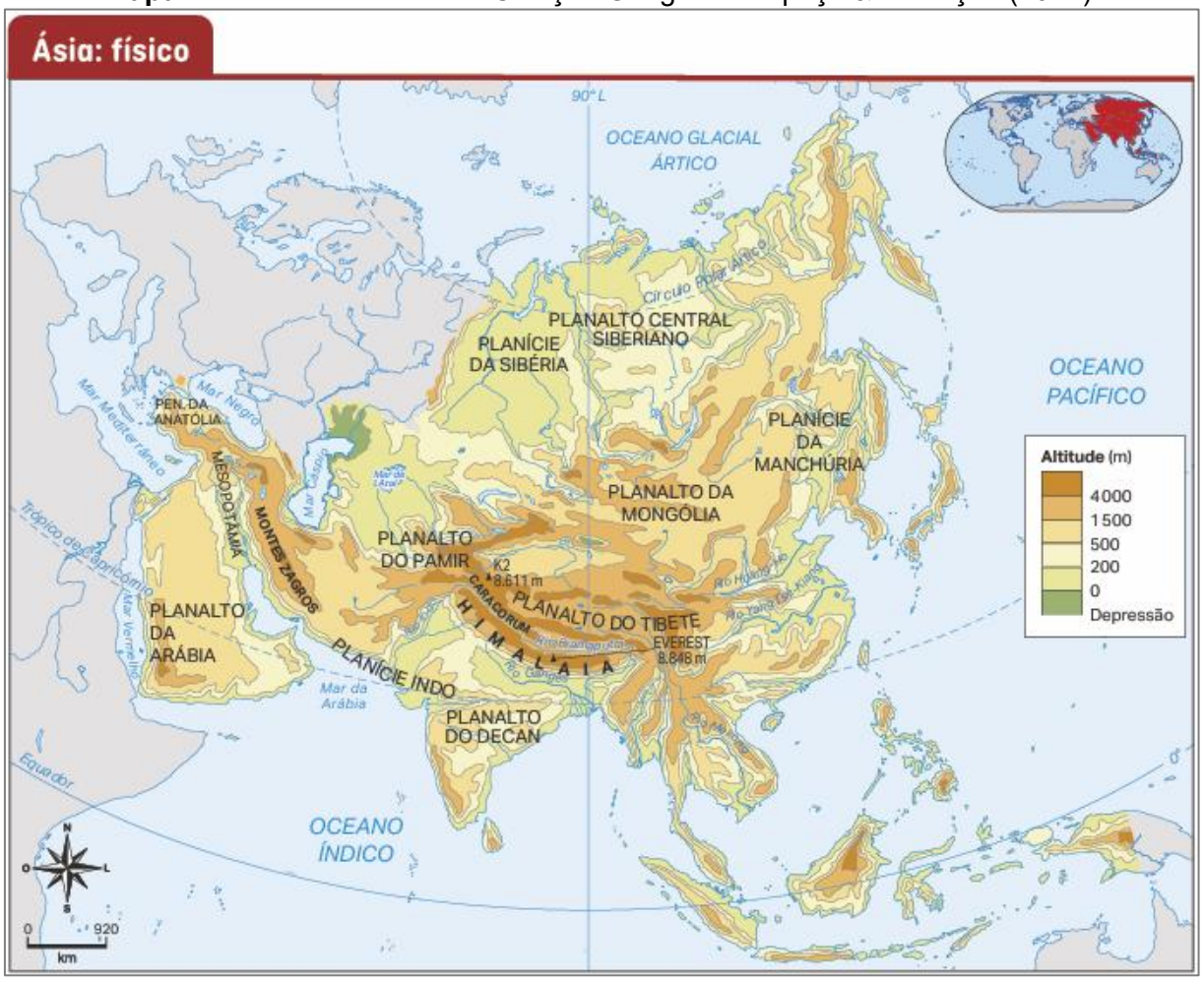
Nas unidades 5, 6 e 7, voltadas para o estudo do continente asiático, há diversas regionalizações do continente, desde o início da 5° unidade, onde introduz a Ásia. Também, os autores separam uma única unidade para tratar do Oriente Médio, Ásia Setentrional e Ásia Central e uma única unidade para abordar o extremo oriente, Ásia Meridional e Sudeste asiático. Um ponto interessante a se destacar é que ao abordar o Oriente Médio, os autores evidenciam que a expressão faz parte da perspectiva eurocêntrica de mundo.

Mapa 141: Divisão regional do continente asiático - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022)



Fonte: Paula; Pinesso; Rama (2022d, p. 162)

Mapa 142: Altitudes da Ásia - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022)



Fonte: Paula; Pinesso; Rama (2022d, p. 163)

Mapa 143: Organismos de integração da Ásia - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022)



Fonte: Paula; Pinesso; Rama (2022d, p. 180)

Mapa 144: Região do continente asiático comumente chamada de Oriente Médio - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022)



Fonte: Paula; Pinesso; Rama (2022d, p. 190)

A região do Oriente Médio está localizada na parte sudoeste da Ásia, e é constituída por 16 países. Cabe ratificar que a denominação “Oriente Médio” é eurocêntrica, ou seja, parte da ideia que a Europa é o centro do mundo, pois foi assim chamada devido ser considerada um ponto médio entre a Europa Ocidental e o Extremo Oriente (Paula; Pinesso; Rama, 2022d).

Mapa 145: Ásia Setentrional - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022)



Fonte: Paula; Pinesso; Rama (2022d, p. 206)

Mapa 146: Ásia Central - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022)



Fonte: Paula; Pinesso; Rama (2022d, p. 212)

Mapa 147: Extremo oriente asiático - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022)



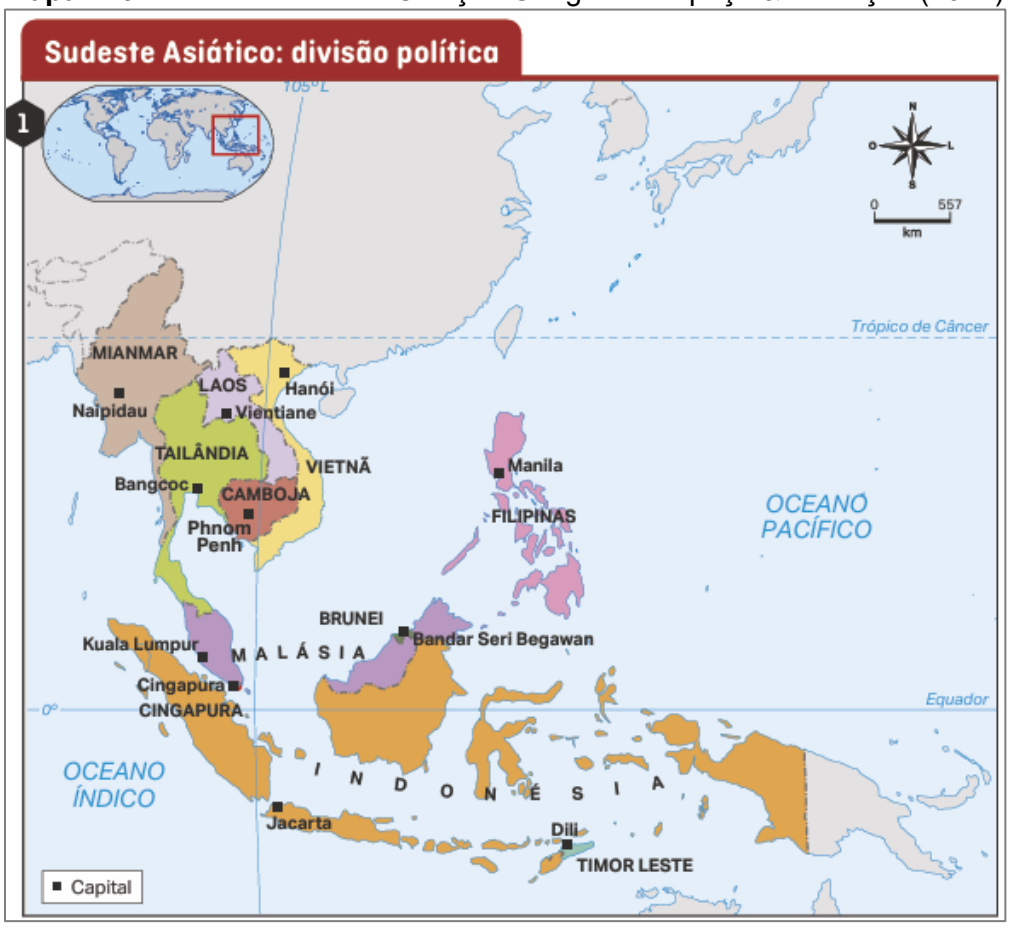
Fonte: Paula; Pinesso; Rama (2022d, p. 224)

Mapa 148: Ásia Meridional - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022)



Fonte: Paula; Pinesso; Rama (2022d, p. 240)

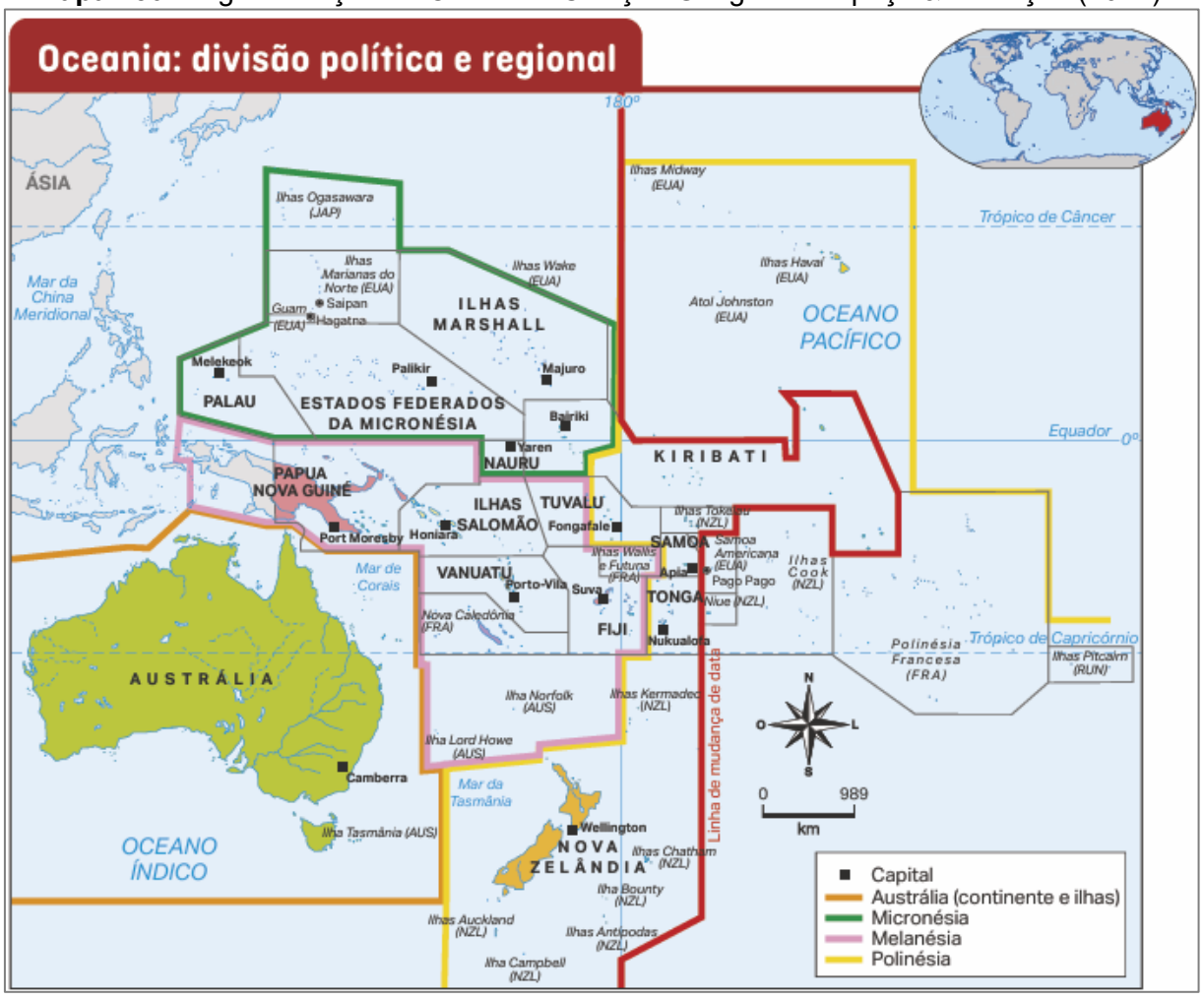
Mapa 149: Sudeste asiático - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022)



Fonte: Paula; Pinesso; Rama (2022d, p. 250)

Por fim, na última unidade, voltada para o estudo da Oceania, os autores também introduzem o continente expondo uma regionalização dele, além de uma breve explicação sobre essa sua divisão.

Mapa 150: Regionalização da Oceania - Coleção Geografia: Espaço & Interação (2022)



Fonte: Paula; Pinesso; Rama (2022d, p. 260)

Apesar de ser o menor continente do planeta e tendo uma área territorial equivalente ao Brasil, com uma população menor que o Estado de São Paulo, também existe algumas regionalizações da Oceania. No continente há um agrupamento político de ilhas que constituem 14 países independentes e territórios que pertencem a outros países. Sendo assim, de acordo com critérios étnicos, tamanho e a quantidade de ilhas, o continente é regionalizado com quatro conjuntos, como evidenciado no mapa acima (Paula; Pinesso; Rama, 2022d).

Portanto, neste tópico se verificou a diversidade de abordagens regionais presentes em diferentes coleções didáticas nos livros didáticos do Ensino Fundamental Anos Finais, havendo uma gigantesca gama de possibilidades para regionalizações dos mais diferentes conteúdos. No próximo tópico, será feita uma análise de críticas, comparações e análises entre as obras selecionadas e estudadas nesta pesquisa.

5. COMPARAÇÕES, ANÁLISES E CRÍTICAS SOBRE AS OBRAS

De início, em uma crítica comum às 3 coleções didáticas, percebe-se um esvaziamento da noção de região, com essa categoria sendo invisibilizado em vários conteúdos que têm uma abordagem regional. Há uma grande gama de conteúdos regionais, de divisões do espaço geográfico de acordo com critérios específicos, apresentados sem evidenciar que se trata de regionalizações.

Nesse sentido, as 3 obras analisadas apresentam essa lacuna na abordagem regional no volume destinado ao 6° Ano. A todo momento são exibidos mapas com regionalizações do espaço geográfico, entretanto, os autores não deixam claro que se trata de divisões regionais e preferem comentar no Manual do Professor que as regionalizações serão trabalhadas do 7° Ano em diante, mesmo havendo no 6º Ano regionalizações e conteúdos abordados partindo de uma perspectiva regional. Ou seja, em nossa apreciação, há um certo “desprezo” da categoria região, ao não se evidenciar que há divisões regionais que embasam mapas ou conteúdos específicos.

Portanto, ponderamos ser necessária uma retificação nas orientações gerais do Manual do Professor e no livro do estudante das coleções didáticas das três editoras, para enfatizar que há uma abordagem da categoria geográfica região também no volume destinado ao 6° Ano do Ensino Fundamental Anos Finais, pois existem vários temas trazidos a partir de um âmbito regional, faltando evidenciar que se trata de uma abordagem desta categoria da Geografia.

No tocante às discussões de âmbito regional ao longo dos livros, em todas as 3 coleções didáticas há boas análises da categoria, com vários conteúdos regionais sendo trazidos pelos autores ao longo os volumes 7, 8 e 9. Entretanto, cabe algumas críticas específicas a cada coleção.

Na coleção “Expedições Geográficas” da editora Moderna, no tópico intitulado *Regionalizações não oficiais*, os autores iniciam destacando que existem outras divisões regionais do país elaboradas por pesquisadores de universidades ou geógrafos do IBGE, e logo em seguida após essa introdução, abordam as Regiões de Influência Urbana do IBGE, podendo fazer entender que seriam parte também das regionalizações não oficiais, algo inverídico, pois se trata de uma regionalização oficial do Brasil. Dessa maneira, percebe-se que esse trecho em específico ficou mal formulado e confuso.

Na coleção “Jornadas: Novos Caminhos - Geografia”, da editora Saraiva, criticamos a abordagem do continente asiático, uma vez que os autores iniciam explanando que a regionalização do continente mais difundida é entre seis regiões - Ásia Central; Meridional; Setentrional; Sudeste Asiático; Oriente Médio e Extremo Oriente -, entretanto não há o mapa dessa regionalização. Também, ao abordar a Comunidade dos Estados Independentes (CEI), não foi apresentada a regionalização de acordo com critérios variados, como fez a editora Moderna, apenas apresentou-se um mapa dos países-membros.

Na coleção “Geografia: Espaço & Interação”, da editora FTD, o tópico das regionalizações brasileiras é feito de maneira muito sucinta, além de nem citarem a regionalização “Os Quatro Brasis” de Milton Santos e Maria Laura Silveira, apenas trazendo-a – de maneira também sucinta - na seção das atividades propostas do livro, algumas páginas adiante.

Dessa forma, outra crítica comum às 3 coleções é que ao se trabalhar com a regionalização de Milton Santos e Maria Laura Silveira, “Os Quatro Brasis”, os autores não deram a ênfase necessária naquele que é considerado por muitos o maior geógrafo brasileiro, Milton Santos. Dessa forma, poderiam introduzir em um breve parágrafo falando um pouco mais sobre quem foi Milton Santos, como também a Maria Laura Silveira. Na regionalização de Pedro Pinchas Geiger, sobre os complexos geoeconômicos, os autores também poderiam adicionar um breve parágrafo falando um pouco mais desse grande geógrafo brasileiro.

Nesse sentido, também se percebe que as obras dão pequena visibilidade aos grandes geógrafos brasileiros como Milton Santos e Pedro Pinchas Geiger quando abordam suas regionalizações do território brasileiro. Dessa maneira, acreditamos ser interessante haver algum tópico destinado a exibir a biografia desses grandes geógrafos, pois não se pode – ou não deveria - falar de Geografia brasileira sem conhecer a fundo algum desses relevantes nomes da ciência geográfica do país.

Como outra crítica às 3 coleções, ao abordar sobre as regionalizações brasileiras, elas poderiam evidenciar, com mapas além de pequenos textos, as muitas outras regionalizações existentes do território brasileiro, tanto as oficiais do IBGE, como as não oficiais que antecederam e serviram de base para as regionalizações do IBGE, como as de André Rebouças, Elisée Réclus e Delgado de Carvalho, entre outras apresentadas nos capítulos iniciais desta pesquisa, para de

fato evidenciar que existiram outras regionalizações do país, tanto não oficiais como oficiais.

Ao longo as 3 coleções didáticas houve divergências no modo de abordar o conteúdo regional do livro destinado ao 7° ano. Na coleção “Jornada: Novos Caminhos - Geografia”, da Saraiva, a escolha foi abordar o território brasileiro em sua totalidade ao longo de suas 8 unidades. Já a coleção “Geografia: Espaço & Interação”, da FTD, seguiu a mesma linha da Saraiva, com o diferencial de abordar um pouco de cada região brasileira, de maneira sucinta, em 5 tópicos – um para cada região -, na 8° e última unidade do volume. Enquanto isso, na coleção “Expedições Geográficas”, da editora Moderna, houve a escolha dos autores de destinar as 5 últimas unidades do livro inteiramente para trabalhar com cada região brasileira, individualmente.

É importante salientar que cada maneira de abordar o conteúdo do 7° ano, que é inteiramente sobre o Brasil, tem suas vantagens e desvantagens, conforme iremos detalhar nos próximos parágrafos.

Ao destinar 1 unidade inteira para cada região brasileira, há uma possibilidade de se trabalhar de uma maneira mais descritiva e contextualizada cada região do país, dando mais ênfase e uma melhor visão da região aos alunos. Entretanto, como lado negativo, a tendência é faltar ao longo do volume algumas informações a nível nacional, pois ao prevalecer uma estrutura na qual se destina 5 das 8 unidades do livro do estudante para analisar cada região individualmente, isso pode subvalorizar alguns tópicos do contexto geral do país. Além disso, os estudantes podem acabar se desinteressando nas unidades que são direcionadas a regiões nas quais não vivem ou não despertam sua curiosidade.

Por outro lado, ao abordar o contexto nacional constantemente ao longo de todas as unidades do livro didático, a abordagem do conteúdo Brasil, no geral, fica muito mais completa, dando para abordar melhor outros conteúdos do país nos quais ficaria mais difícil ao optar por destinar 5 unidades inteiras para cada região.

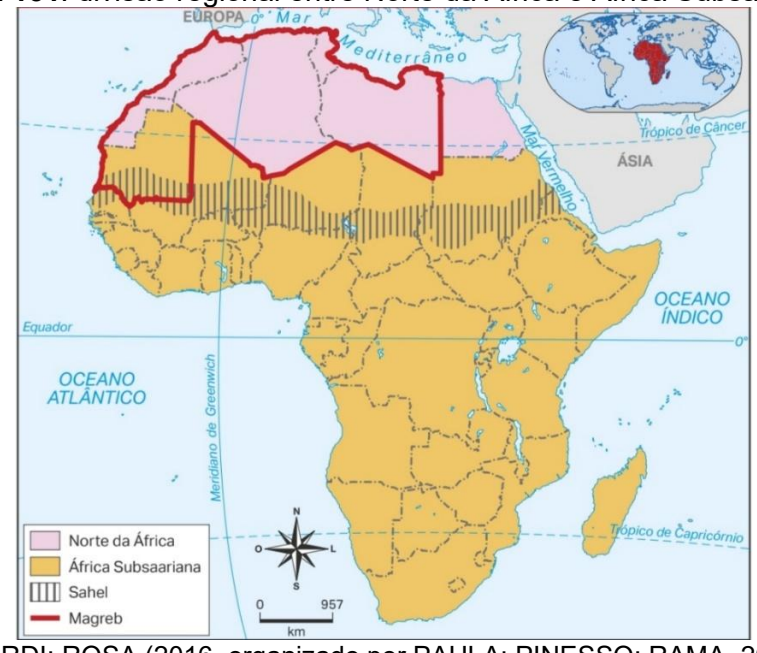
Por exemplo, a questão agrícola e o agronegócio no país, fenômeno esse que extrapola uma única região, se desdobrando para diferentes regiões, pode ser melhor desenvolvido ao trabalhar o conteúdo na escala nacional, chamando atenção para as especificidades regionais. Entretanto, nessa estrutura, a escala regional acaba sendo bem mais sintética e sucinta, havendo o risco de haver lacunas importantes na temática.

Entre vantagens e desvantagens, defendemos que, ao destinar 62,5% do livro didático - ou seja, 5 das 8 unidades-, para trabalhar cada região individualmente, há sim uma perda de conteúdo do contexto do país em sua totalidade. Acreditamos que, ao se trabalhar as temáticas do Brasil ao longo de todas as unidades do livro didático, pode-se haver uma compreensão mais completa do território nacional em sua completude. Contudo, ratificamos os meandros estruturais positivos e negativos que cada abordagem traz consigo, sem adotarmos uma posição dogmática sobre como se deve trabalhar a temática regional no Brasil no volume do 7° ano, mas sim pontos a serem discutidos e analisados, buscando sempre estabelecer a melhor maneira para os estudantes compreenderem o conteúdo. Afinal, para nós, professores, é isso que sempre devemos buscar.

Dando continuidade, mais uma crítica comum às 3 coleções didáticas é que todas, ao tratar da regionalização do continente africano entre Norte da África e África Subsaariana, trouxeram mapas que abarcam uma parte ao Norte do deserto do Saara como a parte subsaariana, algo incorreto. Inclusive, as obras chegam descrever corretamente a localização das subregiões do continente africano no texto, entretanto, ao apresentar mapas incorretos, elas entram em contradição sobre o tema, gerando muitas incongruências neste tópico. Vejamos o exemplo da coleção Geografia: Espaço & Interação, da editora FTD:

> "A África Subsaariana é composta de 49 Estados-Nações e **localiza-se ao sul do deserto do Saara**. É ocupada predominantemente por povos negros de várias etnias" (PAULA; PINESSO; RAMA, 2022c, p. 207, grifo nosso).

Mapa 151: divisão regional entre Norte da África e África Subsaariana



Fonte: GIRARDI; ROSA (2016, organizado por PAULA; PINESSO; RAMA, 2022c, p. 206).

Também, no tocante a qualidade dos mapas, junto às convenções cartográficas e seus elementos essenciais, como título, legenda, escala, norte geográfico e rótulo dos dados, todas as 3 coleções didáticas exibiram mapas de elevada qualidade, pois foram muito bem produzidos, com cores adequadas para melhor análise, além dos elementos cartográficos essenciais. Destaca-se esse ponto pois é possível encontrar em várias coleções didáticas mapas mal feitos, sem as convenções cartográficas e elementos necessários à leitura adequada dos mapas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro do contexto escolar, é factível e evidente a grande importância do livro didático, instrumento essencial de apoio no processo de ensino e aprendizagem, o qual serve de base tanto para os estudantes como para os professores. O livro didático é um norteador dos componentes curriculares, temáticas e conteúdos de cada série/ano para o professor desenvolver e ensinar o conteúdo aos seus alunos.

Assim, a BNCC surge como o mais importante documento que rege os conteúdos escolares a serem trabalhados nas escolas públicas e privadas do Brasil. Dessa maneira, destacando competências e habilidades específicas para serem mobilizadas ao decorrer das etapas da educação básica do país, definindo assim os objetivos de aprendizagem a serem estudados nas salas de aula, como também organizando os conteúdos dos livros didáticos.

Dessa forma, especificando a abordagem regional dentro do âmbito geográfico, tema desta pesquisa, é clara a importância da região para a Geografia, sendo esta uma das categorias fundamentais de análise geográfica.

Nesse sentido, ratifica-se também a diversidade de conceituações acerca sobre o que é região. Apesar de ser uma categoria fundamental para Geografia, ela não foi isenta de inúmeros debates e discussões históricas sobre sua definição exata. Sob a ótica de alguns autores, vista como uma entidade concreta, cabendo apenas aos geógrafos sua delimitação e descrição. Em outras perspectivas, também entendida a partir de construções intelectuais por parte do(a) pesquisador(a), sendo resultado de análises teóricas acerca das diferenciações espaciais, não sendo, portanto, autoevidentes.

Também se salienta da existência de uma diversidade de regiões e regionalizações propostas tanto na escala nacional, como na escala mundial. Assim, existindo diversas proposições regionais brasileiras, tanto oficiais - como as do IBGE-, como não oficiais - a exemplo dos “Quatro Brasis” de Milton Santos e Maria Laura Silveira e os “Complexos Regionais do Brasil” de Pedro Pinchas Geiger.

Nesse âmbito, se ressalta que houve muitas outras regionalizações brasileiras que precedem a primeira divisão regional oficial do país do IBGE, em 1942, como as produzidas por: André Rebouças, em 1889, Elisée Reclus, em 1893; Delgado de Carvalho, em 1913; Ezequiel De Souza Brito, em 1913; Pierre Denis, em

1927; entre outras.

Portanto, ao analisar a abordagem regional de três coleções didáticas de Geografia distintas voltadas ao Ensino Fundamental Anos Finais (EFAF), percebe-se novamente a fundamental importância dessa categoria para ciência geográfica. Entretanto, os autores não abordam a região de maneira plenamente adequada em todas as coleções. Há diferentes modos de se trabalhar com a categoria, a partir das diferentes concepções e ideias desses geógrafos, mas também da escolha dos autores em apresentar as divisões regionais do Brasil e do mundo.

Tecida as críticas conjuntas e individuais a cada coleção didática, se enfatiza que os autores trabalharam a categoria de diferentes maneiras ao longo dos livros. Enquanto no livro destinado ao 7° ano, os autores Melhem Adas e Sérgio Adas da coleção “Expedições Geográficas” decidiram por abordar as cinco macrorregiões brasileiras, cada uma em uma unidade diferente, as autoras Ana Muniz, Ana Lúcia Guerrero e Maíra Fernandes da coleção “Jornadas: Novos Caminhos - Geografia” decidiram por trabalhar o território brasileiro de modo completo em todas as unidades, sem destinar unidades inteiras para regiões específicas, diferente também da metodologia utilizada pelos autores Marcelo Moraes, Denise Pinesso e Angela Rama, da coleção “Geografia: Espaço & Interação”, da FTD, que analisou o Brasil de maneira completa na maior parte do volume, mas dividindo a última unidade em 5 tópicos, cada um deles abordando uma região brasileira.

Não há uma metodologia axiomática de como se trabalhar o Brasil no livro didático do 7° ano, cada escolha tem seus pontos positivos e negativos. Entretanto, algumas críticas são necessárias, pois apesar de ser um instrumento importantíssimo do processo de ensino-aprendizagem, o livro didático não está isento de erros.

Primeiramente, o modo como os autores, das três coleções, subvalorizaram e mesmo negligenciam a categoria região no livro destinado ao 6° ano é passível de muitas críticas. Em um primeiro momento, durante as orientações gerais dos livros constantes no Manual do Professor, evidencia-se que a abordagem regional irá aparecer mais nos volumes dos 7°, 8° e 9° anos, entretanto, vê-se que nos livros do 6° ano há diversas abordagens na escala regional, porém não evidenciando como deveria que se tratam de divisões regionais. Logo, se discute sobre se realmente a abordagem regional somente vai aparecer do 7° Ano em diante, ou se há, na realidade, uma desconsideração com essa categoria fundamental da Geografia.

Em um segundo momento, a subvalorização de alguns dos mais importantes nomes da ciência geográfica brasileira, como o Milton Santos, faz com que não se aborde quem ele foi e sua importância para Geografia do país, se limitando a pequenas referências e pequenos textos sobre.

Em um terceiro e último momento, e mais enfático, o erro crasso ao se trabalhar a regionalização do continente africano em Norte da África e África Subsaariana, onde os autores das três coleções didáticas conceituaram de maneira correta, ao longo do texto, mas indicaram no mapa correspondente alguns territórios ao Norte do Saara como fossem parte da região Subsaariana – ou seja, abaixo do deserto do Saara. Assim, evidenciando não só um descaso com a categoria, mas infelizmente de maneira lastimável com o continente africano.

Por fim, diante das análises obtidas e resultados apresentados, verifica-se as diferentes abordagens regionais nos livros didáticos de Geografia do Ensino Fundamental Anos Finais, as diferentes possibilidades de se trabalhar com a região, bem como alguns erros, descasos e lacunas necessárias à reflexão por parte dos autores para aperfeiçoar os livros. Por fim, reiteramos a necessidade de haver uma maior evidência e valorização dessa categoria nos livros didáticos, que é uma das mais importantes e fundamentais para ciência geográfica: a região.

REFERÊNCIAS

ADAS, Melhem; ADAS, Sergio. Expedições geográficas: 6 ano. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2022a.

ADAS, Melhem; ADAS, Sergio. Expedições geográficas: 7 ano. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2022b.

ADAS, Melhem; ADAS, Sergio. Expedições geográficas: 8 ano. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2022c.

ADAS, Melhem; ADAS, Sergio. Expedições geográficas: 9 ano. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2022d.

ANDRADE, Manuel C. de. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, Milton et al. Território: globalização e fragmentação. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 213-220.

BENEDICTO, Marcelo.; MARLI, Mônica. Cinco faces do Brasil. Retratos: a revista do IBGE, n. 6, p. 8-12, dezembro. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

BERTOLINI, William Zanete; VALADÃO, Roberto Célio. A abordagem do relevo pela geografia: uma análise a partir dos livros didáticos. Terræ Didática, v. 5, n. 1, p. 27-41, 2009.

BOSCARIOL, R. A. Região e regionalização no Brasil: uma análise segundo os resultados do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). IN: MARGUTI, Bárbara O.; COSTA; Marco A.; PINTO, Carlos Vinicius da S. Territórios em números: insumos para políticas públicas a partir da análise do IDHM e do IVS de municípios e das Unidades da Federação Brasileira. Brasília: IPEA/INCT, 2017, pp. 185-208.

BRAGATO, F. F. PARA ALÉM DO DISCURSO EUROCÊNTRICO DOS DIREITOS HUMANOS: CONTRIBUIÇÕES DA DESCOLONIALIDADE. **Novos Estudos Jurídicos**, Itajaí (SC), v. 19, n. 1, p. 201–230, 2014. DOI: 10.14210/nej.v19n1. p. 201-230. Disponível em: https://periodicos.univali.br/index.php/nej/article/view/5548. Acesso em: 11 dez. 2024.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1967. **Diário Oficial da União**, Brasília, 24 jan. 1967.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei Complementar n° 14, de 8 de junho de 1973. Estabelece as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 5.585, 11 jun. 1973.

BRASIL. Lei n° 13.089, de 12 de janeiro de 2015. Institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei n° 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências. Diário

Oficial da União, Brasília, p. 2, 13 jan. 2015.

BRASIL. Lei n° 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 fev. 2017a.

BRASIL. Lei n° 13.683, de 19 de junho de 2018. Altera as Leis n° 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole), e n°12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 jun. 2018.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, 22 dez. 2017b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79631-rcp002-17-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192.

CARRIERI, Raquel Augusta Melilo. Regionalização: a construção de um conhecimento pedagógico do conteúdo. 2023.

CARVALHO, Delgado de (1925). “Uma concepção fundamental da geografia moderna: a ‘Região Natural’”. In BoletimGeográfico, vol. 2, no. 13. 1944. pp. 9-17.

CARVALHO, Gisélia Lima. Região: a evolução de uma categoria de análise da geografia. Boletim Goiano de Geografia, v. 22, n. 1, p. 6, 2002.

CASTRO, Iná Elias de. Problemas e alternativas metodológicas para a região e para o lugar. In: SOUZA, Maria Adélia A. de. Natureza e Sociedade de hoje: uma leitura geográfica. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

Cavalcanti L.S. 2013. Geografia, Escola e Construção de Conhecimentos. 18ª ed. Campinas, Ed. Papirus. 192p.

CNRH. Resolução n. 32, de 15 de outubro de 2003. Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2003.

CONTEL, Fabio Betioli. As divisões regionais do IBGE no século XX (1942, 1970 e 1990). Terra Brasilis. Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica, n. 3, 2014.

CORRÊA, Roberto Lobato. Região e organização espacial. São Paulo: Ática, 1986. 1989.

CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. Sobre o conceito de região. Revista de história regional, 2000.

DA COSTA GOMES, Paulo Cesar. Geografia e modernidade. Bertrand do Brasil, 1996.

DEL PRETTE, Marcos Estevan; PIRES, José Salatiel Rodrigues; SANTOS, José Eduardo dos. A Utilização do Conceito de Bacia Hidrográfica para a Conservação dos Recursos Naturais. In: SCHIAVETTI; CAMARGO (org.). **Conceito de Bacia Hidrográfica:** Teoria e Aplicações. 1ed. Ilhéus: Editus/UESC, 2002, v. 1, p. 17.

DINIZ FILHO, L. L. Contribuições e equívocos das abordagens marxistas na geografia econômica: um breve balanço. Terra Livre, São Paulo, ano 18, v. 1, n. 18, p. 143-160, jan./jun. 2002.

DINIZ, Alexandre Magno Alves; BATELLA, Wagner Barbosa. O Estado de Minas Gerais e suas regiões: um resgate histórico das principais propostas oficiais de regionalização. **Sociedade & Natureza**, v. 17, n. 33, 2005.

DUARTE, Aloísio Capdeville. “Regionalização: considerações metodológicas”. In Boletim de Geografia Teorética Vol. 10, no. 20. 1980. pp. 5-32.

FAISSOL, Speridião. Planejamento e geografia: exemplos da experiência brasileira. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro: IBGE, v. 50, n. especial, t. 2, p. 85-98, 1988. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1988_v50_n2_especial.pdf. Acesso em: janeiro de 2025.

FAISSOL, Speridião. Regionalização, conceitos, práticas, escalas e a experiência brasileira. In: Conferência Nacional de Geografia. De 27 a 31 de maio de 1996. Rio de Janeiro. Textos para discussão: a organização do território. Rio de Janeiro; IBGE, v.1 22p. 1996.

FREITAS, V. P. de; YATSUDA, C. M. Y.; SILVA JUNIOR, G. A. da. As medidas legais protetivas de bacias hidrográficas e seus reflexos na preservação ambiental dos recursos hídricos. Revista Eletrônica Direito e Política, [S. l.], v. 17, n. 3, p. 638–673, 2022.

GALVÃO, Marília Velloso; FAISSOL, Speridião. A Divisão Regional da Década de 1940: suas Características e Fundamentos. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v.31, n.4, p.181-218, out./dez. 1969.

GEIGER, Pedro Pinchas. Esbôço Preliminar da Divisão do Brasil nas chamadas “Regiões Homogêneas”. In: Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v.29, nº2, p.59-64, Abr./Jun. de 1967.

GEIGER, Pedro Pinchas. Organização Regional do Brasil. In: Revista Geográfica, Rio de Janeiro, Tomo XXXIII, nº61, p.25-53, Jul./Dez. de 1964.

GEIGER, Pedro Pinchas. Regionalização. In: Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v.31, nº1, p.5- 25, Jan./Mar. 1969.

GOMES, Paulo C. da C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C.; CORRÊA, Roberto L. Geografia: conceitos e temas. 2. ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2000, p. 49-76.

GUIMARÃES, Fábio M. S. Divisão regional do Brasil. In: Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v.3. n° 2, p. 318-373, abril-junho 1941.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Éster. O território em tempos de globalização. Revista ETC / Espaço, Tempo e Crítica, vo. 1, nº2, 2007.

IBGE. Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 167 p. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv99700.pdf. Acesso em: janeiro 2025.

IBGE. Atlas Geográfico Escolar – 9ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

IBGE. Divisão do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas. Vol I. Rio de Janeiro: Fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE). Diretoria de Geociências (DGC) e Departamento de Geografia (DEGEO). Rio de Janeiro. 1990. 137 p.

IBGE. Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias: 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

IBGE. Divisão regional do Brasil. In: Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v 4, n° 1, p 152, jan-mar 1942.

IBGE. Divisão Urbano-Regional. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101864_apresentacao.pdf. Acesso em: janeiro 2025.

IBGE. Gestão do Território 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2014a. 118 p. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv86286.pdf. Acesso em: janeiro 2025.

IBGE. Logística dos Transportes de 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2014b. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15793-logistica-dos-transportes.html. Acesso em: janeiro 2025.

IBGE. Quadro Geográfico de Referência para Produção, Análise e Disseminação de Estatísticas. (2ª ed.). Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://nada.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/a32c92ac895a068c195bbebf96b01d24.pdf. Acesso em: janeiro 2025.

IBGE. Regiões de Influência de Cidades (REGIC) de 2007. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv40677.pdf. Acesso em: janeiro 2025.

IBGE. Regiões Rurais 2015: Relatório Técnico. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15780-regioes-rurais.html?=&t=acesso-ao-produto. Acesso em: janeiro 2025.

LENCIONI, Sandra. Região e geografia: a noção de região no pensamento geográfico. Novos caminhos da Geografia, 1999.

LIMA, Maria Helena Palmer et al. Divisão Territorial do Brasil-2002. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em< http://www.ipeadata.gov.br/doc/DivisaoTerritorialBrasileira_IBGE. pdf> Acesso em** janeiro de 2025, v. 28, 2018.

MAGNAGO, Angélica Alves. A divisão regional brasileira – uma revisão bibliográfica. In: Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v.57, n° 4, p. 65-92, outubro-dezembro 1995.

MENDES, M. A.; COSTA, J. E. Geografia Regional dos Países Periféricos. 1. ed. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2011. v. 1. 115p.

MENDES, Marcos Vinícius Isaias. Regionalização do espaço mundial. 1. ed. Londrina, PR: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2019. v. 1. 192p.

MORAES[1], Antonio Carlos Robert. Ordenamento territorial: uma conceituação para o planejamento estratégico. Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial, 2005.

MOURA, Rosa; NAGAMINE, Liria; FERREIRA, Gustavo. **Regic: trajetória, variações e hierarquia urbana em 2018**. Texto para Discussão, 2021.

Muniz, Ana Carolina Ferreira; Guerrero, Ana Lúcia de Araújo; Fernandes, Maíra. Jornadas: Novos Caminhos: Geografia: 6 ano. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2022a.

Muniz, Ana Carolina Ferreira; Guerrero, Ana Lúcia de Araújo; Fernandes, Maíra. Jornadas: Novos Caminhos: Geografia: 7 ano. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2022b.

Muniz, Ana Carolina Ferreira; Guerrero, Ana Lúcia de Araújo; Fernandes, Maíra. Jornadas: Novos Caminhos: Geografia: 8 ano. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2022c.

Muniz, Ana Carolina Ferreira; Guerrero, Ana Lúcia de Araújo; Fernandes, Maíra. Jornadas: Novos Caminhos: Geografia: 9 ano. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2022d.

PAIVA, C. A. O que é uma região de planejamento com vistas ao desenvolvimento endógeno e sustentável. **Segundas Jornadas de História Regional Comparada, simpósio E4-07, Porto Alegre**, 2005.

PAULA, Marcelo Moraes; PINESSO, Denise Cristina Christov; RAMA, Maria Angela Gomez. Geografia espaço & interação: 6 ano: ensino fundamental: anos finais. 1. ed. São Paulo: FTD, 2022a.

PAULA, Marcelo Moraes; PINESSO, Denise Cristina Christov; RAMA, Maria Angela Gomez. Geografia espaço & interação: 7 ano: ensino fundamental: anos finais. 1. ed. São Paulo: FTD, 2022b.

PAULA, Marcelo Moraes; PINESSO, Denise Cristina Christov; RAMA, Maria Angela Gomez. Geografia espaço & interação: 8 ano: ensino fundamental: anos finais. 1. ed. São Paulo: FTD, 2022c.

PAULA, Marcelo Moraes; PINESSO, Denise Cristina Christov; RAMA, Maria Angela Gomez. Geografia espaço & interação: 9 ano: ensino fundamental: anos finais. 1. ed. São Paulo: FTD, 2022d.

PERIDES, Paulo Pedro. A divisão regional do Brasil de 1968: propostas e problemas. **Revista do Departamento de Geografia**, v. 7, p. 87-94, 1994.

PORTO, M. F. A.; PORTO, R. L. L. Gestão de bacias hidrográficas. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.22, n.63, p.43-60, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/ccyh4cf7NMdbpJdhSzCRNtR/?lang=pt. Acesso em janeiro 2025.

SANTOS, Marcela de Oliveira. Interpretando o Estatuto da Metrópole: comentários sobre a Lei Nº 13.089/2015. In: Brasil Metropolitano em foco: Desafios à implementação do Estatuto da Metrópole. MARGUTI, Bárbara Oliveira, COSTA, Marco Aurélio, FAVARÃO, César Buno (orgs). IPEA. Brasília. 2018. p. 457 - 514.
SANTOS, Milton. Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SILVA, S. A. As dimensões espacial, territorial e regional no âmbito do planejamento governamental brasileiro. Boletim Paulista de Geografia, v. 98, p. 38-62, 2018.

SILVA, Simone Affonso da. Regionalização do Brasil: uma análise comparativa entre as propostas do IBGE, Roberto Lobato Corrêa e Milton Santos e Maria Laura Silveira. Trabalho de Graduação apresentado para o Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Bacharel em Geografia. São Paulo: FFLCHUSP, 2010.

SILVEIRA, M. L. Território e sociedade no início do século XXI: a história de um livro. Revista Acta Geográfica, edição especial, Rio de Janeiro, 2011.

SOUZA, Marcelo José Lopes de et al. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. **Geografia: conceitos e temas. Rio de janeiro: Bertrand Brasil**, v. 353, p. 77-116, 1995.